

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**BRUNA MARIANO RODRIGUES**

**Testemunhos femininos de assédio e violência sexual nas redes sociais:**

Trauma e dor como chaves para produção subjetiva e enunciação de si

Rio de Janeiro

2019

BRUNA MARIANO RODRIGUES

**Testemunhos femininos de assédio e violência sexual nas redes sociais:**

Trauma e dor como chaves de produção subjetiva e enunciação de si

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura

Orientador: Prof. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro  
2019

## CIP - Catalogação na Publicação

Mt           Mariano Rodrigues, Bruna  
              Testemunhos femininos de assédio e violência  
              sexual nas redes sociais: trauma e dor como chaves  
              de produção subjetiva e enunciação de si / Bruna  
              Mariano Rodrigues. -- Rio de Janeiro, 2019.  
              940 f.

              Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz.  
              Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
              de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós  
              Graduação em Comunicação, 2019.

              1. Testemunho. 2. Vítima. 3. Trauma. 4. Violência  
              sexual. 5. Emoções. I. Gibaldi Vaz, Paulo Roberto,  
              orient. II. Título.



**ATA 472ª SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE TESE  
APRESENTADA POR BRUNA MARIANO RODRIGUES NA ESCOLA  
DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, às dez horas na sala 140 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a tese de doutorado de Bruna Mariano Rodrigues, intitulada: "**Testemunhos Femininos de Assédio e violência sexual**", perante a banca examinadora composta por: Paulo Roberto Gibaldi Vaz orientador(a) e presidente], Denise da Costa Oliveira Siqueira, Igor Pinto Sacramento, Katia Lerner e Marcio Tavares D Amaral. Tendo o (a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua Tese:

aprovada     reprovada     aprovada mediante alterações

Pela qualidade e relevância da pesquisa a banca indica a publicação e recomenda a consideração da tese para os próximos Capes/Compós/Gilberto Velho.

E, para constar, eu, Laura Machado, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019

Paulo Roberto Gibaldi Vaz [orientador(a) e presidente]

Denise da Costa Oliveira Siqueira [examinador(a)]

Igor Pinto Sacramento [examinador(a)]

Katia Lerner [examinador]

Marcio Tavares D Amaral [examinador]

Bruna Mariano Rodrigues  
Bruna Mariano Rodrigues [candidata]

Laura Machado  
Laura Machado [secretaria]

## **DEDICATÓRIA**

Para minha mãe, com gratidão, admiração e amor.

## AGRADECIMENTOS

Engana-se quem pensa que o percurso acadêmico é solitário. Arrisco-me a dizer que, ao contrário, poucos projetos são tão coletivos quanto a conclusão de um Doutorado. De fato, a escrita pode ser individual, mas meu trabalho certamente é compartilhado com pessoas que, cada uma à sua maneira, me cercaram de carinho, apoio e incentivo.

Agradeço a meu orientador, Paulo Vaz, pelo tempo e cuidado dedicados a esta tese, por ter me apresentado reflexões que transformaram meu olhar diante de meu objeto de pesquisa e também diante da vida.

A Denise Siqueira pelas valiosas contribuições no exame de qualificação, por ter aceitado compor a banca de avaliação desta tese, mas, sobretudo, por ser um exemplo de seriedade e responsabilidade, acompanhadas de gentileza sem igual.

A Katia Lerner, pelas instigantes considerações apresentadas no exame de qualificação e pelas discussões levantadas no grupo de pesquisa “Risco, portador e vítima virtual”, que se tornaram verdadeiros nortes de pesquisa para mim.

A Igor Sacramento por ter gentilmente aceitado fazer parte da banca de avaliação e por ter escrito trabalhos acadêmicos que muito contribuíram para esta pesquisa.

A Marcio Tavares d’Amaral pelo aceite em compor a banca de avaliação desta tese e por ter sido um dos primeiros professores que me recebeu como “ouvinte” em uma de suas disciplinas na pós-graduação.

Ao corpo docente do PPGCOM/UFRJ e a todos os funcionários da Escola de Comunicação. Agradeço especialmente à Thiago Couto, que me auxiliou em tantos momentos diante dos meandros da burocracia.

Aos amigos do grupo de pesquisa “Risco, portador e vítima virtual”, em especial a Amanda Santos, Nicole Sanchonete e Yago Barbosa.

Aos docentes e alunos do PPGCOM/UERJ, que me mostraram que uma universidade pode ser uma segunda casa.

À Elizabeth Queiroz, Olívia Meireles e a todos os amigos do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ, companheiros que estiveram ao meu lado durante esses quatro anos de trabalho.

Ao professor David Le Breton, sempre gentil e atencioso, que me acolheu na Universidade de Estrasburgo durante meu período de Doutorado sanduíche e cujas aulas foram absolutamente essenciais para as discussões desta tese.

À Capes que me ofereceu imprescindível apoio financeiro durante o Doutorado sanduíche, período que enriqueceu sobremaneira minha pesquisa.

Ao amigo de todas as horas, Fabio Grotz, pelas revisões, pelo companheirismo inesgotável e pelo sem número de lembranças felizes que já construímos juntos.

Às amigas Natalia do Vale, Leonie Gouveia, Marta Valim e Naira de Paula, por estarem sempre a meu lado e me darem a certeza da força e da doçura dos laços que unem as mulheres.

À minha família, que me ofereceu as condições não apenas materiais mas, sobretudo, afetivas para que eu pudesse caminhar com meus sonhos até aqui.

Aos meus avós, Luiz e Carmen, que cuidaram de mim durante minha infância e, tenho certeza, continuam fazendo isso lá do alto.

A Samy Ben Sliman, que ilumina meus dias com amor e leveza.

Por fim, agradeço infinitamente a todas as mulheres que tornaram públicas experiências tão íntimas de sofrimento, e espero que este trabalho possa ser compreendido como uma tentativa de problematização respeitosa de seus testemunhos.

“Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças  
Entre eles, considero a enorme realidade  
O presente é tão grande, não nos afastemos  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”.

*Carlos Drummond de Andrade*



## RESUMO

RODRIGUES, Bruna Mariano. Testemunhos femininos de assédio e violência sexual nas redes sociais: Trauma e dor como chaves de produção subjetiva e enunciação de si. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Este trabalho propõe uma reflexão acerca de seis campanhas de mulheres vítimas de assédio e violência sexual que se propagaram nas redes sociais virtuais entre os anos de 2013 e 2017: *Chega de Fiu Fiu* (2013), *Primeiro Assédio* (2015), *First Harassed* (2015), *Stop Harcèlement de Rue* (2017), *Me Too* (2017) e *Balance ton Porc* (2017). Nosso objetivo foi investigar as condições de emergência de tais campanhas e os processos de atualização do feminino e da feminilidade que elas propõem. Buscamos compreender ainda como esses relatos testemunhais apontam para o surgimento de uma nova moralidade sexual, fortemente marcada pelo princípio do não-dano e pela noção de consentimento. Em termos metodológicos, trabalhamos com a perspectiva foucaultiana da genealogia, isto é, buscamos compreender as condições que tornaram possível a existência das campanhas de mulheres vítimas e também sua comunicabilidade, algo impensável há algumas décadas. Tendo em vista essas questões, investigamos as estratégias discursivas, os argumentos morais e a linguagem emocional utilizados pelas mulheres que contam publicamente suas experiências de dor e sofrimento. Após analisar campanhas de três países distintos (Brasil, Estados Unidos e França), podemos notar que existe um novo modo de fazer política que não está restrito ao cenário nacional. Os resultados também apontam para a produção de uma subjetividade feminina empoderada, que dialoga com a apropriação do lugar da vítima. Nos relatos, podemos identificar mulheres que se apresentam como sujeitos que superaram o sofrimento e se uniram, formando comunidades emocionais de apoio e solidariedade. Contudo, há aspectos controversos nas campanhas analisadas. Por se basearem na autoridade da experiência, há pouca abertura ao diálogo e ao debate com aqueles que não compartilham a identidade da vítima.

**Palavras-chave:** Testemunho. Vítima. Trauma. Assédio sexual. Violência sexual. Emoções.

## ABSTRACT

This thesis reflects on six campaigns of women victims of harassment and sexual violence that spread in virtual social networks between 2013 and 2017: *Chega de Fiu Fiu* (2013), *Primeiro Assédio* (2015), *First Harassed* (2015), *Stop Harcèlement de Rue* (2017), *Me Too* (2017) and *Balance ton Porc* (2017). Our objective was to investigate the emergency conditions of such campaigns and the processes of updating the feminine and the femininity that they propose. We seek to understand how these witnessing accounts point to the emergence of a new sexual morality, strongly marked by the principle of non-harm and by the notion of consent. In methodological terms, we work with the Foucaultian perspective of genealogy, that is, we seek to understand the conditions that made possible the existence of the campaigns of women victims and also their communicability, something unthinkable a few decades ago. In light of these questions, we investigate the discursive strategies, moral arguments and emotional language used by women who publicly tell of their experiences of pain and suffering. After analyzing campaigns from three different countries (Brazil, United States and France), we can note that there is a new way of doing politics that is not restricted to the national scenario. The results also point to the production of an empowered female subjectivity, which dialogues with the appropriation of the victim's place. In the reports, we can identify women who present themselves as subjects who have overcome suffering and come together, forming emotional communities of support and solidarity. However, there are controversial aspects in the campaigns analyzed. Because they rely on the authority of experience, there is little openness to dialogue and debate with those who do not share the identity of the victim.

**Keywords:** Testimony. Victim. Trauma. Sexual harassment. Sexual violence. Emotions.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO FEMINISMO</b>	35
1.1 O VOTO E AS REIVINDICAÇÕES POR DIREITOS CIVIS	36
1.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA E A POLITIZAÇÃO DO PRIVADO	41
1.3 ALGUMAS QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DO FEMINISMO	50
1.4 CAMPANHAS DE MULHERES VÍTIMAS DE ASSÉDIO E VIOLÊNCIA SEXUAL	60
1.4.1 <b>Chega de Fiu Fiu</b>	62
1.4.2 <b>Primeiro Assédio</b>	63
1.4.3 <i>First Harassed</i>	65
1.4.4 <i>Stop Harcèlement de Rue</i>	66
1.4.5 <i>Me Too</i>	67
1.4.6 <i>Balance ton Porc</i>	68
<b>2 TESTEMUNHOS DE DOR E SOFRIMENTO</b>	70
2.1 TRAUMA E SUBJETIVIDADE: VALORIZAÇÃO DO SOFRIMENTO E ASCENSÃO DA VÍTIMA	70
2.2 RELATOS AUTOBIOGRÁFICOS COMO AÇÃO POLÍTICA	83
2.3 A INTIMIDADE PÚBLICA E O POTENCIAL TERAPÊUTICO DA EXPOSIÇÃO	91
<b>3 GRAMÁTICA EMOCIONAL, MORALIDADE E VIOLÊNCIA SEXUAL</b>	103
3.1 EMOÇÕES E PRODUÇÃO DE SENSIBILIDADES	103
3.2 REGIME SECULAR DAS PRÁTICAS ERÓTICO-SEXUAIS	112
3.3 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO “PROBLEMA SOCIAL”	122
<b>4 TESTEMUNHOS FEMININOS NAS REDES SOCIAIS</b>	135
4.1 ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA	135
4.2 A INOCÊNCIA DA VÍTIMA COMO FATOR DE CREDIBILIDADE	150
4.3 O JUÍZO DE POSSIBILIDADES SIMILARES	155
<b>5 A DIMENSÃO MICROPOLÍTICA DAS EMOÇÕES</b>	166
5.1 A LINGUAGEM EMOCIONAL DAS CAMPANHAS	166
5.2 O MEDO E AS EXPECTATIVAS DA CULTURA AFETIVA	178

5.3 DA CULPA À AFIRMAÇÃO DE SI: O EMPODERAMENTO DA “MULHER VÍTIMA”	184
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	197
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	203
<b>ANEXO A</b> – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA CHEGA DE FIU FIU	215
<b>ANEXO B</b> – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA PRIMEIRO ASSÉDIO	252
<b>ANEXO C</b> – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA <i>FIRST HARASSED</i>	274
<b>ANEXO D</b> – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA <i>STOP HARCÈLEMENT DE RUE</i>	507
<b>ANEXO E</b> – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA <i>ME TOO</i>	866
<b>ANEXO F</b> – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA <i>BALANCE TON PORC</i>	887

## INTRODUÇÃO

“Uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais – e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade”. Essa era a abertura da matéria de capa da revista semanal *Época*, de 07 de novembro de 2015, cujo título “A primavera das mulheres”, retratava a repercussão do feminismo na cena política daquele ano<sup>1</sup>. Na mesma semana, a capa de outra revista era dedicada ao tema. Na manchete da *Isto É* lia-se: “As mulheres dizem não. Não ao assédio sexual. Não ao racismo. Não à perda de direitos civis. Não à intolerância. Não a Eduardo Cunha”<sup>2</sup>.

Ao longo de 2015, o feminismo ganhou centralidade na arena pública devido a uma confluência de fatores, muitos deles relacionados ao conturbado momento político vivido pelo país naquele ano. O projeto de lei 5.069/2013, de autoria do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, tentava dificultar o acesso ao aborto legal em casos de estupro e precarizar o atendimento às vítimas, o que levou milhares de mulheres a protestarem nas ruas pela garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos, em novembro de 2015. Ainda no mesmo ano, o feminismo apareceu no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além de uma questão que citava a clássica frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, da filósofa francesa Simone de Beauvoir, a redação da prova teve como tema a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira<sup>3</sup>.

Se o feminismo pareceu ser o “tema da vez” em 2015 e continuou tendo enorme visibilidade até 2019 (ano de fechamento desta tese), isso também ficou claro nas redes sociais, onde o assunto levantou conflitos e debates acirrados. Sua forte presença na Internet foi causada, entre outras razões, por iniciativas e campanhas virtuais que começaram anos antes e tratavam da luta contra a desigualdade de gênero, a violência sexual e outras bandeiras do movimento feminista.

Em 2011, um projeto desenvolvido pela fotógrafa norte-americana Grace Brown ganhou notoriedade ao retratar mulheres vítimas de estupro. Nas fotografias que compunham o *Project Unbreakable*, que durou até 2015, elas seguravam placas com a frase que haviam ouvido de seu agressor<sup>4</sup>. A partir de então, a estética utilizada (uma

---

<sup>1</sup> ÉPOCA, ed. 909. São Paulo: Globo, 7 nov. 2015.

<sup>2</sup> ISTO É, ed. 2397. São Paulo: Editora 3, 11 nov. 2015.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html). Acesso em 05 mai. 2017.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://project-unbreakable.org/about/>. Acesso em 05 mai. 2017.

pessoa em pé que segura um cartaz) foi reapropriada por diversos movimentos de minorias políticas<sup>5</sup>.

Já em 2013, a ONG feminista Think Olga lançou a campanha “Chega de Fiu Fiu”, para combater o assédio contra mulheres no espaço público. O coletivo reuniu denúncias que se davam na forma de testemunhos de vítimas, anônimas ou não. Posteriormente, os relatos passaram a ser agrupados em um mapa colaborativo virtual, alimentado pelas usuárias<sup>6</sup>. Em 2014, assédio e violência sexual voltaram a ser uma questão central. Após a divulgação de uma controversa pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a jornalista Nana Queiroz criou a campanha “Não mereço ser estuprada”. Os resultados da sondagem, que foram posteriormente retificados, apontavam que 65% dos brasileiros – entre homens e mulheres – concordavam, total ou parcialmente, que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”<sup>7</sup>.

Mesmo depois da correção da informação pelo Ipea (o número real corresponderia a 26% dos respondentes e não a 65% - o que certamente não deixa de ser alarmante), o assunto já tinha sido amplamente debatido na Internet e a campanha com a *hashtag*<sup>8</sup> #NãoMereçoSerEstuprada havia viralizado. Milhares de mulheres postaram fotos com uma pequena placa com os dizeres da campanha, algumas delas com os seios à mostra e com a frase escrita no próprio corpo.

Outro movimento similar em termos conceituais, apesar de esteticamente distinto, foi desenvolvido também pelo coletivo Think Olga, em 2015. A campanha “Primeiro Assédio” (#PrimeiroAssedio) se desenrolou inicialmente no Twitter e também teve repercussão no Facebook, reunindo testemunhos de mulheres que narravam suas primeiras experiências como vítimas de assédio sexual. Seu alcance foi tão grande que fez ressurgir a *hashtag* #FirstHarassed (primeiro assédio, em tradução literal) nos

---

<sup>5</sup> Algo similar em termos conceituais e estéticos foi feito pela campanha “I, too, am Harvard”, projeto de alunos negros da Universidade de Harvard, nos EUA. Nas fotografias que compõem a campanha, os estudantes seguravam placas com falas racistas já escutadas por eles no campus da universidade, tais como “Você tem sorte de ser negra... tão fácil entrar na faculdade”. Outra série fotográfica com o mesmo mote foi realizada em 2015, na Universidade de Brasília (UnB), reunindo imagens com a *hashtag* #AhBrancoDaUmTempo. Outra campanha #MedicatedAndMighty (algo como “medicado e poderoso”, em português) ganhou visibilidade na rede ao propor que usuários de medicamentos psiquiátricos controlados assumissem seu uso por meio de fotos com o objetivo de diminuir o estigma.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em 04 fev. 2017.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>. Acesso em 04 fev. 2017.

<sup>8</sup> *Hashtag* é uma palavra-chave que utiliza o símbolo # e que reúne todas as publicações sobre determinado tema. Mesmo tendo surgido no Twitter, a indexação por *hashtags* já é utilizada em outras redes sociais como Facebook, LinkedIn, Instagram e Google+. Sua utilização por iniciativas de mulheres deu origem ao chamado “feminismo de hashtag” (KELLER; MENDES; RINGROSE, 2016).

Estados Unidos<sup>9</sup>. O mote dos relatos das americanas, muitos dos quais identificados também com a *hashtag* #FirtsHarassment, era o mesmo: contar a primeira vez em que as mulheres haviam sido vítimas de assédio sexual<sup>10</sup>.

O alcance da *hashtag* em inglês também fez com que surgissem relatos na França, alguns identificados por #PremierHarcèlement (primeiro assédio, em tradução literal). A repercussão naquele país, no entanto, não foi tão intensa como a que aconteceu em abril de 2017, durante a semana internacional de luta contra o assédio nas ruas. O grupo feminista *Stop Harcèlement de Rue*, liderado pela ativista Héloïse Duché, lançou no Twitter a *hashtag* #stophdr, também identificada em alguns relatos como #StopHarcèlementDeRue. Centenas de mulheres participaram da campanha, contando situações de assédio sexual vivenciadas ainda na infância ou no cotidiano da vida adulta<sup>11</sup>.

Em outubro de 2017, mais uma polêmica reacendeu o debate sobre assédio e violência sexual contra mulheres. O “escândalo Weinstein” eclodiu após uma série de reportagens do jornal *The New York Times* que tornaram públicas as denúncias feitas contra o produtor de Hollywood Harvey Weinstein, acusado de estupros e reiterados casos de assédio que remontavam aos anos 1990<sup>12</sup>.

O caso de Weinstein fez surgir a campanha #MeToo (“eu também”, em tradução literal) que agregava relatos de mulheres vítimas de assédio ou violência sexual. Milhares de mulheres, famosas e anônimas, aderiram à campanha *online*<sup>13</sup>, que foi rapidamente replicada na França, por meio da *hashtag* “balance ton porc” (#BalanceTonPorc), algo como “denuncie seu porco” (no sentido de “assediador”), em tradução livre. Em poucas horas a rede já estava inundada de relatos com a *hashtag* francesa.

O que essas iniciativas brevemente abordadas têm em comum? À primeira vista, a resposta é clara: o fundamento de todas as campanhas é o testemunho feminino a respeito de uma situação de desigualdade de gênero, na maior parte dos casos uma

---

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_primeiro\\_assedio\\_repercussao\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc). Acesso em 16 mai. 2017.

<sup>10</sup> Diversas outras *hashtags* similares tiveram repercussão nos Estados Unidos, tais como #WhenIWAs, #YouOKSis, #WhyIStayed e #NotOkay, esta último uma resposta a comentários sexistas feitos pelo então candidato à Presidência da República nos EUA, Donald Trump.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.leparisien.fr/laparisienne/actualites/societe/stophdr-le-hashtag-contre-le-fleau-du-harcèlement-de-rue-14-04-2017-6855237.php#xtor=AD-1481423553>. Acesso em 15 mai. 2017.

<sup>12</sup> Graças a essa série de reportagens sobre assédio sexual, o jornal *The New York Times*, juntamente com a revista *The New Yorker*, que também noticiou o caso Weinstein, recebeu o Prêmio Pulitzer de 2018, na categoria “serviço público”.

<sup>13</sup> A repercussão foi tamanha que as mulheres que deram origem à mobilização foram eleitas “Personalidade do Ano de 2017” pela revista *Time*. Disponível em: <http://time.com/time-person-of-the-year-2017-silence-breakers/>. Acesso em 31 out. 2018.

violência de cunho sexual. Contudo, outras semelhanças também podem ser salientadas, conforme veremos ao longo desta tese. Uma delas é o caráter marcadamente pessoal e autobiográfico, que enfatiza a autoridade da experiência. Os relatos trazem com frequência essa dimensão da legitimidade da fala que pertenceria àquele que viveu, experimentou o sofrimento “na própria pele”. Apesar de diversos relatos efetuarem o movimento de “des-singularização”, promovendo identificação, elemento apontado pelo sociólogo francês Luc Boltanski (1990) como condição de repercussão para denúncias públicas, a autoridade presente nas narrativas autobiográficas de sofrimento parece ser o maior legitimador dos testemunhos analisados.

É curioso notar que a autoridade da experiência pode ser usada até contra quem apoia alguma das campanhas ou mesmo contra sua idealizadora, como é o caso da fotógrafa que criou o *Project Unbreakable*. No trecho de despedida da fundadora do projeto, ela conta uma das críticas que recebeu: “Uma pessoa disse que por eu não ser uma sobrevivente, não tenho o direito de manter esse projeto (...)”<sup>14</sup>.

A multiplicação de lugares de fala facilitada pelas redes sociais virtuais reforçou a ilegitimidade da mediação quando se trata de narrativas de sofrimento. O pesquisador Paulo Vaz (2014, p. 9) aponta para a recusa da distância entre representante e representado: “acredita-se que o melhor é que o próprio sofredor se represente para a audiência, pois ninguém pode falar em seu nome e só pode falar de uma condição quem passou por ela”.

Outra característica compartilhada é o aspecto alegadamente catártico presente em todas as iniciativas. Diversos testemunhos dão conta da dimensão terapêutica que parece existir no compartilhamento do sofrimento, sendo as narrativas autobiográficas uma forma de comunicar a experiência dolorosa. Esse é um ponto absolutamente essencial para a compreensão dos relatos pois a dimensão terapêutica, aliada a uma possível ajuda a outras vítimas (elas saberão que não estão sozinhas) e mesmo a uma tentativa de “conscientização”, funcionam como fortes argumentos morais que legitimam as campanhas.

Notamos ainda que os relatos utilizam uma linguagem emocional que, ligada a gramáticas sociais, atualizam características mais amplas da sociedade, influenciando as relações interpessoais. Valores coletivos e expectativas sociais moldam em grande medida nossas experiências emocionais, isto é, não há vivência individual de determinada

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://projectunbreakable.tumblr.com/post/122289211207/an-announcement>. Acesso em 12 fev. 2016.



emoção que não seja atravessada por códigos culturais. Por isso as emoções que emergem dos relatos analisados nesta tese têm muito a nos dizer sobre a condição feminina e a relação entre os gêneros.

As emoções suscitadas nos testemunhos, tais como culpa, vergonha e raiva, possuem uma dimensão micropolítica, como explicou a antropóloga Maria Claudia Coelho (2010, p. 266) ao se referir à “capacidade que as emoções têm de atualizar, na vivência subjetiva dos indivíduos, aspectos de nível macro da organização social”. A autora prossegue: “[...] as emoções são tributárias de relações de poder entre grupos sociais, servindo simultaneamente para expressar e reforçar tais relações” (COELHO, 2010, p. 268).

O objetivo deste trabalho é investigar campanhas de testemunhos de mulheres vítimas de assédio e violência sexual, que se desenvolveram nas redes sociais virtuais entre os anos de 2013 e 2017 em três países: Brasil, Estados Unidos e França. Para isso, selecionamos as seis iniciativas listadas a seguir: *Chega de Fiu Fiu* (2013), *Primeiro Assédio* (2015), *First Harassed* (2015), *Stop Harcèlement de Rue* (2017), *Me Too* (2017) e *Balance ton Porc* (2017).

Nosso intuito é compreender como surgem tais narrativas de sofrimento e em que medida elas sinalizam a emergência de uma nova moralidade a respeito das práticas sexuais consideradas socialmente legítimas. Buscamos investigar ainda se essas breves narrativas testemunhais que se dão no ambiente virtual colaboram para a construção de novas formas de subjetivação feminina. A partir da análise dos relatos, é possível afirmar que as mulheres desenvolvem uma nova consciência a respeito de si mesmas? Em caso positivo, como essas novas subjetividades se baseiam na apropriação do lugar da vítima e na exposição da dor? Para responder a tais questões de pesquisa, é preciso investigar as estratégias e os recursos utilizados para que as narrativas tenham seu valor político reconhecido, e também discutir as condições de emergência ou possibilidade das campanhas que constituem nosso objeto empírico.

Nossa hipótese é que tais iniciativas propõem um novo tipo de subjetividade feminina, cujo empoderamento se dá por meio da apropriação do lugar da vítima. Apesar de parecer paradoxal, a conexão entre empoderamento e vitimização fica clara se compreendermos a vítima enquanto figura de prestígio e legitimidade na sociedade contemporânea. Desse modo, colocar-se no lugar do vitimado, ou ser reconhecido enquanto tal, oferece vantagens simbólicas, como discutiremos neste trabalho. A

apropriação do lugar da vítima e o empoderamento da identidade coletiva feminina seriam duas faces da mesma moeda.

Nossa escolha por utilizar o termo “empoderamento” não é acidental. Ele é um conceito nativo dentro do feminismo, isto é, nasceu nos movimentos sociais para, em seguida, ser debatido academicamente. Apesar de seu uso por vezes indiscriminado, que pode gerar um esvaziamento de sentido, o termo se refere a uma ação coletiva de tomada de consciência a respeito de estruturas sociais que sujeitam determinados grupos. No caso das mulheres, essa conscientização envolve a compreensão da opressão patriarcal que sustenta a desigualdade entre os gêneros (SARDENBERG, 2006).

Outra hipótese que perpassa esta pesquisa é que os relatos parecem não estar em contradição com a exposição da vida feliz característica da ambiência das redes sociais virtuais. O que parece existir é um movimento de constituição de si como um “eu vitorioso”, alguém que sofreu uma experiência traumática, mas que conseguiu superá-la. A disputa pelo lugar da vítima, desse modo, não acontece sem que haja também uma apropriação da posição do “sobrevivente”, termo utilizado em alguns relatos. A exposição no meio virtual seria um exemplo de força e coragem por parte daqueles que relatam as experiências de sofrimento.

Nossa terceira e última hipótese é que a valorização da autoridade da experiência de sofrimento, aliada à apropriação da figura da vítima, pode adquirir um caráter conservador, já que o diálogo social com aqueles que não compartilham determinada identidade se torna praticamente inviável. Ao tentar desestabilizar hegemonias discursivas, não estaríamos criando novas fronteiras, que funcionam como impedimentos ao debate público?

As campanhas de testemunhos de vítimas seriam compostas justamente por narrativas da identidade, mais especificamente da identidade do sofrido, a partir do acionamento de uma memória traumática, algo impossível de ser compreendido por aqueles que não viveram o trauma. “Se por um lado a vítima serviu como instrumento de legitimação de demandas políticas por igualdade de direitos e reparação de injustiças, por outro, a sua generalização vem significando a supressão das possibilidades de diálogo político” (SOUZA; VAZ, 2015, p. 13).

Por último, a associação entre identidade e vítima pode abrir caminho para a essencialização da violência e a dificuldade em compreender sua dinâmica relacional, como é apontado pela antropóloga Cynthia Sarti (2011, p. 53): “Sobretudo nas situações de violência, há implicitamente a possibilidade de se associarem as características da

vítima e do agressor a um determinado grupo social”. Associar a vítima a um lugar fixo ou a uma identidade única também pode gerar distorções, fazendo com que algumas violências não sejam reconhecidas pois não atingem o grupo considerado mais vulnerável, como veremos ao longo deste trabalho.

A antropóloga Maria Filomena Gregori (1993) também trata da dualidade *agressor ativo X agredido passivo*, que pode ser redutora e ineficaz quando buscamos compreender as relações entre homens e mulheres. Ao analisar as pesquisas que tratavam de violência de gênero, em especial a violência conjugal na década de 1980, Gregori identificou a figura da mulher sendo construída como um personagem completamente passivo e vitimado. Segundo ela, esse binômio maniqueísta vítima/algoz dificultava a compreensão da dinâmica da violência entre os gêneros.

É importante ressaltar que discutir o que o sociólogo Joseph Davis (2005) chamou de “cultura de vítima”<sup>15</sup>, para se referir a um contexto cultural que oferece vantagens simbólicas às vítimas de experiências variadas, não equivale a diminuir a importância do sofrimento daqueles que dão testemunho de sua dor, tampouco questionar a veracidade dos relatos ou culpar as mulheres pelos abusos sofridos. Esse não é - em absoluto - nosso intuito nesta tese.

O que torna o tema ainda mais sensível e controverso é o fato de a valorização da vítima estar diretamente ligada à atuação dos movimentos identitários dos anos 1960 e 1970, que foram responsáveis por inegáveis ganhos em termos de igualdade e respeito à diversidade. Sarti (2011, p. 54) toca nesse ponto ao afirmar: “O alargamento do lugar social ocupado pela vítima no mundo atual está historicamente relacionado às melhores intenções. Daí a delicadeza da questão em pauta”.

Nossa intenção aqui é problematizar os usos políticos dessas narrativas contemporâneas de vítimas, discutindo ainda o contexto cultural e histórico que possibilita a existência desses relatos e dá a eles inteligibilidade social. Problematizamos ainda os desdobramentos negativos que podem surgir da apropriação da figura da vítima por acreditarmos que há mais chances de reduzirmos a inequidade de gênero se a debatermos em sua complexidade, isto é, se atentarmos para os fluxos de poder que perpassam as relações entre homens e mulheres.

---

<sup>15</sup> No livro *Accounts of innocence: sexual abuse, trauma, and the self*, Joseph Davis (2005) também discute como a valorização da experiência social do sofrimento cria concomitantemente novas técnicas de lidar com o sofrimento e com a cura, entre elas práticas terapêuticas (grupos de apoio e literatura de autoajuda, por exemplo) e a própria medicalização dos tratamentos por meio de psicotrópicos.

Sabendo que as formações discursivas que circulam nas redes podem servir como ponto de referência para a constituição de novas subjetividades femininas, acreditamos que este trabalho contribui para a compreensão dos papéis de gênero que circulam na sociedade, bem como os valores e práticas culturais associados ao feminino. No caso dos movimentos de testemunho de vítimas que, como vimos, não estão restritos ao contexto brasileiro, eles parecem atualizar (mesmo que em pequena escala) as definições sobre a feminilidade e os papéis sociais relativos à mulher.

Além disso, a investigação de relatos que tratam de agressões sexuais pode colaborar com a discussão sobre o tema e ajudar no enfrentamento desse tipo de violência, que ainda é constante no Brasil. Segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2018, houve cerca de 60.000 estupros no ano de 2017<sup>16</sup>. O número, que agrega casos de vítimas masculinas e femininas<sup>17</sup>, é ainda mais alarmante se considerarmos o fenômeno da subnotificação.

Esta pesquisa também pretende ajudar a preencher uma lacuna indicada por Freire Filho (2017). Segundo ele, ainda são poucas os trabalhos no campo da Comunicação Social que investigam a associação entre emoções e artefatos midiáticos. Os que se dedicam a essa temática abordam, em geral, os efeitos da mídia sobre as emoções do público receptor. Muitas vezes baseadas nos pressupostos da Psicologia experimental, as pesquisas existentes tratam as emoções como reações uniformes e universais, respostas a determinados eventos ou estímulos (como desenhos e filmes violentos, notícias de catástrofes etc.).

Além de apontar para o reduzido número de trabalhos que analisam a forma como os meios de comunicação utilizam a linguagem emocional, Freire Filho (2017, p. 63) acrescenta: “(...) raríssimas são, também, as pesquisas sobre o compartilhamento e a avaliação de experiências e de manifestações emotivas em novos ambientes comunicacionais e plataformas do ciberespaço”.

Por último, a investigação de campanhas que se dão nas redes sociais virtuais lança luz sobre essa ambiência midiática, que dá origem a práticas sociais peculiares.

---

<sup>16</sup> Disponível em: < [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP\\_ABSP\\_edicao\\_especial\\_estados\\_faccoes\\_2018.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf) >. Acesso em 01 dez. 2018.

<sup>17</sup> Desde 2009, com a Lei Federal 12.015, a tipificação de estupro passou a incluir a agressão a homens. Outra mudança relevante foi a inclusão de práticas como atos libidinosos e atentados violentos ao pudor no rol daquelas classificadas como estupro. De acordo com a redação da Lei 12.015/2009, o estupro passou a ser definido como: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Como apontam Ferreira (2015) e Ribeiro (2017), a Internet vem se tornando um importante lócus de processos interacionais e mobilizações políticas, no qual se estabelecem redes de mulheres, seja por meio de *blogs*, *sites* e perfis em redes sociais. Essas redes sociodigitais também vêm se configurando como instâncias pedagógicas de aprendizado cultural e emocional, oferecendo rico material para o debate sobre mudanças nos códigos morais e nas convenções relativas a gênero e sexualidade.

A escolha por pesquisar o ambiente das redes, bem como os atores que ali interagem, é motivada pela penetrabilidade das novas tecnologias de comunicação em nosso modo de apreender o mundo, como diz o espanhol Manuel Castells (2013, p. 108): “[...] todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico”. Em suma, a Internet e as mídias digitais impactaram nossas relações interpessoais e nossas subjetividades, ou seja, mudaram tanto a maneira como nos relacionamos quanto o modo como compreendemos a nós mesmos.

Apesar de analisar campanhas de mulheres que se desenrolam nas redes sociais virtuais, esta tese busca repensar teoricamente tal objeto de pesquisa. Muitos trabalhos acadêmicos já dão conta do potencial de “conscientização” de tais campanhas ou se debruçam sobre o caráter supostamente democrático da Internet e de suas várias formas de ciberativismo. Nossa proposta aqui é, sem negar a relevância social das campanhas femininas, refletir acerca de suas condições de emergência e dos processos de subjetivação a elas associados, tendo em mente que elas constituem um fenômeno historicamente contingente.

O referencial teórico desta pesquisa gira em torno de algumas questões básicas, que são, de certo modo, o tema central de cada capítulo teórico da tese: o feminismo enquanto movimento social e político e a especificidade de iniciativas feministas contemporâneas; a emergência da figura da vítima como uma das representações dominantes da subjetividade em nossa sociedade, aliada à ascensão do testemunho e de demais narrativas autobiográficas como forma contemporânea primordial de expressão de si, e, por último, a mudança na sensibilidade social a respeito da violência sexual, sinal que aponta para um novo regime da sexualidade.

Vejamos separadamente cada uma dessas questões. Em uma primeira tentativa de compreensão de nossos objetos empíricos, tratamos do desenvolvimento do feminismo, elemento essencial para entendermos as campanhas de testemunhos femininos de assédio

sexual. Para tanto, nos baseamos nos trabalhos de Sarti (2004), Santos (2016), Teles (1999), Pinto (2010), Perrot (1998), Blandin (2017), Rodrigues (2016) e Alves (1980).

No Brasil, o movimento de mulheres começa a se organizar efetivamente nos anos 1970, em oposição à ditadura militar, articulando-se a grupos de contestação ao regime. Apesar de haver experiências anteriores de mobilização feminina, como a luta pelo acesso à educação formal e ao voto no início do século XX, é somente na década de 1970 que o movimento se estrutura politicamente e que começam a surgir estudos acadêmicos sobre gênero. Sua consolidação como força política e social acontecerá uma década depois, com a formação de grupos feministas em sindicatos, partidos e associações e a legitimação da mulher como sujeito social (SARTI, 2004).

Discutimos ainda o desenvolvimento do conceito de gênero, essencial para a emergência de trabalhos acadêmicos críticos a respeito das assimetrias de poder entre homens e mulheres, a partir do trabalho inaugural de Rubin (1975), bem como problematizações posteriores como as desenvolvidas por Scott (1990).

O feminismo contemporâneo, ou a “quarta onda feminista”, conforme algumas leituras recentes (RODRIGUES, 2016), é marcado por uma ampliação dos sujeitos políticos do movimento, o que certamente não acontece sem disputas, como é o caso do conflito entre mulheres transexuais e algumas correntes feministas, conhecidas como *radfem* (ou feminismo radical). Para dar conta dessa temática, relacionamos os trabalhos de Butler (2014), Louro (2001) e Preciado (2014).

Também analisamos a crescente utilização do ambiente virtual para mobilizações de movimentos sociais, como apontam Sibilia (2014) e Castells (2013), em especial de mulheres jovens (FERREIRA, 2015). Paralelamente a isso, percebe-se que o feminismo (ou ao menos algumas de suas demandas tradicionais, como a luta contra os estereótipos de beleza) vem sendo apropriado por iniciativas mercadológicas, constituindo um elemento relevante do cenário que a teórica Angela McRobbie (2006) chamou de “pós-feminismo”.

Propomos também uma reflexão sobre o *status* contemporâneo da vítima enquanto identidade social valorizada, algo que começa a despontar em meados do século XX. Para isso, nossos principais referenciais teóricos são os trabalhos de Didier Fassin e Richard Rechtman, autores do livro *O império do traumatismo: investigação sobre a condição da vítima* (2011), e também a obra *Le temps des victimes* (2007), de autoria de Caroline Eliacheff e Daniel Larivière.

Em *O império do traumatismo*, os autores discutem a categoria “trauma” e adotam uma perspectiva construtivista ao tratarem da mudança na compreensão sobre a vítima nas últimas décadas, o que culminou na instauração de uma nova ordem moral a respeito dos vitimizados, que valoriza o sofrimento e estimula sua exposição. “Não se emite mais dúvida sobre a sinceridade do traumatizado: ele é *a priori* confiável. Não se interroga mais sobre os benefícios secundários: o diagnóstico habilita uma justa reparação” (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 120).

Antes, aqueles que experimentavam situações tidas como extremas pelo corpo social não raramente se deparavam com certa desconfiança em relação a uma possível fragilidade psíquica prévia ou mesmo a respeito da autenticidade de seus relatos. Como exemplo, os pesquisadores citam os ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que eram acusados de se furtarem ao compromisso com a pátria quando alegavam estarem traumatizados pela experiência nos campos de batalha.

Entretanto, é provável que os relatos que analisamos aqui não promovessem essa empatia e não encontrassem décadas atrás a repercussão alcançada hoje. Além de condições tecnológicas ligadas à dinâmica das redes sociais (seu potencial viral, de compartilhamento instantâneo etc.), colaborou para isso a disseminação da noção de trauma para além dos campos da Psicologia e da Psiquiatria.

Para Eliacheff e Larivière estaríamos vivenciando a “era das vítimas”, que conformaria uma sociedade tendente à vitimização e à busca por reparação. Essa atual configuração social teria como uma de suas origens os conflitos bélicos – Segunda Guerra Mundial e Guerra do Vietnã – e, posteriormente, a criação da categoria diagnóstica de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), incluída no DSM-III (Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, em português), de 1980, que representou um passo decisivo na alteração da condição social da vítima<sup>18</sup>.

O DSM-III representou uma “virada biológica” no campo da saúde mental, antes influenciado majoritariamente pela Psicanálise (RUSSO, 2004). Apesar de ser objeto de disputas conceituais mesmo dentro do campo psicanalítico, há certo consenso de que a realidade psíquica concorre para a existência do trauma, ou seja, há fatores internos e subjetivos que contribuem para a traumatização do indivíduo. Já a categoria diagnóstica

---

<sup>18</sup> O DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) lista os transtornos mentais e seus sintomas e orienta a prática psiquiátrica em boa parte do mundo ocidental. Foi desenvolvido pela Associação Psiquiátrica Americana como uma alternativa à Classificação Internacional de Doenças (CID), produzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Publicado pela primeira vez em 1952, o documento passou por revisões nos anos 1968, 1980, 1994 e, por último, em 2013 (DSM-V).

de TEPT, conforme sua definição psiquiátrica, é causada unicamente por um evento externo, o que faz com que qualquer indivíduo possa ser diagnosticado como traumatizado e aumenta o número de pessoas potencialmente adoecidas.

Tratando as categorias diagnósticas de modo puramente descritivo, associadas a questionários de múltipla escolha (só é preciso marcar os sinais aparentes para chegarmos ao diagnóstico do trauma), o DSM-III diminui a influência tanto da subjetividade do psiquiatra que avalia o caso, como da realidade psíquica do paciente no diagnóstico. A condição de vítima passa a ser passível de apropriação por diversos indivíduos e segmentos sociais “independentemente do lugar ocupado pelo sujeito no evento traumático, seja como vítima ou testemunha (ou, mesmo, algoz!)” (SARTI, 2011, p. 55).

Como veremos nesta tese, a ascensão da figura da vítima, ligada à criação do conceito de trauma no campo das chamadas “ciências psi”, também se relaciona ao aumento da demanda social por punição, isto é, pela criação de leis e recrudescimento de penas e sanções imputadas àqueles que as infringem. Isso faz parte da retórica do que Vaz e Rolny (2010) nomearam de “política da vítima”, em que “reconhecer o sofrimento de uma minoria significava ampliar o rigor penal para com seus agressores” (VAZ; ROLNY; 2010, p. 6).

A emergência da figura da vítima também se associa à ação política baseada em narrativas autobiográficas. Se é verdade que vivemos no que Seligmann-Silva (2010) chamou de uma “cultura do testemunho”, um contexto de explosão de narrativas sobre si mesmo, não é menos verdadeiro afirmar que muitos desses relatos se referem a experiências de sofrimento e são usados como argumentos na luta por direitos e reconhecimento social de diversos grupos. Conforme apontado por Jimeno (2010), as histórias íntimas vêm se convertendo em atos comunicativos públicos e os testemunhos têm se tornado uma forma legítima de ação política, com grande potencial de generalização e de mediação entre experiência individual e vivência coletiva.

Além de seu aspecto político, a função do testemunho seria a de elaborar o passado traumático, processar simbolicamente a experiência de sofrimento (SELIGMANN-SILVA, 2010). A elaboração simbólica traria efeitos terapêuticos para as vítimas, sejam elas indivíduos que vivenciaram experiências-limite ou mesmo em sociedades pós-ditadura. Lerner e Vaz (2017) demonstram ainda que não apenas a narrativa é apresentada como um elemento que colabora na elaboração do sofrimento, mas a exposição dessas narrativas no espaço público também promoveria uma catarse com efeitos terapêuticos. “Observa-se a interpelação para que as dores sejam visibilizadas, na crença de que a



exposição trará a catarse, e, com ela, a cura. O silêncio é desencorajado” (LERNER; VAZ, 2017, p. 162).

Como veremos, essa concepção a respeito do testemunho é bastante útil para este trabalho pois comparece nas campanhas de mulheres vítimas. No caso dos relatos femininos que tratam de assédio e agressão sexual, há diversas referências às dimensões catártica e curativa que existiriam na exposição do sofrimento no ambiente virtual e na arena midiática de um modo geral.

O alegado potencial terapêutico também é apontado pelo historiador Peter Novick. Em sua análise da sociedade norte-americana contemporânea, ele mostra que a vítima passa a ser frequentemente acolhida, ao contrário do que acontecia na primeira metade do século XX: “No nível individual, o ícone cultural do herói forte e silencioso é substituído pelo anti-herói vulnerável e loquaz. Ao invés de sofrer em silêncio, permite-se que se exponha. Alega-se que dar voz à dor e à raiva é ‘fortalecedor’, assim como terapêutico” (NOVICK, 2000, p. 8).

O antropólogo Gilberto Velho (1994) também nos explica que a concepção de biográfico é fundamental em sociedades marcadas pelo individualismo. Tendo em vista que o indivíduo é a figura de maior importância social, há uma grande valorização de narrativas biográficas, cujo eixo estruturante é a trajetória do sujeito. Já a argentina Leonor Arfuch (2010) aponta para a existência de um “espaço biográfico” que não está mais restrito aos gêneros canônicos das biografias ou memórias na Literatura. Segundo sua análise, a profusão de relatos autorreferentes a respeito do “eu” e da interioridade se dá em diferentes áreas, como na mídia, na literatura, nas artes e na política. Fazem parte desse espaço biográfico, conforme conceituado por Arfuch, as breves narrativas analisadas nesta tese.

Além da disseminação da noção de trauma, outro fator que colabora com a inteligibilidade dos relatos femininos na Internet é a mudança na compreensão acerca da agressão sexual que se dá a partir dos anos 1970. O próprio âmbito da sexualidade passou por diversas mudanças nas últimas décadas e práticas como a homossexualidade, o sadismo e o masoquismo vêm ganhando progressiva legitimidade social.

Outras experiências do campo da sexualidade, contudo, passaram a ser ainda mais condenáveis por não comportarem a noção de consentimento e por causarem dano ao outro, como explica Vaz (2014, p. 38): “[...] se um ato sexual for consentido e os parceiros forem socialmente considerados capazes de consentir, não importará mais a forma que

toma. Inversamente, dois atos passam a ser vistos de modo muito negativo: a pedofilia e o estupro”.

Também tratamos das problematizações que existem acerca do consentimento, já que, em atos que envolvem pessoas em situação de vulnerabilidade, há uma presumida impossibilidade de consentimento (GREGORI, 2014). Veremos ao longo da tese que isso faz parte de um novo dispositivo da sexualidade, que começa a emergir no fim do século XX, organizado em torno da noção de direitos sexuais, conforme explicado por Carrara (2015), ao apontar para “uma nova geografia do mal e do perigo sexual”. Continuam existindo o que ele chamou de “desejos indesejáveis” e hierarquias em termos de práticas sexuais.

Em uma cultura que valoriza a liberdade e a preeminência dos interesses individuais, são intoleráveis as práticas não consentidas. “O critério de avaliação moral das práticas sexuais passa a se basear, de um lado, na sua congruência com uma suposta verdade interior dos sujeitos expressa em seus desejos e, de outro, no pleno consentimento em participar das relações sexuais” (CARRARA, 2015, p. 329).

Compartilhamos da visão de Carrara (2015) a respeito dessa nova moralidade, que não deve ser compreendida simplesmente como avanço ou progresso, mas sim como uma transformação no dispositivo da sexualidade. Além disso, apontar a existência de um novo regime de sexualidade não significa que tenha havido a suplantação completa de regimes tradicionais, tampouco que não haja conflitos entre os padrões morais ligados ao exercício da sexualidade.

Outro importante referencial teórico desta tese é o trabalho do historiador e sociólogo francês Georges Vigarello, autor do livro *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*, que trata da mudança na sensibilidade social a respeito da violência sexual. Na obra, Vigarello afirma que a violência sexual causa enorme comoção no cenário contemporâneo, tendo se transformado em uma verdadeiro “problema social”, que provoca modificações sociais, institucionais e jurídicas.

Incluimos ainda como referencial teórico trabalhos do campo da Antropologia das Emoções, tendo em vista que o mecanismo central das narrativas de vítimas é a linguagem emocional, que traz a interioridade do sujeito e colabora com o estabelecimento de identificação (JIMENO, 2010). As emoções, intimamente ligadas às relações sociais de poder e à moralidade vigente, expressam e, ao mesmo tempo, reforçam as regras morais. Em termos simples, analisar as emoções suscitadas nos relatos testemunhais nos ajuda a compreender nossa própria realidade social, já que “o real não preexiste ao que é dito

sobre ele, mas, ao contrário, é formado por aquilo que se diz sobre ele” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 78).

Além disso, as campanhas que constituem nosso objeto empírico só se tornaram possíveis porque houve, como acabamos de salientar, uma mudança na sensibilidade social relativa à violência sexual. Essa mudança na sensibilidade coletiva faz parte do que Pollak (1989) chamou de “condições de comunicabilidade” dos relatos testemunhais de sofrimento. Essa comunicabilidade depende da experiência emocional do grupo social, de seu sistema de crenças e valores. Se a emoção narrada não faz parte do repertório do coletivo social, a pessoa não se sentirá autorizada a narrar a experiência, tampouco haverá compreensão ou repercussão dos relatos. Dito de forma simples, os testemunhos não comoveriam aqueles que os leem. Isso porque “tanto a expressão da emoção experimentada na vida social do indivíduo quanto a veiculada por meios de comunicação são construídas com bases sociais e culturais” (SIQUEIRA, 2015, p. 18).

O antropólogo David Le Breton (2014) complementa a questão ao apontar para o caráter convencional não só da expressão das emoções mas do próprio sentir. Segundo ele, as emoções não são inatas ou biologicamente programadas, mas sim culturais e históricas: “Para que um sentimento (ou emoção) seja experimentado ou exprimido pelo indivíduo, ele deve pertencer, de uma forma ou de outra, ao repertório cultural do seu grupo” (LE BRETON, 2014, p. 126).

O quadro simbólico coletivo ao qual se refere Le Breton também comparece nos testemunhos que são, segundo Seligmann-Silva (2010, p. 6), “o vértice entre a história e a memória”. Em outras palavras, testemunhamos uma vivência íntima e pessoal, mas que está sempre inserida em um quadro social mais amplo, que nos serve de referência e dá sentido àquilo que foi experimentado. Nesse sentido, cada relato individual possui uma dimensão marcadamente coletiva (HALBWACHS, 2004).

Investigar as emoções e os afetos evocadas nos relatos também é relevante quando atentamos para o caráter mnemônico dos testemunhos. As lembranças são organizadas em um fluxo narrativo, já que é impossível haver coincidência plena entre o que foi vivido e aquilo que é relatado. Esses relatos são atos retrospectivos e dinâmicos, levando Pollak (1989, p. 8) a afirmar que “o presente colore o passado”, ou seja, que o relato que se volta para o passado é sempre enquadrado e contextualizado pelas experiências vividas no hoje.

O fato de uma lembrança ser reconstruída a partir do momento presente em que vive aquele que narra não significa simulação. Ao relatarmos suas histórias nas redes sociais, as mulheres que sofreram algum tipo de assédio ou violência sexual não estão

inventando pura e simplesmente, mas sim fazendo uma releitura dessas experiências a partir de nosso repertório contemporâneo que deu novo sentido a essas vivências. Dito de outro modo, a maneira como a violência é compreendida, sentida e expressada depende em grande medida do contexto histórico e sociocultural em que estamos inseridos.

Experiências passadas que poderiam ser consideradas inclusive positivas (como “receber uma cantada”) passam ao registro do assédio por conta dessa nova sensibilidade social. Não é apenas uma mudança na nomenclatura. O próprio evento passa a ser experimentado de outro modo, como esclarece Le Breton (2009, p. 118): “Existe um trabalho do tempo e da memória sobre as emoções, um trabalho de significado, que leva, por vezes, à modificação da forma como um acontecimento é experimentado”.

O filósofo Ian Hacking corrobora tal visão ao tratar da rememoração de eventos e do que ele chamou de “indeterminação do passado”: “Não quero dizer somente que mudamos nossa opinião sobre o que foi feito, mas que em um certo sentido lógico, aquilo que foi feito se encontra ele mesmo modificado” (HACKING, 1998, p. 387).

Como vimos, esta pesquisa tem o objetivo de analisar qualitativamente as campanhas compostas por testemunhos de mulheres vítimas de assédio e violência sexual, identificando formas de associação entre a figura da vítima e novas formas de subjetivação feminina. Para essa investigação dos discursos, acionamos o método genealógico de Michel Foucault como ferramenta analítica<sup>19</sup>.

Esse método orienta investigações de práticas discursivas e de processos de subjetivação em que estamos engajados enquanto indivíduos sociais. Tendo se intitulado historiador ao longo de toda a sua trajetória acadêmica (se autodenominando filósofo apenas no fim de sua vida), Foucault promoveu inflexões teóricas que enfatizaram as discontinuidades e os pontos de ruptura da História, se afastando de noções evolutivas ou lineares do tempo. De acordo com sua proposta metodológica, os eventos teriam que ser investigados em sua singularidade e deveríamos questionar justamente os modos de ser e de pensar de um determinado momento histórico.

A análise deveria contemplar, sobretudo, as verdades de uma determinada época, ou seja, aquilo que nos pareceria natural ou a-histórico, eventos ou práticas a respeito das quais existiria alto grau de consenso. “Daí para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona;

---

<sup>19</sup> Uma versão preliminar dessa discussão foi apresentada em formato de artigo, intitulado “O método genealógico: uma possível chave de leitura para problemas contemporâneos”, no XIII Seminário de Alunos de Pós-graduação em Comunicação, realizado pela PUC-Rio em 2016.

espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1979, p. 15).

O método genealógico investiga a linguagem enquanto prática discursiva. “A rede de enunciados faz emergir os objetos que podem ser pensados, os lugares que um sujeito pode ocupar para deles falar, os conceitos que utiliza e o domínio de escolhas teóricas de que dispõe” (VAZ, 1997, p. 57). Um dos objetivos desse método é analisar o poder em sua complexidade - como algo que se exerce e não que se possui - e em sua positividade, ou seja, em seus efeitos produtivos e não apenas coercitivos, “pois as relações de poder produzem realidade, fabricam saberes, criam modos de ser” (LEMOS; CARDOSO JR., 2009, p. 356).

A proposta que desenvolvemos nesta tese é a de que a cena contemporânea pode ser mais facilmente compreendida se a analisarmos enquanto cenário de tensões no qual tanto o poder como as resistências instituem novas referências de normalidade em termos de práticas mas também de pessoas. No caso do dispositivo contemporâneo da sexualidade, o repúdio à violência sexual vem se tornando parte do sistema de valores. Produziu-se uma nova sensibilidade à violência sexual, o que promove a ascensão de narrativas de vítimas e facilita a comunicabilidade de tais relatos. Notemos que há dois processos em andamento: produção de efeitos subjetivos e geração de efeitos sociais e políticos, ambos ligados a uma nova economia emocional.

Historicizar e problematizar as verdades do presente, suas práticas discursivas e seus processos de subjetivação, esses seriam os objetivos últimos do método genealógico. “Para estudar as práticas, Foucault propõe interrogá-las, colocar em questão os postulados instituídos que circulam no campo social como verdade, desconstruindo modos de vida e hábitos que foram cristalizados” (LEMOS; CARDOSO JR., 2009, p. 355).

Mas isso não se dá sem a imposição de algumas limitações. Talvez a principal delas se refira à impossibilidade de assumir um ponto de vista supra-histórico. O conceito foucaultiano de episteme pode nos ajudar a refletir. Entendido como um paradigma ou conjunto de regras e princípios que oferecem as condições de possibilidade de existência de ações, crenças e pensamentos, a episteme nos mostra que as verdades do nosso tempo só são possíveis no momento em que vivemos. Sendo historicamente situadas, são também provisórias.

Entretanto, como investigar as verdades de meu tempo se elas determinam também a mim mesmo? Em outros termos, como questionar nossa cultura se nos pensamos justamente a partir de verdades e conceitos disponíveis no caldo cultural no

qual estamos imersos? A pesquisadora Emily Martin, em seu livro *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução* (2006), traz uma interessante metáfora desse “problema” ao acionar Berger e Luckmann, teóricos da Sociologia do Conhecimento: “Como antropóloga, meu problema residia em como encontrar uma posição privilegiada da qual pudesse observar a água em que havia vivido a vida inteira. Berger e Luckmann ilustram esse problema como ‘tentar empurrar um ônibus no qual você está viajando’” (MARTIN, 2006, p. 47).

Contudo, estar situado na mesma realidade social que se busca investigar e trabalhar com questões contemporâneas e em constante mutação não constituem uma impossibilidade. Ao contrário, o presente pode nos oferecer indícios valiosos: “sempre é possível traçar certas genealogias capazes de oferecer alguns rastros significativos acerca de sua gestação e suas implicações” (SIBILIA, 2015, p. 136).

Também é indispensável precisar questões éticas e políticas desta pesquisa. Desnaturalizar determinados valores ou códigos morais pode ser facilmente compreendido como uma relativização da violência ou mesma uma desqualificação do sofrimento alheio. Para esclarecer a questão, vejamos um exemplo advindo da Sociologia: a teoria interacionista do desvio, descrita no livro *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (2008) do norte-americano Howard Becker.

Segundo Becker, o desvio é fruto de uma interação, ou seja, não é um atributo que existe no comportamento em si mesmo. Isso nos parece simples de ser assimilado se tomamos o exemplo do uso da maconha, também analisado por Becker no mesmo livro. A utilização da erva não possui nenhum tipo de valor positivo ou negativo, isto é, seu significado é construído socialmente. Enquanto no Brasil seu uso é vedado em termos legais, em alguns estados norte-americanos, a utilização medicinal da substância é garantida legalmente.

Esse exemplo simples deixa claro que a prática em si mesma não tem nenhum significado *a priori*. Seu sentido depende do contexto social no qual está inserida e dos valores a ela atribuídos. A aplicabilidade da teoria do desvio, porém, é menos evidente quando passamos a analisar a temática da violência sexual que, como toda experiência do campo do humano, não é pré-discursiva. Existem atos e práticas que nos parecem essencialmente maus e nocivos. Historicizá-los, nesse sentido, passa a ser algo complexo e cercado de riscos éticos. A respeito dos detratores de sua teoria interacionista, Becker (2008, p. 196) diz que eles “consideram perversos os teóricos que não admitem que alguns atos são *realmente* desviantes” [grifo no original].

Além da violência sexual, outras práticas desviantes no que diz respeito à sexualidade são tidas como intrinsecamente perversas, como é o caso da pedofilia. Deter-se nesse tipo de fenômeno social e tomá-lo como objeto de estudo foi a empreitada de Laura Lowenkron no livro *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos* (2015). Ciente das questões éticas que envolviam o trabalho de sua então orientanda de Doutorado, a antropóloga Adriana Vianna escreveu no prefácio da obra, que possui um ponto de vista marcadamente genealógico: “Tomar a construção social pedofilia como objeto de investigação antropológica [...] exige o deslocamento constante do olhar do investigador na direção daquilo que não é oferecido ao público com o brilho do escândalo moral, da crise de valores ou da patologia psíquica” (VIANNA apud LOWENKRON, 2015, p. 15).

Seguindo uma proposta genealógica, sabemos que a maior visibilidade que é conferida ao tema da violência sexual não pode ser compreendida unicamente como simples sinal de avanço ou progresso no que se refere aos direitos das mulheres. Há outros elementos que formaram um campo fértil e propício a essa visibilidade e discutiremos todos eles ao longo da tese. Eles explicam em certo sentido o porquê dessa visibilidade da temática, ao lado, evidentemente, do alarmante número de casos, como já salientamos.

As campanhas nos ajudam a compreender os novos códigos morais hoje em voga e parecem ser indicativas de um novo dispositivo da sexualidade que, conforme apontou Carrara (2015, p. 335), começa a emergir no fim do século XX: “[...] no que diz respeito à sexualidade, as expectativas relativas à subjetivação, à responsabilização e ao controle de si aprofundam-se enormemente”.

A respeito da metodologia, precisamos deixar claros aspectos importantes. As investigações dedicadas a fenômenos sociais no contexto das redes sociodigitais necessitam de um ferramental que leve em conta as especificidades desse meio (REBS, 2011). Todos os relatos que constituem nosso objeto empírico foram exaustivamente registrados em arquivos pessoais da autora deste trabalho, por conta da possibilidade de serem retirados a qualquer momento da rede, tornando impossível a recuperação de dados.

Em termos de seleção do *corpus* empírico, a amplitude do meio virtual, juntamente com a vasta quantidade de relatos que compuseram as campanhas, nos impuseram algumas limitações metodológicas. Diante da impossibilidade de ler todas as narrativas e analisá-las com a devida profundidade, acreditamos ter adotado critérios adequados a uma pesquisa qualitativa, chegando a um material consistente de análise. No caso da campanha

Chega de Fiu Fiu, analisamos os 79 relatos (72 femininos e 7 masculinos) disponíveis no site do grupo Think Olga.

Já no caso da mobilização Primeiro Assédio, que foi lançada no Twitter, a quantidade de “replicações” da *hashtag* #PrimeiroAssedio foi bastante expressiva. Apenas um mês após o lançamento da campanha, já havia mais de 80 mil *tweets* com a *hashtag* #PrimeiroAssedio, produzidos por mais de 35 mil usuários. Diante do tamanho do material empírico e depois de termos considerado diversos critérios distintos de seleção, optamos por trabalhar com as definições estabelecidas pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)<sup>20</sup>.

Utilizando um algoritmo de modularidade que localiza os perfis mais “retuitados”, pesquisadores do LABIC identificaram as três comunidades mais ativas nas redes sociais nos dias posteriores ao lançamento da campanha #PrimeiroAssedio, identificadas por diferentes cores: laranja, roxa e vermelha. As comunidades eram compostas pelos seguintes usuários: Rede Laranja - Ativistas e formadores de opinião que apoiaram a campanha e relataram o primeiro assédio que haviam sofrido (total de 16 perfis, sendo quatro deles atualmente desativados e um deles tendo excluído a postagem com a *hashtag* #PrimeiroAssedio); Rede Roxa - Perfis que disseminaram mensagens de apoio e encorajamento às mulheres que participaram da campanha (total de 13 perfis, sendo que quatro deles excluíram as postagens com a *hashtag* #PrimeiroAssedio); Rede Vermelha - Perfil do grupo que idealizou a campanha (@thinkolga), além de perfis de meios de comunicação que a replicaram, como *El País*, *Brasil Post*, *Carta Capital* e *BBC Brasil* (total de seis perfis)<sup>21</sup>. Após a seleção dos perfis a serem analisados, utilizamos o filtro do Twitter para ter acesso às postagens que utilizavam a *hashtag* #PrimeiroAssedio, chegando assim a um total de 107 postagens.

Para a análise qualitativa das *hashtags* #FirstHarassed e #stophdr também utilizamos o filtro do Twitter. Após os resultados terem sido carregados, salvamos todo o material em formato PDF para consultas posteriores. A *hashtag* #FirstHarassed gerou um

---

<sup>20</sup> Notamos aqui que existem ferramentas como o *Twitter Search Advanced* e o *Twitter Analytics* que podem colaborar com a seleção dos relatos por meio da aplicação de filtros como data, palavras-chave, localização etc. No entanto, para os objetivos desta pesquisa, o mais indicado seria desenvolver uma métrica específica para trabalhar com a quantidade de dados existentes na rede.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>. Acesso em 11 mai. 2017.



arquivo de 210 páginas, com cerca de 1.500 postagens. Já a variante *#FirstHarassment* gerou 22 páginas, com cerca de 150 postagens.

A campanha do coletivo francês gerou um arquivo PDF de 341 páginas, com total de mais de 2.300 postagens. As 33 postagens com a *hashtag* variante *#StopHarcèlementDeRue* resultaram num arquivo de cinco páginas. Levando em consideração que os *tweets* são curtos (já que não podiam ultrapassar 140 caracteres) e que muitos deles são meras replicações de portais de notícia ou mesmo críticas à campanha, decidimos ler todo o material e selecionar os relatos autobiográficos mais relevantes para a investigação desta tese, além de mensagens de apoio bastante significativas em termos de conteúdo. Excluímos desta análise as postagens com críticas e desqualificações a respeito das campanhas, pois elas constituem, a nosso ver, um *corpus* analítico distinto que mereceria uma pesquisa específica.

O movimento *Me Too* teve uma repercussão absolutamente impressionante. Em um ano de campanha, a *hashtag* foi usada mais de 19 milhões de vezes no Twitter. Mesmo que tentássemos analisar os *tweets* do dia em que a campanha começou (31 de outubro de 2017), os números continuariam sendo impositivos. Foram mais de 600 mil postagens identificadas com a *#MeToo*<sup>22</sup>. Por conta dessa enorme ressonância, optamos por analisar os relatos agrupados pelo *The New York Times*, mesmo veículo que fez a série de reportagens que deu início à campanha *Me Too*. Em junho de 2018, o jornal publicou uma matéria intitulada “Como falar ‘eu também’ mudou suas vidas”, em que 20 pessoas (18 mulheres e dois homens) contam quais foram as consequências e os desdobramentos de suas denúncias publicadas no ano anterior pelo mesmo veículo.

A maioria dos entrevistados trabalha no mercado profissional das artes (cinema, música etc.) e têm algum grau de notoriedade, diferentemente do que acontece nas outras narrativas que analisamos neste trabalho. No entanto, acreditamos ter chegado a um *corpus* empírico coerente pois existe entre todos os relatos semelhanças tanto nos argumentos morais evocados como na estrutura discursiva emocional utilizada, como poderemos verificar ao longo deste trabalho. No texto de abertura da matéria, já podemos perceber alguns desses elementos<sup>23</sup>:

Sabemos o que aconteceu com os homens, alegados perpetradores, varridos pela onda de acusações contra Harvey Weinstein em outubro

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/10/11/how-social-media-users-have-discussed-sexual-harassment-since-metoo-went-viral/>. Acesso em 03 nov. 2018.

<sup>23</sup> Notamos que os textos em inglês e francês foram traduzidas livremente pela autora desta tese e que os trechos em negrito também foram destacados por nós para dar ênfase aos aspectos discutidos. Citações que possuem marcações no texto original serão sinalizadas com “grifos no original”.

de 2017. Mas o que aconteceu às **pessoas corajosas** cujas terríveis histórias deram início ao movimento global #MeToo? Aqui, 20 homens e mulheres falam, **em suas próprias palavras**, sobre o que aconteceu depois que revelaram ao *The New York Times* suas **histórias mantidas em segredo por tanto tempo**. Houve problemas emocionais, carreiras estiveram na linha. Também houve alguns arrependimentos. Apesar disso, muito foram encorajados: **pelo menos suas vozes contam**<sup>24</sup>.

A *Balance ton Porc* também reuniu dezenas de milhares de testemunhos, quantidade impossível de ser analisada por apenas uma pesquisadora<sup>25</sup>. Nesse caso, acessar os depoimentos disponíveis no site da campanha foi a saída encontrada, como ocorreu com a Chega de Fiu Fiu<sup>26</sup>. Organizados em oito categorias, os relatos são mais detalhados que aqueles presentes no Twitter pois não há limitação de caracteres<sup>27</sup>. Seleccionamos quatro categorias (“círculo familiar”, “lugar público”, “no trabalho” e “na vida a dois”) que consideramos coerentes com o restante de nossos objetos de análise e nos detemos nas 20 primeiras postagens de cada uma delas, o que totalizou em um material narrativo composto por 80 relatos.

Por último, por meio da discussão de seis mobilizações distintas, sendo duas brasileiras, duas norte-americanas e outra duas francesas, buscamos demonstrar que esse tipo de ação política, que se efetiva por meio de relatos autobiográficos de sofrimento, não está restrita ao cenário nacional. Além disso, como veremos ao longo da tese, as semelhanças entre as narrativas colaboram com a unidade das mobilizações analisadas enquanto material empírico.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, tratamos do desenvolvimento histórico do feminismo enquanto movimento político e social no Brasil,

---

<sup>24</sup>“We know what became of the men, the alleged perpetrators, swept aside in the wake of accusations against Harvey Weinstein in October 2017. But what happened to the courageous people whose harrowing accounts prompted the global #MeToo movement? Here, 20 women and men speak, in their own words, about what came after they revealed their long-secret stories in The New York Times. There was emotional fallout; careers were on the line. Yet there were few regrets. Instead, many were emboldened: At last, their voices matter”. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2018/06/28/arts/metoo-movement-stories.html>. Acesso em 20 out. 2018.

<sup>25</sup> Nos dois primeiros dias de campanhas, já eram mais de 60 mil *tweets* identificados com a *hashtag* #BalanceTonPorc. Disponível em: <http://www.leparisien.fr/laparisienne/actualites/societe/sandra-muller-a-lance-balancetonporc-je-l-ai-fait-pour-toutes-les-victimes-15-10-2017-7333434.php>. Acesso em 04 nov. 2018.

<sup>26</sup> Optamos por esse recorte de pesquisa cientes de que existe uma seleção prévia dos testemunhos disponíveis nas páginas das campanhas, o que, por si só, já opera efeitos de sentido nas narrativas autobiográficas.

<sup>27</sup> As oito categorias disponíveis no site da campanha *Balance ton Porc* são as seguintes: “círculo familiar”, “lugar público”, “no trabalho”, “na vida a dois”, “no meio médico”, “no meio escolar”, “no meio religioso e “outros”. Um mesmo relato por ser categorizado simultaneamente em duas ou mais categorias, como, por exemplo, “círculo familiar” e “na vida a dois”.

que se estabeleceu por meio de ondas e momentos-chave e foi fortemente influenciado pelos contextos europeu e norte-americano. Diversos trabalhos científicos dão conta da importância do feminismo em transformar a sensibilidade social ou pautar a agenda política. Compreender o que representou o feminismo é, dessa maneira, essencial para nossa análise.

Ainda no capítulo 1, propomos uma observação mais detida sobre as mobilizações feministas contemporâneas, que se organizam muitas vezes a partir das redes sociais virtuais. Em seguida, caracterizamos brevemente as campanhas de mulheres vítimas de violência sexual, que constituem nosso objeto empírico, a saber: *Chega de Fiu Fiu* (2013), *Primeiro Assédio* (2015), *First Harassed* (2015), *Stop Harcèlement de Rue* (2017), *Me Too* (2017) e *Balance ton Porc* (2017).

No capítulo 2, discutimos a emergência da figura da vítima que está ligada, entre outros fatores, à criação da categoria diagnóstica de transtorno de estresse pós-traumático (YOUNG, 1995, 2002; HACKING, 1995; FASSIN, RECHTMAN, 2011; ALEXANDER, 2004; ERNER, 2006; ELIACHEFF, LARIVIÈRE, 2007; DAVIS, 2005). Tratamos ainda da prevalência dos relatos autobiográficos e testemunhos na cena comunicativa contemporânea, hoje compreendidos como uma forma socialmente inteligível de expressão do sofrimento. Para isso, relacionamos conceitos desenvolvidos por Radstone (2006), Vaz (2014), Seligmann-Silva (2010), Pollak (1989), Sarlo (2007), Lejeune (2008) e Arfuch (2010). Compõe ainda o segundo capítulo a discussão sobre o potencial terapêutico dos relatos testemunhais, conforme apontado por Novick (2000), Lerner e Vaz (2017) e Sacramento (2016).

No capítulo 3, tratamos do caráter socialmente construído das emoções (LE BRETON, 2009; REZENDE, COELHO, 2009; SODRÉ, 2006; SIQUEIRA, 2015) e também discutimos conceitos como assédio e violência sexuais, abordando ainda as mudanças na moralidade sexual e o surgimento de novos códigos que regem as práticas sexuais, reguladas sobretudo a partir da noção de consentimento entre as partes envolvidas (FOUCAULT, 1988; RIOS, 2006; CARRARA, 2015; GREGORI, 2014; VAZ, 2014). Tratamos também da transformação da violência sexual em um “problema social” contemporâneo (VIGARELLO, 1998; BIRMAN, 2005).

Os três capítulos iniciais não são apenas históricos ou contextuais. Buscamos, na medida do possível, explorar seu caráter analítico, promovendo o cruzamento com o material empírico, adiantando elementos que foram aprofundados nos dois capítulos subsequentes. No capítulo 4, analisamos o material discursivo das mobilizações de

vítimas, buscando identificar padrões e semelhanças, bem como discutir estratégias e diferentes endereçamentos. Investigamos também os argumentos morais utilizados pelas mulheres para justificar sua participação e o modo como eles se relacionam com o universo social contemporâneo de valores.

No quinto e último capítulo, analisamos marcas textuais que caracterizam a linguagem emocional dos relatos e o modo como as emoções são acionadas para humanizar as narrativas e promover identificação e empatia. Além disso, por seu caráter micropolítico, as emoções nos dão pistas sobre as relações sociais. Desse modo, a partir de sua investigação, reunimos elementos que nos informam a respeito de aspectos macrossociais, como os papéis de gênero performados por mulheres e homens. Em seguida, examinamos os processos de subjetivação sugeridos pelos relatos autobiográficos, para compreendermos de que modo a apropriação da figura da vítima pode se constituir como um fator de empoderamento do feminino.

Nas considerações finais, apresentamos os resultados obtidos nesta tese, relacionando-os aos objetivos e hipóteses inicialmente elencados. Abordamos ainda possíveis horizontes de pesquisa a respeito de temáticas que carecem de investigação e podem ser objetos de trabalhos acadêmicos futuros.

## 1 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO FEMINISMO

O feminismo é um movimento social e político que ajudou a reduzir as assimetrias de gênero e a análise de seu desenvolvimento é fundamental para compreendermos o papel da mulher em nossa sociedade. Esta tese não poderia deixar de tratar da história do feminismo, já que o movimento foi responsável por promover o reconhecimento da mulher como sujeito de direitos, o que contribuiu para a modificação da moralidade sexual e tornou menos tolerável a violência de gênero<sup>28</sup>.

Tradicionalmente a história do movimento de mulheres no mundo é contada por etapas, chamadas de ondas feministas, que representam ciclos de mobilização militante (BLANDIN, 2017). Antes de discuti-las, contudo, há que se fazer uma ressalva. A separação do movimento em ondas é alvo de diversas críticas e uma delas está ligada ao fato de essa caracterização obscurecer lutas internas ao próprio movimento, contando apenas as “estórias dominantes”, conforme sugerido por Clare Hemmings (2009).

Outras críticas dizem respeito à valorização excessiva dos contextos norte-americano e europeu, que estaria presente em análises baseadas na periodização em ondas, e o conseqüente “apagamento” da realidade social de outros países. Um exemplo esclarece: nos anos 1980, o feminismo sofreu uma forte reação conservadora nos Estados Unidos, mas esteve no centro do debate público no Brasil, passando por um processo de consolidação com o retorno de muitas mulheres após a Lei da Anistia, em 1979 (SARTI, 2004). Ou seja, as realidades sociais não são as mesmas nos diferentes países e a cronologia das ondas não daria conta dessas especificidades.

Cientes de tais críticas, optamos por seguir essa divisão esquemática das ondas, dando destaque, porém, às especificidades do feminismo no Brasil que, apesar de receber importante influência dos contextos europeu e norte-americano, possui características próprias, essenciais para o entendimento de nossas relações de gênero. Alinhamo-nos à perspectiva da filósofa feminista Magda Guadalupe dos Santos (2016), para quem a separação em ondas nos ajuda a mapear as atividades no tempo, que se dão de maneira processual, mas também a compreender que cada momento histórico lidou com questões específicas e desenvolveu distintas armas e métodos de resistência. Ou seja, cada época teve suas questões prioritárias, bem como suas protagonistas e suas práticas políticas.

---

<sup>28</sup> Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada em formato de minicurso com o título “Gênero e feminismo: de Beauvoir à Teoria Queer”, pela autora desta tese no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), em 2016.

## 1.1 O VOTO E AS REIVINDICAÇÕES POR DIREITOS CIVIS

Tendo início no século XVIII e chegando até o começo do século XX, a primeira onda feminista se refere à luta por direitos ligados ao exercício da cidadania plena, como o acesso à educação formal e ao voto (BLANDIN, 2017). Já durante a Revolução Francesa, deflagrada em 1789, as mulheres chamavam atenção para a contradição entre a proclamação da universalidade dos direitos e a exclusão das mulheres da vida pública. Como estabelecer um regime democrático se as mulheres, que representavam mais da metade da população adulta, não possuíam direito ao voto? Olympe de Gouges, militante feminista francesa, chegou a afirmar em sua *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791): “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna!”<sup>29</sup> (PERROT, 1998, p. 49).

Influenciada pela Revolução Francesa, a filósofa inglesa Mary Wollstonecraft escreve, em 1792, a célebre obra *Reivindicação dos direitos das mulheres*, em que defende a instrução como via de independência feminina. Ambas as iniciativas tiveram repercussão no Brasil, sendo a influência europeia algo reconhecido em diversos trabalhos que tratam da luta feminista brasileira (TELES, 1999, p. 37).

A luta sufragista se organizou no começo do século XX principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Em ambos os casos, o direito foi alcançado após a Primeira Guerra, depois de muitos embates. Conhecidas como *suffragettes*, as mulheres promoviam manifestações públicas, faziam greves de fome e muitas foram levadas à prisão. Um caso trágico aconteceu em 1913, quando a feminista Emily Davison se jogou na frente do cavalo do rei da Inglaterra durante a famosa corrida de cavalos em Derby e acabou morrendo (PINTO, 2010, p. 15).

Apesar de todos os protestos e confrontos, o voto feminino aberto a todas as mulheres só se tornou realidade na Inglaterra em 1928. Na França, país considerado um dos berços do feminismo, as mulheres só puderam votar em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo sido o penúltimo país europeu a instaurar o voto feminino<sup>30</sup> (ALMEIDA, 2000). Já as norte-americanas lutaram pelo direito ao voto e atuaram também no movimento antiescravista, que atingiu seu objetivo em 1863, com o fim da

---

<sup>29</sup> Olympe de Gouges faz referência à Maria Antonieta, esposa do rei Luís XVI, que foi guilhotinada juntamente com seu marido durante a Revolução Francesa. Em 1793, Olympe de Gouges teria o mesmo destino, sendo levada à morte por guilhotina, acusada de ser contra-revolucionária por insistir em tratar da condição feminina (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 34).

<sup>30</sup> Para uma discussão mais ampla sobre a tardia instauração do voto feminino na França, ver Bard (1995).

escravidão. Em 1866, os homens negros adquiriram o direito ao sufrágio, mas as mulheres continuaram excluídas, o que intensificou as reivindicações femininas. As americanas só teriam acesso pleno a esse direito em 1920, quando a Constituição Federal do país, e não mais apenas alguns estados, reconheceu a legalidade do voto feminino (TELES, 1999, p. 39).

A luta pelo sufrágio caminhava em paralelo às demandas por acesso à educação formal. Nos casos inglês e norte-americano, a instrução feminina era em certa medida difundida, algo facilitado pela tradição religiosa protestante. Esse elemento facilitador não existiu no contexto brasileiro. O catolicismo dominante no país não valorizava a instrução feminina, que era vista inclusive com reticência. “O protestantismo era muito mais favorável à instrução das moças do que o catolicismo, que desconfiava da imaginação delas” (PERROT, 1998, p. 102).

O pouco acesso à educação formal no Brasil começou no período colonial, mas era bastante limitado, como explica Gilberto Freyre (2003, p. 144): “Mesmo a que frequentava escola ou colégio tornava-se mãe de família sabendo apenas falar mais elegantemente que as outras, juntando ao português um pouco de francês, um pouco de música, um pouco de dança”. Isso se manteve através das décadas seguintes, mesmo após a vinda da Família para o Brasil, em 1808. Os colégios continuaram propondo uma espécie de continuação do aprendizado doméstico, ensinando “boas maneiras”, piano, canto, noções de francês, costura (“trabalhos de agulha”) e outros conhecimentos que pudessem aumentar o dote recebido no momento do casamento e também colaborar com a instrução dos filhos.

A vida da mulher da casa-grande é bastante conhecida. (...) Sua função única de procriadora não exigia mais de sua educação do que o domínio das artes domésticas. São comuns as crônicas de viajantes, relatando a ignorância das mulheres brancas brasileiras. Raramente sabiam ler e apenas no Segundo Reinado, com a crescente sofisticação da Corte, começam a se preocupar em dar às suas filhas algumas pinceladas de cultura, para melhor habilitá-las à frequência dos salões. (...) Convento ou casamento: esta rima casual resume as perspectivas que aceitavam conformadas as mulheres de classe dominante (ALVES, 1980, p. 86).

Além das restrições em termos de acesso à educação, o espaço público também era praticamente vedado às mulheres, como explica Freyre (2003, p. 129) a respeito das “mulheres isoladas e tristes” do período colonial:

O padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as

velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor.

A dupla moralidade patriarcal também agia sobre a sexualidade. Enquanto o adultério feminino poderia ser punido com a morte, segundo o código português então vigente, a traição masculina era amplamente tolerada, bem como a manutenção de mais de uma família pelo mesmo homem. “‘Nascer do outro lado dos lençóis’ era o eufemismo empregado para designar bastardia. E não foram poucas as famílias assim constituídas” (DEL PRIORE, 2011, p. 65).

Obviamente a segregação sexual dos espaços públicos e a associação tradicional das mulheres ao espaço doméstico, da reprodução e do cuidado com os filhos, não significa que não existissem fronteiras móveis entre os espaços público e privado. Também é importante notar que, mesmo entre as mulheres, o acesso ao espaço público era distribuído de forma distinta segundo outros marcadores sociais, como classe social e idade. Se as moças de famílias ricas imitavam os modos europeus com seus trajes pudicos e permaneciam enclausuradas no domínio da casa, em uma vida de reclusão, havia todo um contingente feminino de mulheres escravizadas que se deslocavam pelo espaço público (DEL PRIORE, 2011, p. 14).

Obviamente elas estavam sujeitas às ordens de seus senhores, contudo nessas andanças sempre havia a possibilidade de pequenas fugas e subversões. Também é curioso notar que tanto mulheres pobres como aquelas já casadas ou idosas poderiam possuir mais liberdade de deslocamento, pois “sem a atração sexual, sua deambulação importa menos” (PERROT, 1998, p. 46).

Apesar do pouco acesso ao espaço da rua, as filhas das elites brasileiras eram as únicas que tinham até então a possibilidade de estudar. Em 1879, as mulheres das classes mais elevadas passaram a ter acesso às universidades. A luta pela educação plena de todas as mulheres, independentemente de sua classe social, começou a ganhar fôlego no Brasil no início do século XX. Uma das personagens mais importantes do período foi a escritora Nísia Floresta (pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto), que defendia a instrução feminina e chegou a fundar um colégio para meninas, no Rio de Janeiro. Em 1852, ela traduziu e adaptou à realidade nacional o livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de Mary Wollstonecraft, além de ter escrito para jornais da época, sempre em defesa da educação formal feminina (TELES, 1999, p. 30).

Uma das primeiras mulheres brasileiras reconhecidamente feminista, Nísia Floresta também defendia a instauração da República e a abolição da escravatura. Outras



personalidades femininas da época apoiavam a causa abolicionista, como a compositora Chiquinha Gonzaga e a escritora negra Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher (TELES, 1999, p. 30).

A jornalista Josefina Álvares de Azevedo, irmã do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo, chegou a fundar um jornal em defesa da educação feminina (e também do divórcio). *A Família* foi lançado na cidade de São Paulo, em 1888, momento da abolição da escravatura e um ano antes da deposição de D. Pedro II e da consequente Proclamação da República, em 1889. Essas iniciativas, contudo, representavam vozes em certa medida isoladas em defesa dos direitos femininos. As mulheres ainda não atuavam em termos coletivos ou de forma organizada.

Curioso notar que, para vencer as barreiras do espaço privado e ter acesso à instrução, as mulheres brasileiras agiram por meio da persuasão e da conciliação, e não através do confronto direto, como nos casos norte-americano e europeu. A educação formal no Brasil era defendida pelas mulheres como algo que não oferecia risco à hegemonia masculina. O mesmo ocorria com as mulheres lusas. A portuguesa Emília de Sousa Costa, escritora e defensora do acesso feminino ao ensino, afirmou em 1932: “Não haja temores vãos: a mulher ficará no lar, sempre que possa fazê-lo, porque essa é sua tendência natural” (COSTA, 1932 apud ALMEIDA, 2000, p. 6).

Apesar de ter sido apresentada como algo que não oferecia riscos à estabilidade social gentrificada, foi por meio da alfabetização e da escrita, muitas vezes uma prática domiciliar, que diversas mulheres adentraram o espaço público. Além de promover autonomia individual, o acesso à educação formal servia como passaporte para o exercício da cidadania através do voto. Mesmo o sufrágio feminino tendo sido instituído no Brasil apenas em 1932, antes disso já existiam algumas mulheres que tinham acesso a ele. Elas estavam amparadas pela chamada Lei Saraiva (Decreto nº 3.029 de 1881) que dava direito de voto aos maiores de 21 anos portadores de títulos científicos, sem distinção de sexo. Como as mulheres de classes sociais elevadas já tinham acesso ao ensino superior, puderam se tornar eleitoras quando a Lei Saraiva foi aprovada. No entanto, isso só foi possível pois a Constituição de então não impedia expressamente a participação de mulheres, como acontecia com analfabetos, militares e religiosos (ALVES, 1980).

Para que o sufrágio feminino universal se tornasse uma realidade, houve grande atuação de mulheres engajadas. Muitos grupos começaram a se formar e foi fundado o Partido Republicano Feminino, que chegou a organizar uma marcha nas ruas do Rio de Janeiro em defesa do voto de mulheres. Outras mudanças em nosso contexto social

favoreceram essa organização coletiva. Desde a proibição do tráfico de escravos, em 1850, o governo tinha que lidar com o problema da mão-de-obra. A partir de então, e sobretudo no começo do século XX, a nascente industrialização brasileira trouxe grande contingente de imigrantes europeus, que carregavam consigo ideias libertárias e igualitárias. Ao lado das sufragistas, estavam operárias (como costureiras e tecelãs) que exigiam igualdade salarial em relação aos homens, redução da jornada - de nove horas e meia para oito horas diárias - e melhores condições de trabalho (TELES, 1999, p. 43).

Também recém-chegada da Europa, após um período de estudos no exterior, a bióloga paulista Bertha Lutz se tornou uma das líderes do movimento pelo sufrágio. Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, em 1922, organizou o I Congresso Internacional Feminista, que defendeu sobretudo o direito ao voto como essencial para a garantia da cidadania das mulheres (PINTO, 2010, p. 16).

Essa luta alcançou seu objetivo em 1932, com o novo Código Eleitoral que instituiu ainda o voto secreto. Promulgado por Getúlio Vargas, o novo código dava às mulheres o direito de votar e de serem eleitas. Já em 1934 havia mulheres ocupando cadeiras no Congresso Nacional. O período democrático, porém, teve curta duração. Em 1937, foi instaurado o Estado Novo e os movimentos sociais, entre eles o de mulheres, foram fortemente reprimidos. Somente com o fim do período ditatorial varguista, em 1945, esses grupos puderam retomar sua organização (ALVES, 1980).

Apesar da evidente importância do sufrágio feminino, a reivindicação pela educação formal foi o fator mais importante na emancipação feminina. A instrução era a via de acesso ao mercado formal de trabalho, que possibilitava a autonomia financeira, essencial dentro de uma sociedade burguesa. É para isso que apontou a escritora Virginia Woolf no ensaio *Um teto todo seu*, publicado em 1929, ao discutir a importância da independência financeira para a conquista de outras liberdades, entre elas a possibilidade de se tornar escritora: “Uma mulher deve ter dinheiro e um teto todo seu se quiser escrever ficção” (WOOLF, 1929, p. 7). O acesso ao mundo público, da produção, seria fundamental para desmontar as estruturas desiguais de gênero. Mas questões privadas e de ordem simbólica, relativas às hierarquias de gênero, ainda demorariam algumas décadas para serem discutidas.

## 1.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA E A POLITIZAÇÃO DO PRIVADO

Mesmo com o acesso ao mercado profissional e com os direitos associados à cidadania já consolidados (ao menos na maior parte dos países ocidentais), as assimetrias de gênero continuaram existindo. Isso fez com que as mulheres passassem a lutar em outra esfera política - o mundo da casa - agindo sobre questões subjetivas, ligadas à vida privada e à autonomia sobre o próprio corpo. Frases da época resumem as demandas principais: “O pessoal é político”, “meu corpo me pertence”, “meu corpo, minhas regras”. Esses são os grandes motes da chamada segunda onda feminista, que tratou sobretudo da opressão simbólica e teve início nos anos 1960, nos Estados Unidos, se desenvolvendo nas duas décadas seguintes em outros países. Se a Europa foi protagonista das primeiras reivindicações feministas do século XIX, são os Estados Unidos que ocupam lugar central na eclosão da segunda onda feminista e em sua difusão em outros países ocidentais (BLANDIN, 2017, p. 13).

A importância das demandas ligadas ao corpo fica clara quando levamos em conta que as marcas de gênero são fortemente corporificadas, como explica Bourdieu (2010, p. 38):

A moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob formas de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética.

Uma das grandes referências teóricas dessa segunda onda é a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, autora de *O segundo sexo* (1949). Na obra, em que encontramos o célebre trecho “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir discute que aquilo que compreendemos como próprio da mulher nada mais é do que o produto de um intenso trabalho cultural, que passa a ser visto como natural ou inato dada sua eficácia social. Ela aponta para a limitação do papel da biologia nas condutas femininas, determinadas sobretudo pela socialização (a partir de diversas instituições como família, escola, religião etc.) e pela resposta às expectativas sociais.

Em seu livro, Beauvoir afirma que as desigualdades entre homens e mulheres são culturais e não definidas pela biologia, ou seja, há um trabalho da cultura sobre as diferenças de sexo, que estabelece hierarquia entre elas. O paradigma masculino faz com que o homem (o “primeiro sexo”) seja tido como uma espécie de universal ou neutro,

enquanto a mulher representaria a diferença, a alteridade e o desvio. Diante desse paradigma masculino, a feminilidade ocupa um lugar de subordinação. Os escritos de Simone de Beauvoir são tidos como uma espécie de passagem entre a primeira e a segunda ondas (SANTOS, 2016, p. 34).

Já nos Estados Unidos, umas das mulheres mais importantes da segunda onda foi a ativista Betty Friedan, autora de *A mística feminina* (1963)<sup>31</sup>. Na obra, escrita após centenas de entrevistas, ela discute a insatisfação de mulheres confinadas ao ambiente doméstico e o estereótipo da dona de casa norte-americana como mãe de família e esposa feliz. A insatisfação - ou o “mal sem nome” - viriam não de alguma fragilidade psíquica feminina, como acreditavam muitos médicos e psicanalistas da época, mas do próprio isolamento das mulheres na vida doméstica.

O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos (FRIEDAN, 1971, p. 32).

Além de Beauvoir e Friedan, muitas outras mulheres colaboraram com o desenvolvimento de uma consciência de gênero. Apesar de não terem utilizado explicitamente o termo, esses trabalhos já discutiam as desigualdades entre homens e mulheres como frutos não da biologia ou da anatomia de seus corpos, mas sim como produtos de um intenso processo de socialização que moldava comportamentos e expectativas sociais.

Contudo, a discussão sobre a arbitrariedade cultural do gênero, ou seja, sobre a variação das condutas de homens e mulheres segundo as diferentes culturas não foi inaugurada por Beauvoir ou por Friedan. De fato, a noção de que os papéis sexuais (conceito próximo ao que hoje entendemos como gênero) não eram biologicamente orientados já havia sido discutida pela antropóloga norte-americana Margaret Mead. No

---

<sup>31</sup> O livro também teve grande impacto no Brasil, mas só foi editado em português em 1971 pela Ed. Vozes, quando a autora veio ao país para seu lançamento. A jornalista Carmen da Silva publicou uma resenha da obra em sua coluna *A arte de ser mulher*, na revista *Claudia*. O livro também teve destaque em veículos como *JB*, *Veja* e *Pasquim*. Uma década depois, em 1981, Friedan revê seu posicionamento ao escrever o livro *A segunda etapa*. Segundo ela, o acesso ao mercado de trabalho não foi capaz de colaborar com a realização feminina e a desvalorização do ambiente familiar acabou sendo algo pernicioso às mulheres.

início do século XX, ela investigou três diferentes tribos da Nova Guiné. Em uma delas (os *tchambuli*), os homens eram aqueles que passavam mais tempo dedicados a atividades consideradas femininas, como embelezar-se, enquanto cabia às mulheres as atividades de produção e de sustento. Já em outra tribo (os *mundugomor*), tanto homens como mulheres se engajavam em atividades de guerra, enquanto numa terceira tribo (os *arapesh*), ambos os sexos eram socializados para serem amáveis, delicados e sensíveis, elementos tradicionalmente associados à feminilidade (MEAD, 1988).

Por meio de seus trabalhos de campo, publicados inicialmente em 1935 e que tiveram forte rejeição na época, Mead identificou que não havia um padrão universal para o comportamento de homens e mulheres, ou seja, a biologia não programava os papéis de gênero como muitos supunham então. Seu trabalho de crítica ao determinismo biológico serviu às pesquisas feministas posteriores, que também questionaram a influência da natureza no comportamento humano. “A evidência histórica e do cruzamento de várias culturas minou a noção de que os papeis das mulheres, que variavam tão amplamente, pudessem ser determinados por uma sexualidade e reprodução humana aparentemente tão uniformes” (VANCE, 1995, p. 10).

Dentro da Antropologia nacional, Freyre já havia trabalhado a divisão sexual das atividades como sendo definida culturalmente.

Nas sociedades ameríndias do tipo da que foi encontrada no Brasil pelos portugueses, a função da mulher estava longe de reduzir-se à doméstica, cabendo-lhe, ao contrário, atividades sociais geralmente consideradas masculinas; e notando-se tendências – como, talvez, a própria *couvade* – para a domesticidade do homem – que era entre certas tribos quem lavava as redes sujas – e até para a sua efeminação (FREYRE, 2003, p. 131).

O conceito de gênero, no entanto, foi decisivo para a compreensão da natureza social da subordinação feminina e para a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres. Foi inicialmente trabalhado pela antropóloga americana Gayle Rubin, em 1975. Em *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*, ela descreve o chamado sistema sexo/gênero, que foi um passo importante para o feminismo pois mostrava que o gênero era cultural e passível de transformação. Se recorrermos ao Dicionário Crítico do Feminismo (2009), iremos encontrar a definição de gênero como elaboração social da diferença sexual, algo muito próximo da conceituação feita por Rubin na década de 1970.

Dentro do sistema sexo/gênero, sexo é aquilo que se refere à natureza, à biologia; já o gênero se refere às construções sociais sobre as diferenças sexuais ou a apropriação cultural dessa diferença sexual. A definição mais corrente do termo é similar à de Rubin:

A palavra sexo designa agora no jargão da análise sociológica somente a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. Todas as dimensões de comportamento, atividades, experiências dos seres humanos, categorizadas como homens e mulheres, são designadas como gênero. O raciocínio que apoia essa distinção baseia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura (HEILBORN, 1997, p. 101).

Contudo, o problema do sistema de Rubin é que o sexo enquanto fruto da biologia permanece indiscutível, como se não fosse ele próprio socialmente construído. Essa concepção sofreu reformulações e problematizações, sobretudo nos anos 1990 com o desenvolvimento da teoria *queer*, que veremos adiante.

O conceito de gênero foi sendo incorporado às Ciências Sociais ao longo da década de 1960. Uma das responsáveis por seu desenvolvimento no campo da História foi Joan Scott, autora de *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990). No trabalho, Scott demonstra como o gênero é um princípio de hierarquização e pode ser um gerador de assimetrias, ao estabelecer lugares e funções específicas, bem como direitos e deveres diferentes para cada um dos sexos. Scott, no entanto, não reforça a dicotomia sexo/gênero pois para ela o corpo nunca pode ser percebido fora da cultura, alheio a processos sociais e históricos. “Gênero é a organização social da diferença sexual percebida [...] é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 13) [grifo no original].

Scott também não deixa de notar o caráter maleável e instável das construções sociais de gênero. Segundo ela, cada cultura ou grupo social possui uma compreensão própria a respeito do que é ser homem ou mulher. Isso não é dado previamente pela natureza, portanto não é o mesmo para todas as culturas. Em segundo lugar, mesmo quando uma cultura define os papéis sexuais sempre existe a dimensão do conflito e da negociação de sentido. As categorias nunca são estáveis, são sempre transbordantes. Se o gênero é fruto de uma convenção social, isso significa que ele pode ser transformado por meios de nossas vivências diárias de atualização do gênero.

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando

parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1990, p. 21).

A discussão da dimensão social da masculinidade ou feminilidade não ficou restrita à academia e deu origem a outras demandas de mulheres. Questões do âmbito privado passaram a receber especial atenção por parte do feminismo durante sua segunda onda. O surgimento da pílula anticoncepcional colaborou para o processo de liberação sexual ao oferecer às mulheres maior autonomia sobre seus corpos e dissociar o sexo da reprodução. Autorizado nos EUA em 1960, o medicamento chegou ao Brasil em 1962. Mesmo com os efeitos colaterais associados às altas dosagens hormonais, a pílula contraceptiva foi rapidamente difundida.

A valorização do prazer feminino, de certa maneira facilitada pela pílula, também vinha acompanhada do questionamento aos padrões de beleza vigentes. É emblemática a manifestação do Movimento pela Libertação das Mulheres, que aconteceu em 1968 na cidade de Atlantic City, nos Estados Unidos. Durante o protesto, que ficou conhecido como a “queima de sutiãs” (apesar de não ter havido a queima propriamente dita), militantes estimulavam as mulheres a se desfazerem de objetos que simbolizavam a opressão feminina como, por exemplo, os próprios sutiãs, mas também espartilhos, saltos e maquiagem (PEDRO, 2012).

O surgimento da pílula e a crítica aos estereótipos de beleza fazem parte de um momento que ficou conhecido como revolução sexual e se deram em um contexto de grande contestação da moralidade e dos costumes em vários países do mundo ocidental. Surge o movimento *hippie* na Califórnia que critica a sociedade de consumo norte-americana e propõe seu famoso lema “paz e amor”. Também tiveram início as mobilizações de caráter identitário como o movimento homossexual e o movimento negro, este último tendo como grandes referências Martin Luther King, Malcolm X e Angela Davis, feminista que integrou o grupo Panteras Negras e escreveu a célebre obra *Women, race & class*<sup>32</sup>.

Todos esses grupos, além de criticarem a participação norte-americana na Guerra do Vietnã (1955-1975) são exemplos de iniciativas de contracultura ou de crítica aos valores morais então dominantes. Na França, aconteceu o Maio de 68, maior greve geral da história. Em defesa de reformas no setor educacional, estudantes começaram uma

---

<sup>32</sup> O livro de Davis foi publicado pela primeira vez no Brasil apenas em 2016, com o título *Mulheres, raça e classe*. Lançado pela Editora Boitempo, o clássico tem prefácio da pesquisadora feminista brasileira Djamila Ribeiro.

greve que foi acolhida por milhões de trabalhadores que se identificavam com as ideias de esquerda (PINTO, 2010, p. 16).

Esse cenário internacional teve influência no Brasil e algumas iniciativas libertárias começaram a ganhar corpo. No entanto, o governo militar logo reforçou a repressão política e instituiu, em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que impunha censura prévia a veículos de comunicação e proibia manifestações de caráter político, reprimindo violentamente qualquer tentativa de “subversão” (TELES, 1999, p. 61).

Também nos anos 1970, o movimento feminista americano começou a elaborar grupos de “tomada de consciência”, espaço em que eram oferecidos escuta e apoio coletivo a mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Eles tinham basicamente o mesmo modelo dos grupos formados por veteranos da Guerra do Vietnã, os *rap groups*: compartilhamento da intimidade por meio de narrativas de vivências individuais que tinham sua confidencialidade garantida naquele círculo. O método de tomada de consciência ganhou progressivo reconhecimento e notoriedade e, já em 1971, o grupo *New York Radical Feminists* organizou o primeiro encontro público que tinha como tema o estupro (HERMAN, 1992, p. 28).

Esses encontros faziam parte de um movimento mais amplo de incorporação da lógica terapêutica e psicológica pelos movimentos sociais dos anos 1960, como apontou Eva Moskowitz (2001). O contexto internacional de politização do âmbito privado impactou o Brasil, sobretudo através da atuação de professoras universitárias que retornavam dos Estados Unidos e também da Europa. Em 1972, elas formam um grupo de reflexão em São Paulo e, três anos depois, organizam uma mesa sobre gênero na Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC). Aos poucos o feminismo começou a ser reconhecido. O ano de 1975 foi intitulado o Ano Internacional da Mulher, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), que promoveu uma grande conferência na Cidade do México, reunindo mulheres ativistas provenientes de diversos países.

A partir desse ano emblemático, que simboliza o começo da segunda onda feminista no Brasil, a ONU também patrocinou diversos eventos e reuniões de mulheres como, por exemplo, o encontro “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que aconteceu na sede da Academia Brasileira de Imprensa (ABI). Realizado no Rio de Janeiro, o encontro deu origem à primeira organização de mulheres nessa segunda fase do movimento feminista, o Centro da Mulher Brasileira (CMB).



A segunda onda feminista no Brasil acontece quase uma década depois em relação às mobilizações americanas e europeias. Isso se deu porque nos anos 1960 e 1970 o país vivia sob o peso da Ditadura Militar, o que dificultou a ação organizada de mulheres. Muitas se uniram a outros grupos de contestação ao regime, em prol da redemocratização, mas foi apenas a partir da abertura política, iniciada em 1974 com Ernesto Geisel, que o movimento voltou a ganhar fôlego. Em 1975, foi lançado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado pela advogada Terezinha Zerbini. Inicialmente formado por mães, irmãs e companheiras de presos políticos, mas que depois passou a receber apoio de outras mulheres, esse movimento teve papel de destaque na conquista da anistia “ampla, geral e irrestrita”, que aconteceu em 1979 (PINTO, 2010, p. 17).

Além da relativa flexibilização política, mudanças na sociedade brasileira facilitaram o questionamento aos padrões de gênero então vigentes, como diz Sarti (2004, p. 39):

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado.

Durante a segunda onda, ressurgiu a imprensa feminista nacional (depois de seu início no século XIX) com o lançamento de vários periódicos como, por exemplo, *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987) (PEDRO, 2012). Essas publicações tinham de enfrentar o estigma contra o termo “feminista”, além de encontrar resistência inclusive no seio da esquerda política, pois o feminismo era tido por muitos como uma luta “divisionista” que acabava por atender aos interesses das classes dominantes (TELES, 1999, p. 92).

Mas não havia retorno, o enfrentamento contra as assimetrias de gênero já era uma luta consolidada. Até nas páginas de revistas femininas de moda e beleza, reconhecidamente conservadoras, as desigualdades de gênero se tornaram pauta. O questionamento dessas assimetrias era o foco de *A arte de ser mulher*, coluna de tom assumidamente progressista escrita pela jornalista Carmen Silva na revista *Claudia* entre os anos de 1963 e 1985 (DUARTE, 2007).

O meio político também começou a ser modificado. Na década de 1980, as feministas fizeram o que ficou conhecido como “lobby do batom” (constituído por 26 deputadas federais e 6 senadoras), durante a Constituinte de 1988, e acabaram com o

pátrio poder na sociedade conjugal, fazendo com que mulheres e homens passassem a ser igualmente responsáveis pela família. Já em 1977, foi aprovada a Lei 6.515, conhecida como Lei do Divórcio, que regulamentava o “desquite” e modificava a condição de vida de muitas mulheres.

Ainda na mesma década, outro tema relevante da segunda onda veio à tona no Brasil: a luta contra a violência doméstica. Contribuíram para a visibilidade do tema crimes que tiveram grande repercussão pública, como o assassinato da socialite Ângela Diniz por seu companheiro Doca Street, em 1976. Com a mobilização da opinião pública, começaram a surgir iniciativas estatais. A primeira Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência foi criada em 1985, em São Paulo, e rapidamente muitas outras foram criadas pelo país. Segue-se a isso o surgimento de entidades autônomas, como o SOS-Mulher (em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco) e o Centro de Defesa da Mulher (em Minas Gerais), grupos formados pelo serviço voluntário de advogadas e psicólogas, que davam apoio a mulheres vítimas de violência e promoviam grupos de reflexão sobre a violência de gênero (TELES, 1999, p. 130).

Já a autodeterminação reprodutiva começou a ganhar mais destaque especialmente após a votação da legalidade da interrupção voluntária da gravidez na França, em 1975<sup>33</sup>. Apesar da atuação de muitos grupos em defesa da regulamentação da prática no Brasil, o aborto é considerado crime pelo Código Penal de 1940, sendo permitido apenas em casos de risco de morte da mãe, gestações resultantes de estupro e em casos de fetos anencéfalos, esta última conquista obtida a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012<sup>34</sup>. Essa continua sendo uma pauta feminista contemporânea, que encontra forte rejeição no âmbito da sociedade brasileira<sup>35</sup>.

É também no contexto francês que os trabalhos da feminista Elisabeth Badinter questionaram o chamado “mito do amor materno”, tendo grande repercussão no Brasil. Em seu livro *Um amor conquistado*, Badinter (1985) demonstra como o desejo pela maternidade e o amor pela prole não constituíam instinto ou imposição biológica, mas

---

<sup>33</sup> De fato, o debate sobre a regulamentação do aborto, iniciado com a campanha presidencial de François Mitterrand, em 1965, representa o início da segunda onda feminista na França. Em 1971, uma edição da revista *Le Nouvel Observateur*, com 343 testemunhos de mulheres que declararam terem abortado, é o manifesto símbolo do período (BLANDIN, 2017).

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-decisao-historica-stf-decide-que-aborto-de-feto-anencefalo-nao-e-crime-imp-,860498>. Acesso em 07 abr. 2017.

<sup>35</sup> Importante notar que grupos contrários à regulamentação do aborto também vêm apresentando seus argumentos dentro da lógica da vítima, como diz Carrara (2015, p. 333): “[...] entre o aborto e o abuso sexual de crianças e adolescentes parece se estabelecer uma subterrânea relação simbólica, uma vez que, em ambos os casos, o preço de um prazer imprevidente seria pago por uma ‘vítima inocente’”.

sim uma construção cultural (bastante recente inclusive). Colocar em xeque a maternidade como um destino das mulheres e questionar o caráter supostamente inato do sentimento materno foram absolutamente revolucionários naquele momento histórico e são bons exemplos das profundas mudanças que vinham acontecendo no espaço privado.

Já nos anos 1980, nos Estados Unidos, há uma forte reação conservadora ao movimento de mulheres: “tendo transformado as sociedades ocidentais, decretava-se o fim da necessidade dos movimentos feministas, de suas bandeiras, reivindicações, exigências e reclamações. Algo como “o que mais vocês querem?” (RODRIGUES, 2016). É dessa reação anti-feminista que trata a jornalista Susan Faludi, em seu livro *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, lançado nos Estados Unidos, em 1991. Ao analisar as pesquisas científicas, muitas vezes distorcidas ou simplesmente falaciosas, que encontravam espaço na mídia e em outros campos da vida social do fim dos anos 1980, Faludi se deparou com associações recorrentes entre a infelicidade das mulheres e as conquistas da segunda onda feminista.

O discurso do *backlash* sugeria que o movimento havia trazido mais problemas que soluções às mulheres, tornando-se seu maior inimigo. Esse contra-ataque estaria presente em diversas instâncias tanto políticas quanto culturais, como o cinema e a televisão. Faludi aborda o principal argumento do *backlash*, que explora um possível descontentamento de muitas mulheres com sua vida íntima e amorosa: “As mulheres estão infelizes justamente *devido* ao fato de serem livres. As mulheres estão sendo escravizadas pela sua própria liberação. Elas se agarraram ao brilho dourado da independência e deixaram escapular o único anel que realmente lhes interessa” (FALUDI, 2001, p. 10).

O feminismo não era a solução, mas exatamente o contrário: a fonte dos problemas femininos. A dupla jornada de trabalho, por exemplo, surgia como algo que era resultado do acesso de mulheres ao mercado profissional (propiciado pela luta feminista), e não como produto da distribuição desigual de tarefas no âmbito doméstico. Já a dedicação feminina à carreira profissional era apresentada como o grande empecilho à realização pessoal e amorosa. Alguns exemplos esclarecem o tipo de discurso midiático encontrado por Faludi (2001, p. 25):

A “falta de homens” ameaçando as possibilidade de casamento.  
FONTE: Famoso levantamento feito em 1986 por pesquisadores das universidades de Harvard e Yale. RESULTADO: Uma mulher com formação universitária aos 30 anos tem 20% de probabilidade de se casar; aos 35, apenas 5%; e aos 40 anos, somente 1.3%. (...) Uma “profunda depressão emocional” ou “esgotamento nervoso” afetando,

respectivamente solteiras e executivas. FONTE: Vários estudos psicológicos. RESULTADO: Ausência de dados precisos, apenas a constatação de que a saúde mental das mulheres nunca esteve tão ruim, e está piorando em direta proporção à tendência de as mulheres continuarem solteiras ou devotadas à carreira.

### 1.3 ALGUMAS QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DO FEMINISMO

Durante a década de 1980, foram criados grupos, ONGs e associações de base feminista, propiciando a organização de novas categorias identitárias como sujeitos políticos do movimento. Pouco a pouco, percebeu-se que havia várias formas de vivenciar a feminilidade, o que gerou uma conseqüente negação da universalização do feminino. Apesar de não haver consenso, para muitas pesquisadoras, é essa multiplicidade de categorias identitárias que caracteriza o começo da terceira onda feminista (RODRIGUES, 2016; GOMES; SORJ, 2014; PISCITELLI, 2002; PINTO, 2003).

Mulheres negras passam a se reunir de forma autônoma e a denunciar sua invisibilidade dentro do feminismo tradicional, movimento que daria voz apenas às demandas de mulheres brancas e heterossexuais, pertencentes a estratos sociais médios<sup>36</sup>. No caso do Brasil, o movimento ganha força a partir do 3º Encontro Feminista Latino-americano, em 1985, considerado um marco que fez surgir outros encontros e promoveu a organização de coletivos de mulheres negras (RIBEIRO, 2016, p. 46-47).

Defendendo a noção de que “ser mulher” não constitui uma experiência única, o movimento de mulheres negras se fortaleceu nas décadas seguintes. Nos anos 1990, o feminismo se diversifica mais uma vez com organizações de mulheres lésbicas que debatem a orientação sexual como um eixo político relevante. Um marco nesse cenário é o V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe, realizado no Rio de Janeiro, em 1999.

Dentro do contexto de ampliação do número de sujeitos políticos que se inserem no feminismo, surge o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica das diferentes opressões a que estão sujeitas as mulheres. “No debate internacional, o final da

---

<sup>36</sup> É importante notar que a luta das mulheres negras não começa nesse momento. Já durante o período da escravidão no Brasil, elas participavam de levantes e rebeliões, além de atuarem na formação de quilombos. Contrariando a periodização tradicional, a pesquisadora Djamila Ribeiro (2016) afirma: “[...] essas mulheres negras, que eram tratadas e vistas como mera mercadoria e que lutavam pela libertação de todo um povo, formaram uma espécie de primeira onda”. O mesmo pode ser percebido em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ativista feminista negra Sojourner Truth ficou conhecida após seu discurso “Ain’t I a woman?” (“Eu não sou uma mulher?”, em tradução literal), proferido em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher. Em sua fala, Truth questionou o mito da fragilidade feminina, algo muito distante da realidade de mulheres negras, forçadas às duras penas do trabalho escravo.

década de 1990 está marcado pela emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social. São as categorias de articulação e as interseccionalidades (*intersectionalities*)” (PISCITELLI, 2008, p. 263).

Atualmente difundido entre os movimentos sociais, o conceito de interseccionalidade foi desenvolvido pela pesquisadora Kimberlé Crenshaw para se referir à combinação entre diversas formas de dominação, como racial e de gênero. Os chamados eixos de discriminação poderiam se intercruzar promovendo efeitos interativos, ou seja, oprimindo e subalternizando duplamente aqueles que estivessem nesses cruzamentos, como as mulheres negras, sujeitas a formas combinadas de opressão. A experiência de ser mulher é fundamentalmente outra conforme a ocupação dos eixos em que o poder circula, como diz Crenshaw (2002, p. 173):

É verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres.

Apesar do uso que pode ser dado ao trabalho de Crenshaw, sua proposta não é a de uma hierarquização da opressão, mas sim destacar que essa opressão é experimentada diferentemente conforme o lugar social ocupado. A noção de intercruzamento de opressões já foi trabalhada mais recentemente por autoras como a indiana Avtar Brah (2006). Ela utiliza o conceito de “articulação” entre categorias de diferenciação, como gênero, raça e etnia, dando destaque à possibilidade de existirem estratégias de agência e resistência por parte daqueles subalternizados por mais de um eixo de diferenciação.

A consolidação do feminismo também se deu no âmbito acadêmico. A partir dos anos 1990, países tidos como periféricos começaram a produzir suas próprias teorias. No Brasil, o feminismo passou a ocupar com ainda mais potência locais institucionalizados de produção de conhecimento, além de entidades estatais (PELÚCIO, 2012, p. 408). Exemplos disso são as publicações acadêmicas que surgiram nessa época, notadamente a *Revista Estudos Feministas*, criada em 1992, e os *Cadernos Pagu*, de 1993, publicações que são referência até os dias atuais<sup>37</sup>. Em 1994, começou a ser organizado na

---

<sup>37</sup> A *Revista Estudos Feministas* é um periódico editado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já os *Cadernos Pagu* são desenvolvidos no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o “Fazendo Gênero”, congresso feminista considerado um marco no campo dos estudos de gênero no Brasil e que acontece até hoje.

Note-se que é na segunda metade da década de 1990 que os estudos de gênero, antes dedicados apenas a análises sobre mulheres, se complexificam e enriquecem a discussão sobre as assimetrias de gênero ao incluir trabalhos sobre as masculinidades, tanto hegemônicas como subalternas. Tratando dos aspectos perniciosos das rígidas expectativas de gênero que também recaem sobre os homens (estímulo ao uso da força física, obrigação de provimento do lar, valorização da virilidade, restrição à emotividade etc.), tais estudos desenvolvem o aspecto relacional do conceito de gênero, demonstrando que, apesar de se darem em graus distintos, as expectativas sociais ligadas às estereotípias de gênero podem ser negativas para mulheres e homens<sup>38</sup>.

Diante da multiplicidade de temas, atores sociais e demandas políticas do feminismo contemporâneo, optamos por discutir dois aspectos que nos parecem relevantes para a compreensão de nosso objeto de estudo. O primeiro deles é a importância do corpo e da autonomia corporal como uma pauta significativa, manifestada muitas vezes através da exposição corporal. O corpo e a sexualidade ocupam hoje um lugar central na cena política e nas reivindicações sociais por direitos, com destaque para a luta contra o assédio e a violência sexual (JOUËT, NIEMEYER, PAVARD, 2017).

Além disso, tratamos da inclusão das transexuais como sujeitos do feminismo, uma das questões mais atuais dentro do movimento. Veremos adiante que grande parte da rejeição a mulheres transexuais se baseia no não compartilhamento de experiências negativas de sofrimento imputadas ao feminino, o que se relaciona diretamente com a discussão desta tese.

A politização do corpo vem se tornando uma estratégia recorrente, já tendo sido apropriada por grupos como o ucraniano Femen (criado em 2008) e movimentos como a *Slut Walk* (“Marcha das Vadias”), que surgiu no Canadá em 2011 e vem sendo repetido em diversos outros países<sup>39</sup>. A participação de mulheres jovens nessas marchas é significativa e demonstra a influência das pautas feministas dentro dessa grupo etário.

---

<sup>38</sup> Dentre as pesquisas publicadas durante a década de 1990, destacamos o dossiê da *Revista Estudos Feministas*, de 1998, completamente dedicado ao tema das masculinidades: “Em cena, os homens...”.

<sup>39</sup> A *Marcha das vadias* é um protesto que teve início na cidade de Toronto, no Canadá. Foi uma reação à declaração de um policial que afirmou que mulheres poderiam evitar estupros se não se vestissem como “vadias” (*sluts*). A declaração foi fortemente repudiada e deu origem à marcha, que já está em sua vigésima edição.

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, divulgada em 2010, é entre as mulheres jovens que o feminismo encontra maior repercussão: 40% das jovens entre 15 e 17 anos e 37% das mulheres entre 25 a 34 anos se autodeclararam feministas (PERSEU ABRAMO, 2010).

O uso do termo “vadia” é significativo. O movimento se insurge contra a ideia de que as mulheres devem reprimir sua sexualidade e seus desejos. Mesmo que o ideal de virgindade já tenha sido relativamente abandonado - sobretudo nos grandes centros urbanos - ainda se espera que a experimentação sexual de mulheres seja reduzida. A respeito da reputação feminina, Beleli (2007, p. 207) resume: “se já não está focada na pureza e na castidade requer, ainda, uma certa discrição”.

A importância do corpo na cena contemporânea guarda diferenças em relação às discussões da segunda onda feminista, como dizem Gomes e Sorj (2014, p. 438):

Para as gerações anteriores de feministas, a autonomia sobre o corpo aparecia atrelada às reivindicações pela descriminalização do aborto, pelo planejamento familiar e pela saúde da mulher. Para as gerações contemporâneas, o corpo assume um significado mais amplo. [...] nas *marchas*, a sensualidade dos corpos é celebrada; os padrões de beleza feminina são questionados por corpos que reivindicam pelos e diferentes formatos; a menstruação é positivamente assumida. A nudez, importante instrumento de impacto nas *marchas*, parece condensar a um só tempo a capacidade de criticar as normas de gênero e de expressar este modo subjetivo de “libertação” do corpo.

O uso político do corpo, que já existia na segunda onda, parece passar por uma radicalização, como diz Gomes (2016, p. 43): “Os corpos são usados por ativistas para comunicar mensagens e produzir efeitos desejados. O corpo é, assim, um articulador central dos repertórios das ativistas; é um ‘corpo-bandeira’. As feministas, portanto, politizam o corpo e incorporam a política”.

Se o corpo é lugar de opressão, ele também pode servir a propósitos políticos, funcionando para obter atenção midiática. O direito de expor o corpo que foge aos estereótipos de beleza seria uma forma de luta contra a opressão. Obviamente, cabe uma discussão a respeito do êxito desse tipo de exposição. Há questionamentos no sentido da eficácia de movimentos que utilizam a exposição do corpo, em especial dentro de um contexto de trivialização da nudez, como aponta Sibilía (2015, p. 178): “Se essa banalização da nudez já é inegável, visto que muitos dos velhos pudores – atrelados à moral burguesa e ao seu ancestral cristão – desativaram-se após as revoltas dos anos 1960-70, caberia se perguntar: qual é o valor político deste insólito “ativismo sexy” tão típico do século XXI?”.

Já outras críticas giram em torno do que seria um certo reforço dos estereótipos de gênero, da mulher reduzida à sua forma física.

O uso político da nudez e do termo ‘vadia’ é considerado por essas outras matrizes feministas contraprodutivo enquanto estratégia política, pois além de corroborar a opção ‘individualista’ pelo corpo, será sempre lido de maneira sexista pelos observadores e acaba aprofundando a dominação que pretende combater (GOMES; SORJ, 2014, p. 440).

O mesmo corpo que é problematizado pelos feminismos também vem sendo apropriado por marcas de beleza, que promoveriam imagens de um “corpo real sem retoques” (SIBILIA, 2014). Pautas ligadas ao movimento de mulheres, como a aceitação corporal e o não-assujeitamento aos padrões estéticos fazem parte do mote de diversas campanhas publicitárias, muitas inclusive ligados à própria indústria da beleza, todos celebrando o que seria o “corpo real”.

Um caso interessante aconteceu no desfile de primavera-verão 2017 da grife de alta costura *Dior*, realizado em setembro de 2016. Uma das camisetas apresentadas nas passarelas trazia os dizeres “We should all be feminists” (“Todas nós deveríamos ser feministas”, em tradução literal), com valor de cerca de R\$ 2.300,00. A frase é a mesma que dá título a um livro da escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Sabendo que a eficácia do poder está sobretudo em seu caráter produtivo e não repressivo, podemos nos perguntar se a exibição voluntária dos corpos “fora do padrão” nas redes sociais e o uso desses corpos por grandes marcas de beleza em busca de um nicho de mercado, além do uso do feminismo como argumento mercadológico, não seriam efeitos do poder sobre o corpo feminino<sup>40</sup>. A esse respeito, a pesquisadora Djamilia Ribeiro (2017) afirma:

[...] é preciso cuidar para que os conceitos e ferramentas políticas pensadas por feministas diversas não sejam esvaziados de sentido. Atentar-se para o interesse de marcas com a questão – na maioria das vezes, superficial e temporário. Logo, é fundamental questionar as marcas que se envolvem com o tema, confirmar se existe política de diversidade na empresa, se existem programas para mulheres que são mães, para além da camiseta inscrita *girl power*. [...] Em outras palavras, é urgente pensar para além da representatividade, inegavelmente importante, mas cheia de limites<sup>41</sup>.

<sup>40</sup>As estratégias de mercado não utilizam apenas ao feminismo. Diversos outros demandas de movimentos sociais, como o movimento negro, são apropriadas e incorporadas aos produtos. Um exemplo aparentemente banal pode nos ajudar a refletir. Em 2015, a empresa Mattel, fabricante da Barbie, lançou a linha Fashionista, com bonecas de oito tons de pele diferentes. A estratégia para alavancar as vendas foi comemorada como um avanço no sentido do aumento da representatividade e da visibilidade de grupos socialmente excluídos.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/955/o-mito-da-mulher-moderna>. Acesso em 26 jun. 2017.



Se por um lado há certo avanço no modo como o mercado trata as mulheres<sup>42</sup>, não podemos deixar de notar que há uma estratégia mercadológica atuando nas entrelinhas desse tipo de proposta. Algumas pautas feministas parecem ser bons argumentos de mercado. A publicidade, porém, continua reforçando a noção de que a aparência é um elemento constituidor da feminilidade, ao contrário do que ocorre com homens, como diz Beleli (2007, p. 202): “Ainda que as imagens de homens estejam também pautadas por um padrão de beleza, não é na beleza que se ancora a masculinidade”.

Essas iniciativas são consideradas por muitos teóricos como exemplos de capitalização do desejo e corroboram em certa medida a teoria desenvolvida pela inglesa Angela McRobbie (2009) a respeito do pós-feminismo. Segundo ela, o pós-feminismo seria um cenário cultural e social marcado por um novo tipo de anti-feminismo. Viveríamos um momento não mais de negação da importância do feminismo (o *backlash*, como foi constatado por Susan Faludi no início dos anos 1990), mas de apontamento do movimento como algo que teve sua relevância, mas que já estaria ultrapassado, tendo em vista que a igualdade entre homens e mulheres já seria uma realidade. Esse cenário constatado por McRobbie também surge no Brasil no início dos anos 2000, momento em que se discutiu uma suposta morte do feminismo, baseada em duas hipóteses: o movimento teria fracassado em atingir a igualdade entre homens e mulheres ou teria sido bem sucedido e não seria mais necessário. Em ambos os casos, o movimento seria obsoleto.

A ideia de que o movimento feminista teria perdido a razão de ser e se tornado pouco atraente para as novas gerações de mulheres tem sido tema recorrente nos meios de comunicação. Nos discursos mais comuns da mídia, as causas apontadas para o suposto fim do feminismo são variadas e mesmo opostas. Enquanto para alguns a “crise” do movimento é explicada por seu fracasso em alcançar os objetivos almejados ou em manter sua “integridade” ideológica, para outros, é o seu extraordinário sucesso que o torna agora dispensável (GOMES; SORJ, 2014, p. 433).

No entanto, McRobbie também aponta outra característica do pós-feminismo e é essa que parece estar presente nas iniciativas mercadológicas que usam o feminismo como objeto: a apropriação instrumentalizada do movimento de mulheres. “Desenhando um vocabulário que inclui palavras como ‘empoderamento’ e ‘escolha’, esses elementos

---

<sup>42</sup> Para uma discussão histórica a respeito das campanhas publicitárias e sua relação com o gênero, ver o artigo “Corpo e identidade na propaganda” (2007) de Iara Beleli, publicado na *Revista Estudos Feministas*.

são então convertidos em um discurso muito mais individualista, sendo dispostos em um novo formato, particularmente na mídia e na cultura popular” (MCROBBIE, 2009, p. 1).

Apostando na autonomia individual e na liberdade de escolha típicas do modelo econômico neoliberal, a feminilidade é celebrada dentro da cultura do consumo e de seus produtos midiáticos. Diante da soberania do indivíduo e da lógica meritocrática, o movimento chega a ser apresentado como algo que restringe as escolhas e as decisões femininas. O pós-feminismo representaria “a simultânea apropriação, distorção e trivialização de premissas e objetivos centrais da segunda onda feminista – repelida como desesperançada e repressora” (FREIRE FILHO, 2006, p. 109).

Além da importância do corpo e da autonomia corporal, outro tema que mobiliza as discussões dentro do movimento feminista é a participação de mulheres transexuais. Essa é uma questão chave nos debates contemporâneos, que aponta para a desestabilização das identidades de gênero e para a crítica à diferença sexual enquanto verdade biológica (PELÚCIO, 2012). O que está em disputa é quem é o sujeito político do feminismo, papel que parece já não se definir pela identidade biológica da mulher.

Para compreendermos essa questão, é preciso fazermos uma pequena digressão explicativa. A transexualidade é caracterizada por uma não coerência entre o sexo anatômico e a identidade de gênero. Mas o que seria exatamente essa identidade de gênero? O conceito foi criado pelo psiquiatra norte-americano Robert Stoller, em 1964, ao desenvolver trabalhos sobre a travestilidade, condição em que há discrepâncias entre o sexo anatômico e as práticas gestuais e de vestimenta<sup>43</sup>.

A expressão “identidade de gênero” se refere à experiência individual de se reconhecer como homem ou mulher, independentemente do sexo anatômico do sujeito. Um homem biológico, por exemplo, pode possuir uma identidade de gênero feminina, adotando modificações corporais e outras expressões do feminino como gestos, modos de falar e indumentária. Apesar de ter surgido no campo da Psiquiatria, o conceito se tornou decisivo para trabalhos acadêmicos sobre transexualidade e para a ação política do movimento transexual.

Após o desenvolvimento do conceito de identidade de gênero, outra corrente teórica se dedicou ao estudo da transexualidade. Nos anos 1990, o conceito de gênero passa a ser problematizado, bem como binarismos como sexo/gênero e masculino/feminino. Uma das pesquisadoras que realizam esse questionamento é a filósofa norte-americana Judith

---

<sup>43</sup> Robert Stoller foi um dos pioneiros nas pesquisas sobre transexualidade e seu livro *A experiência transexual* (1975) é uma obra científica de referência nesse campo de estudos.

Butler, referência da chamada teoria *queer*. Para Butler, seguindo uma tradição pós-estruturalista foucaultiana, o corpo é tão cultural quanto o gênero e a natureza não é pré-discursiva ou anterior à cultura, como a autora discute no texto *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo* (2000). O que ela problematiza é o caráter social do próprio sexo, até então considerado o substrato natural e biológico sobre o qual as representações de gênero eram construídas.

As cirurgias a que são submetidas crianças nascidas intersex<sup>44</sup> e pessoas transexuais seriam provas radicais da plasticidade do corpo e da influência exercida pela cultura em nossa compreensão corporal (PRECIADO, 2014). A transexualidade, que continua constando no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) como uma disforia de gênero, tem na cirurgia uma forma de adequação da anatomia à identidade de gênero.

A teoria *queer* propõe uma desestabilização do par sexo/gênero ao demonstrar que os corpos masculinos ou femininos estão longe de serem apenas biológicos, sobretudo hoje com as técnicas de intervenção e modificação corporal. Para Butler, o gênero só existe enquanto performance, ou seja, em nossas práticas cotidianas, historicamente localizadas. Essa perspectiva é compartilhada pela socióloga Berenice Bento, referência dos estudos *queer* no Brasil.

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporais são atos que fazem o gênero, que viabilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Os/as homens/mulheres biológicas se fazem na repetição de atos que se supõem que sejam o mais natural (BENTO, 2004, p.144-145).

Para a filósofa norte-americana, que rejeita a identidade como base fundacional das políticas feministas, a identidade de gênero acaba por reificar o “ser mulher”, criando novas formas de exclusão e hierarquia.

[...] as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que

---

<sup>44</sup> O termo intersex ou intersexual descreve pessoas nascidas com variações anatômicas, genéticas ou cromossômicas que impedem sua classificação com sendo do sexo masculino ou pertencentes ao sexo feminino. No geral, bebês que nascem com esa condição são operados para que lhes seja atribuído um sexo definitivo, sendo levadas em consideração suas características preponderantes (masculinas ou femininas). No entanto, atualmente, muitos grupos ativistas intersex condenam essa prática, que seria uma espécie de “mutilação”, como defende a Organização Internacional de Intersexuais (OII).

funcionam. Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria una das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios (BUTLER, 2014, p. 21-22).

A partir desse ponto de vista, a identidade não é algo essencial ao sujeito, tampouco algo coerente ao longo da vida. “Se assumimos essa perspectiva, teremos de admitir que também as identidades de gênero e sexuais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural”, diz Louro (2007, p. 240). Propondo justamente uma política pós-identitária, a teoria *queer* rejeita o modelo social heteronormativo e se afasta da noção de que haveria uma relação coerente e pré-determinada entre sexo, gênero e desejo, como explica Heilborn a respeito dos trabalhos de Butler:

Ao indicar que não há essência ou identidade nas características corporais, a autora propõe três dimensões contingentes da corporeidade, escapando, assim, do binarismo de gênero: sexo anatômico, aquele dado pela biologia; identidade de gênero, entendida como uma construção social; e performance de gênero, sendo o elemento do performativo aquilo que perturba a associação sexo/gênero e explicita sua arbitrariedade (HEILBORN, 2016, p. 39).

O questionamento de Butler vai ao encontro da obra do historiador Thomas Laqueur. Em nossa cultura, o sexo biológico ainda opera como um aspecto fundamental para nossa percepção de gênero, mas muitos autores, entre eles Laqueur, já trabalharam a compreensão de que o sexo biológico está sujeito à ação da cultura. A própria ideia de dimorfismo sexual, de que há apenas machos e fêmeas na espécie humana, diferenciados por seu papel da reprodução, pode ser questionada.

Segundo Laqueur (2001), a ideia de dimorfismo sexual surge apenas no século XX, tendo se tornado posteriormente um imperativo cultural. Até então, a compreensão médica era regida pela teoria da unidade fundamental modulada, ou seja, a concepção de que os corpos possuíam um sexo único, cujos órgãos sexuais eram externalizados ou não, conforme a quantidade de calor recebida pelo feto durante a gestação. Segundo esse modelo, herdado do pensamento grego e que prevaleceu até o Renascimento, não havia distinção física essencial. Os fetos femininos teriam recebido pouco calor vital e órgãos como ovários, útero e vagina permaneceriam internos, ao contrário do que ocorria com

os fetos masculinos, que apresentariam uma morfologia mais desenvolvida e bem acabada<sup>45</sup>.

Paralelamente ao desenvolvimento da teoria *queer* e de pesquisas acadêmicas sobre o assunto, tem início a mobilização política de mulheres transexuais, o que não aconteceu sem atritos ainda permanentes com algumas correntes do feminismo (sobretudo em sua vertente chamada de *radfem* ou “feminismo radical”). Alguns argumentos acionados pelas feministas radicais são justamente a condição biológica prévia, além da socialização dada a partir de um viés masculino durante a infância e a adolescência (GOMES; SORJ, 2014, p. 439). Um elemento importante dessa discussão é que a socialização masculina “pouparia” tais sujeitos de experiências negativas como as vivenciadas por mulheres, entre elas o assédio e a violência sexual.

Um exemplo interessante a esse respeito pode ser encontrado no artigo escrito pela feminista Elinor Burkett, para o jornal *The New York Times*, em junho de 2015. Nele, Burkett discute o processo de mudança de gênero do ex-atleta Bruce Jenner (que adotou o nome Caitlyn Jenner) apontando para a impossibilidade de superposição entre as identidades feminina e transgênero. O argumento de Burkett se baseia na autoridade da experiência feminina, mais especificamente na autoridade de quem viveu experiências negativas, como são todos os exemplos elencados por ela a respeito das mulheres.

As identidades femininas deles não são a minha identidade feminina. Eles não viajaram o mundo como mulheres e foram moldados por tudo que isso representa. Eles não sofreram em reuniões de trabalho com homens falando com seus seios ou acordaram após o sexo assustadas por terem esquecido de tomar o anticoncepcional no dia anterior. Eles não tiveram que lidar com o começo da menstruação no meio do metrô lotado, a humilhação de descobrir que seus colegas de trabalho homens ganham mais que eles, ou o medo de serem muito fracos para conseguir afastar estupradores<sup>46</sup>.

A fala de Burkett exemplifica uma das lutas travadas no interior do próprio movimento feminista e a dificuldade de abertura em relação ao outro. Essa seria uma das

---

<sup>45</sup> Outras culturas possuem variações na noção de dimorfismo sexual. Isso é trabalhado pelo antropólogo Gilbert Herdt no livro *Terceiro sexo, terceiro gênero: além do dimorfismo sexual* (1996). É o caso, por exemplo, das *hijras* indianas, que representariam uma terceira categoria de indivíduo. Nascidas possuindo órgãos sexuais masculinos, elas passam por uma remoção da genitália e começam a ocupar papéis sociais femininos, adotando trejeitos, roupas e modos de falar. Por não possuírem capacidade reprodutiva, as *hijras* não são consideradas homens ou mulheres pela sociedade indiana, ocupando outro espaço social. Atualmente, o movimento intersex, organizado em diversos países do mundo, propõe que a intersexualidade seja compreendida não como uma anomalia mas como mais uma forma de variação corporal.

<sup>46</sup> Disponível em: [http://www.nytimes.com/2015/06/07/opinion/sunday/what-makes-a-woman.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/06/07/opinion/sunday/what-makes-a-woman.html?_r=0). Acesso em 09 fev. 2017.

armadilhas da afirmação da identidade feminina, algo que caminha no sentido contrário ao da liberdade defendida pelo próprio feminismo, como alerta a historiadora Margareth Rago (2004, p. 293-294):

O feminismo, tanto enquanto teoria, como enquanto prática, teve e tem uma função social eminentemente política, por seu potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico, intempestivo, assim como pela vontade que manifesta de tornar o mundo mais humano, livre e solidário, seguramente não apenas para as mulheres. Por tudo isso, não pode recuar diante do enorme desafio que é uma avaliação contínua das próprias subjetividades e dos estilos éticos/estéticos de existência que promove, impedindo a ação das forças reterritorializantes paralisadoras, pois modos feministas de existir só devem se tornar incômodos enquanto movimentos intensos de afirmação da vida.

O caráter limitador desse tipo de compreensão sobre a experiência do feminino também pode produzir novas formas de exclusão e marginalidades. Bento (2011) aborda o autoritarismo que pode surgir de movimentos identitários como o feminismo em sua vertente mais radical: “Você não pode falar porque é homem, você não é feminista porque é puta; você não é feminista porque defende os homens; você não é feminista porque quer desestabilizar a luta feminista com a presença de mulheres de pênis. Eis algumas das interdições recorrentes” (BENTO, 2011, p. 95).

#### 1.4 CAMPANHAS DE MULHERES VÍTIMAS DE ASSÉDIO E VIOLÊNCIA SEXUAL

Como discutimos, muitas iniciativas feministas contra a violência sexual se disseminam nas redes sociais, por meio da divulgação de relatos de vítimas. Apesar de também ser um espaço de disputa simbólica, a Internet oferece um repertório de ações e formas de interatividade que facilitam em certa medida a organização de mulheres militantes e a divulgação de suas ideias<sup>47</sup>. No caso de nossos objetos empíricos, eles dialogam intensamente com a vida cotidiana, propondo ações virtuais que pretendem ter impacto em nossas práticas sociais *offline*. A respeito dessa forma de ação, Castells (2013, p. 164) afirma que “ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos”. Obviamente, o espaço da Internet não serve apenas a propósitos democráticos. De fato, é

---

<sup>47</sup> Para uma instigante investigação a respeito do uso da Internet por parte de grupos feministas dentro do contexto francês, ver o trabalho de Jouët, Niemeyer e Pavard (2017). Já para análises que se concentram no cenário norte-americano, sobretudo a respeito de iniciativas que utilizam a indexação por *hashtags*, ver os trabalhos que compõem a revista *Feminist Media Studies*, vol. 14 (2014), “The year in feminist hashtags”.

mais profícuo entendermos a rede enquanto mais um espaço de disputa simbólica, onde se desenvolvem jogos de poder específicos do nosso tempo.

Antes de passarmos às campanhas que constituem o objeto empírico desta tese, devemos fazer algumas observações, já que elas diferem em pontos importantes, tanto estéticos como em aspectos de conteúdo. Enquanto a *Chega de Fiu Fiu* e a *Stop Harcèlement de Rue* têm como foco a denúncia da dimensão violenta das chamadas cantadas de rua, a *Primeiro Assédio* agrupa relatos da primeira vez que mulheres foram assediadas sexualmente, em muitos casos por familiares e pessoas de seu círculo íntimo.

O mesmo acontece com a campanha *First Harassed* que guarda muitas semelhanças com a mobilização brasileira. Já a campanha *Me Too* teve como foco, ao menos inicialmente, casos de assédio e violência ligados ao ambiente profissional. O desdobramento da campanha na França, que fez surgir a *#BalanceTonPorc*, já foi mais amplo e reuniu relatos de assédio e violência em espaços sociais variados.

Notamos também que, no caso das mobilizações *Chega de Fiu Fiu* e *Balance Ton Porc*, há que se considerar que os relatos foram escolhidos pelas organizadoras para constarem nos sites, ou seja, houve mediação, seleção e edição das narrativas. Entretanto, o que dá unidade a nosso *corpus* empírico é o fato de todas as iniciativas analisadas se posicionarem contra o que ficou conhecido como “cultura do estupro”, expressão que se refere ao conjunto de violências não apenas físicas, mas também simbólicas que legitimam e até estimulam a violação sexual (SOUSA, 2017). Essa expressão, que se tornou bastante comum na mídia e nas redes sociais, é definida pela Organização das Nações Unidas da seguinte forma:

Cultura do estupro é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. (...) A cultura do estupro é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio<sup>48</sup>.

A expressão cultura do estupro, ao reunir sob um mesmo conceito experiências como cantadas, piadas, assédio sexual e o estupro propriamente dito, mostra que existe hoje a compreensão de que vivemos um *continuum* de violência e as mulheres seriam

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em 12 mai. 2017.

vítimas senão reais ao menos potenciais de algumas dessas agressões. Isso se manifesta de forma mais ou menos explícita nos campanhas analisadas nesta tese, que são discutidas adiante.

#### 1.4.1 Chega de Fiu Fiu

Criada em 2013, a ONG feminista Think Olga idealizou a campanha Chega de Fiu Fiu, que surgiu a partir de uma pesquisa feita por Jules de Faria, criadora da organização, e pela também jornalista Karin Hueck. O questionário, que contava com quase 20 tópicos, foi respondido por um total de 7.762 mulheres e apontou para a aparente banalidade do assédio sexual. Mais de 99% das respondentes afirmaram já terem recebido cantadas e mais de 80% confirmaram que já haviam deixado de fazer algo (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra ou sair a pé, conforme exemplos da própria pesquisa) por medo do assédio<sup>49</sup>.

Os números da pesquisa do Think Olga ganharam destaque na imprensa tradicional e foram amplamente discutidos. Nas redes sociais, parte da capacidade viral da Chega de Fiu Fiu também pode ser creditada às artes (feitas pela designer gráfica Gabriela Shigihara) que circularam pelas redes sociais no início da campanha, conforme alguns exemplos a seguir<sup>50</sup>:



<sup>49</sup> Disponível em: <http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>. Acesso em 12 mai. 2017.

<sup>50</sup> Disponível em: <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/artes/>. Acesso em 10 mai. 2017.





Figuras 1 a 4: Artes produzidas pelo coletivo Think Olga

A campanha da ONG feminista reuniu diversos testemunhos, sendo alguns disponibilizados na aba “Chega de Fiu Fiu – Depoimentos” na página do grupo na Internet. Identificados pelo primeiro nome da vítima ou por suas iniciais, a página conta com 72 relatos femininos e 7 masculinos, que são analisados nesta tese. Os casos relatados vão de cantadas ou toques não autorizados até situações de estupro e outras formas de violência sexual.

Outros depoimentos também estão agrupados em um mapa colaborativo virtual, que se propõe a ser uma forma de identificação de áreas críticas das cidades brasileiras. Segundo a idealizadora do projeto, a iniciativa não deve servir para estigmatizar tais espaços, mas sim para compreender a lógica que neles opera e promover mudanças no cenário urbano<sup>51</sup>. Não incluímos em nosso *corpus* empírico os relatos disponíveis no mapa virtual pois ele também trata de casos de racismo, homofobia e transfobia, o que extrapolaria nosso tema. Em maio de 2018, o coletivo lançou um documentário também intitulado Chega de Fiu Fiu, que teve patrocínio coletivo por meio do site de *crowdfunding* Catarse.

#### 1.4.2 Primeiro Assédio

A campanha Primeiro Assédio, desenvolvida por meio da *hashtag* #PrimeiroAssedio, também foi criada pelo Think Olga, em outubro de 2015. Tendo sido iniciada no Twitter, teve repercussão ainda no Facebook e reuniu testemunhos de

<sup>51</sup> Disponível em: <http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em 11 mai. 2017.

mulheres que narravam as primeiras experiências de assédio sexual que haviam sofrido. A mobilização aconteceu após Valentina Schulz, uma menina de 12 anos, participante de um *reality show* de televisão, ter sido alvo de comentários de teor sexual na Internet como “Se tiver consenso é pedofilia?”, “Ela vai ser uma estrela pornô aos 12 anos” e “A culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa”.

A reação das mulheres foi praticamente imediata. No dia seguinte à publicação dos comentários de conteúdo sexual, surgiu a campanha #PrimeiroAssedio que logo depois se tornou *trending topic* no Twitter<sup>52</sup>. Em novembro de 2015, já eram mais de 80 mil *tweets* com a *hashtag* #PrimeiroAssedio, produzidos por mais de 35 mil usuários<sup>53</sup>. A campanha fez ressurgir uma iniciativa similar em inglês (*#FirstHarassment*) e estimulou a criação de outra mobilização em espanhol (*#MiPrimerAcoso*)<sup>54</sup>. Outro sinal da visibilidade da campanha foi sua reapropriação por grupos transexuais, o que originou a *hashtag* #MinhaPrimeiraTransfobia<sup>55</sup>.

A campanha, que teve grande impacto em sites e revistas de grande circulação, divulgou a idade média com que meninas sofriam o primeiro assédio: 9,7 anos. Esse número foi obtido pelo próprio coletivo Think Olga a partir da análise de mais de 3 mil relatos compartilhados no Twitter. Em entrevista ao jornal *The Guardian*, Juliana de Faria, fundadora do grupo, afirma que a pedofilia é algo comum no Brasil e a campanha pode ajudar a combater essa realidade: “A grande conquista desta campanha é aumentar a conscientização, porque você não pode lutar contra algo no qual você não acredita ou naquilo que você nega que tenha acontecido”<sup>56</sup>. Ao longo dos capítulos empíricos desta tese, discutiremos de que modo esse projeto moral de conscientização é acionado como argumento que dá respaldo a muitos relatos.

---

<sup>52</sup> A expressão *trending topic* significa “tópico em tendência” e faz referência às *hashtags* mais populares do Twitter.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>. Acesso em 11 mai. 2017.

<sup>54</sup> Disponível em:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_primeiro\\_assedio\\_repercussao\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc). Acesso em 11 mai. 2017.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/transexuais-relatam-a-primeira-vez-que-foram-vitimas-de-transfobia/>. Acesso em 11 mai. 2017.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2015/nov/11/brazil-explicit-tweets-junior-masterchef-star-online-campaign-against-abuse-sexual-harassment>. Acesso em 10 mai. 2017.

### 1.4.3 *First Harassed*

A campanha *#FirstHarassed* surgiu em maio de 2015, criada por Mikki Kendall (@karnythia), usuária do Twitter que também compartilhou narrativas sobre assédios sexuais recebidos durante a infância. Em seu *tweet* de 28 de maio de 2015, lemos: “O homem que me assediou pela primeira vez tinha cabelos grisalhos. Ele estava na casa dos 50 anos. Velho o suficiente para ser meu avô. Ick<sup>57</sup>”.

O breve relato da escritora Mikki Kendall, que foi seguido por centenas de outros, aconteceu após a divulgação de resultados de uma pesquisa realizada por Hollaback!, uma organização de ativistas contra o assédio nas ruas em parceria com a conceituada Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Com mais de 16 mil participantes de 21 países diferentes, a pesquisa apontou para o fato de que as mulheres são assediadas pela primeira vez entre os 11 e os 17 anos. A mesma pesquisa mostrou que mais de 70% das entrevistadas já haviam sido seguidas na rua e 50% já teriam sido alvo de toques indesejados<sup>58</sup>.

Meses depois, usuários do Twitter dos Estados Unidos, influenciados pela campanha brasileira *#PrimeiroAssedio*, voltaram a relatar a primeira vez em que haviam sido assediados, utilizando as *hashtags* *#FirstHarassed* e *#FirstHarassment*, que agregou centenas de depoimentos<sup>59</sup>. Os relatos, que também estavam limitados aos 140 caracteres do Twitter, são curtos e oferecem poucos detalhes, mas trazem elementos importantes para a discussão sobre a moralidade sexual contemporânea<sup>60</sup>.

Apesar de muitos veículos de comunicação terem afirmado que a iniciativa brasileira *#PrimeiroAssedio* havia gerado a campanha americana, o que houve foi uma retomada da mesma. A *#FirstHarassed* já existia e fazia parte de um cenário de diversas outras mobilizações que usam a indexação por *hashtags* e são bastante populares nos Estados Unidos.

---

<sup>57</sup> “The man that *#firstharassed* me had gray hair. He was easily in his 50's. Old enough to be my grandfather. Ick”. (Tradução livre)

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.ihollaback.org/cornell-international-survey-on-street-harassment/#cr>. Acesso em 11 mai. 2017.

<sup>59</sup> Disponível em: <http://www.bbc.com/news/blogs-trending-34744598>. Acesso em 11 mai. 2017.

<sup>60</sup> Em 2017, o Twitter aumentou o limite de caracteres de cada publicação, que passou de 140 a 280, o dobro do tamanho original.

#### 1.4.4 *Stop Harcèlement de Rue*

O coletivo feminista *Stop Harcèlement de Rue* foi criado em 2014, com o propósito de combater o assédio contra mulheres no espaço urbano. De acordo com sua fundadora, Heloïse Duché, o assédio é uma manifestação do machismo ainda vigente e os testemunhos ajudam a promover a conscientização a respeito desse tipo de violência: “O assédio consiste, para os homens, em recolocar as mulheres em seu lugar, mostrar que elas apenas as toleram no espaço público. Não devemos parar de denunciar o sexismo do cotidiano para que as mentalidades mudem”<sup>61</sup>.

O coletivo lançou a campanha *#stophdr* no Twitter e reuniu relatos que enfatizavam, em sua maioria, as experiências de assédio verbal (com teor sexual) e toques indesejados, que aconteceram em ruas, escolas, ônibus, metrô e outros locais públicos. Os testemunhos dão conta de situações em que o agressor era um desconhecido, mas também há relatos em que o agressor era alguém próximo da vítima, como vizinhos, professores etc.

O grupo *Stop Harcèlement de Rue* promove ainda intervenções no espaço urbano, como afixação de cartazes, distribuição de panfletos etc., em diversas cidades da França. No site do coletivo, também há uma loja virtual que vende objetos (como blusas, canecas e bolsas) com inscrições similares às do grupo Think Olga, em termos de conteúdo, como podemos verificar adiante:



<sup>61</sup> Disponível em: <http://www.msn.com/fr-be/actualite/other/harc%c3%a8lement-de-rue-psst-madmoiselle-t%e2%80%99es-trop-jolie-cest-quoi-ton-06/ar-BBzs1Ev>. Acesso em 16 mai. 2017.



Figuras 1 a 4: Artes produzidas pelo coletivo *Stop Harcèlement de Rue*<sup>62</sup>

#### 1.4.5 *Me Too*

Em 5 de outubro de 2017, o jornal *The New York Times* começou uma série de reportagens que traziam acusações de várias mulheres contra o produtor de Hollywood Harvey Weinstein, denunciado por assédio sexual e estupro. Entre as acusadoras, estavam atrizes como Rose McGowan e Ashley Judd. A publicação das denúncias funcionou como um “choque moral”, provocando indignação e incitando o engajamento político. Essa foi a origem da campanha *Me Too*.

Apesar de a expressão ter sido idealizada pela ativista negra Tarana Burke, em 2006, para dar nome a um grupo de apoio a mulheres vítimas de violência sexual, seu uso como *hashtag* foi feito pela atriz Alyssa Milano no Twitter logo após o “escândalo Weinstein”. Ela pedia àquelas que haviam sido vítimas de agressão sexual que utilizassem a #MeToo como forma de apoio às mulheres que se manifestaram contra Weinstein. Em seu *tweet* do dia 15 de outubro de 2017, lemos: “Se você já foi assediada ou abusada sexualmente, escreva “eu também” como resposta a esta postagem”.

Após o *tweet* de Milano, milhares de mulheres, famosas e anônimas, aderiram à campanha *online*. O caso não gerou reações apenas na internet. A repercussão foi tamanha que as idealizadoras da mobilização foram eleitas “Personalidade do Ano de 2017” pela revista *Time*<sup>63</sup>. Após as denúncias, as atrizes Natalie Portman e Meryl Streep também

<sup>62</sup> Da esquerda para a direita: “Quando eu precisar de sua opinião, te enviarei um convite”; “Meu corpo não é seu parque de diversões”; “A extinção dos ‘malas’ está próxima” – “Não é muito cedo”. (Tradução livre).

<sup>63</sup> Disponível em: <http://time.com/time-person-of-the-year-2017-silence-breakers/>. Acesso em 27 mar. 2018.

criaram o *Time's Up*, um fundo que tem o objetivo de apoiar vítimas de assédio e violência sexual no local de trabalho, oferecendo apoio legal e também serviços de relações públicas. Seu objetivo é ajudar mulheres a “reaver seu poder, buscar justiça e ter suas vozes ouvidas”<sup>64</sup>.

Já na cerimônia do Globo de Ouro, no dia 07 de janeiro de 2018, atrizes usavam vestidos pretos como sinal de protesto contra a violência sexual e apoio às denúncias contra Weinstein. Também em seguida a esse caso, várias personalidades foram acusadas de assédio, gerando uma onda de denúncias, que extrapolaram em muito a indústria norte-americana do entretenimento. Até o fechamento desta tese, Weinstein, denunciado por mais de 75 mulheres, ainda não havia sido julgado. Para aguardar seu julgamento em liberdade, ele pagou fiança equivalente a R\$ 7,4 milhões<sup>65</sup>.

#### 1.4.6 *Balance ton Porc*

A campanha *Balance ton Porc* surgiu após a repercussão de *#MeToo* e foi lançada pela jornalista francesa Sandra Muller, que vivia então nos Estados Unidos. Para dar o pontapé inicial da campanha, ela relatou no Twitter no dia 13 de outubro de 2017 um caso de assédio sexual perpetrado por Eric Brion, ex-diretor dos canais France 2 e Équidia. Ele teria lhe dito: “Você tem peitos grandes. Você é meu tipo de mulher. Vou fazer você gozar a noite toda”<sup>66</sup>. Apesar de ambos nunca terem trabalhado juntos, eles faziam parte do mesmo meio profissional.

A jornalista também escreveu dois *tweets* em sequência: “E se nós também déssemos nomes aos predadores sexuais que 1. nos faltaram com respeito verbalmente, 2. tentaram nos tocar. Quem?”. O segundo *tweet* dizia: “*#BalanceTonPorc!!* Conte você também dando o nome e os detalhes do assédio sexual que viveu no trabalho. Eu espero por você”<sup>67</sup>.

A notoriedade da mobilização foi praticamente instantânea no Twitter e no Facebook. Em seguida, foi criada uma página da campanha que reunia os relatos (sempre anônimos). Os efeitos da mobilização foram abordados por vários jornais, revistas e telejornais do país. Em uma entrevista ao jornal *Le Parisien*, Sandra Muller, que também

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.timesupnow.com/>. Acesso em 04 nov. 2018.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/harvey-weinstein-e-presos-nos-eua/>. Acesso em 04 nov. 2018.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.closermag.fr/people/balance-ton-porc-qui-est-sandra-muller-a-l-origine-du-mot-cle-phenomene-754070>. Acesso em 04 nov. 2018.

<sup>67</sup> Informações obtidas em: <http://madame.lefigaro.fr/societe/balance-ton-porc-sandra-muller-eric-brion-assignation-en-diffamation-180118-146508>. Acesso em 28 mar. 2018.

foi eleita “Personalidade do Ano” pela *Time*, afirmou: “O Twitter permite a muitas vítimas de liberar sua fala e eu posso garantir que poder falar é um primeiro passo e faz bem”<sup>68</sup>.

Muitos veículos midiáticos, porém, além de tratarem da campanha em si, questionavam se ela não seria usada para denúncias falsas, com objetivo de atacar determinada pessoa (pública ou anônima). A complexidade do tema se fez sentir nas semanas seguintes. Muller foi processada por difamação por Eric Brion, que pedia também reparação financeira por danos morais.

O movimento *Balance ton Porc* também foi criticado por mulheres francesas, entre elas a atriz Catherine Deneuve, em um manifesto publicado no jornal *Le Monde*. O título do manifesto, bastante incisivo, já deixava claro o posicionamento de suas autoras: “Estupro é crime, mas a paquera insistente ou desajeitada não é um delito; nem o cavalheirismo, uma agressão machista”<sup>69</sup>. O manifesto é mais um exemplo das várias controvérsias e tensões que cercam a temática das denúncias de assédio e das campanhas de mulheres vítimas. Discutiremos a seguir as condições de possibilidade desses relatos, buscando desvendar linhas de força e transformações importantes na sensibilidade social e coletiva.

---

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.leparisien.fr/laparisienne/actualites/societe/sandra-muller-a-lance-balancetonporc-je-l-ai-fait-pour-toutes-les-victimes-15-10-2017-7333434.php>. Acesso em 04 nov. 2018.

<sup>69</sup> A versão original do manifesto está disponível em: [http://www.lemonde.fr/idees/article/2018/01/09/nous-defendons-une-liberte-d-importuner-indispensable-a-la-liberte-sexuelle\\_5239134\\_3232.html](http://www.lemonde.fr/idees/article/2018/01/09/nous-defendons-une-liberte-d-importuner-indispensable-a-la-liberte-sexuelle_5239134_3232.html). Já a íntegra do manifesto traduzida para o português pode ser lida em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/opinion/1515792486\\_891199.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/opinion/1515792486_891199.html). Ambos os acessos aconteceram em várias datas.

## 2 TESTEMUNHOS DE DOR E SOFRIMENTO

Como vimos brevemente na Introdução, o lugar social da vítima parece estar em permanente disputa entre diferentes grupos. A valorização desse lugar social opera, obviamente, efeitos positivos, entre eles a redução do estigma, o reconhecimento do sofrimento e a diminuição da culpabilização da própria vítima. Porém, também enseja resultados controversos, como discutiremos neste capítulo.

Diversos autores têm tratado da valorização da figura da vítima como identidade social contemporânea, o que levou à criação de expressões como “império do trauma” (FASSIN; RECHTMAN, 2011), “cultura de vítima” (DAVIS, 2005) e ainda “era das vítimas” (ELIACHEFF; LARIVIÈRE, 2007). Vigarello (2012, p. 318) também aborda o tema ao afirmar que a moralidade “mudou da acusação para o autotestemunho, da estigmatização para a vitimização”.

Ocupando lugar central nesse cenário estão os relatos testemunhais de sofrimento, também chamados de “relatos terapêuticos” por apostarem na dimensão catártica da fala pública (ILLOUZ, 2006). Discutimos neste capítulo como a vítima passou a ser uma identidade social valorizada e de que modo isso se relaciona com os movimentos políticos que articulam identidade e sofrimento.

### 2.1 TRAUMA E SUBJETIVIDADE: VALORIZAÇÃO DO SOFRIMENTO E ASCENSÃO DA VÍTIMA

No cenário atual, muitas demandas políticas se baseiam na apropriação do lugar da vítima e narram experiências de sofrimento que têm como aspecto central a noção de trauma. “Do atentado terrorista ou estupro coletivo, até a violência obstétrica ou *bullying* na escola, o trauma aparece associado a um número cada vez maior de eventos, dos mais cotidianos aos mais hediondos” (VAZ; SANTOS, 2017, p. 1-2).

Mas para compreendermos como a vítima hoje possui um *status* legítimo e conta com crescente empatia, é necessário discutir a generalização da noção de trauma e sua utilização para fins políticos, problematizando suas dimensões histórica e social. Analisar essa categoria é essencial para compreendermos os relatos testemunhais, já que ela está ligada às condições históricas, políticas e sociais que levaram à comunicabilidade de tais narrativas. O trauma é hoje uma maneira de dar sentido ao trágico, o que demonstra uma alteração em nosso modo de valorar moralmente determinados eventos.

Antes compreendido como uma ferida física, um mal circunscrito ao domínio fisiológico, o trauma passou a significar também uma “dor psicológica” ou um “ferimento



na alma” a partir do século XIX, com seu desenvolvimento no campo das ciências psi (HACKING, 1995, p. 13). Contribuiu para isso a grande quantidade de acidentes nas linhas férreas, meio de transporte com o qual os indivíduos ainda não estavam habituados. Esses acidentes, apesar de não deixarem nenhuma marca física, gerariam em muitos casos distúrbios psíquicos provocados pelo pavor sentido durante o desastre (RUDGE, 2009).

Deslocado para o âmbito do psíquico e não mais apenas físico, o trauma, então chamado de “neurose traumática”, estaria ligado às condições psicológicas de cada indivíduo, ou seja, deveria haver uma correlação com o psiquismo do sujeito. A neurose traumática surge como categoria psiquiátrica na segunda metade do século XIX e se difunde após a Primeira Guerra Mundial. Ela dá conta dos efeitos psicológicos de traumatismos externos graves, como era o caso dos acidentes em estradas de ferro, acidentes de trabalho e guerras.

Aqueles diagnosticados com a doença, porém, eram alvo de desconfiança já que a questão da reparação financeira estava sempre em jogo. Alegar que se estava traumatizado gerava sobretudo reticência e desconfiança. “A vítima – que, na realidade, raramente era vista como uma vítima – era classificada como ilegítima; o trauma era uma condição suspeita” (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 15-16).

Soldados vítimas das chamadas “neuroses de guerra” eram acusados de desejarem evitar o retorno aos campos de batalha. Já indivíduos que haviam sofrido acidentes no local de trabalho eram acusados de buscarem apenas indenizações.

Essa suspeita sobre a sinceridade do trauma psíquico se nutre notadamente da ilegitimidade social que ele carrega. Os protótipos do operário simulador, do imigrante reivindicador ou do soldado desertor apoiam essa presunção de culpa. Estimulada, por seu *status* econômico, a explorar financeiramente o acidente que sofreu, a vítima vê sempre sua narrativa como suspeita de fingimento (LATTÉ; RECHTMAN, 2006, p. 165).

A compreensão da Psicanálise, pensamento dominante até a primeira metade do século XX, era de que um evento, mesmo trágico, não seria condição suficiente para traumatizar o indivíduo. Este deveria ter alguma fragilidade psíquica anterior e, diante da uma experiência de sofrimento importante, desenvolveria o trauma. Além disso, segundo a Psicanálise e a teoria do complexo de Édipo, a sexualidade por si só já era um elemento traumatizante, importando pouco a efetiva realidade de casos de abuso ou violência sexual, por exemplo (VAZ, 2010, p. 157).

Esse cenário vai ser completamente modificado a partir da associação entre movimentos sociais e o saber médico, como afirma Sarti (2011, p. 54):

A construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade. O campo da saúde mental, em particular a Psiquiatria, ocupa um lugar preponderante nessa formulação ideológica.

É por meio da criação da categoria diagnóstica de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT ou PTSD na sigla em inglês) que a condição da vítima ganha legitimidade (YOUNG, 2002). A categoria de TEPT figura na terceira edição do DSM, lançada em 1980 pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) e se refere ao transtorno desenvolvido após experiências de sofrimento com efeitos que durem mais de seis meses e correspondam aos seguintes sintomas: pensamentos invasivos (sob a forma de pesadelos e *flash-backs*), esforços em evitar situações que evoquem a cena de sofrimento e hipervigilância, com reações exageradas de sobressalto (RUSSO, 2004).

O DSM-III marca uma virada biológica no âmbito das pesquisas e tratamentos de doenças mentais, representando a vertente chamada neo-kraepeliniana, em referência ao psiquiatra alemão Emil Kraepelin, expoente da teoria organicista dos transtornos mentais, isto é, defensor da ideia de que os problemas psíquicos possuem causas genéticas e/ou biológicas. Nessa transformação biologizante, a psiquiatria ganhou relevância, enquanto a perspectiva psicológica foi gradativamente sendo deixada de lado, como diz Russo (2004, p. 95):

A visão que poderíamos chamar de “psicossocial” dos transtornos mentais – representada pela hegemonia, de um lado, de uma interpretação psicanalítica das perturbações e, de outro, da crítica política e social das práticas psiquiátricas tradicionais – cedeu lugar à uma visão estritamente biológica.

Até então era grande a influência da Psicanálise no meio psiquiátrico, mas no fim do século XX essa hegemonia chega ao fim. A exclusão do termo psicanalítico “neurose”, no DSM-III R (versão revisada do DSM-III), é significativa em demonstrar o distanciamento da Psiquiatria em relação à Psicanálise. A questão não é apenas terminológica. Apesar de a dimensão psicológica não deixar de existir, quando os transtornos são tratados como questões orgânicas e biológicas, os tratamentos indicados passam a ser sobretudo medicamentosos (RUSSO, 2004, p. 108).

Desse modo, o processo de “democratização” do sofrimento psíquico e sua progressiva difusão no tecido social são concomitantes ao desenvolvimento da indústria farmacêutica e da psicofarmacologia, como afirma Marques (2017, p. 29):

Essa revisão do DSM-III marca também uma importante mudança ideológica e terminológica, na medida em que se afirma como um manual ateórico, pautado pelos princípios de testabilidade e verificação, o que representa um afastamento radical da teoria que relacionava os transtornos a processos mentais ou psicológicos. Tal mudança para um pressuposto empiricista implicou na adoção de uma visão fiscalista dos transtornos mentais, que passam a serem objetos de trabalho por excelência da psiquiatria e suas fórmulas medicamentosas.

A publicação do DSM-III, em 1980, é justamente uma tentativa de sistematizar o saber psiquiátrico, conferindo a ele maior rigor científico. Também estão em jogo questões bastante pragmáticas. O próprio DSM, cuja primeira edição data de 1954, foi criado a partir da necessidade de se estreitar a relação entre diagnóstico, tratamento e mesmo eventuais indenizações. A codificação das patologias fazia com que as companhias de seguro e outros órgãos pudessem tratar as demandas de modo mais eficaz (ILLOUZ, 2006, p. 112).

Em busca de padronização dos diagnósticos, o DSM-III instituiu categorias pretensamente objetivas dando menor relevo aos processos psicológicos subjacentes aos transtornos. “O DSM-III vai se proclamar um manual ateórico, baseado tão somente em princípios de testabilidade e verificação, em que cada transtorno é identificado por critérios acessíveis à observação e mensuração empíricos” (RUSSO, 2004, p. 99-100).

Latté e Rechtman (2006, p. 166) também tratam do tema ao se referirem à onda anti-psiquiatria dos anos 1970:

[...] A APA inicia uma reformulação da classificação das doenças mentais suscetíveis, por um lado, de reforçar o caráter científico da abordagem psiquiátrica em alinhamento com as técnicas diagnósticas da medicina somática, e capaz, por outro lado, de dissipar a acusação de aproximação com instâncias de repressão e controle social.

A tentativa de obter diagnósticos objetivos e científicos, além da busca por estabelecer uma fronteira clara entre doença e normalidade, levou a uma superespecificação. No DSM-III foram listadas 295 categorias, número bastante superior às 180 do DSM-II, que data de 1968. Por isso, a terceira edição do manual é apontada como um dos elementos que contribuiu para alargar o território da saúde mental ao aumentar a gama de comportamentos definidos como transtornos mentais (ILLOUZ, 2006, p. 114).

Dentro dessa miríade de categorias, muitas estavam ligadas aos transtornos de gênero e de sexualidade, que passaram a constituir uma classe específica de transtorno. Os desvios sexuais deixaram de fazer parte dos chamados “transtornos de personalidade” e passaram a ser especificados na classe de “transtornos psicosexuais” (RUSSO, 2004, p. 101).

O DSM-III também deixou de utilizar o termo genérico “neurose traumática”, em favor do uso da nova categoria TEPT. Os sintomas clínicos do TEPT são similares aos da neurose traumática que já existia como categoria no DSM-II: pensamentos intrusivos, *flashbacks*, pesadelos e atitudes repetitivas ligadas ao evento. O que muda fundamentalmente é o *status* do evento. Ele passa a ser o único fator etiológico do trauma, ou seja, sua única causa necessária e suficiente. Isso aumenta em grande medida a comunicabilidade da experiência traumática já que estabelece a “inocência” do sujeito traumatizado e diminui a suspeita que recaía sobre as vítimas (FASSIN; RECHTMAN, 2011).

O agente etiológico do trauma passa a ser tido como algo completamente exterior ao sujeito, ou seja, a causa do trauma não está em sua personalidade, em algum tipo de predisposição, tampouco de uma fraqueza moral da vítima (preguiça nos casos de acidente de trabalho ou falta de coragem por parte dos ex-combatentes). Em última instância, não se trata de dissimulação, já que os indivíduos são afetados por elementos completamente externos a eles<sup>70</sup>.

O fim da suspeita também impacta a própria compreensão que as vítimas têm a respeito de si. Nomear a doença opera efeitos naqueles diagnosticados como doentes, como diz Le Breton (2006, p. 150): “A nomeação da doença suspende todas as hipóteses e é recebido com júbilo com o qual o médico não está habituado. A legitimação de seu mal enfim reconhecido, o paciente tem o sentimento que sua inocência é finalmente estabelecida”.

---

<sup>70</sup> Aquilo que é entendido hoje como um evento traumático não era visto desse modo em outros períodos históricos, o que sugere o caráter socialmente construído da experiência traumática. No entanto, para muitos autores e pesquisadores dessa temática, o trauma possui uma “verdade”, um caráter ontológico, que independe das condições sociais e históricas. Essa é a compreensão do trauma conforme o DSM-III, evento disruptivo que extrapola a capacidade de simbolização do sujeito, que é compartilhada por diversos pesquisadores em diferentes campos científicos, em especial no âmbito da clínica psiquiátrica norte-americana, como Cathy Caruth (1995, 1996), Shoshana Felman (1995), van der Kolk (1987) e Laura Brown (1995). Para mais dados a respeito dos diferentes paradigmas de investigação do trauma psíquico, ver Leys (2007).

A partir de então, qualquer indivíduo que apresentasse os sintomas do transtorno de estresse pós-traumático poderia ser incluído na categoria. Essa era a orientação do DSM-III: se a vítima havia vivenciado um evento fora do comum e tinha os traços clínicos do TEPT, ela era uma autêntica vítima (SARTI, 2009, p. 100). Essa classificação, que se afasta de qualquer tipo de julgamento moral em relação ao criminoso ou à vítima, não isenta os veteranos de toda a culpa, mas muda o tratamento direcionado a esses casos, aumentando seu reconhecimento social e permitindo alargar ainda mais o fenômeno da vitimização. A proposição psiquiátrica é a seguinte: “são homens ordinários submetidos a condições extraordinárias, os quais devemos tratar antes de serem julgados e talvez condenados” (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 145-146).

Até esse momento, porém, o evento deve ter uma certa magnitude; falamos de guerras (em especial do Holocausto), tortura, estupro e catástrofes naturais. A generalização da condição da vítima irá ocorrer com a publicação do DSM-IV, em 1994. O trauma passa a estar ligado a experiências cotidianas, ou seja, ele não está mais restrito a situações limite, como conflitos armados, guerras, ataques terroristas ou violência sexual. “O mundo social (as relações profissionais, as desigualdades econômicas, as relações sociais entre os sexos) se tornam um elemento potencialmente patogênico suscetível de deixar uma marca no psiquismo do indivíduo” (LATTÉ; RECHTMAN, 2006, p. 162).

Exemplos contemporâneos do alargamento da figura da vítima são oferecidos por Santos e Vaz (2015, p. 13) ao dialogarem com o trabalho da cientista política Alyson Cole:

[...] os movimentos conservadores de direita passam cada vez mais a instaurar novos grupos de vítima. Segundo Alyson M. Cole, existem três figuras principais que ocupam o lugar da vítima conservadora: a vítima de violência urbana, o feto abortado e, (por último e mais interessante para os fins deste trabalho) as vítimas de discriminação reversa e de políticas progressistas (COLE, 2007, p. 10). Isto inclui, por exemplo, as vítimas da “cristofobia”, o projeto “*Women Against Feminism*” e também todos aqueles que se dizem perseguidos pelo “politicamente correto”.

Eventos certamente geradores de sofrimento, mas que fazem parte da trajetória humana, como mortes, doenças ou separações conjugais, passam a ser classificados como experiências potencialmente patogênicas ou traumatizantes, em um movimento de “generalização da experiência traumática”, como apontaram Fassin e Rechtman (2011). Mesmo as chamadas experiências de “segunda mão”, ou seja, não vividas diretamente pelo sujeito, podem causar sofrimento gerador de trauma. O ponto aqui é: você pode estar

traumatizado sendo uma vítima indireta, ou seja, sem ter vivido imediatamente o evento disruptivo (FASSIN; RECHTMAN, 2011).

A esse respeito, Latté e Rechtman (2006, p. 177) nos oferecem um exemplo bastante ilustrativo ao tratarem de um acidente químico de grandes proporções ocorrido em Toulouse, na França, em 2001, que deixou 31 mortos e cerca de 3.000 feridos<sup>71</sup>. Após o desastre, não apenas sobreviventes e seus familiares tiveram acesso à indenização. Mesmo indivíduos que não foram afetados pelo acidente e também aqueles que tampouco se encontravam na cidade no momento da tragédia receberam reparação financeira devido ao relatado terror que sentiram por suas famílias e também por suas moradias.

As mudanças no DSM e as transformações no âmbito da Psiquiatria foram, em grande medida, estimuladas pela ação de feministas, que se manifestavam contra a Psicanálise freudiana<sup>72</sup>. Vaz (2010, p. 156) afirma:

Desde o final da década de 60, o lugar do desejo e da fantasia no trauma é fortemente criticado pelo movimento feminista. Se uma paciente recordasse uma cena de sua infância onde teria sido assediada sexualmente por um adulto, a escuta psicanalítica tenderia a supor que o evento não aconteceu e que a paciente se lembrava de uma fantasia. Em última instância, não importava se o assédio ocorreu ou não, pois o decisivo era revelar para o próprio indivíduo o seu desejo. Para o movimento feminista, recusar a realidade do evento e frisar a dimensão do desejo equivaleria a não reconhecer o sofrimento das vítimas de estupro e pedofilia.

Para respaldar suas denúncias, o movimento feminista se apoiou na Psiquiatria, uma disciplina que até então carecia de legitimidade científica e social nos Estados Unidos. “O encontro com as aspirações dos movimentos feministas é a ocasião de mostrar essa nova capacidade da psiquiatria de atender às demandas da população e mais especificamente das camadas oprimidas por uma ordem social que a psiquiatria era acusada de servir” (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 132). Para combater sua imagem negativa, a Psiquiatria reformulou suas categorias, o que desencadeou a formulação do DSM-III.

---

<sup>71</sup> O acidente químico ocorrido na usina de fertilizantes AZF (Azote Fertilisants) foi causado pela explosão de um estoque de nitrato de amônia, matéria-prima utilizada nas operações da empresa.

<sup>72</sup> Em sua luta pela visibilidade dos casos de abuso sexual infantil, as feministas denunciam a teoria da fantasia de Freud. Inicialmente, Freud, por meio da teoria da sedução, considerava que os casos clínicos de histeria eram causados por abusos sexuais sofridos na infância. Anos depois, porém, Freud volta atrás e rejeita a ideia de que um abuso na infância provoque casos de histeria na idade adulta. Em sua teoria da fantasia, ele focaliza o desejo e não mais problematiza se os casos relatados em consultório eram ou não reais. A teoria da fantasia de Freud foi acusada pelas feministas de mais um elemento da “conspiração do silêncio sobre o incesto e os abusos sexuais” (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 126).

Os veteranos da Guerra de Vietnã também constituíram um grupo de interesse relevante no estabelecimento da categoria TEPT, como afirmam Latté e Rechtman (2006, p. 167):

Enquanto a mídia fala de uma “epidemia” de suicídios, de alcoolismo e atos “antissociais” entre os ex-combatentes, se difunde a figura do “crazy Vietnam vet”. Incapaz de reaver sua existência social anterior, ele parece imerso nas lembranças das atrocidades cometidas que nenhum reconhecimento nacional não apagou ou transformou em arma de glória.

Sua inclusão no rol dos grupos atingidos, no entanto, foi mais problemática do que a inserção de mulheres vítimas de violência sexual. Mesmo sendo vítimas dos efeitos da guerra, era notório que os ex-combatentes haviam cometido atrocidades como assassinatos sumários, estupros e tortura. O massacre de mais de 400 pessoas no vilarejo vietnamita My Lai veio a público e chocou a população norte-americana. Nesse contexto, como classificar tais homens como traumatizados se eles mesmos foram os responsáveis pelos atos de crueldade?

O grupo de trabalho que constituiu o DSM-III iria incluir os ex-combatentes como vítimas potenciais alegando que os mesmos agiram sob efeitos das condições extremas de uma guerra e, dessa forma, não foram completamente responsáveis por seus atos. O psiquiatra norte-americano Robert Lifton (1973) chegou a cunhar a expressão *atrocities-producing situation* para se referir ao contexto no qual os soldados cometiam crimes incompreensíveis. Depois de muitos embates políticos, os sintomas apresentados pelos ex-combatentes foram incluídos na categoria TEPT, o que configurou algo bastante singular: a partir de então, os algozes também poderiam pleitear o *status* de vítimas e obter as reparações a elas cabíveis.

Havia ao menos duas vantagens na apropriação da narrativa do trauma pelo movimento de veteranos de guerra do Vietnã: a primeira, de caráter material, a garantia de uma compensação financeira pela condição de doentes mentais, e a segunda, de natureza simbólica, a aquisição do estatuto de “vítima de guerra”, muito mais atraente do que a desonra que marcava a figura do soldado derrotado (VAZ; SANTOS, 2017, p. 10).

Diante do cenário que acabamos de discutir, a vítima se tornou gradativamente um anti-herói que não levanta suspeitas e possui até certo prestígio social (NOVICK, 2000). A lógica se transforma completamente, como afirma Bosco (2017, posição 1923) ao fazer referência a frases relativamente comuns no cenário contemporâneo: “A vítima

tem sempre razão’, ‘não se duvida da palavra da vítima’, ‘deve-se ter sororidade incondicional’, ‘é preciso ter empatia com a vítima’ etc.”<sup>73</sup>.

Já para Vaz e Santos (2017, p. 12), a categoria psiquiátrica também legitima os relatos públicos de experiências de sofrimento, facilitando sua comunicabilidade.

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático, ao retirar a dimensão do autoengano, permitiu a emergência das condições necessárias para a comunicação pública do trauma. O paciente traumatizado se tornou socialmente autorizado a dar o seu relato. A narrativa contemporânea sobre o trauma é um enquadramento interpretativo que fornece aos indivíduos uma forma legítima de racionalizar seu sofrimento: ela faz com que cada indivíduo possa se pensar inocente pela sua dor, sua experiência se tornando moralmente relevante (VAZ; SANTOS, 2017, p. 12).

Hoje, de modo muito distinto ao que aconteceu há algumas décadas, reconhecer o caráter traumático de muitos eventos se impõe como uma evidência e mesmo um avanço ou progresso. Isso porque, mesmo considerando a origem biológica de diversas formas de adoecimento, o sentido que damos a elas varia conforme o sistema de crenças e valores no qual estamos inseridos. O tratamento terapêutico e as eventuais reparações financeiras são considerados respostas normais da gestão social do evento traumático (LERNER, 2013).

Vale notar que isso não significa um avanço nas pesquisas científicas ou a descoberta da verdadeira causa do trauma. A partir de um olhar sociológico, o mal tem caráter epistemológico e não ontológico, isto é, precisa haver uma compreensão coletiva que estabelece que determinada experiência humana caracteriza o mal. Essa experiência, por si só, não tem nenhum sentido *a priori*, seja ele negativo ou positivo (ALEXANDER, 2004, p. 202). O que ocorre é uma reconfiguração ideológica do estatuto do evento traumático, como afirmam Fassin e Rechtman (2011, p. 134):

O abandono do paradigma neurótico significa o fim da investigação sobre a afetação traumática, da busca da verdade, da fraude e da simulação. O consenso que se forma no interior do grupo de trabalho sobre os transtornos pós-traumáticos visa exclusivamente o evento como fator etiológico único e corresponde às expectativas dos defensores do direito das vítimas.

É importante lembrar que, apesar de sua relevância atual e de sua recorrência no cenário contemporâneo, há algumas décadas a noção de trauma não ultrapassava os

---

<sup>73</sup> Ao referenciar trechos de obras digitais, utilizamos o termo “posição” ao invés de página, pois o primeiro não varia conforme o suporte utilizado (computadores, *tablets*, *Kindles* etc.), servindo de referencial mais apropriado à posterior localização de citações.



círculos dos campos da Psiquiatria e da Psicologia. De modo mais difuso, a noção de trauma invadiu o espaço moral das sociedades ocidentais contemporâneas, efetuando uma transformação importante na sensibilidade social, como demonstram os pesquisadores Eliacheff e Larivière (2007, p. 45): “Nesse contexto, toda pessoa que sofre pode se autoreivindicar ‘vítima’ e ser considerada como tal: o sofrimento é uma injustiça, não sofrer se torna um direito”.

Hoje a noção de trauma começa a se expandir para outros campos, entre eles a mídia. Nesse caso, a noção de trauma é normalmente usada em seu sentido metafórico, como um “drama social” (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 11) e não exatamente em seu sentido médico. No entanto, a ampla utilização do termo, mesmo que ele tenha seu sentido ligeiramente deslocado, demonstra a relevância do tema na cena pública.

A nova compreensão a respeito do trauma também mobiliza diversos aparatos sociais, como o institucional (criação de hospitais e delegacias especializadas no atendimento a casos considerados traumáticos), jurídico (criação de leis específicas e sanções a elas associadas) e também simbólico. Neste último, um dos maiores efeitos é o progressivo reconhecimento social dedicado a vítimas e a mobilização de profundos investimentos morais e afetivos.

Quando se trata de vítimas de violência sexual, tema sobre o qual nos debruçamos nesta tese, fica bastante claro que a resposta da sociedade vem se modificando. Isso pode ser percebido na fala da artista Karin Bruckner, uma das mulheres entrevistadas pelo jornal *The New York Times*, na reportagem sobre a campanha *Me Too*:

As mulheres jovens hoje têm uma atitude diferente. Elas estão menos dispostas a aguentar algumas coisas. Antes você falava: “Eu não tenho para onde ir com isso e os homens são assim mesmo”, mas hoje as coisas são diferentes. **Agora as pessoas finalmente escutam essas histórias ao invés de descartá-las. Agora nós falamos porque a cultura está nos ouvindo**<sup>74</sup>.

No trecho acima, percebemos claramente a mudança no estatuto da vítima, figura que agora é “ouvida” por outras pessoas e pela cultura de um modo geral. Para discutir essas transformações, Georges Vigarello, no trabalho *Violência sexual e mutações culturais*, compara três casos de violência sexual que tiveram ampla repercussão na França. Localizados em momentos distintos no tempo (um em 1959, outro em 1978 e o

---

<sup>74</sup> The young women today have a different attitude. They are much less willing to put up with things. Back then you said, ‘I don’t have anywhere to go with this and that’s just the way guys are,’ but now things are different. Now people will finally listen to these stories instead of dismissing them. Now we talk because now the culture is listening to us”.

último em 2011), eles demonstram que houve uma mudança de atitude em relação às mulheres agredidas.

No crime da década de 1950, o agressor foi julgado e penalizado com reclusão de apenas um ano e nada se falou sobre um possível dano psíquico causado às vítimas. Elas eram inclusive suspeitas de terem facilitado de algum modo a agressão, o que nos remete ao exemplo dos ex-combatentes (FASSIN; RECHTMAN, 2011) e de sobreviventes do Holocausto<sup>75</sup> (ALEXANDER, 2004; NOVICK, 2000) que enfrentaram inicialmente desconfiança e ceticismo.

Muito já havia mudado no caso dos anos 1970. Durante o julgamento, o estupro foi associado à desigualdade de gênero e à consequente inferiorização das mulheres. Além disso, os danos psíquicos começaram a ser discutidos, ao passo que um possível consentimento ou facilitação por parte da vítima saem de cena. “A referência ao trauma psicológico, por muito tempo, ausente das proposições tanto das vítimas como de advogados de defesa e especialistas, se torna uma das principais referências para qualificar a gravidade do crime” (VIGARELLO, 2011, p. 9).

O último caso envolveu o político francês Dominique Strauss-Kahn, acusado de forçar uma camareira do hotel em que se hospedava a praticar sexo oral<sup>76</sup>. Vigarello utiliza o exemplo para tratar da ampla midiaticização de uma causa que ainda não havia sido julgada e que gerou comoção sem igual tanto na França como nos Estados Unidos. Uma das razões da notoriedade do caso foi, como aponta o historiador e sociólogo, a atuação política organizada do movimento feminista.

Outra transformação são os efeitos subjetivos: a experiência que temos de nós mesmos é transformada, já que nos pensamos a partir de verdades e conceitos disponíveis em nossa cultura. Um dos depoimentos anônimos da campanha *Balance ton Porc* é ilustrativo a respeito da relevância do reconhecimento social das vítimas. A mulher, que afirma ter sido abusada pelo pai durante sua infância, busca reparação não econômica,

---

<sup>75</sup> Os judeus não foram reconhecidos como as principais vítimas da Segunda Guerra Mundial logo após o fim do conflito. Essa compreensão começa a emergir a partir dos anos 1960. Contribuiu para isso o julgamento do integrante da cúpula nazista Adolf Eichmann, amplamente midiaticizado, que contou com diversos testemunhos de vítimas e também o grande número de relatos autobiográficos de sobreviventes (LERNER, 2003, p. 21-29).

<sup>76</sup> Dominique Strauss-Khan era então diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI); Nafissatou Diallo, a camareira do hotel em que ele estava hospedado, em Nova York. Após meses de disputas judiciais e controversas revelações de ambos os lados, os dois assinaram um acordo no valor de 1,5 milhão de dólares que obrigava Diallo a retirar sua queixa.

mas simbólica. Ela escreve no fim de seu relato: “Minha única vontade é ser reconhecida como uma vítima<sup>77</sup>”.

A criação de uma categoria diagnóstica mobiliza diversos agentes e promove mudanças na própria compreensão que as pessoas (possivelmente doentes) têm a respeito de si, como diz Lerner (2013, p. 3):

A categorização de uma experiência como doença se dá, portanto, em meio a um contexto histórico e cultural; ela é estruturada mas também estruturante, pois em alguma medida angula o que e como os indivíduos vivem como doença, como se estruturam os sistemas de cura, as relações que a sociedade estabelece com o doente e assim por diante. Essa “angulação” certamente não ocorre de forma homogênea, havendo perspectivas diferenciadas em seu interior, e mesmo antagonicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo classificatório referente à categoria “doença” esteja inserido em uma dinâmica social mais ampla, que engendra uma série de relações sociais.

A mudança no *status* da vítima em nossa sociedade é acompanhada de transformações legais e judiciais. Segundo Koltai (2002), a difusão da figura da vítima geraria um ambiente de “reparação generalizada”, onde o sofrimento é rejeitado e engendraria demandas por direitos e reparações. “Vivemos numa sociedade que parece não suportar indivíduos que sofrem, razão pela qual o sujeito contemporâneo, ao tentar sarar dessa doença mortal que é a vida, cada vez mais se transforma em vítima” (KOLTAI, 2002, p. 35).

Um dos efeitos dessa vitimização generalizada seria a judicialização das relações sociais, isto é, as pessoas recorrem com frequência cada vez maior à esfera judicial, o que representa a “introdução do universo impessoal do Direito no mundo pessoal e privado” (MORAES, 2006, p. 63). A resolução de conflitos familiares passou a ser responsabilidade do sistema judiciário, diante da compreensão de que eles representam problemas estruturais e não individuais. A esse respeito, a pesquisadora Guita Debert (2006, p. 16) afirma:

Essa expressão busca contemplar a crescente invasão do direito na organização da vida social. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, essa invasão do direito não se limita à esfera propriamente política, mas tem alcançado a regulação da sociabilidade e das práticas sociais em esferas tidas, tradicionalmente, como de natureza estritamente privada, como são os casos das relações de gênero e o tratamento dado às crianças pelos pais ou aos pais pelos filhos adultos.

---

<sup>77</sup> « Ma seule volonté est d’être reconnue victime ».

A penalização e a judicialização das relações sociais ensejaram a criação da expressão “esquerda punitiva” pela advogada Maria Lúcia Karam. Segundo ela, leis mais rígidas e punições exemplares satisfazem anseios coletivos, mas infelizmente não dão conta de questões estruturais que alimentam, por exemplo, a violência de gênero em suas múltiplas formas. Para ela, a estratégia legalista “não só desvia as atenções como afasta a busca de outras soluções mais eficazes, dispensando a investigação das razões ensejadoras daquelas situações negativas, ao provocar a superficial sensação de que, com a punição, o problema já estaria satisfatoriamente resolvido” (KARAM, 1996, p. 82).

A Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, é emblemática nesse sentido. Apesar de ter sido sancionada em 2006, existem diversos problemas em sua aplicação, muitos deles ligados ao fato de que ainda não existe uma percepção generalizada do caráter criminal da violência conjugal, seja por parte das mulheres como também por aqueles que atuam em instituições como delegacias e juizados. Gomes (2010, p. 34) nos diz que “[...] a violência conjugal segue sendo uma possibilidade, frequente e justificável, no horizonte das relações sociais e da cultura, a despeito dos crescentes esforços políticos para torná-la criminosa e moralmente condenável entre todos os setores da sociedade”.

Se por um lado devemos celebrar o maior acesso feminino ao sistema judiciário, por outro devemos considerar que judicialização tem aspectos controversos. Ela “traduz duplo movimento: de um lado a ampliação do acesso ao sistema judiciário e, por outro, a desvalorização de outras formas de resolução de conflito (RIFIOTIS apud MORAES, 2006, p. 63). Além disso, a criminalização da violência por si só não garante uma mudança efetiva no imaginário social sobre os papéis sexuais dentro da relação conjugal. Entretanto, apesar de a penalização não ser suficiente para transformar a compreensão coletiva acerca de determinada prática, a demanda pelo aumento do rigor penal para com os agressores é uma constante na retórica política da vítima, como apontam Vaz e Rolny (2010, p. 6):

Se os direitos humanos foram criados após a Segunda Guerra para proteger os indivíduos do arbítrio de estados totalitários, após os movimentos de minorias, o sentido passa a ser a intervenção do Estado para proteger indivíduos de outros, o que pode conduzir, senão ao arbítrio, ao menos à ampliação de seus poderes punitivos.

Um exemplo bastante recente do recrudescimento da punição a casos de assédio e violência sexual foi a aprovação, no Brasil, da lei que torna crime a “importunação sexual” que acontece em ônibus, trens e metrô. Até então considerada uma contravenção

punível com pagamento de multa, o assédio sexual nos meios públicos de transporte se tornou crime que pode levar à prisão, pelo prazo de um e cinco anos<sup>78</sup>.

Na França, desde agosto de 2018, o assédio sexual contra mulheres nas ruas também é punido com multas que vão de 90 a 750 euros, podendo chegar a até 3.000 euros (o equivalente a cerca de 13.000 reais), em caso de reincidência. Curioso notar, no entanto, que o Ministério da Igualdade de Gêneros francês, em seu perfil no Twitter, buscou diferenciar “cantadas” ou aproximações aceitáveis daquilo que deve ser entendido como assédio e deu destaque ao consentimento como o elemento que estabelece a fronteira entre ambos. “Parem as #FakeNews! O projeto de lei não visa a sancionar a cantada, os olhares ou os elogios. Ele pune os comentários sexistas e sexuais, a intimidação, a perseguição ou os pedidos intermináveis de número de telefone. O limite? O consentimento!”<sup>79</sup>.

## 2.2 RELATOS AUTOBIOGRÁFICOS COMO AÇÃO POLÍTICA

Ao tratar da cultura contemporânea, a pesquisadora Leonor Arfuch (2010) cunhou a expressão “espaço biográfico” para se referir ao aumento exponencial de relatos testemunhais que estão presentes nos mais diversos campos da experiência social. Da arte à política, passando pela educação e pela mídia, as narrativas autorreferentes se manifestam em textos literários, depoimentos e entrevistas, extrapolando em muito os limites da Literatura e dos gêneros canônicos de cartas, diários, biografias e autobiografias.

O espaço biográfico ao qual se referiu Arfuch tem como uma de suas modalidades a autobiografia, um relato retrospectivo que fazemos de nossa própria trajetória e que enfatiza nossa individualidade e personalidade. O pacto autobiográfico, garantido pela coincidência entre autor, narrador e personagem, faz com que essas narrativas em primeira pessoa sejam consideradas mais autênticas, reforçando a autoridade da experiência (LEJEUNE, 2008).

O pesquisador Igor Sacramento (2018) aponta para a ampliação desse espaço biográfico e para a associação desse tipo de narrativa aos diferentes meios, entre eles o ambiente virtual da Internet, que vem se tornando um importante espaço de articulação e

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/563568-SANCIONADA-LEI-QUE-TIPIFICA-CRIME-DE-IMPORTUNACAO-SEXUAL-E-PUNE-DIVULGACAO-DE-CENAS-DE-ESTUPRO.html>. Acesso em 26 set. 2018.

<sup>79</sup> Disponível em: <https://information.tv5monde.com/terriennes/en-france-une-loi-enfin-adoptee-contre-le-harcelement-de-rue-253093>. Acesso em 7 out. 2018.

mobilização política. Nesse ambiente, temos acesso à vida íntima não apenas de indivíduos célebres, mas também de pessoas comuns que voluntariamente compartilham informações que, há até pouco tempo, estavam circunscritas ao domínio do privado. A profusão dessas “narrativas do eu” é encarada pelo autor como um sintoma cultural e também político do tempo presente, já que o testemunho vem sendo utilizado como arma política de denúncia e reivindicação por direitos, por variados grupos sociais, entre eles as mulheres.

As campanhas que analisamos nesta tese são emblemáticas nesse sentido. Elas seriam exemplos do que o autor chamou de “pequenos testemunhos”, relatos ligados a experiências cotidianas de sofrimento, que estariam substituindo os grandes relatos – como, por exemplo, aqueles referentes ao Holocausto ou a outros processos de violência perpetrada por regimes autoritários ou ditatoriais – na cena pública. De fato, os grandes relatos são exemplos significativos de como as autobiografias podem servir para dar visibilidade e reconhecimento social a situações coletivas de violência.

O Holocausto foi um elemento essencial na mudança no papel social da vítima. O movimento progressivo em direção à legitimação social da vítima foi discutido pelo sociólogo norte-americano Jeffrey Alexander (2004), que adota uma visão construtivista e compreende a percepção do *status* moral de um evento não como reflexo natural do mesmo, mas como um empreendimento histórico sujeito a disputas de poder e embates políticos. Tratando justamente do Holocausto, ele demonstra como uma narrativa progressista no contexto pós-Segunda Guerra foi sendo paulatinamente substituída pelo que ele chamou de narrativa trágica. O extermínio em massa de judeus foi alçado à condição de “mal ontológico”, um evento sem igual na história, visão que não era majoritária nos anos imediatamente posteriores ao conflito, que terminou em setembro de 1945.

Naquele momento, o extermínio era visto como algo terrível, porém era compreendido sobretudo como uma atrocidade decorrente da guerra, esse sim o mal maior a afligir a humanidade. Nesse período, a crença era de que o nazismo era um evento traumático que poderia ser vencido, superado e deixado no passado. Além disso, no período logo após o fim da guerra, havia certa suspeita a respeito daquilo que os sobreviventes tinham feito para conseguir escapar, seja por meio de uma prévia posição social privilegiada, seja por atos de colaboração com o regime nazista (LERNER, 2013, p. 45).

A mudança na sensibilidade social sobre o Holocausto e suas vítimas começou a acontecer na década de 1960 e foi com essa memória do Holocausto que se deu o pontapé inicial da manifestação contemporânea do trauma. Se com a narrativa progressista os esforços se davam no sentido da superação do evento, a narrativa trágica modifica a relação lembrança-esquecimento. O exercício de rememoração do passado passa a ser uma constante justamente para evitar que o evento seja repetido.

A passagem para a narrativa trágica está ligada a um processo de identificação psicológica com os sobreviventes, que ocorreu, em grande medida, graças a produtos culturais e midiáticos como livros autobiográficos (entre eles o best-seller *O Diário de Anne Frank*), filmes e peças de teatro que personalizavam e humanizavam o trauma (ALEXANDER, 2004). A narrativa autobiográfica consegue promover empatia, como afirma a pesquisadora Katia Lerner (2013, p. 10): “Na exposição do sofrimento e na recomposição da vida promove-se a empatia com o outro, criam-se as condições de aproximação, fortalecendo os laços sociais na medida em que o outro, um desconhecido, torna-se um pouco mais familiar”.

Outro importante personagem do potencial político dos relatos autobiográficos foi Primo Levi, escritor italiano sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. Em seus livros e contos, escritos em tom testemunhal, Levi denunciou os horrores nazistas e contribuiu para que os mesmos fossem conhecidos. Para Sarti (2014, p. 84) sua obra foi “[...] um marco, pois, ao narrar e questionar se *É isto um homem?*, trouxe para o plano do pensável, narrável, dizível e imaginável a experiência do horror, afirmando-a como experiência humana, com todos os dilemas que essa experiência colocou às categorias ocidentais do pensamento”.

A profusão de relatos em primeira pessoa após a Segunda Guerra contrariou o que havia sido anunciado pelo filósofo alemão Walter Benjamin. No ensaio *O narrador*, ele sugere que a Primeira Guerra Mundial marcaria o fim da experiência de narrar, fato exemplificado pelos soldados que voltavam mudos dos campos de batalha. Após o horror, nada mais haveria a ser dito ou escrito. Mas parece ter ocorrido o oposto, como afirma Sarlo (2007, p. 26): “Das trincheiras ou das frentes de batalha da guerra, ele afirmou, os homens voltaram emudecidos. É inegável que Benjamin se equivocava quanto à escassez de testemunhos, justamente porque ‘a guerra de 1914-8 marca o começo do testemunho de massas’”.

Também no âmbito do Direito Internacional, a Segunda Guerra foi decisiva para o reconhecimento público do sofrimento e para a ascensão da figura da vítima. A categoria

“crimes contra a humanidade”, acionada nos julgamentos do Tribunal de Nuremberg, e que abarca casos de tortura, é um marco fundamental nesse processo de legitimação (SARTI, 2014, p. 78).

No Brasil, narrativas autobiográficas a respeito do período de ditadura militar (1964-1985) também foram essenciais para que as atrocidades cometidas fossem conhecidas e eventualmente punidas<sup>80</sup>. Elas também colaboraram para que o testemunho se tornasse uma forma socialmente inteligível de expressão do sofrimento no país, apesar de o Brasil ainda possuir uma produção de cunho testemunhal limitada quando o comparamos a outros países latino-americanos que também experimentaram regimes totalitários, como Argentina, Chile e Uruguai (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 15).

Contudo, é acertado afirmar que, tanto no cenário europeu pós-Segunda Guerra como na América Latina após as ditaduras militares, a memória passou a ocupar espaço relevante. Assistimos ao “boom da memória”, que passou a ser “(...) o conceito central organizador dos estudos em história, uma posição antes ocupada por noções de classe, raça e gênero” (WINTER, 2006, p. 68).

A História Oral se tornou disciplina acadêmica reconhecida, demonstrando a importância que passou a ser dada à memória e às “micro-histórias” (SARLO, 2007) e sinalizando ainda o questionamento do objetivismo nos estudos históricos<sup>81</sup>. A chamada “literatura de testemunho”, contudo, não ficou restrita a grandes experiências coletivas de violência. Paulatinamente percebemos a expansão do que Sacramento (2018) chamou de “pequenos testemunhos”. Para o pesquisador:

A generalização de narrativas testemunhais em produtos da cultura da mídia é concomitante ao crescimento da experiência subjetiva na sociedade contemporânea: colunas jornalísticas debatem a vida pessoal como assunto público, novas revistas e programas sobre celebridades são lançados, novos reality shows, as relações entre fãs e famosos pelas redes sociais se intensificam, a fama se torna um estilo de vida. Há diversos produtos midiáticos que constituem essa guinada subjetiva, que também é sentimental e se dá pela exploração da interioridade como

---

<sup>80</sup> Como explicou Glenda Mezarobba (2007), no caso brasileiro, a Lei da Anistia fez com que as reparações às vítimas fossem sobretudo financeiras, sem que tenha havido paralelamente o julgamento e a punição dos responsáveis pelos crimes. A pesquisadora é integrante do Grupo Ditadura e Gênero da Comissão Nacional da Verdade (CNV), oficialmente instalada em 2012 e que investiga as violações aos direitos humanos cometidas pelo regime ditatorial.

<sup>81</sup> A História Oral, que utiliza como metodologia de pesquisa entrevistas com fontes orais, surgiu nos anos 1950 após a invenção do gravador de fita. Ela começou a ser utilizada no Brasil na década de 1970 e ganhou progressiva legitimação acadêmica, que culminou na formação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994. Uma de suas propostas é promover a escuta de sujeitos cujas falas foram silenciadas ou ignoradas por processos históricos variados, se afastando de princípios como objetividade e neutralidade científicas.



reivindicação do heroísmo e da salvação pessoais (SACRAMENTO, 2016, p. 178).

Sacramento associa a explosão da quantidade de narrativas testemunhais a uma “guinada subjetiva” (SARLO, 2007), isto é, uma valorização de aspectos da individualidade e da subjetividade. Lembremos que o fim das grandes narrativas, como o socialismo, e a fragmentação de valores criam um contexto de desorientação em que o indivíduo deve buscar por si mesmo as fronteiras de sua identidade e estabelecer seu lugar no mundo, sua singularidade. Com a desagregação do vínculo social, cada um de nós se torna responsável por sua própria existência, com possibilidades maiores ou menores de manobra (LE BRETON, 2002).

A análise de Sacramento dialoga com o que é proposto pelo antropólogo Gilberto Velho (1994). Para ele, a noção de biográfico é fundamental em sociedades marcadas pelo individualismo moderno. Se o indivíduo é a figura de maior relevo e importância, é esperado que haja grande valorização de narrativas biográficas, cujo eixo estruturante é a trajetória do sujeito. Velho (1994, p. 100) afirma:

Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial não mais contido, mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do indivíduo psicológico, que passa a ser medida de todas as coisas. (...) Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna.

Nessa cultura, o testemunho passou a ser a forma primordial de discurso de si. Sibilia avança na análise ao identificar a relação que existe entre essa sociedade individualista e o movimento de espetacularização e estetização do mundo. Para ela, esses aspectos são essenciais para a compreensão dessa “ênfase no eu autêntico que fala de si”.

[...] talvez o que mudou, em nossa sociedade tão espetacularizada e midiaticizada, seja a relação entre realidade e ficção. É possível que as suas confusas fronteiras tenham se tornado ainda mais ambíguas; e, portanto, seus efeitos geram outros sentidos no mundo. Quanto mais a vida cotidiana é ficcionalizada e estetizada com recursos midiáticos, mais avidamente se busca uma experiência autêntica, verdadeira, não simulada ou encenada. Busca-se o realmente *real* — ou, pelo menos, algo que assim *pareça* (SIBILIA, 2018, p. 12) [grifos no original].

Além disso, a explosão de relatos testemunhais está ligada ao próprio alargamento da noção de trauma, categoria que passou a abranger situações limite mas também eventos mais corriqueiros da existência humana, como vimos. Muitos começam a reinterpretar seus passados cotejando suas experiências com as narrativas de sofrimento que circulam

no espaço público. O trauma promove, desse modo, uma revisão da identidade coletiva e dos papéis sociais, como diz Alexander (2004, p. 22): “A experiência do trauma pode ser entendida como um processo sociológico que define uma ferida à coletividade, estabelece a vítima, atribui responsabilidade e distribui as consequências materiais”.

Além disso, o trauma promove uma linguagem inteligível e compreensível que facilita a comunicação de certas experiências e o processo reivindicativo a elas associado, como afirma Jimeno (2010, p. 113-114):

[...] é impossível desconhecer o avanço no uso social do termo por muitos dos que sofreram violências, tampouco que se converteu em emblema de reivindicação com uma característica peculiar, que lhe permite reunir o subjetivo e de ordem privada, como é a experiência de sofrimento, com a ação pública, política.

No tocante à violência sexual, temática à qual nos dedicamos neste trabalho, o reconhecimento social do problema foi sendo obtido gradativamente e cada vez mais pessoas passaram a ir à público para testemunhar abusos que haviam sofrido na infância. O movimento de denúncia ou liberação da fala foi conduzido, sobretudo, por mulheres (HACKING, 2013, p. 30). Além de constituírem a maior parte do contingente de vítimas da violência sexual, as mulheres, ao lado de crianças e idosos, ocupam o lugar social da vulnerabilidade e são institucionalmente reconhecidas como vítimas efetivas ou ao menos potenciais. Elas seriam passíveis de sofrer atos violentos, em especial no ambiente doméstico e familiar, cenário bastante diferente daquele vivenciado pelos homens. No caso da violência ligada a armas de fogo e armas brancas, que vitimiza sobretudo homens jovens, não há o mesmo reconhecimento social a respeito de sua vulnerabilidade ou condição de risco. Já quando se trata de violência de cunho sexual, Gregori (2014, p. p. 55) resume bem a temática ao afirmar: “[...] há a presunção de que o objeto da violação tem sexo, gênero e idade: mulheres e crianças”.

No entanto, dialogando com a perspectiva foucaultiana de poder, Francisco Bosco (2017, posição 2396) nos relembra de que há múltiplas formas por meio das quais esse poder pode ser exercido, desestabilizando as relações de hierarquia entre homens e mulheres. Para ele:

[...] o poder é antes múltiplo, heterogêneo, do que unívoco e unilateral. Há diversas formas de poder, aquelas, digamos, socialmente congênicas à condição de homem são só uma parte delas. Há a beleza, a juventude, o dinheiro, a inteligência, o talento, a estrutura imaginária do sujeito, entre tantos outros traços que alteram a economia do poder e não são necessariamente prerrogativas masculinas.

Isso significa que, mesmo que o feminino ocupe um papel secundário nas relações hierárquicas de poder, essas mesmas relações são atualizadas na vida cotidiana e outros elementos, como posição social e capital cultural, por exemplo, podem desestabilizá-las. Ao analisar as relações entre gênero e violência na área da saúde, Sarti (2009, p. 94) chama atenção para o fato de que a associação entre vitimização e feminilidade pode ser problemática no sentido do não reconhecimento de violências perpetradas contra outros sujeitos que não aqueles tradicionalmente entendidos como vulneráveis no imaginário coletivo.

Um exemplo bastante ilustrativo, resultado da pesquisa de campo de Sarti, é apresentado no trabalho *Corpo, violência e saúde: a produção da vítima* (2009). Um jovem que sofreu violência sexual após um assalto não encontrou assistência médica no hospital pois a equipe que se ocupava desse tipo de atendimento não foi capaz de identificar nele uma possível vítima. O homem é dificilmente compreendido como a parte agredida em relações conjugais violentas, tampouco como indivíduo vítima de agressões sexuais. Além disso, em termos práticos, o grupo de assistência era formado apenas por ginecologistas e obstetras, como explica Sarti (2009, p. 97):

A organização do serviço de atendimento segue então uma concepção de violência que define previamente quem é vítima. Mulheres, crianças ou idosos são reconhecidos como vítimas de violência e podem ser tratados como tais, enquanto a perplexidade caracteriza a reação à presença masculina como vítima de violência sexual. Esta aparece como algo fora de lugar, ou seja, que só pode ter acontecido com alguém que não é reconhecido como “homem”, ou seja, um homossexual.

Não se trata aqui de negar que as mulheres representam o maior contingente de vítimas de violência sexual. Diversos trabalhos científicos atestam esse fato. Porém, cabe o questionamento a respeito da exclusão de outros grupos, como homens e mulheres transexuais, que encontram dificuldade de atendimento, já que não têm direito à assistência que é especificamente feminina. O que poderia à primeira vista ser considerado um avanço, pode acabar ensejando resultados excludentes. Isso também pode levar a uma naturalização estereotipada ou à essencialização dos papéis sociais, isto é, à associação direta entre masculinidade e violência, sem que seja levada em conta a dinâmica relacional da própria violência (SARTI, 2009).

No entanto, é importante lembrar que as narrativas de sofrimento que produzem e atualizam a subjetividade da vítima não se referem apenas ao campo da sexualidade. Há

uma diversidade de grupos que vão ao espaço público em busca de reconhecimento e legitimidade, como afirmam Vaz e Santos (2017, p. 7):

A transformação destas desigualdades sociais em narrativas de vitimização coletivas baseadas na experiência de preconceito fornece aos indivíduos uma retórica que garante a sua autenticidade por não se adequar à moralidade hegemônica e lhes confere a superioridade moral que é atribuída à vítima. É a experiência de sofrimento que torna estas identidades dignas de admiração e respeito.

Santos e Sanchonete (2017) demonstram que, nos últimos anos, aumentou o número de relatos e testemunhos de indivíduos acima do peso, que denunciam o preconceito e a gordofobia – termo de uso relativamente recente que se refere à aversão a pessoas gordas ou obesas. Essa aversão se dá tanto no sentido estético como no sentido moral, afinal tais pessoas são julgadas como sendo indivíduos que não cuidam de si mesmos, desleixados, preguiçosos, que não possuem autocontrole etc.

De modo geral, os relatos tratam tanto da experiência de sofrimento como da superação obtida por meio da autoaceitação e do afastamento do julgamento alheio e de valores hegemônicos em relação à aparência. O sofrimento dessas mulheres, em sua maioria bastante jovens, se manifesta por meio de problemas psíquicos, como depressão e crises de ansiedade, sujeição a relacionamentos abusivos etc. “Frisando a dimensão do bem estar mental, cada vez mais mulheres vêm ao espaço público para narrar suas próprias experiências, responsabilizando a gordofobia e a pressão social pelos seus diversos sofrimentos” (SANTOS; SANCHONETE, 2017, p. 2).

Vemos, portanto, que os indivíduos ganham progressiva legitimidade para falar de seus sofrimentos. O testemunho, enquanto prática discursiva, substitui a narrativa hegemônica de tempos atrás: a confissão clínica. Apesar de ambos serem autobiográficos, a prática “secreta” da confissão se direciona a um especialista, enquanto o testemunho é endereçado de modo desafiador aos que fazem o sujeito sofrer ou àqueles que não acreditam ou não valorizam seu sofrimento. Também implica a ideia de ida ao espaço público, para “exorcizar” a vergonha e também ajudar outras pessoas que vivenciaram o mesmo sofrimento (VAZ; SANTOS, 2017).

Há também efeitos em termos subjetivos. A identidade se funda em uma experiência de sofrimento. Mulheres, homossexuais, negros e outros grupos sociais compartilhariam entre si o sofrimento imposto por uma sociedade preconceituosa. “Dentro desta narrativa, trauma e identidade se retroalimentam, justificam mutuamente

suas existências. Em resumo: *sofro porque sou, sou porque sofro*” (VAZ; SANTOS, 2017, p. 13).

Outro dado que parece certo é que o compartilhamento de narrativas emocionais de sofrimento cria redes de compreensão e ajuda mútua, reforçando laços de apoio e solidariedade. Por meio da partilha de experiências afetivas, formam-se “comunidades emocionais” (JIMENO, 2010) em que mulheres reconstróem suas subjetividades e dão visibilidade a problemas sociais muitas vezes ignorados. Ao analisar o cenário social contemporâneo na Colômbia e os movimentos de vítimas de grupos armados no país, Jimeno explica esse processo:

[...] essa linguagem do testemunho pessoal tem efeitos políticos, na medida em que constrói uma versão compartilhada dos acontecimentos de violência da última década e serve de alicerce para uma ética do reconhecimento e para ações de protesto de reparação, visto que é um mediador simbólico entre aqueles que experimentaram a violência e o conjunto da população civil (JIMENO, 2010, p. 99).

Em uma investigação antropológica com mães de vítimas da violência urbana no Rio de Janeiro, as pesquisadoras Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) analisam como se formam essas comunidades, unidas ao redor de uma experiência de sofrimento:

Suas ações fazem parte de um repertório de experiências e recursos políticos que circulam através de redes ativistas, que se replicam em dinâmicas de aprendizado e solidariedade entre pessoas que, a partir de dado momento e movidas por condições específicas, passam a se ver como parte mais ou menos exata de um “coletivo”. “Nós, mães”, “Nós, familiares” ou, mais raramente, “Nós, familiares e amigos” compõem sujeitos simultaneamente da dor pessoal e da ação política (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 83-84).

Veremos a seguir que os laços de apoio formados nas redes virtuais colaboram com o potencial terapêutico das narrativas testemunhais. Contudo, a própria exposição no espaço público, com todo seu potencial catártico, nos parece um fator primordial para incitar as mulheres vítimas de assédio e violência sexual a contarem suas experiências de sofrimento. Essa mesma ida ao espaço público também surge como uma possibilidade de elaboração da experiência de violência, conforme discutimos adiante.

### 2.3 A INTIMIDADE PÚBLICA E O POTENCIAL TERAPÊUTICO DA EXPOSIÇÃO

As mídias sociais fazem parte do contexto contemporâneo marcado pela visibilidade e por novas formas de sociabilidade. Aquilo que era restrito ao espaço íntimo passa a ser voluntariamente compartilhado com familiares, amigos ou mesmo

desconhecidos, relativizando as noções de privacidade e configurando o que foi chamado de “intimidade pública” (ARFUCH, 2010) ou “extimidade” (SIBILIA, 2008).

A exibição da vida pessoal de celebridades e pessoas comuns, a presença constante de telas nas casas, cada vez mais conectadas ao mundo virtual, os *reality shows* televisivos e outros elementos da cultura contemporânea mostram que são porosas as fronteiras que separam o público do privado. A visibilidade hoje pode ser entendida como um verdadeiro capital, como proposto por Nathalie Heinich (2012) ao dialogar com o trabalho de Pierre Bourdieu<sup>82</sup>: “[...] o capital de visibilidade possui todas as características do capital no sentido clássico – econômico – do termo: ele é, de fato, um recurso mensurável, acumulável, transmissível, gerador de juros e convertível” (HEINICH, 2012, p. 46). Já a invisibilidade seria um mal a ser evitado, “sinônimo de inutilidade, de insignificância e até mesmo de inexistência no tecido social” (SACRAMENTO, 2016, p. 165).

Entretanto, a valorização da exposição e da visibilidade não é resultado direto da Internet ou de qualquer outro desenvolvimento tecnológico. Segundo Alain Ehrenberg (2010), os anos 1970 assistiram ao declínio da compreensão da vida privada como lugar do secreto ou do não-visível. Dois elementos concorreram para isso: a politização do privado e a cultura psicológica. O primeiro se refere à conversão de questões antes apenas íntimas em problemas políticos e sociais pelo feminismo, o que pode ser sintetizado pela célebre frase “o pessoal é político”, que marca a segunda onda do movimento.

Além disso, há o desenvolvimento massivo de uma cultura psicológica, que tem na psicanálise sua precursora, acompanhada de uma série de técnicas terapêuticas (muitas inclusive ligadas à sexualidade), que difundem nas camadas médias uma inédita sensibilidade de si, marcada pela expressão pública dos problemas privados<sup>83</sup>. A visão de Ehrenberg pode ser complementada pela perspectiva de Frank Furedi (2004) que aponta para a formação de um *ethos* terapêutico na cultura contemporânea, uma lógica baseada em uma visão psicológica da existência, que faz com que termos próprios da linguagem terapêutica como estresse, trauma, autoestima, síndrome e ansiedade comecem a fazer parte de nosso cotidiano.

---

<sup>82</sup> O sociólogo francês Pierre Bourdieu discute o conceito de “capital cultural” na obra *A distinção: crítica social do julgamento*, cuja primeira edição data de 1979.

<sup>83</sup> Um dos elementos dessa cultura psicológica é a literatura de autoajuda que se difunde com os livros de bolso, mais acessíveis que obras de formato tradicional. Graças a essa popularização, as camadas médias passaram a ter maior acesso a esse tipo de conteúdo psicológico (ILLOUZ, 2006).

Os sujeitos são estimulados a fazerem uma boa gestão de suas emoções, um autogoverno de seu estado psicológico para conseguirem lidar de maneira satisfatória com situações desafiadoras e potencialmente traumáticas. “O discurso terapêutico é, portanto, o prenúncio de uma redefinição radical da subjetividade em que o dano emocional e a vulnerabilidade psicológica tornaram-se parte do novo roteiro cultural” (SACRAMENTO, 2016, p. 163).

Neste ponto do trabalho, buscamos discutir os efeitos – muitas vezes controversos - da visibilidade proporcionada pelas redes sociais virtuais, tanto em seu alegado efeito terapêutico ou catártico como nos casos que envolvem ataques a imagem pública de indivíduos. Em primeiro lugar, devemos deixar claro que é com a popularização do mundo virtual que as narrativas testemunhais de sofrimento ganham importância política (MOSKOWITZ, 2001). Nas redes sociais virtuais os indivíduos falam por si mesmos, têm acesso quase direto a seus interlocutores e podem atingir uma quantidade de pessoas em muito superior a seu círculo pessoal. Há até pouco tempo, a voz das vítimas só era ouvida se fosse mediada e traduzida por profissionais, especialistas ou jornalistas que falavam em seu nome, porém com a Internet esse cenário mudou completamente.

Mesmo mobilizações políticas reivindicatórias e demais tipos de movimentos sociais não podem deixar de dialogar com o mundo virtual. “Com todos os limites, o espaço virtual tem sido um espaço de disputas de narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontraram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, sites, canais de vídeos, blogs” (RIBEIRO, 2017, posição 733).

O mundo virtual não está apartado da vida dita real, como afirmou o teórico Manuel Castells (2013, p. 171): “Há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line”.

As jornadas de junho de 2013 no Brasil são um exemplo de como as redes sociais se tornaram um novo espaço de ativismo político e de articulação entre os espaços digital e urbano. Convocadas pela Internet, as mobilizações inicialmente tinham como agenda a revogação do aumento da passagem de ônibus e, em seguida, passaram a adotar pautas múltiplas como, por exemplo, o corte dos gastos com a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos que aconteceriam no país em 2014 e 2016, respectivamente. Todas as agendas foram articuladas nas redes sociais.

Sem ignorar a relevância da tecnologia para a configuração das práticas sociais atuais, optamos por dar centralidade a suas dinâmicas de sociabilidade. Nossa proposta

se coaduna com o trabalho desenvolvido pelo pesquisador Richard Miskolci (2011, p. 17-18) que trata dos laços afetivos estabelecidos por meio das mídias digitais.

Em linguagem puramente metodológica, o deslocamento da pesquisa das mídias para seus usos vinculou essas tecnologias comunicacionais aos interesses sociais e subjetivos, conferindo ao objeto de pesquisa contornos mais precisos e, portanto, mais promissores para a investigação alcançar resultados substantivos. Empiricamente, passei do interesse inicial pela internet como foco da pesquisa para a forma como as pessoas a usam, ou melhor, para o desejo que rege seu uso. Um desejo que precisa ser reconstituído em termos históricos, sociais e subjetivos, afinal ele expressa uma relação entre o que se quer com os valores e as condições tecnológicas atualmente existentes.

A visibilidade oferecida pelo mundo virtual também é apontada como um elemento terapêutico no caso de muitos relatos testemunhais do trauma. Já discutimos em artigo precedente (RODRIGUES, 2017) como a exposição parece operar efeitos positivos naqueles que escrevem seus relatos. Esse é o caso do *Project Unbreakable*, ao qual fizemos referência na introdução desta tese. Lançada em 2011 nos Estados Unidos, a iniciativa reunia imagens de pessoas vítimas de violência sexual. No site do projeto, que atualmente se encontra desativado, podíamos ler no topo da página algo bastante elucidativo a respeito da proposta de cura emocional divulgada: *Project Unbreakable – The art of healing* (a arte da cura, em tradução literal).

Ir ao espaço público narrar experiências traumáticas em busca de algum tipo de alívio ou apoio emocional significa que não houve apenas uma mudança no *status* da vítima como vimos no subcapítulo 2.1, mas também que existem novas formas de lidar com a dor e dar sentido ao sofrimento, como diz Peter Novick (2000, p. 8):

Houve uma mudança na atitude em relação à condição de vítima, de um *status* de ser universalmente evitado e desprezado, para um de ser frequentemente acolhido. No nível individual, o ícone cultural do herói forte e silencioso é substituído pelo anti-herói vulnerável e loquaz. O estoicismo é substituído pela sensibilidade como valor primeiro. Ao invés de sofrer em silêncio, permite-se que se exponha. Alega-se que dar voz à dor e à raiva é “fortalecedor”, assim como terapêutico.

De fato, podemos falar de uma nova economia moral, em que a exposição pública do sofrimento é algo relativamente comum, e mesmo socialmente valorizado, abrangendo um número variado de experiências. Esse é o caso de doenças hoje amplamente midiáticas como o câncer. Os pesquisadores Kátia Lerner e Paulo Vaz (2017, p. 156) apontam para a atual comunicabilidade da experiência daqueles que sofrem com essa doença, que há até pouco tempo era cercada de um grande estigma social devido à sua letalidade:



[...] observa-se a emergência do câncer do ponto de vista daqueles que passaram pela experiência. Marcadas pela personalidade e pelo teor biográfico, essas narrativas eclodem no espaço público por meio de livros, blogs ou, ainda, testemunhos veiculados em diversas mídias. Não mais a vergonha, mas o ímpeto de expor a experiência e compartilhar o sofrimento, revelando a existência de novas condições de comunicabilidade para a doença.

Contar de si é algo estimulado em diversos âmbitos da vida social, como afirmam Latté e Rechtman (2006, p. 162): “O tratamento político de múltiplos problemas sociais (aborto, contracepção, discriminação racial, imigração, desemprego) toma hoje a direção de um ‘governo pela fala’, de uma ‘ortopedia das palavras’ ou ainda do ‘dispositivo da confissão’”. Já a pesquisadora australiana Susannah Radstone prefere utilizar o termo “testemunho” ao invés de “confissão” pois, para ela, “na confissão é o *self* que é examinado e envolvido — o *self* é o tema e o objeto de confissão. O objeto do depoimento testemunhal, por outro lado, é sempre um evento ou o Outro, exterior à testemunha” (RADSTONE, 2006, p. 169).

Apesar de o testemunho ser primordial para a produção das subjetividades contemporâneas, seu foco é sempre algo exterior ao sujeito. Este último não é colocado em questão, aparecendo nos relatos apenas como a vítima, o que certamente possui benefícios simbólicos, como afirmam Vaz e Santos (2017, p. 2):

Existem ao menos dois benefícios em pensar a si próprio e a sua trajetória de vida por meio da figura da vítima: ela dá ao indivíduo que sofre uma explicação para seus sentimentos desagradáveis e permite que ele se mantenha nas suas crenças e valores, mesmo na experiência de sofrimento. Ao contrário da experiência da culpa moderna que, na insistência do desejo, abriria à possibilidade de questionamento, a narrativa da vítima, porque implica a dinâmica da acusação, barra a possibilidade do indivíduo se questionar acerca de sua própria moralidade.

A ida ao espaço público é muitas vezes motivada por uma demanda por reconhecimento e legitimidade. No caso do compartilhamento de experiências de violência, essa escuta social é ainda mais relevante para a elaboração do sofrimento, como diz Sarti (2014, p. 81): “O problema que a experiência da violência coloca é o da ausência de um lugar de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que dela advém, lugar que requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social dessa violência”.

Esse reconhecimento é essencial para aqueles que testemunham. A fala testemunhal operaria mudanças na constituição de subjetividades contemporâneas que “tendem a se projetar na visibilidade e na performance”, como disse Sibilia (2011, p.

649). O ponto de vista é compartilhado por Francisco Bosco (2017, posição 995), que trata da necessidade de reconhecimento social para a elaboração subjetiva:

O sentido último do processo desejante é o reconhecimento. Se eu desejo o objeto do desejo do outro é porque, de antemão, reconheci o outro. E, se reconheço o outro, desejo ser reconhecido por ele. Sem o reconhecimento do outro – dos outros – um ser humano não se sente plenamente realizado, em um sentido radical: não se sente real. Pois a realidade da experiência humana é intersubjetiva.

Muitos movimentos sociais que se organizam em torno de questões identitárias têm como principal pauta a reivindicação por reconhecimento. Sabendo que a experiência humana é eminentemente intersubjetiva, os indivíduos necessitam da validação alheia. O caráter alegadamente libertador e empoderador da iniciativa de tornar público seu sofrimento é evocado pelo coletivo Think Olga, em seu site, ao tratar da campanha Primeiro Assédio:

Criamos a hashtag #primeiroassedio no Twitter e convidamos nossas leitoras a compartilhar suas histórias de primeiro assédio. Não é uma missão simples, indolor, fácil. Mas **se apoderar da própria história é importante, de forma que a vítima assim se reconhece como vítima** [...] Nunca duvide do poder das redes sociais **para provocar reflexão e empoderamento**<sup>84</sup>.

Como já adiantamos rapidamente na Introdução, o neologismo “empoderamento” é utilizado no sentido de formação de uma visão crítica da realidade, que possibilita uma ação política transformadora. Essa conscientização também opera efeitos positivos em termos cognitivos e psicológicos, duas das quatro dimensões do empoderamento, ao lado dos âmbitos político e econômico, como definido por Stromquist (2002). As consequências psicológicas do empoderamento estão diretamente ligadas ao aumento da estima de si. “A aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política e está profundamente relacionado à questão da autoestima” (SANTOS; VAZ, 2015, p. 10).

O não reconhecimento do valor individual por parte do grupo social opera efeitos negativos como a baixa autoestima e a criação de uma autoimagem negativa, já que o indivíduo acabaria internalizando o preconceito. A autoestima é um elemento central na cultura contemporânea pois “[...] se alinha, significativamente, aos peculiares princípios de liberdade, de escolha e de iniciativa pessoal, consagrados pelo individualismo neoliberal” (FREIRE FILHO, 2011, p. 726). Não é de se estranhar, portanto, que os

<sup>84</sup> Disponível em: <http://thinkolga.com/a-olga/>. Acesso em 18 mai. 2017.

indivíduos busquem a validação alheia para construírem uma imagem positiva a respeito de si mesmos.

Popularizou-se a crença de que a autoestima é o caminho para o bem-estar e para a felicidade, como nos diz Sacramento (2016, p. 177): “O padrão geral de mudança é de uma intensificação do discurso do ‘ser feliz’ como alicerce do autogerenciamento, tornando o sujeito um empreendedor de si mesmo, sendo fruto das escolhas que autonomamente realizou”. Isso se manifesta nos relatos investigados, como veremos no quinto capítulo.

O olhar do outro é essencial para a construção identitária, em especial diante da dor e do sofrimento, segundo Lerner e Vaz (2017, p. 161): “Essa visibilidade muda o olhar do outro sobre si (pois contribui para forjar uma imagem mais “positiva” e “esperançosa” sobre o câncer, atenuando o estigma) e, ao mesmo tempo, provoca uma reconstrução de sua identidade a partir do olhar do outro”. O reconhecimento público e a elaboração subjetiva do sofrimento passam a ser elementos indissociáveis.

Em muitos relatos de sofrimento, há uma mesma lógica subjacente: pessoas comuns são atingidas por um evento trágico, mas, graças a sua força de vontade, conseguem superar as dificuldades e se revelam indivíduos corajosos e vencedores. Lerner e Vaz (2017, p. 161) explicam que:

Sua experiência é reconfigurada a partir das noções de “coragem”, “superação”, “positividade”, “força”; são retratados como figuras “bem-sucedidas”, “vencedores”, verdadeiros (anti)heróis. Seu sofrimento os “dignifica”, caracterizando-os como exemplos de coragem. Essa transformação poderia ser pensada como parte do processo de “cura”, pois falar da experiência com a doença, expor os sentimentos, apresentar-se como vítima seria parte constitutiva do processo terapêutico.

A categoria superação também está presente nos trabalhos da socióloga Eva Illouz (2003). Após analisar narrativas de sofrimento em *talk shows* norte-americanos, a pesquisadora conclui que esse tipo de produto midiático é bem-sucedido por apresentar não apenas histórias de sofredores, mas, sobretudo, relatos de transformação pessoal. Nessas narrativas o sofrimento é elemento constitutivo da identidade vitoriosa. “De fato, na autobiografia terapêutica, descobrimos nossa identidade na experiência do sofrimento e compreendemos nossos sentimentos graças ao relato de nossa própria história” (ILLOUZ, 2006, p. 100).

Sacramento segue a linha proposta por Illouz ao analisar relatos de vitimização que, em muitos casos, mostram a capacidade individual de superação, sendo os sujeitos

os “heróis de si mesmos”. “O que passa a ser importante é menos mostrar o sofrimento vivido do que como os indivíduos superam os problemas” (SACRAMENTO, 2018, p. 133). Veremos ao longo dos capítulos analíticos que esse aspecto “terapêutico” atribuído ao testemunho também comparece nas campanhas de mulheres vítimas de violência. Diversos relatos têm como desfecho uma espécie de superação ou empoderamento após a experiência negativa. Mas, por ora, vejamos um exemplo bastante significativo, que pode ser encontrado na campanha *Me Too*. Trish Nelson, garçonete que denunciou seu ex-chefe por assédio sexual, fez a seguinte declaração ao jornal *The New York Times*:

Antes disso acontecer [*sua denúncia pública*], eu investi cinco anos em sessões semanais de terapia e agora ficou claro para mim que **o que eu realmente precisava fazer para me curar era acabar com o silêncio opressivo que me envergonhava** e falar – ou melhor, gritar – a minha verdade. Eu sinto como se finalmente eu tivesse permissão para tirar sapatos velhos de sapateado, os mesmos que eu usei por décadas para dançar ao redor de egos inflados e comportamentos imorais de homens poderosos. **Finalmente eu me sinto como eu mesma de novo**<sup>85</sup>.

É essa superação narrada nos testemunhos que possibilita uma elaboração identitária positiva, isto é, a constituição de um *self* empoderado, o que parece mudar a compreensão das vítimas a respeito de si próprias, fazendo com que elas passem a se definir como vitoriosas. A maioria dos testemunhos enfatiza a dimensão de empoderamento dada pela exposição da imagem e o pelo fim do “segredo”.

O simples fato de tornar público algo tão doloroso e íntimo já faria com que as mulheres (e também alguns homens) mudassem sua compreensão a respeito de si mesmos e passassem a se ver enquanto indivíduos vitimados, mas também como sobreviventes corajosos. “A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 11).

---

<sup>85</sup> “Before this happened I’d invested five years in seeing a therapist on a weekly basis and now it’s become clear that what I really needed to do in order to heal myself was end the oppressive silence that I’ve been shaming myself with and speak — more like, shout — my truth. I feel like I’ve finally been given permission to hang up an extremely worn-out pair of tap dancing shoes, the shoes I used to dance around the bloated egos and salacious behavior of power-driven men for decades. I finally feel like myself again”.

A exposição do fato e a revelação do indivíduo enquanto vítima parecem ser compreendidas como elementos que colaboram com a cura. O que está em jogo aqui não é apenas a dimensão catártica que existe em narrar um evento traumático, mas o movimento curativo que se dá na performatividade de relatos difundidos nas redes sociais. Livrar-se da toxicidade do segredo, entretanto, não quer dizer que deixem de existir constrangimentos de ordem individual e coletiva. Quando falamos na dimensão terapêutica da visibilidade, certamente não queremos dizer com isso que a elaboração do sofrimento se dá única e exclusivamente no espaço público da Internet. O que parece acertado afirmar, porém, é que o “tornar visível” é um dos modos contemporâneos de dar sentido à dor e reelaborar determinadas experiências, entre elas aquelas traumáticas e dolorosas.

No entanto, o mesmo espaço que oferece visibilidade a demandas de movimentos sociais também pode ter efeitos negativos. No caso de acusações públicas contra determinados indivíduos, a Internet acaba gerando grande polarização explicitada nos chamados linchamentos digitais ou ainda nos *public shamings* (execrações públicas, em tradução literal). Os mecanismos jurídicos do direito ao contraditório e à ampla defesa muitas vezes acabam sendo esquecidos em meio à profusão de acusações e compartilhamentos de informações tendenciosas e mesmo falsas, como diz Bosco (2017, posição 80):

Ocorre que uma das novidades desse novo espaço público é que as redes sociais digitais permitem a formação de grupos organizados que se comportam exatamente como os descreveu o psicólogo francês do século XIX Gustave Le Bon, em seu célebre *Psychologie des foules*. Unidas todas por um ideal qualquer, as pessoas agem como um enxame de abelhas atacando moralmente um indivíduo identificado como tendo cometido um crime contra esse ideal [...] É a dinâmica dos linchamentos digitais, que se tornaram frequentes no novo espaço público.

O linchamento digital foi abordado pelas autoras de um manifesto publicado em janeiro de 2018 no jornal francês *Le Monde* que gerou grande debate no país e reverberou também no Brasil. No documento, do qual tratamos brevemente no capítulo 1, critica-se movimentos como o #MeToo e sua versão francesa #BalanceTonPorc. Para suas signatárias, a acusação não pode equivaler a uma condenação sumária no mundo virtual. “Na verdade, o #MeToo provocou na imprensa e nas redes sociais uma campanha de denúncia e de acusação pública de indivíduos que, sem que lhes tenha sido dada a oportunidade de responder ou de se defender, foram colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais” (COLETIVO, 2018).

Mesmo que as acusações públicas devam ser comprovadas penalmente, há outros tipos de sanção que podem advir de uma acusação de assédio ou violência sexual, como a perda do emprego ou mesmo o prejuízo à imagem do acusado, sobretudo se considerarmos a velocidade de propagação de informações no mundo virtual. No manifesto, lemos o seguinte trecho a esse respeito:

Essa justiça expeditiva já fez suas vítimas, homens castigados no exercício de sua profissão, forçados a se demitir, etc., quando seu único erro foi ter tocado um joelho, tentado roubar um beijo, falar sobre coisas “íntimas” em um jantar profissional ou ter mandado mensagens com conotação sexual a uma mulher cuja atração não era recíproca (COLETIVO, 2018).

No trecho destacado, temos exemplos de práticas que eram consideradas há até pouco tempo como sendo de baixo potencial ofensivo: tocar o joelho, tentar roubar um beijo etc. Hoje, porém, a compreensão mais difundida é de que elas fazem parte do rol de prática intituladas como assédio, ao contrário do que é defendido no manifesto: “[...] somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada com agressão sexual” (COLETIVO, 2018).

O caso do manifesto francês também mostra um outro aspecto relevante do linchamento digital. Uma das signatárias, Catherine Deneuve, conhecida por seu posicionamento político progressista e feminista, foi duramente criticada por ter assinado o documento. Após essa forte rejeição, vinda de distintos grupos sociais, Catherine Deneuve enviou uma carta, dessa vez ao jornal *Libération*, em que esclarecia seu posicionamento e pedia desculpas: “Saúdo fraternalmente todas as vítimas de atos odiosos que podem ter se sentido ofendidas por este fórum publicado no ‘Le Monde’. É para eles e a elas apenas que apresento minhas desculpas<sup>86</sup>”.

Francisco Bosco (2017) analisou justamente esses casos em que os linchamentos digitais recaem sobre indivíduos que pertencem ao mesmo espectro político das “vítimas”. Como fez Deneuve, tais indivíduos tendem a se retratar publicamente para preservar sua imagem pública.

Atacados por pessoas do próprio campo, tendem a submeter-se à humilhação, porque reconhecem a legitimidade geral da perspectiva dos que os atacam, identificam-se com essa perspectiva, e assim não podem simplesmente mandá-los às favas, já que não querem perder seu reconhecimento. É a sua própria identidade que também está em jogo.

---

<sup>86</sup> Informações obtidas em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/catherine-deneuve-explica-manifesto-pede-desculpas-as-vitimas-que-se-sentiram-ofendidas-22287742#ixzz5AsIsPH2j>. Acesso em 24 out. 2018.

Assim, tendem a se desculpar, a admitir pelo menos em parte seu erro, e ao mesmo tempo tentam se explicar, se justificar, reafirmar seu compromisso com os valores do grupo que os ataca (BOSCO, 2017, posição 2011).

No Canadá, a escritora Margaret Atwood, que se tornou mais conhecida no Brasil por ser autora do livro que inspirou a série de televisão *The handmaid's tale* (*O conto da aia*, em português), escreveu um artigo a esse respeito, publicado em janeiro de 2018 no jornal *The Globe and Mail*. “Meu posicionamento fundamental é que mulheres são seres humanos, com a gama completa de comportamentos virtuosos e demoníacos que isso implica, incluindo os crimes. [...] Também não creio que mulheres são crianças, incapazes de agir ou tomar decisões morais<sup>87</sup>”.

O título do artigo de Atwood, “Sou uma má feminista?”, faz referência às críticas recebidas pela escritora por ter assinado uma petição em 2006, direcionada à *University of British Columbia*. O documento pedia esclarecimentos a respeito do caso envolvendo um professor acusado de agressão sexual. Mesmo tendo sido judicialmente inocentado, ele foi excluído do quadro funcional da instituição. Atwood finaliza seu artigo no jornal canadense questionando os posicionamentos radicalistas: “Nós não somos aceitáveis nem para a direita nem para a esquerda. Em tempos de extremos, os extremistas ganham. Sua ideologia se torna uma religião, qualquer um que não reproduzir suas visões é tido como um infiel, um herético ou um traidor [...]”<sup>88</sup>.

Isso parece acontecer pois a crítica em relação ao tipo de ação política se confunde com a crítica à própria vítima, o que torna a discussão sensível e controversa. Contudo, as polêmicas surgidas tanto no caso referente à Deneuve como naquele ligado à Margaret Atwood também apontam para a multiplicidade de vozes que podem compor o feminismo hoje. Ao se reconhecerem enquanto feministas, ambas mostraram que o movimento é multifacetado e pode acolher diferentes falas e posicionamentos, mesmo que isso gere tensões e disputas.

Foi o que a pesquisadora Carla Rodrigues chamou de “feminismo agonístico”, um movimento que não teme conflitos nem aposta em um suposto consenso. Para ela, essa é inclusive uma de suas potencialidades: “Há lugar para muitas vozes, elas são heterogêneas, os acordos são parciais, as alianças são contingentes, as divergências são

---

<sup>87</sup> Informações obtidas em: <https://www.theglobeandmail.com/opinion/am-i-a-bad-feminist/article37591823/>. Acesso em 28 out. 2018.

<sup>17</sup> Informações obtidas em: <https://www.theglobeandmail.com/opinion/am-i-a-bad-feminist/article37591823/>. Acesso em 28 out. 2018.

valorizadas. [...] Discordar é manter as questões políticas em aberto, sujeitas a modificações, revisões, reinterpretações” (RODRIGUES, 2018). Posições diferentes, mesmo aquelas antagônicas, devem encontrar espaço de manifestação, criando um fecundo e produtivo debate que pode resultar em uma sociedade mais igualitária para ambos os gêneros.



### 3 GRAMÁTICA EMOCIONAL, MORALIDADE E VIOLÊNCIA SEXUAL

Certa vez, François de La Rochefoucauld, pensador que viveu no século XVII, afirmou: “Existem pessoas que nunca teriam se apaixonado se jamais tivessem ouvido falar de amor”. Sua máxima aponta para a relação intrínseca que existe entre nossas emoções e o universo social de valores que nos rodeia. Apaixonar-se é algo impossível se o indivíduo não sabe o que é paixão, se esse sentimento não existe em sua cultura. E isso não é apenas uma questão de nomenclatura.

Podemos refletir sobre as reações esperadas de alguém que está apaixonado (o coração que bate forte, por exemplo), as formas de demonstrar esse sentimento (beijos, carícias, cartas de amor etc.), a dor que se instaura quando ele não é recíproco etc. Todos esses elementos são socialmente partilhados, aprendidos e atualizados pelos indivíduos. Não iremos experimentar determinado estado afetivo se ele não fizer parte de nosso repertório cultural.

Neste capítulo, propomos uma reflexão acerca do caráter convencional de sentimentos e emoções, investigando de que modo a sensibilidade coletiva age sobre as experiências individuais e também influencia relações de poder e hierarquia no seio da sociedade. Em especial no que se refere à sexualidade, as transformações nas convenções afetivas vêm modificando nosso modo de estar no mundo, como procuramos esmiuçar a seguir.

#### 3.1 EMOÇÕES E PRODUÇÃO DE SENSIBILIDADES

No início do século XX, o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss já apontava para o caráter coletivo e social das emoções. No clássico texto *A expressão obrigatória de sentimentos*, publicado originalmente em 1921, ele demonstra como os estados afetivos são aprendidos por intermédio das relações sociais. Ao investigar populações tribais australianas e seus ritos funerários, que incluíam gritos, danças e cantos, Mauss percebe que as emoções acionadas durante as cerimônias funerárias não estão ligadas apenas a uma dimensão particular ou individual da experiência humana. Elas “põem em ação somente sentimentos e ideias coletivas, e tem até vantagem de nos deixar entrever o grupo, a coletividade em ação ou mesmo em interação” (MAUSS, 1979, p. 149).

Mauss (1979) demonstra ainda que a obrigatoriedade de expressar a dor e o luto não faz com que os sentimentos sejam menos sinceros ou tenham caráter artificial e

simulado. Essas expressões coletivas, que devem ser realizadas por indivíduos específicos e têm duração determinada, são, antes de tudo, simbólicas e produzem efeitos de real tanto nos sujeitos que as performatizam como naqueles que assistem às manifestações do luto. No caso das tribos australianas, tanto os gritos de dor como a entoação de músicas funerárias têm natureza social e expressam sentimentos e emoções do grupo<sup>89</sup>.

Mauss também discute o fato de que não é exatamente a morte que produz sofrimento, mas o significado que o grupo social atribui a ela e o investimento afetivo que está em jogo. Essa compreensão dialoga com o trabalho do antropólogo David Le Breton. Para este último, os estados afetivos são produtos históricos, isto é, “as emoções não são espontâneas, mas ritualmente organizadas. Reconhecidas em si e exibidas aos outros, elas mobilizam um vocabulário e discursos: elas provêm da comunicação social” (LE BRETON, 2009, p. 120).

Apesar de o trabalho de Mauss ter sido produzido há várias décadas, a ideia de que as emoções são culturalmente forjadas pode até hoje ser considerada complexa e mesmo contra-intuitiva, dificultando sua apreensão. “Talvez seja mais simples acreditar que a disposição de alguém está geneticamente inscrita do que abordar a constrangedora pergunta de como a cultura cria uma natureza humana, gentrificada ou não, a partir de elementos biológicos brutos” (HEWITT, 1998, p. 2).

Ao investigar o campo da Antropologia das Emoções, Catherine Lutz e Lila Abu-lughod (1990) identificam três abordagens distintas que tratam das emoções. Uma das correntes analíticas adota justamente a perspectiva de que as mesmas são universais, ou seja, são invariáveis e inatas, não importando o grupo social ou o período histórico no qual se inserem. Seria o que as autoras chamaram de abordagem essencialista, que supõe que as emoções têm caráter natural ou instintivo e, por isso, seriam sentidas da mesma maneira por todos os indivíduos.

As autoras identificam ainda outras duas vertentes analíticas: a historicista – que postula que as emoções se transformam conforme o momento histórico - e a relativista, perspectiva teórica segundo a qual as emoções teriam caráter cultural, ou seja, variariam

---

<sup>89</sup> Seguindo o que é proposto por Le Breton (2009), neste trabalho não efetuamos uma distinção conceitual entre os termos emoção e sentimento. Vale a ressalva, porém, de que há uma sutileza conceitual que os diferencia. Enquanto emoção seria de aspecto mais provisório (alegria, medo, desejo etc.), o sentimento teria um caráter mais duradouro, como o amor ou o ressentimento. “A emoção preenche o horizonte, ela é breve e explícita em seus termos gestuais – mímicas, posturas e modificações fisiológicas. O sentimento instala a emoção no tempo, diluindo-a numa sensação de momentos conexos” (LE BRETON, 2009, p. 113). Freire Filho (2017), por sua vez, aponta para a “emoção” como um conceito da Psicologia experimental que começou a ser utilizado no século XIX e passou a abranger noções previamente designadas por meio dos vocábulos afeto, paixão ou sentimento.

conforme a cultura da qual fazem parte. Lutz e Abu-lughod (1990) propõem ainda uma quarta perspectiva de investigação a respeito das emoções. Intitulada “contextualista”, essa abordagem dialoga com as noções foucaultianas de discurso e poder. Segundo as autoras, as emoções, antes de serem fruto da cultura, são elementos tributários dessa cultura, porém com capacidade de reconstruir a realidade e atualizar as relações de poder já existentes.

A partir dessa linha teórica, as emoções devem ser compreendidas como práticas que atualizam as relações sociais, modificando-as constantemente, operando efeitos práticos no mundo. Para Lutz e Abu-lughod (1990, p. 12), as emoções “não deveriam ser vistas [...] como uma substância transportada pelo veículo do discurso, expressas por meio do discurso [...] ao invés disso, deveríamos ver o discurso emocional como uma forma de ação social que cria efeitos no mundo”. Já a pesquisadora Maria Claudia Coelho (2012, p. 11) complementa: “O ponto central desta perspectiva é a atenção voltada à capacidade micropolítica das emoções, tributárias de uma ‘gramática’ social, sendo capazes, por isso, de dramatizar/alterar/reforçar aspectos ‘macro’ da organização social que modelam as relações interpessoais”.

O caráter socialmente construído das emoções também é abordado por Lerner e Vaz (2017) que investigam narrativas de pacientes vítimas de câncer e o modo como os mesmos expõem suas vivências com a doença. Para os pesquisadores,

[...] as formas de se classificar o que é digno de gerar sofrimento, as categorias sociais que “merecem” ser objeto de compaixão e piedade, os modos de se lidar e minorar o sofrimento também são eventos socialmente construídos. Essa dimensão construída refere-se não apenas ao reconhecimento de que os processos sociais, políticos, culturais e econômicos engendram formas corporificadas de sofrimento, mas que a própria noção de sofrimento (o que se entende como passível de gerar dor e aflição) é também social e culturalmente dada (LERNER; VAZ, 2017, p. 155).

A capacidade de agir no mundo dota as emoções de um caráter micropolítico, que faz com que elas possam ser chaves analíticas relevantes para a pesquisa social.

O foco no discurso permite não apenas fazermos inferências sobre como a emoção, do mesmo modo que o discurso do qual ela participa, é constituída por valores e temas culturais, mas também como isso afeta o campo social, e como isso pode servir de linguagem de comunicação não necessariamente sobre sentimentos mas sobre temas muito diversos, como conflito social, papéis de gênero ou a natureza de pessoas ideais ou desviantes (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990, p. 11).

Justamente por possuírem caráter coletivo e convencional, por sua dimensão micropolítica, as emoções têm muito a nos dizer sobre as relações sociais e outros

aspectos macrossociais, entre eles os ligados ao gênero, como propomos nesta tese. Nos capítulos 4 e 5, investigamos justamente se existe uma dinâmica emocional específica que comparece nos relatos, como, por exemplo, a passagem da culpa à afirmação de si, se há recorrência das emoções acionadas, se podemos falar de uma narrativa padrão que uniria todas as campanhas, entre outros aspectos.

Essa proposta se articula com a pesquisa de Maia (2017) que analisa narrativas emocionais de mulheres transexuais e investiga como imposições de gênero e expectativas sociais a respeito da feminilidade afetam a vivência de mulheres transexuais, promovendo emoções como angústia, culpa e vergonha, diante de um contexto social cisgênero e heteronormativo. A pesquisadora trata de como as emoções expressas nos relatos de trajetórias individuais podem nos dar indícios relevantes sobre relações sociais e ainda sobre os processos de subjetivação que elas engendram. Segundo Maia (2017a, p. 710):

[...] é através de uma gramática dos sentimentos que pessoas trans falam sobre suas experiências em uma sociedade transfóbica. Por isso, torna possível elucidar aspectos macrossociais, dando inteligibilidade a processos sociais, a produção de coletividades e subjetividades que são posicionadas e posicionam-se política e subjetivamente a partir das experiências de violência estrutural.

Por meio da análise de narrativas eminentemente emocionais, podemos questionar qual é o papel da mulher em nossa sociedade, de que maneira a violência ainda permeia a estrutura social, entre outros aspectos. Em suma, os testemunhos que nos trazem essa dimensão do sensível podem nos ajudar a compreender as relações de poder e também a modificá-las.

Apesar de as emoções experimentadas por determinado sujeito serem, em grande medida, conformadas pela cultura, isso não significa que sejam monolíticas dentro de um mesmo grupo social, já que muitas vezes recebemos estímulos contraditórios. O aprendizado afetivo implica saber manejar e responder às expectativas coletivas, que nem sempre são unívocas, como diz Freire Filho (2017, p. 68):

Os aparatos culturais reguladores fornecem conselhos e técnicas que permitem maximizar certas emoções e restringir outras, em conformidade com variados objetivos – honra, harmonia, disciplina, produtividade etc. A insegurança que envolve, com penosa frequência, a demonstração pública de emoções se deve em larga medida ao fato de que lidamos com expectativas sociais contraditórias, em determinadas situações.

Ademais, um mesmo sujeito possui distintos pertencimentos além de uma economia psíquica específica, formada segundo culturas locais, diferenças geracionais,

de classe, de gênero etc. Por isso, a produção de emoções pela cultura não é total. Há sempre espaço para novas experiências, já que as dimensões individual e subjetiva influenciam na forma como os estados emocionais são vividas e expressas. As emoções “[...] são formas organizadas da existência, identificáveis no seio de um mesmo grupo, porque ela provêm de uma simbólica social, embora elas se traduzam de acordo com as circunstâncias e com as singularidades individuais” (LE BRETON, 2009, p. 117).

Por isso, devido a essas variáveis, há sempre a dimensão da imprevisibilidade no modo como as pessoas sentem e exprimem estados afetivos. A esse respeito, a filósofa norte-americana Alison Jaggar (1989, p. 166) afirma:

Elas podem sentir satisfação em vez de constrangimento, quando seus líderes fazem papel de bobos. Elas podem sentir ressentimento ao invés de gratidão pelo recebimento de auxílios sociais e de artigos de segunda mão. Elas podem ser atraídas por modos proibidos de expressão sexual. Elas podem sentir repulsa por formas sancionadas socialmente de tratar crianças ou animais. Em outras palavras, a hegemonia que a nossa sociedade exerce sobre a constituição emocional das pessoas não é total.

Essa espécie de pedagogia das emoções que nos orienta a como agir diante de determinadas situações, porém, não é algo determinado, como diz Davis (2005, p. 16): “O modo como compreendemos a nós mesmos e narramos nossas experiências é um processo interacional e habilidoso, moldado não apenas pelas narrativas-modelo disponíveis, mas também por nossas experiências, contexto social e objetivos pessoais”.

Um depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu demonstra como as reações afetivas podem destoar daquilo que é esperado. Após ter sofrido assédio ao passar por um posto de gasolina, uma jovem, claramente consciente do repertório cultural e das expectativas sociais que recaem sobre ela, tomou uma atitude inesperada, exemplificando a casualidade que marca as interações humanas:

Pensei em fazer o que me foi ensinado: abaixar a cabeça, apertar o passo e rezar pro sinal abrir logo. Mas, pra infelicidade dos frentistas, naquela sexta feira eu tinha tido o prazer de assistir a uma aula sobre falocracia. HÁ HÁ, frentistas. Acordei a rebelde dentro de mim, dei meia volta, entrei na loja e chamei o gerente. Ensaiei o discurso enquanto o aguardava. Algo sobre machistas, assédio e incitação à pedofilia. Foi lindo de ver. Ei, minas, estamos juntas nessa (Amanda M.).

Outro exemplo da *Balance ton Porc* vai nesse mesmo sentido. Após ter suas partes íntimas tocadas por um desconhecido, a mulher reage e grita contra o agressor. Lemos a

seguir seu depoimento: “‘Babaca, seu pobre coitado, você deve ter uma vida de merda para fazer isso’. Não me acalmou, mas já foi alguma coisa, não fiquei calada<sup>90</sup>”.

Não apenas o sofrimento, mas também a dor física pode nos oferecer indícios importantes a respeito do caráter cultural das emoções. Apesar de o mal-estar físico ser comumente compreendido como um fato biológico ou um fluxo sensorial, nossa maneira de reagir ao sofrimento varia conforme nossa condição social e cultural, bem como a história pessoal e íntima de cada indivíduo.

Como acontece com a fome, a dor tem uma raiz biológica; mas do mesmo modo que os homens não a sentem ao mesmo tempo, não identificam os mesmos gostos, não comem alimentos idênticos e não possuem os mesmos rituais ou atribuem aos alimentos os mesmos significados, eles não sofrem do mesmo jeito, nem segundo uma mesma intensidade de agressão (LE BRETON, 2006, p. 111-112).

O modo como reagimos à dor e às demais emoções começa a ser construído nos primeiros anos de vida por meio do contato com a família, lugar de socialização onde se estabelecem as modalidades corporais e se imprimem os modelos culturais iniciais que serão atualizados em nossa existência. Com o passar do tempo, outros aparatos institucionais, como a escola, educam a expressão afetiva de seus membros, como explica o pesquisador João Freire Filho (2017, p. 68):

*A pedagogia das emoções* efetuada por instituições como a família, a escola e a mídia sanciona movimentos de aproximação e de afastamento social, apresentando – desde a infância – determinados tipos de indivíduos, experiências e ambientes como sendo, *intrinsecamente*, amáveis, temíveis, repulsivos ou odiosos, dignos de compaixão ou merecedores de desprezo, fontes de alegria ou de infelicidade [grifos no original].

Nesse sentido, diante de tantas variáveis, a atitude diante da dor é provável, mas nunca garantida. Há uma dimensão simbólica que nos mostra que a dor é também um fato cultural e social e não exclusivamente sensorial, como poderíamos supor. Obviamente, existe a dimensão física, sobretudo quando a dor funciona como um mecanismo de defesa que compensa a fragilidade do corpo humano. Tocar em algo muito quente e sentir dor nos protege de queimaduras mais graves, por exemplo. No entanto, o que ocorre é que a sensação de dor, sua amplitude e intensidade, variam conforme a cultura e os valores do grupo. Em relação à crença no caráter puramente fisiológico da experiência de dor, Le Breton (2006, p. 12) afirma:

---

<sup>90</sup> « Connard, pauvre mec, tu dois bien avoir une vie de merde pour faire ça ». Ça suffit pas du tout à me calmer, mais c’est déjà ça, je suis pas restée silencieuse ».

Essa teoria defendia a ideia da especificidade de um sistema receptor cutâneo que veicula por meio de uma linha direta uma excitação nervosa graças a fibras específicas até um centro da dor localizado no cérebro. Um mecanismo neural e cerebral carregava o impulso doloroso e o mantinha; quanto ao homem ele era uma hipótese secundária, mesmo negligenciável, lá onde a “máquina do corpo” era a única que importava.

O mesmo pesquisador nos oferece outro exemplo bastante esclarecedor que nos ajuda a compreender como a dor é realmente algo não exclusivamente biológico. Segundo o autor, sociedades ocidentais contemporâneas são cada vez menos tolerantes à dor, recorrendo a medicamentos em busca de alívio imediato. Esse é um quadro bastante diferente daquele apresentado há algumas décadas em meios rurais, locais em que a resistência à dor era mais marcante, já que o corpo estava habituado às duras penas do trabalho braçal (LE BRETON, 2006, p. 133).

Já quando se trata da dor psíquica, a lógica é bastante semelhante. O modo como compreendemos esse sofrimento será determinante sobre a forma como o vivenciamos e também sobre sua intensidade. A noção de trauma, por exemplo, que discutimos no subcapítulo 2.1, pode ser compreendida a partir dessa perspectiva. Para Santos e Vaz (2017, p. 19), “como um sentimento será experimentado depende do que dele se irá pensar. Assim, se o modo de darmos sentido aos sofrimentos hoje é o de pensar que eles não passam, talvez, para aqueles que acreditam nisto, eles não passem”.

Do mesmo modo que a sensação dolorosa – física ou psíquica - é um fato cultural, a expressão dessa dor também segue algumas “regras” da cultura, isto é, a demonstração do sofrimento também deve seguir certas convenções e implica manejar gramáticas sociais variadas. Sentimentos e emoções devem ser expressos sob formas conhecidas e esperadas, para que sejam socialmente comunicáveis (SARTI, 2014, p. 80).

Mas para que haja uma satisfatória comunicação das emoções, é preciso que o sujeito domine um repertório cultural prévio, um sistema simbólico anterior que permita a adequada manifestação das reações e dos sentimentos suscitados. Como veremos nos capítulos 4 e 5, em muitos testemunhos analisados, mulheres narram experiências de assédio vividas durante a infância ou adolescência, fases da vida em que ainda não há completos conhecimento e capacidade de manejo da cultura afetiva. Alguns relatos demonstram que, após o assédio, não houve reação por parte delas pois muitas ainda não sabiam como agir, eram tomadas pela sensação de impotência e medo e se calavam. Um depoimento de *First Harassed* ilustra nosso argumento: “Tinha 10 ou 11 anos quando fui

assediada pela primeira vez e não entendi o que estava acontecendo, só me senti mal e com vergonha<sup>91</sup>”.

Tanto a percepção do sofrimento como a demonstração do mesmo devem obedecer a certos esquemas culturais, como disse Mauss (1979, p. 147): “Toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação”. O aprendizado afetivo se dá a partir de muitas fontes, como demonstra Freire Filho (2017, p. 68-69):

[...] sermões e discursos políticos; artigos acadêmicos e publicações de divulgação científica; livros de etiqueta e colunas de revistas femininas; literatura infantil e guias de aconselhamento parental; manuais profissionais e obras didáticas; códigos de ética e documentos jurídicos; filmes e romances populares – entre outras formas e produtos culturais que oferecem modelos de personalidade, autoapresentação e *performance* social em que se destaca a importância da regulação de estados e de posturas emotivas.

Le Breton nos oferece o exemplo esclarecedor do parto. Há maneiras convencionais de se expressar a dor do parto, que são aprendidas e transmitidas através dos exemplos de outras parturientes, comentários e falas de médicos e enfermeiros, conteúdos midiáticos que tratam do tema etc. Gritos e urros são toleráveis, porém manifestações que ultrapassam esses limites costumam ser reprimidas (o que gera inclusive casos de violência obstétrica). “Cada experiência, cada doença, cada lesão é associada a uma margem difusa de sofrimento. A sociedade indica simbolicamente os limites do lícito e, com isso, ela tenta dissuadir possíveis excessos” (LE BRETON, 2006, p. 108).

A fala de Le Breton nos sugere que, para que seja possível promover a empatia, as emoções expressas não podem ser “exageradas”, isto é, o denunciante deve demonstrar autocontrole para obter legitimação e reconhecimento. Em seu trabalho com mães de vítimas da violência urbana no Rio de Janeiro, as pesquisadoras Adriana Vianna e Juliana Farias (2011, p. 83) analisam o luto como um “processo inextricavelmente individual e social”. Na demonstração desse luto e nas reivindicações políticas a ele ligadas, as vítimas precisam saber “dosar” as emoções: “Ainda que os sentimentos enriqueçam as gramáticas políticas dos familiares, naquele momento era importante conseguir conter a emoção: muito choro, ou um tom de voz muito elevado, além de atrapalhar a própria execução da

---

<sup>91</sup> melinda minch @nein09 (28 mai. 2015): “I was ten or eleven years old when I was #firsttharassed and I didn't understand what was happening, just felt bad and ashamed”.



fala, poderiam desqualificar os argumentos fortes da denúncia” (VIANNA; FARIA, 2011, p. 91).

Deve haver o que Hochschild (1979) chamou de “trabalho emocional”, uma dosagem estratégica na expressão das emoções, uma demonstração “apropriada” dos sentimentos, que tenta prever a aceitação ou rejeição alheias. Os depoimentos sempre levam em conta um público imaginado, aqueles a quem se dirige a fala e o contexto dessa recepção. Isso fica bastante evidente quando tratamos do ativismo político, como explica Carla Gomes, que analisou os diferentes repertórios corporais e emocionais acionados por manifestantes na Marcha das Vadias. Segundo ela: “A performatividade incorporada das participantes busca produzir eficácia simbólica evocando emoções associadas ao humor, à provocação e à autoafirmação, e preterindo a expressão pública de dor e a figura da vítima, marcantes em outros protestos contra o estupro” (GOMES, 2017, p. 232).

A dimensão do outro está sempre presente nas ações, ou seja, sentimentos e emoções serão acionados de acordo com as expectativas em relação a eles, como aponta Gomes (2017, p. 241):

Segundo esta perspectiva, os afetos não são tomados como um dado pré-discursivo, um estado interno pronto para “eclodir” ao sinal de algum “choque moral”, mas como artefatos que os ativistas se dedicam a produzir, legitimar, publicizar, controlar. Isto não significa dizer que a relação dos ativistas com as emoções será sempre e unicamente instrumental, mas que a análise das emoções não deve perder de vista os contextos nos quais elas se situam e ganham sentido.

Apesar de acionar todo um repertório de emoções, as manifestações públicas de sofrimento não podem ultrapassar os limites do socialmente aceitável sob o risco de serem simplesmente ignoradas por serem “excessivas”. Em suas reivindicações, a “vítima ideal” (LATTÉ, 2015) deve adotar tom adequado e aplicar os filtros dos dispositivos sociais que tornarão sua fala mais ou menos aceita na arena midiática.

A medida do tolerável em termos de demonstração da dor é ensinada e aprendida no convívio social. Veremos no capítulo 5 como o “excesso” na demonstração do sofrimento pode fazer com que a testemunha seja vista com desconfiança, fazendo com que a compaixão seja negada. Simultaneamente à necessidade de demonstrar a gravidade do problema do assédio, existe uma tentativa por partes das mulheres que testemunham de se mostrarem razoáveis e equilibradas. Mais uma evidência que a expressão das emoções e dos sentimentos segue uma certa gramática social, como diz Jimeno (2010, p. 105): “A linguagem emocional não é, evidentemente, natural, espontânea, nem alheia à racionalidade ou ao arazoamento”.

Saber manejar os códigos culturais, até mesmo para conscientemente infringi-los, demanda inteligência e conhecimento do ambiente cultural. Há uma racionalidade que rege emoções e sentimentos. Por isso, hoje muito se questiona acerca do binarismo razão/emoção. “Esta oposição surgiria no pensamento euroamericano em diversas versões: no universo acadêmico, sob a forma afeto/cognição; em sua variante romântica, como uma oposição entre razão e paixão; e no senso comum, como sentimento/pensamento” (COELHO, 2010, p. 267).

A contraposição entre os termos, no entanto, faz parte da filosofia ocidental desde a Antiguidade grega. Platão, na obra *República*, expulsava poetas pois seriam eles os responsáveis por instigar paixões que prejudicariam a lucidez e a racionalidade dos cidadãos. Já na alegoria da caverna de Platão, os homens se iludem com silhuetas cujas sombras são projetadas nas paredes da caverna. O sensível seria fonte do engano, enquanto a razão seria o caminho da verdade. “Nesta pura sensibilidade em que consiste o ser das sombras, sem se dar conta de sua radical escravidão, o homem não pensa livremente, não se realiza como pleno sujeito da razão e da linguagem” (SODRÉ, 2006, p. 26).

Já no contexto do Iluminismo, Kant escreve que as emoções são doenças da alma, que devem ser evitadas pelo homem racional. O que há de comum entre as ideias desses filósofos é que a emoção se situa no polo negativo associada ao descontrole, desequilíbrio e irracionalidade, enquanto o pensamento racional seria uma forma valorizada associada à capacidade de reflexão. No entanto, tanto a razão como a emoção estão impregnadas de valores e também afetividade, como diz Le Breton (2009, p. 112): “Existe uma inteligibilidade da emoção, uma lógica que a ela se impõe; da mesma forma, uma afetividade no mais rigoroso dos pensamentos, uma emoção que o condiciona”.

No quinto capítulo, discutiremos, por meio de exemplos retirados das campanhas analisadas, como existe uma racionalidade presente em emoções e sentimentos. Por ora, passemos à discussão sobre a sensibilidade social referente à sexualidade, aspecto essencial para a compreensão dos testemunhos que analisamos neste trabalho.

### 3.2 REGIME SECULAR DAS PRÁTICAS ERÓTICO-SEXUAIS

A sexualidade vem se tornando objeto de sistemática reflexão dentro do campo das Ciências Sociais. A partir da publicação dos estudos de Sigmund Freud, no início do século XX, que influenciaram sobremaneira a pesquisa a respeito do assunto, surgiram

trabalhos antropológicos que se debruçavam sobre a sexualidade, como a obra *The sexual life of savages*, que reunia os resultados da pesquisa de Bronislaw Malinowski nas ilhas Trobriand, publicada em 1929.

Décadas depois, o lançamento de *História da sexualidade – A vontade de saber*, por Michel Foucault, em 1976, aumentou a discussão sobre sexualidade no âmbito das Ciências Sociais<sup>92</sup>. O filósofo se tornou uma referência incontornável nos estudos acadêmicos sobre o tema, que adotaram sua proposta crítica e historicizante. O interesse foi ainda mais marcante em investidas antropológicas, tanto no Brasil como no exterior, como afirma Carrara (2015, p. 326): “[...] nunca se falou tanto sobre “sexo”; ao menos, não nas ciências sociais e, particularmente, na antropologia”.

A proposta foucaultiana de uma genealogia se traduzia no questionamento de supostas verdades, entre elas a de que o poder constringia e limitava o sexo. Para Foucault, haveria mais produção do que proibição do sexo e esse aspecto produtivo ou positivo deveria ser objeto privilegiado de investigação. Mesmo em locais aparentemente restritivos, o sexo e os discursos sobre ele estavam constantemente presentes. “Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 34).

O trabalho historicizante de Foucault, rejeitando concepções do senso comum, demonstrou que a sexualidade não era alvo de uma repressão obscurantista ou um valor rejeitado na cultura ocidental. Ela era sim um tema amplamente constituinte das práticas e valores morais (DUARTE, 2004, p. 60). O filósofo francês tratou ainda da estreita relação entre sexualidade e subjetividade na experiência moderna: “A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo” (FOUCAULT, 1980, p. 68-69).

Além de demonstrar o caráter produtivo do poder e suas tecnologias positivas, Foucault adotou uma abordagem construtivista e investigou o caráter social das práticas erótico-sexuais (VANCE, 1995). Para ele, a sexualidade não era um dado natural, mas

---

<sup>92</sup> *História da sexualidade* é uma obra composta por três volumes. Além de *A vontade de saber*, Foucault também escreveu *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, ambos lançados em 1984. Em todos os tomos, e também na obra foucaultiana de um modo geral, o corpo é objeto privilegiado de análise pois é sobre ele que agem as relações de poder, “elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, submetem-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1980, p. 142).

antes um dispositivo histórico, um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

De modo similar a seu empreendimento de compreender a sexualidade como um elemento sujeito à cultura, há na literatura contemporânea sobre o tema um forte viés construtivista, uma tendência a valorizar os aspectos culturais das práticas erótico-sexuais. O que haveria de “natural” na sexualidade ganha pouco relevo nas pesquisas desenvolvidas dentro das Ciências Sociais.

Para a pesquisadora Carole Vance (1995), há que se estabelecer distinções entre as teorias construtivistas, apesar de ambas rejeitarem modelos essencialistas. Segundo ela, no chamado “modelo de influência cultural” ou “teoria construtivista moderada”, são passíveis de ação da cultura apenas as formas de exercício do desejo, isto é, haveria um desejo inerente ao ser humano, o impulso sexual, que seria moldado ou direcionado pela cultura. Esse foi o paradigma teórico que se manteve estável entre os anos 1920 e 1990 no campo da Antropologia. “Embora fosse além das estruturas determinista e essencialista ainda comuns na biomedicina, o trabalho antropológico ainda assim considerava aspectos importantes da sexualidade como universais e transculturais” (VANCE, 1995, p. 29).

Já para a teoria da construção social, que desafiou os modelos antropológicos tradicionais e começou a despontar na década de 1970, todas as dimensões da sexualidade seriam social e historicamente construídas, inclusive o próprio desejo ou “apetite” sexual. “A biologia e o funcionamento fisiológico são determinantes apenas nos limites mais extremos, apontando o que é fisicamente possível. Mais interessante para a pesquisa antropológica sobre a sexualidade é mapear o que é culturalmente possível [...]” (VANCE, 1995, p. 22).

O trabalho de Foucault foi essencial nesse sentido pois propunha uma desconstrução radical e desafiadora das concepções até então existentes a respeito do sexo. Ainda no primeiro tomo de *História da Sexualidade* (1976), o filósofo analisa o chamado “regime secular da sexualidade”, que teria sido difundido entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX em oposição a um regime sexual ligado à moral cristã, que se baseava nas noções de pecado e sacrifício, preceitos religiosos que foram sendo gradativamente deixados de lado.

Obviamente a passagem do regime baseado na moral cristã ao regime secular não se deu de modo abrupto, tampouco significou a superação dos ideais religiosos no que se referia às práticas sexuais. No entanto, o que houve foi um crescimento do interesse estatal em regular a sexualidade e um correspondente declínio do controle religioso. A Igreja perdeu poder enquanto o Estado e os discursos biomédicos ganharam proeminência social naquele momento histórico (VANCE, 1995, p. 15).

O regime secular da sexualidade possuía racionalidade, moralidade e política específicas, isto é, modos de regulação das práticas erótico-sexuais, os quais esmiuçamos a seguir. O desejo era considerado mero instinto natural, uma necessidade fisiológica que era ainda mais forte no caso dos homens. Já as relações sexuais eram reguladas por seu potencial reprodutivo, isto é, o bom sexo, aquele merecedor de apreço social, deveria servir à reprodução. “No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar da sexualidade reconhecida mais utilitário e fecundo: o quarto dos pais” (FOUCAULT, 1980, p. 10).

Até o prazer advindo da relação sexual estava associado à fertilidade, como nos diz Carrara (2015, p. 327):

Mesmo quando o prazer sexual era considerado também importante para manter o equilíbrio e a tonicidade do sistema nervoso de homens e mulheres, como apontavam alguns médicos na primeira metade do século XX (Carrara, 1996), esses efeitos benéficos só seriam sentidos durante o período em que os corpos mantivessem seu potencial reprodutivo, ou seja, durante a chamada “idade fértil” (Carrara, 2004). Isto equivale dizer, como têm feito inúmeros autores, que as fronteiras entre o bom e mau sexo eram, grosso modo, estabelecidas pelo caráter reprodutivo ou não das práticas sexuais.

Já prazeres paralelos ou atividades infecundas eram práticas desautorizadas, rapidamente classificados como perversões sexuais, anormalidades, a partir da ótica de uma economia estrita da reprodução marital e familiar. A lógica é bastante simples: se o grande elemento legitimador das práticas sexuais era seu potencial reprodutivo, os intercursos homossexuais eram considerados práticas nefastas, pois impossibilitavam a continuidade da população.

Percebe-se aqui uma importante semelhança entre o regime sexual da moral cristã e o regime secular da sexualidade. Ambos valorizam as práticas heterossexuais com finalidades reprodutivas. No entanto, são distintas as razões que justificam essa valorização. No âmbito da moral cristã, o casal heterossexual realiza os desígnios divinos ao constituir uma prole, preferencialmente numerosa. Já no caso do regime secular da sexualidade, há uma questão de eugenia, isto é, o interesse recai mais fortemente sobre a

continuidade da sociedade e a constituição de uma “raça humana” sadia (CARRARA, 2015, p. 328).

A própria manutenção da sociedade estaria em risco, o que fazia com que tais práticas infecundas fossem objeto de desprezo social e sanções institucionais e morais. Foucault (1988, p. 32) afirma que:

Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, com objeto de análise e alvo de intervenção; [...] Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico.

Para gerir essa “força da natureza”, havia o saber médico, em especial a sexologia e, posteriormente, a psicanálise (em menor escala de influência). As sexualidades desviantes, como a homossexualidade, o sadismo e o masoquismo serão classificadas como perversões sexuais pelo discurso médico, responsável por organizar e definir os limites entre normal e patológico, regra e transgressão em matéria de sexualidade. Segundo Carrara (2015, p. 327),

Nesse âmbito, apenas tais entes transcendentais teriam “direitos”; os indivíduos tinham, sobretudo, obrigações e deveres. Nos códigos penais desse período, por exemplo, o que se protege é fundamentalmente o “direito” dos cidadãos de realizarem o ideal do casal monogâmico, dotado de prole mais ou menos numerosa. Condenavam-se, assim, conjuntamente, o adultério, o aborto, a prostituição, a homossexualidade, o defloramento, a sedução, o estupro, o rapto, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis etc. Enfim, um dos mais notáveis e conhecidos efeitos desse regime foi a entronização do casal heterossexual reprodutivo como norma biológica e moral, cuja promoção e defesa tornaram-se de “interesse público”.

Representativa do saber científico sobre a sexualidade é a obra *Psycopathia sexualis* (1889), do psiquiatra alemão Krafft-Ebing, que contribuiu para a difusão das “perversões” ou patologias psíquicas ligadas à sexualidade, que passariam a definir os sujeitos. O sexo ocupa lugar central no estudo dos transtornos, sendo apontado como a causa de muitas doenças. “Um mínimo desvio poderia ter consequências terríveis e toda doença ou perturbação física ou mental teria, ao menos em parte, uma etiologia sexual” (VAZ, 2010, p. 141).

A questão deixa de ser jurídica ou penal para adentrar o campo médico da normalidade/anormalidade. O indivíduo que se engaja em práticas sexuais desautorizadas deixa de ser um criminoso e se torna um doente. O modo de lidar com ele também muda:

passa-se da punição ao tratamento médico. “A partir do século XIX, foi sobretudo por meio do discurso biomédico que se passou do julgamento de práticas consideradas lícitas ou ilícitas (como a ‘sodomia’) para o julgamento de sujeitos considerados normais ou anormais (como o ‘homossexual’)” (RUSSO, 2004, p. 97).

É esse discurso médico o responsável pela “criação da homossexualidade”, ou seja, pelo estabelecimento de um tipo específico ou particular de prática sexual que passa a definir também os sujeitos que nela se engajam, os homossexuais. Isso não significa que não houvesse relações erótico-afetivas entre indivíduos do mesmo sexo antes do século XIX. A questão é que essas práticas não tinham o mesmo significado social. Elas não definiam o sujeito, isto é, não havia uma subjetividade organizada em torno de uma possível identidade sexual, portanto, constituía algo completamente distinto daquilo que entendemos hoje por homossexualidade.

A prática da sodomia, relação sexual entre indivíduos do mesmo sexo, considerada um ato pecaminoso e punível com a fogueira durante a Inquisição católica, deixa de ser apenas um ato sexual passível de sanção jurídica, um delito reprimido pelo Estado, para passar a designar também o próprio indivíduo que nele se engaja, sua verdade interior e seus desejos mais íntimos. Surge a identidade sexual do homossexual, uma figura particular, o que demonstra a hipótese foucaultiana de que o poder não tem apenas aspecto repressivo ou proibitivo, mas age sobretudo produzindo verdades e sujeitando os indivíduos a classificações muitas vezes estigmatizantes.

O homem que tem relações sexuais com outro homem, doravante chamado homossexual, passa a ser um tipo específico de indivíduo, isto é, torna-se “uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida [...] Nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas” (FOUCAULT, 1980, p. 43).

É isso que explica a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2007) ao tratar da invenção da homossexualidade no século XIX. Como o significado social das práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo muda radicalmente, podemos pensar que as práticas em si não são mais as mesmas. É nesse sentido que fala-se em “invenção da homossexualidade”, como explica Louro (2007, p. 242):

Ao final do século XIX, passam a se constituir numa forma específica de sexualidade que é praticada por um “tipo” específico de sujeito. Essas práticas são, agora, *nomeadas* como homossexuais. Portanto, na perspectiva teórica que assumimos, a resposta à indagação antes feita será afirmar que a homossexualidade e o sujeito homossexual foram “inventados” no século XIX. Se, em outros momentos históricos, as

relações sexuais e amorosas entre sujeitos do mesmo sexo tinham outros significados, eram nomeadas de outro modo, tinham outras repercussões ou efeitos sociais, culturais, simbólicos, materiais, tais práticas se constituíam em *outra coisa* [grifos no original].

Ainda hoje, o saber médico e psiquiátrico tem um papel de destaque nos discursos sobre sexualidade, influenciando sobremaneira a concepção dos que são práticas “normais” ou patológicas. “Como a intervenção estatal tem sido cada vez mais formulada em uma linguagem de saúde, os médicos e o cientistas tornaram-se atores importantes nos discursos reguladores que vêm sendo desenvolvidos” (VANCE, 1995, p. 15).

O mesmo saber médico que inventou a homossexualidade continua a operar efeitos simbólicos e a influenciar convenções culturais fazendo com que certas práticas sejam consideradas ilegítimas<sup>93</sup>, objetos de sanções morais, como diz Fabíola Rohden (2004, p. 183): “Muito daquilo que governa nossos valores, representações e mesmo nossas práticas relativas à sexualidade está, de alguma forma, ancorado em concepções produzidas pela medicina ao longo dos últimos séculos”.

Esses discursos normativos e patologizantes acabam por promover verdadeiras “caça às bruxas”, associando determinados grupos à noção de perigo social, como afirma Luiz Fernando Duarte (2004, p. 46):

Sucessivas cruzadas contra o onanismo, a prostituição, a pornografia, a promiscuidade proletária ou o relaxamento moral das elites nutriram-se de racionalizações eruditas baseadas em fragmentos mais ou menos consequentes dos saberes biomédicos e psiquiátricos – no horizonte geral da degeneração e sua corte de fantasmas (atavismos, taras, perigos da miscigenação racial etc.).

Já no âmbito das concepções políticas do regime secular da sexualidade, é importante notar que as práticas sexuais eram tidas como algo que deveria estar submetido ao Estado. Por influenciarem diretamente o futuro da família, da nação e da própria espécie, todos eles elementos ou entes transcendentais possuidores de “direitos”, a sexualidade humana não poderia ser regida por interesses exclusivamente pessoais ou íntimos. O que importava era a promoção de uma raça sadia e eugênica e não o bem-estar individual.

---

<sup>93</sup> A transexualidade é um caso significativo a esse respeito. Como discutido no primeiro capítulo, essa condição ainda é considerada uma patologia, um tipo de transtorno de identidade de gênero, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável pela publicação da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). A transexualidade também consta no atual DSM como uma disforia de gênero, o que certamente impacta a experiência subjetiva de pessoas transexuais e prejudica a sua justa e devida inserção social.



Veremos posteriormente que o regime da sexualidade no qual vivemos hoje é distinto em muitos aspectos, em especial no tocante à importância dada ao desejo individual, às vontades do sujeito e à sua satisfação pessoal. Ao menos em sociedades ocidentais, a subordinação do desejo individual aos interesses do estado vem diminuindo gradativamente. Até meados do século XX, entretanto, o prazer individual era algo desvalorizado, pois o bem-estar do sujeito ou sua realização individual não eram elementos que possuíam valor social. Diz Marques (2017, p. 27): “[...] bastava ao homem um breve gozo e, à mulher, este era totalmente desnecessário. A reprodução desculpava apenas uma pequena dose de prazer. O que ia além disso, sem justificação biológica, passou a ser enquadrado como perversão”.

Mais uma vez o trabalho de Foucault foi absolutamente essencial para o desenvolvimento do tema da sexualidade dentro das Ciências Humanas. Sua proposta de analisar a sexualidade enquanto um dispositivo de racionalidade e moralidade próprias contribuiu para o questionamento de verdades médicas e para a valorização de práticas antes consideradas dissidentes. Os trabalhos do campo das Ciências Humanas e Sociais assumem, na maior parte dos casos, um lugar de contestação e problematização das verdades estabelecidas sobre a sexualidade.

Hoje, além de adotarem um posicionamento construtivista, propondo um estranhamento em relação àquilo que poderia nos parecer biológico, hormonal ou mesmo genético, muitos trabalhos dessa área adotam como objetos de pesquisa os prazeres considerados marginais. Eles se dedicam a temáticas ainda cercadas de estigmas, como homossexualidade e lesbianidade, transexualidade, intersexualidade, prostituição, práticas incestuosas, entre outras, investigando valores, identidades sexuais e expressões de gênero<sup>94</sup>.

Como afirmou Gregori (2014), ao tratar dos “prazeres perigosos”, muitos trabalhos etnográficos vêm sendo desenvolvidos tendo como objeto analítico práticas erótico-sexuais em suas expressões transgressivas, ou seja, na dimensão fronteira entre o considerado normal e o interdito, aquilo que extrapola os limites do socialmente aceito.

---

<sup>94</sup> A obra *Prazeres dissidentes* (2009), organizada por Maria Elvira Diaz-Benitez e Carlos Figari, é um exemplo de como a Antropologia vem investigando práticas sexuais transgressoras ou mesmo consideradas abjetas, promovendo o questionamento de convenções e regras morais em suas etnografias sobre sexualidade. O livro reúne artigos que tratam de temas como pornografia, prostituição, BDSM, escatologia, sexo com animais, *barebacking* (ato sexual sem uso de preservativo), pedofilia, incesto consentido, *crossdressing*, prostituição, entre outros. Em suma, a obra investiga o “gozo ilegítimo”, prática sexual que “arrebata e angustia tanto quanto dá prazer”, como afirmou Larissa Pelúcio (2009, p. 91) em um dos artigos que compõem o livro.

Vários desses trabalhos irão pôr em xeque justamente o saber médico, demonstrando como ele trabalhou no sentido da estigmatização e da exclusão social de diversos grupos sociais.

[...] são estudos que investigam aspectos e implicações de experiências no marco daquilo que chamei de “limites da sexualidade”, isto é, em âmbitos que indicam a ampliação ou restrição de normatividades sexuais e, em particular, na expansão de maior tolerância ou não daquilo que é considerado abusivo e o que passa a ser qualificado como normal [...] vejo o interesse de observar experiências em que gênero, sexualidade e o perigo dos prazeres – que é o que ocorre com o risco da violência – se articulam, de um modo dinâmico (GREGORI, 2014, p. 51).

O cenário apontado por Gregori é bastante diferente daquele desenhado pela pesquisadora Carole Vance que, em artigo publicado em 1995, criticava a Antropologia por não abordar a sexualidade como um campo verdadeiramente legítimo de pesquisa, adotando uma postura, segundo ele, “pouco corajosa”. “Sem atingir jamais o *status* de uma especialização apropriada, a sexualidade costuma ser marginal [...] o desconforto com o próprio tema da sexualidade é vazado em termos de adequação ou legitimidade acadêmica” (VANCE, 1995, p. 8).

Vance também critica a ênfase de trabalhos antropológicos inaugurais na investigação de práticas heterossexuais e reprodutivas no âmbito de sociedades tribais. “Os relatos etnográficos e os *surveys* quase sempre seguem um formato de relatório que trata primeiro do ‘sexo real’, passando depois às ‘variações’. É visível a escassez de pormenores sobre comportamento não reprodutivo em alguns relatos supostamente sobre a sexualidade” (VANCE, 1995, p. 19).

Mais de duas décadas depois, o cenário foi em larga medida transformado e a Antropologia deixou de adotar apenas o sexo reprodutivo como objeto privilegiado de análise. Paralelamente ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos, começou a se fortalecer o ativismo político organizado a partir do eixo da sexualidade e cresceram também as políticas públicas voltadas ao tema.

Tornaram-se sujeitos políticos indivíduos e grupos historicamente marginalizados que passaram a reivindicar protagonismo e centralidade nos debates contemporâneos. Muito de sua atuação política será baseada em vivências e percepções individuais, inacessíveis àqueles que não compartilham a mesma identidade. Também no âmbito acadêmico, as “perspectivas parciais” ou “saberes localizados”, como nomeou Haraway (1995) ao tratar das investidas feministas, terão cada vez mais espaço ao criticarem a suposta neutralidade científica.

A organização política em torno das identidades sexuais, porém, não se dá sem críticas à própria noção de identidade. Foucault foi um dos que problematizaram tal noção, já nos anos 1980. Ele propunha novos modos de vida e novas formas de prazer que não estivessem confinados a uma identidade particular. Para ele, não haveria traços psicológicos ou condições subjetivas que reunissem todos os homossexuais em uma categoria única e a ação política baseada nessa premissa seria problemática já em sua origem (FOUCAULT, 1994), o que impõe alguns obstáculos à utilização de referenciais foucaultianos pelo movimento homossexual. Não por acaso a teoria *queer* (da qual já tratamos no capítulo 1), em sua política pós-identitária, dialoga em grande medida com os escritos deixados por Foucault para questionar as noções de identidade de gênero e identidade sexual.

Contemporaneamente, o filósofo Vladimir Safatle também questiona a centralidade da identidade no debate político por direitos. Segundo ele, além de excluir em certa medida aqueles que não compartilham determinada característica identitária, a aposta na identidade pode ter outro efeito negativo: o de limitar o discurso dos sujeitos somente àquilo que viveram ou experimentaram diretamente, desqualificando-os para ocupar outros lugares de fala que não aqueles de sua essência identitária. O que partiria de uma intenção positiva – dar visibilidade a sujeitos excluídos do debate público - pode acabar relegando esses mesmos sujeitos a um lugar de fala limitado e limitante. Ele toca nessa questão ao tratar do chamado “silenciamento identitário”:

Mas há ainda outra forma de silêncio. Ela consiste em limitar sua fala. Assim, um será a voz dos negros e pobres, já que o enunciador é negro e pobre. O outro será a voz das mulheres e lésbicas, já que o enunciador é mulher e lésbica. A princípio, isto pode parecer um ato de dar voz aos excluídos e subalternos, fazendo com que negros falem sobre os problemas dos negros, mulheres falem sobre os problemas das mulheres, e por aí vai. No entanto, essa é apenas uma forma astuta de silêncio, e deveríamos estar mais atentos a tal estratégia de silenciamento identitário. Ao final, ela quer nos levar a acreditar que negros devem apenas falar dos problemas dos negros, que mulheres devem apenas falar dos problemas das mulheres<sup>95</sup>.

Apesar de tais críticas, o rumo tomado pelas mobilizações políticas em prol do respeito à diversidade sexual parece ter sido o da organização identitária. A emergência dos direitos sexuais, manifestados em declarações, convenções e tratados, são elementos constituintes da noção mais ampla de direitos humanos, faz parte do surgimento de um

---

<sup>95</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/234248-quem-tem-o-direito-de-falar.shtml>. Acesso em 31 out. 2018.

“novo” regime da sexualidade (CARRARA, 2015). Veremos adiante como se deram as transformações no dispositivo da sexualidade e de que modo interagiram os campos de conhecimento citados, chegando a um cenário em que consentimento e vulnerabilidade se tornam elementos centrais em termos de práticas sexuais.

### 3.3 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO “PROBLEMA SOCIAL”

Como adiantamos em nossa Introdução, as regras morais que regem o âmbito da sexualidade vêm passando por profundas transformações. As mudanças no dispositivo da sexualidade podem ser creditadas a diversos fatores, entre eles os movimentos de liberação sexual (dos quais tratamos brevemente no capítulo 1), a epidemia da AIDS nos anos 1980 e a difusão dos direitos sexuais no início do século XXI.

A partir de então teve início um processo de “cidadanização” de diferentes grupos que se articulam em torno das noções de gênero e de sexualidade, em especial sob a ótica da orientação sexual<sup>96</sup>. Mulheres, transexuais, gays, lésbicas e outros sujeitos vêm obtendo gradativos ganhos em termos de direitos civis e proteção social nos planos político e jurídico. A respeito desses direitos, Carrara (2015, p. 326) afirma:

[...] fruto da relação dinâmica entre diferentes atores sociais (ativistas, gestores públicos, políticos, juristas, pesquisadores etc.), tais direitos podem ser considerados como um símbolo da emergência histórica de um “novo” regime secular da sexualidade, acompanhado por um estilo de regulação moral que lhe é próprio.

Para Carrara (2015), esse “novo” regime da sexualidade se organiza em torno da própria noção de direito sexual. A emergência e a difusão dos direitos sexuais e reprodutivos, que fazem parte do conceito mais amplo de direitos humanos, ocorreram no início do século XXI. O debate político sobre a temática começou com a Conferência de População e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994, no Cairo. Apesar de os direitos sexuais não estarem presentes no texto final da Conferência do Cairo, os debates foram profícuos e tais direitos foram incluídos na Plataforma de Ação de Pequim, convenção resultante da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, também organizada pela ONU<sup>97</sup>. O encontro aconteceu em 1995 e

---

<sup>96</sup> Dialogando com o trabalho de Duarte et al (1993), Carrara (2015) utiliza o termo “cidadanização” para se referir a um processo de incorporação social de política de grupos marginalizados por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Tem início na década de 1960 e abrange vários países do mundo ocidental.

<sup>97</sup> O item 96 da Plataforma de Ação estabelece: “Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e

discutiu os direitos das mulheres no âmbito da sexualidade, estabelecendo resoluções e metas que deveriam ser seguidas pelos países membros das Nações Unidas (CORRÊA, 2009, p. 22). No documento, foi dada ênfase à proteção dos direitos reprodutivos da mulher, tais como “direitos sexuais, direito à saúde, à integridade, à proteção contra violência, à igualdade e não-discriminação, matrimônio, educação e proteção contra exploração sexual” (RIOS, 2006, p. 76-77).

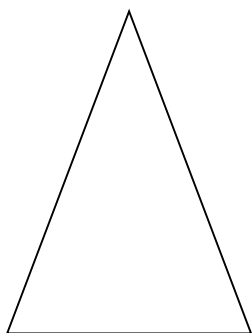
Mas se o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos foi inicialmente liderado pelas mulheres, outros grupos não tardaram a participar das discussões. Homossexuais e mais recentemente transexuais e intersex se tornaram atores dessa cena política. Com isso, as agendas e pautas foram se modificando, havendo ainda a dissociação entre sexualidade e reprodução nos debates e resoluções, como diz Carrara (2015, p. 329):

Grosso modo, podemos dizer que, considerando o plano formal das declarações, das convenções e dos tratados relativos aos direitos humanos, essa trajetória parte do reconhecimento da necessidade de proteger juridicamente mulheres e meninas, vistas como sexualmente mais vulneráveis, para chegar à afirmação do direito a não discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

Gradativamente, os direitos sexuais e reprodutivos foram sendo ampliados, favorecendo a pluralidade sexual. Isso certamente colaborou com a maior aceitação de grupos antes considerados dissidentes. Se pensarmos no sistema de estratificação sexual desenvolvido por Gayle Rubin na década de 1980, podemos perceber mudanças. Para a pesquisadora, os diferentes tipos de condutas sexuais e suas expressões eróticas poderiam ser alocados em um formato piramidal conforme sua aceitação ou o repúdio social. Seu sistema é esquematizado da seguinte maneira:

---

reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências”. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf). Acesso em 27 set. 2018.



- Heterossexuais maritais e reprodutivos
- Heterossexuais monogâmicos não casados em relação marital
- Heterossexuais em geral
- Casais lésbicos e gays estáveis de longa duração
- Lésbicas masculinizadas e gays promíscuos
- Transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e trabalhadores do sexo
- Erotismo que transgride as fronteiras geracionais

Fonte: Marques (2017)

Segundo Rubin (1984), haveria um sistema de hierarquia sexual que teria em seu topo as relações heterossexuais, sobretudo aquelas possivelmente reprodutivas e estabelecidas no âmbito matrimonial. Indo em direção à base da pirâmide, encontraríamos indivíduos marginalizados cujas práticas fogem do sexo normativo socialmente aceitável, como exemplifica Gregori (2004, p. 241):

A esse padrão, seguem outras situações escalonadas na hierarquia valorativa, em posição decrescente: casais heterossexuais monogâmicos não casados; solteiros com vida sexual ativa; casais estáveis de gays e lésbicas; gays solteiros sem vida promíscua; gays solteiros com vida promíscua, fetichistas; S/M (sadomasoquistas); posições não masculinas ou femininas (travestis, drag queens etc.); sexo pago; sexo intergeracional (em particular, o que se dá entre adultos e menores de idade). Estes últimos comportamentos estão na base do sistema, condenados a uma desvalorização sistemática, quando não são – como no caso da pedofilia – objeto de punição judiciária.

Hoje, podemos perceber que práticas homossexuais tornam-se a cada dia mais legítimas, “subindo” a pirâmide sexual. Também vêm obtendo gradativo reconhecimento social práticas sadistas e masoquistas (S/M), além de interações sexuais que envolvem brinquedos eróticos (*sex toys*)<sup>98</sup>. No caso do sadomasoquismo, que tem como bandeira os dizeres “são, seguro e consensual”, haveria as dimensões de consenso e negociação entre parceiros, o que desinvestiria o potencial violento ou mesmo traumático do S/M. “Na tentativa de legitimar o sadomasoquismo como alternativa erótica aceitável, o caráter de

<sup>98</sup> Apesar de práticas como sadismo, masoquismo e fetichismo eróticos continuarem fazendo parte do DSM-V (o mais atual) como transtornos patológicos, há uma crescente aceitação social de práticas sexuais ligadas ao BDSM (sigla que designa “bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo, masoquismo”). O caso da obra *50 tons de cinza*, primeiro livro de uma trilogia que trata do universo sadomasoquista e se tornou um fenômeno editorial e depois filme, é emblemático nesse sentido.

violência que a ele está associado é substituído pela conotação de um jogo consensual entre parceiros [...]” (GREGORI, 2004, p. 252).

A crescente aceitação é algo desejável por parte dos adeptos de práticas sadomasoquistas. Seus praticantes insistem na dimensão do consentimento, como diz o pesquisado Bruno Zilli (2008, p. 8):

Através de algumas definições básicas o discurso BDSM busca esclarecer que tipos de comportamentos estão em jogo quando se faz referência às atividades que ele representa. Para isso constrói-se a ideia de um conjunto de práticas de cunho sexual e consentidas entre os participantes. O consentimento é a noção mais elementar do BDSM. Ele limita o universo de que se fala, de forma que todas as considerações sobre modalidades de práticas e relacionamentos BDSM subentendem que são atividades consentidas. Ou seja, que não há violação nem abuso reais daqueles envolvidos. O consentimento separa o BDSM da criminalidade.

Como podemos perceber, é justamente em torno da noção de consentimento que se organizam as práticas sexuais socialmente aceitáveis em nossos dias. Além do consentimento, não deve haver potencial danoso a nenhuma das partes envolvidas no ato sexual, ou seja, ele não deve causar sofrimento ou ter potencial traumático. “Haverá indignação e, crescentemente, restrição legal se, na sua busca de prazer, ele causa dano ao outro. Os temas sociais do ‘fumo passivo’, do ‘motorista bêbado’ e da ‘grávida que bebe ou se droga’ indicam esse lugar onde a renúncia é obrigatória” (VAZ, 2010, p. 147).

Isso se relaciona diretamente ao princípio de não-dano, como definido pelo filósofo e pensador liberal Stuart Mill no século XIX. O que diz esse princípio? Em linhas gerais, que somos livres para fazer o que quisermos, desde que nossa ação não traga dano a outro indivíduo ou prejudique sua liberdade. Esse momento de certo relativismo moral é explicado pelo filósofo Charles Taylor (2011, p. 53): “O limite da autorrealização de qualquer um deve ser a medida preventiva de uma igual chance nessa realização para os outros”.

Nossas vivências, portanto, em termos de práticas sexuais ou comportamentais de qualquer tipo, dizem respeito apenas a nós mesmos, salvo quando atingem negativamente outras pessoas. A lógica básica é a seguinte: se ambos estão de acordo e se não há geração de sofrimento a nenhuma das partes, a prática sexual é aceita ou ao menos tolerada. A análise de Taylor possui conexões com a discussão do antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (2004, p. 74) que, ao tratar das transformações e dos conflitos presentes no âmbito da sexualidade, afirma:

Não é possível deixar de mencionar as intensas negociações sociais em curso a respeito da “normalização” de práticas sociais que já foram objeto de intensa rejeição ou repressão (como o adultério, a masturbação, a pornografia, a prostituição, a sodomia e o homoerotismo) e da “criminalização” de outras que se mantinham mais entranhadas ou invisíveis (como a “violência sexual” ou a pedofilia).

A análise de Duarte nos mostra como é possível haver a coexistência de diferentes regimes sexuais. Isso porque falar de um possível novo regime não significa que tenha havido uma ruptura total com compreensões mais tradicionais a respeito das práticas sexuais. Convivem no mesmo cenário cultural visões muitas vezes contraditórias a respeito do que é bom e correto, não apenas em termos de sexualidade, como nos diz o pesquisador John Hewitt (1998, p. 22): “A cultura não oferece às pessoas um sistema de funcionamento sem falhas para suas vidas individual e coletiva, e sim normalmente os sujeita a normas e valores conflitantes”. Por isso, para Carrara (2015), seria mais acertado pensarmos que ambos os regimes de sexualidade convivem na cena contemporânea, mas que há linhas de forças que apontam para a emergência de novas regras morais no que tange às práticas erótico-sexuais.

Ainda segundo o mesmo autor, um novo regime não significa que tenha deixado de existir rejeição a determinadas práticas, isto é, a progressiva liberdade sexual não exclui outros interditos e proibições morais. Ademais, mesmo a noção de consentimento ou concordância mútua também pode ser questionada. O consentimento se articula com os princípios liberais de autodeterminação e liberdade individual, fundamentais nas democracias contemporâneas. Ele pode ser compreendido como “uma decisão voluntária, tomada por um sujeito dotado de capacidade de agência, razão e livre arbítrio” (LOWENKRON, 2007, p. 735).

No entanto, pressupõe indivíduos com plena capacidade de escolha e autonomia, o que pode nem sempre ser verdadeiro. Isso porque devem ser considerados os dois aspectos da autonomia conforme definido por Kant (2003), isto é, tanto a autonomia em relação ao outro (o que muitas vezes é dificultado pelo lugar social ocupado pelo sujeito) como a autonomia do indivíduo em relação a seu próprio desejo, a autonomia da consciência em relação ao corpo.

Marques (2017, p. 33) discute a autonomia em relação ao outro ao tratar do posicionamento feminista: “Algumas feministas criticam ostensivamente o argumento da consensualidade alegando a “coerção estrutural” do consentimento, ou seja, um



consentimento que é dado a partir de um reflexo condicionado, como o ‘sim’ que as mulheres vêm dando ao matrimônio durante séculos”.

Um dos relatos que compõem nosso material empírico pode nos ajudar a refletir sobre os limites do consentimento. Uma mulher afirma ter sido vítima de agressão sexual por parte de seu ex-marido pois o mesmo insistia em ter relações sexuais com frequência maior do que a desejada pela esposa. Por acabar cedendo mesmo sem desejar fazer sexo, ela se sentia agredida, como lemos abaixo:

Homens e mulheres, nós normalizamos essa ideia de uma ‘presunção do consentimento” a partir do momento em que há uma relação de casal [...] O simples fato de insistir para ter relações com uma pessoa, quer você esteja em um relacionamento ou não e que você consiga o que queria ou não já é uma forma de agressão. Esse tipo de violência é muito banalizado e acredito que muitas mulheres internalizaram essas formas de constrangimento como normais<sup>99</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Ao ocuparem posições de vulnerabilidade, seja em termos etários, de raça, gênero, nacionalidade, entre outros marcadores sociais, a capacidade de consentir de modo efetivamente autônomo estaria prejudicada. Muitos autores têm problematizado práticas sexuais consensuais apontando para os limites do consentir em contextos em que há desigualdade de poder entre os envolvidos, assimetrias tanto materiais como simbólicas. Afinal quem consentiu? Em que condições? A pesquisadora Flávia Biroli (2013, p. 130) resume a problemática: “[...] a questão é se há consentimento genuíno, autonomamente definido, quando as preferências e as escolhas definem-se em contextos assimétricos, em meio a relações de opressão e dominação”.

Esse seria um dos principais argumentos de algumas correntes feministas em seu repúdio à pornografia e mesmo à prostituição feminina, como é o caso do movimento feminista anti-pornografia, que surge nos Estados Unidos durante a segunda onda feminista. Significativos desse momento são os grupos *Women against violence in pornography and media* (1976) e *Women against pornography* (1979). Esses e outros grupos formavam o que Ferguson (1984) chamou de “feminismo radical”<sup>100</sup>. Para essa corrente do feminismo, as relações sexuais são exemplos da dominação. Haveria ainda,

---

<sup>99</sup> « Parce que, hommes ou femmes, nous avons normalisé cette idée d’une ‘présomption de consentement’ à partir du moment où il y a une relation de couple [...] Le seul fait d’insister pour avoir un rapport avec une personne, que vous soyez ou non en couple et que vous arriviez ou non à vos fins, est déjà une forme d’agression. Cette forme de violence est bien trop banalisée et je crois que beaucoup de femmes ont, elles aussi, intégré ces formes de contraintes comme ‘normales’ ».

<sup>100</sup> Uma das maiores referências dessa linha teórica é Catharine Mackinnon, autora do trabalho *Feminism, marxism and the State: an agenda for theory* (1980).

segundo elas, uma relação direta e linear entre pornografia e violência, como diz Gregori (2004, p. 238):

O feminismo radical hasteou sua bandeira contra instituições heterossexuais, como a pornografia, tornando-a como um exemplar da violência e do perigo contra as mulheres. Além da pornografia, o movimento definiu outros alvos: o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia, a promiscuidade sexual. Importante assinalar a aliança desse movimento aos grupos feministas que atuavam contra a violência, causando impacto considerável na arena política e teórica do feminismo.

Além do consentimento que, como acabamos de ver, pode ser problematizado, e do princípio do não-dano, outro importante elemento dentro do novo regime de sexualidade é a satisfação daqueles envolvidos no ato sexual. Um dos critérios legitimadores do sexo passa a ser a promoção da realização individual por meio da atividade sexual, que deixa de ter valor apenas reprodutivo. Nesse novo regime sexual, o desejo deixa de ser visto como mero instinto e o sexo passa a ser compreendido como uma via de satisfação pessoal, que pode inclusive influenciar as saúdes física e mental dos sujeitos. “É certo que o ‘bem-estar’ como objetivo a ser alcançado não é descrito como um prazer corporal; contudo, é um sentimento e está vinculado a uma série de práticas que envolve os prazeres do corpo” (VAZ, 2010, p. 146).

Gradativamente, o critério que opera como legitimador das práticas sexuais passa a ser não mais a reprodução ou a manutenção de um corpo social sadio e eugênico, mas sim a conquista de bem-estar individual, obtido a partir de intercursos sexuais consentidos. Lowenkron (2015, p. 226-227) resume a passagem para essa nova ordem sexual: “do ‘sexo heterossexual e reprodutivo’ ao ‘sexo consentido e seguro’”.

A prática sexual surge como um técnica corporal que fortalece a autoestima e o *self*. O trabalho de Carrara corrobora, em certa medida, aquilo que é identificado por Russo (2004) a partir da análise das categorias diagnósticas ligadas à sexualidade nos diferentes DSM. Segundo ela, há uma lógica subjacente aos manuais diagnósticos de que o exercício da sexualidade é algo benéfico ao sujeito: “Além da sexualidade ‘deslocada’ das antigas perversões, encontramos como patologia a ‘deficiência’ de sexualidade. A ‘neutralidade descritiva’ nada mais faz, portanto, que encobrir a valorização contemporânea de uma vida sexualmente ativa” (RUSSO, 2004, p. 107).

Essa nova compreensão também se articula com o saber médico. Hoje a doença e, por conseguinte, os doentes são outros, como diz Carrara (2015, p. 331):

Os critérios da consensualidade e da responsabilidade, por exemplo, tornam-se cruciais para a definição mesma das parafilias, ou seja, das antigas perversões sexuais, entre as quais figurava a homossexualidade. Nas últimas décadas do século XX, em diferentes edições do influente Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), da Associação Psiquiátrica Americana, as parafilias não são mais medidas pela distância que mantinham em relação ao coito reprodutivo/heterossexual, mas a cobrir desejos e práticas sexuais não consentidas e, conforme a última versão do próprio Manual, “cuja satisfação provocou dano pessoal, ou risco de dano, a outros” (DSM-5:685, tradução do autor).

No entanto, mesmo a busca por satisfação pessoal possui limites. Aqueles que não respeitam a liberdade alheia, como pedófilos e estupradores, devem ser reprimidos em seus desejos sexuais. Ao dispositivo contemporâneo da sexualidade também corresponde uma nova sensibilidade social, que passa a rejeitar de modo ainda mais veemente as práticas em que ambos os envolvidos não estejam de acordo e que possam causar sofrimento. Gregori (2014, p. 52-53) aponta para “[...] uma tolerância cada vez maior em relação ao adultério, masturbação, prostituição, pornografia e homoerotismo e uma condenação, agora com conotação legal, do assédio sexual, da pedofilia ou do turismo sexual”.

A análise de Gregori (2014) dialoga com o que é proposto por Vigarello (1998). Para o antropólogo francês, a violência sexual é a violência de nosso tempo. Mas o que isso significa? Obviamente, não quer dizer que essa prática não existia ou que ela seria uma mazela tipicamente contemporânea. O que ele sugere é que a violência sexual é hoje um “problema social” que possui grande repercussão e mobiliza a opinião pública. Isso é possível porque a concepção do que vem a ser violência, bem como aquilo que é passível de causar sofrimento, existe dentro de um contexto simbólico determinado. Esse ponto de vista é compartilhado por Davis (2005, p. 3), que afirma: “Na esfera pessoal parece justo dizer que o abuso sexual se tornou nosso caso paradigmático de vitimização (em nível coletivo, o genocídio é provavelmente o paradigma)”.

A recorrência da palavra “assédio” em nossa cultura já nos oferece uma pista de como o assunto se tornou relevante. O psiquiatra Joel Birman (2005, p. 30) avança nessa constatação ao afirmar: “Isso aconteceu bem recentemente na nossa tradição, de forma que aquela [a palavra assédio] passou a designar não apenas acontecimentos novos, mas também situações que eram anteriormente denominadas de maneira diferente nas práticas languageiras”.

Se a palavra assédio começou a ser usada para denominar práticas que antes eram descritas de outro modo, isso significa que houve uma transformação no modo como vivemos tais experiências, ou seja, a mudança da nomenclatura não é meramente descritiva, mas antes conceitual. Porém, até determinado momento histórico, os desvios no âmbito da sexualidade eram condenados por serem, sobretudo, morais, ou seja, atentados contra os costumes e não contra a pessoa em si mesma.

No caso do estupro, havia sim a dimensão do atentado à moralidade coletiva, mas não a concepção de que aquela violência se dava contra o sujeito em sua individualidade ou de que deixava nele marcas psíquicas indeléveis. A violência contra mulheres era socialmente tolerada, sobretudo quando não havia sinais físicos de agressão, o que favorecia o entendimento de que a vítima não tentara resistir.

Outros elementos do universo moral então vigente nos séculos XVI e XVII operavam para a definição do nível de condenação do ato: se a vítima era virgem ou não, a que classe social ela pertencia, em que situação a agressão havia se dado etc. Porém, dentro desse contexto, era a mulher que sofria a violência que ficava estigmatizada de forma permanente, como diz Vigarello (1998, p. 36): “É primeiramente um gesto de lascívia. Isso focaliza o olhar sobre a luxúria e o pecado, agravando sub-repticiamente o comprometimento da vítima, um estado de indignidade que a sentença penal não consegue apagar”.

A noção de violência sexual surge somente após o Iluminismo. A partir desse momento de mudanças sociais e políticas, e devido a uma multiplicidade de fatores (entre eles o aperfeiçoamento dos exames médicos), as denúncias aumentam significativamente, transitando de uma “passagem histórica de um silêncio relativo para uma visibilidade ruidosa” (VIGARELLO, 1998, p. 7). É importante notar que a violência sexual contra a mulher sempre foi algo condenável, porém o tema não tinha a mesma reverberação que possui hoje. A base da condenação moral do estupro também mudou: “[...] de um crime contra os costumes, passou a ser considerado como um crime contra a pessoa, tendo suas penas aumentadas” (CARRARA, 2015, p. 333).

A agressão passa a ser entendida como um atentado contra a individualidade e não mais contra a família ou à honra. Uma mudança realizada no Código Penal brasileiro é ilustrativa nesse sentido. Com a Lei 12.015/2009, que trata dos crimes sexuais, o título deixou de ser “crimes contra os costumes” e passou a ser “crimes contra a dignidade sexual”. A esse respeito, Lowenkron (2016, p. 15) afirma:

É importante notar a passagem de um contexto patriarcal hierárquico para outro marcado por ideais igualitários. Neste último, a ofensa sexual é entendida não mais como ameaça à honra da família, mas como uma violência contra o corpo íntimo e privado e o “consentimento” passa a ter uma importância maior do que o *status* social da pessoa ofendida (se é casada, virgem, prostituta, mulher honesta, criança inocente...) no julgamento dos crimes.

Se o combate à violência sexual já possui alto potencial de mobilização social, o mesmo pode ser dito a respeito da violência sexual que atinge crianças e adolescentes<sup>101</sup>. O pânico em torno de atos dessa natureza cresceu e se difundiu nas culturas ocidentais aparentemente tolerantes em relação a qualquer tipo de prática sexual<sup>102</sup>, como diz Hacking (2013, p. 32):

O abuso de crianças nos faz lembrar um dado curioso sobre o estado atual de nossa civilização. Nós somos, supostamente, engolfados pelo relativismo. Diz-se que não existem mais valores estáveis. Bobagem. Tente falar a favor do abuso de crianças – não sob o disfarce do amor entre um homem e um menino, um disfarce visto com desprezo na maioria dos lugares – tente ir até o fim. [...] Nossa sociedade não é tão relativista quanto quer fazer crer.

Esse ponto de vista é compartilhado por Gregori (2014, p. 53), que analisa a nova moralidade sexual à luz da atuação organizada dos movimentos sociais:

Na negociação dessas alterações, a partir da ação do feminismo, dos movimentos gays e lésbicos, mas também dos movimentos de defesa de crianças e adolescentes, notamos a demanda de uma maior liberação da expressão e da escolha sexual, ou numa direção inteiramente distinta, a emergência de novas ansiedades relacionadas ao que se configura como limites aceitáveis, indicando uma espécie de pânico sexual.

Hoje o pedófilo representa o “monstro” ou o “anormal”. Para Foucault (2002, p. 82), cada período histórico possuía seus próprios modelos de monstruosidade. Até o século XVIII, essa monstruosidade advinha sobretudo de aspectos biológicos, como era o caso de indivíduos então denominados hermafroditas ou de gêmeos siameses. A partir

---

<sup>101</sup> Note-se que o termo “pedofilia” e a expressão “violência sexual contra crianças e adolescentes” são por vezes usadas de maneira intercambiável, porém tecnicamente possuem significados distintos. Pedofilia é um termo clínico, uma categoria diagnóstica que designa uma perversão sexual, caracterizada pela atração sexual exclusiva por crianças (meninas ou meninos). Essa doença ou perversão sexual não é, por si só, punível. O que é passível de punição são os atos decorrentes da pedofilia, como a pornografia infantil. Por sua vez, a expressão “violência sexual contra crianças e adolescentes” é usada para designar tanto a exploração sexual comercial (prostituição infantil, por exemplo) como o abuso sexual em que não há ganhos monetários envolvidos, como nos casos de incesto e voyeurismo (LANDINI, 2004, p. 320-322).

<sup>102</sup> Contudo, conforme destaca Landini (2004, p. 337), há uma contradição cultural no que refere à sexualidade que envolve menores de idade: “[...] ao mesmo tempo em que avançam os direitos da criança e que a sociedade de forma geral se torna mais cônica da proteção à infância, a sexualidade adolescente é também cada vez mais valorizada [...] o corpo jovem é, ao mesmo tempo, valorizado e, cada vez mais, interdito”.

do século XIX, o monstro passa a ser aquele que adota uma conduta tida como nefasta, contrária às regras morais de comportamento. Fariam parte desse grupo os homossexuais, os incestuosos e, contemporaneamente, os pedófilos (LOWENKRON, 2015).

Hoje as normas sociais atribuem o papel de “monstro” aos que não respeitam as regras do consentimento e do princípio de não-dano. O pedófilo incarnaria a “[...] figura que misturaria um tanto de anomalia, imoralidade, criminalidade e malefício social” (VIANNA apud LOWENKRON, 2015, p. 17). A preocupação com a pedofilia ganhou forma por meio de um aparato jurídico criado para coibir tais casos. A partir da década de 1970, a legislação se tornará mais atenta aos atos de violência contra crianças e adolescentes. A socióloga Tatiana Landini (2004, p. 333-334) explica que:

Com a reviravolta do final dos anos 70, a pornografia infantil passa a ser regulada por leis específicas – aliás, há um aumento das leis específicas para a pornografia infantil já a partir de 1977: Estados Unidos em 1977, Grã-Bretanha em 1988, Alemanha, França e Canadá em 1993 (Svedin e Back, 1996), Brasil em 1990, com a aprovação do ECA.

Hacking (1995) traça a trajetória da ideia de abuso de crianças para investigar o fenômeno clínico da personalidade múltipla. Esse transtorno psiquiátrico surgiu no fim do século XIX, por volta de 1875, a partir do caso paradigmático da jovem Félida, analisada por psiquiatras franceses<sup>103</sup>. Cerca de um século depois, o número de casos da doença aumentou expressivamente, sobretudo nos Estados Unidos, sendo o abuso sexual na infância tido como a causa do transtorno.

Para investigar a correlação entre abuso e transtorno de personalidade, Hacking historiciza a noção de abuso de crianças. Apesar da realidade das vivências de abuso, a noção do que vem a ser abuso não é dada previamente, “o abuso de crianças não é uma categoria naturalista – nada é ‘naturalmente’ abuso de crianças” (PARTON apud HACKING, 2013, p. 16). De fato, o conceito passou por grandes mudanças nas últimas décadas, como verificou Hacking em sua análise historiográfica<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> Félida, acompanhada pelo médico francês Eugène Azam entre os anos de 1858 e 1893, foi a primeira paciente a ser diagnosticada com o então chamado “desdobramento da personalidade”. A jovem alternava estados de seriedade e tristeza com fases em que se mostrava alegre e vivaz. As passagens entre os dois estados eram precedidas de crises de convulsão e perda de consciência.

<sup>104</sup> A investigação de Hacking envolve as sociedades industrializadas a partir do século XIX pois antes disso não havia a própria noção de infância, como defendido por Philippe Ariès no livro *História social da criança e da família*. Segundo Ariès (1981), o que conhecemos como infância só começa a existir na passagem dos séculos XVII ao XVIII. A partir de então, a termo passa a designar uma fase determinada da vida, associada a noções de fragilidade, pureza e inocência (ARIÈS, 1981).

Até poucas décadas atrás, só havia a noção de crueldade contra crianças, que não tinha contornos sexuais. A expressão foi usada inicialmente em 1874, nos Estados Unidos, para dar conta do caso de uma menina espancada por sua madastra. O fato teve tamanha repercussão que fez surgir a *New York Society for the Prevention of Cruelty to Children*. Já o abuso contra crianças começou a ser designado desse modo a partir de 1961 em Denver, nos Estados Unidos, num congresso da Associação Médica Americana. Inicialmente sendo usada para se referir a casos de bebês espancados, a noção rapidamente se expandiu e passou a abranger um número maior de situações, chegando aos casos de abuso sexual. A noção surgiu no meio médico, por meio da atuação de pediatras. Em seguida, o assunto passou a mobilizar também assistentes sociais, professores, pais, policiais e outros agentes sociais (HACKING, 1995).

A concepção de abuso infantil se consolidou finalmente nos anos 1970, após forte atuação do movimento de mulheres. A proteção da infância foi um modo de criticar a estrutura familiar patriarcal, o que permitiu ao feminismo “[...] mobilizar categorias culturais – como a de criança – que garantiam grande audiência” (ILLOUZ, 2006, p. 110). A defesa das crianças se deu no mesmo contexto que as lutas de mulheres, num esforço conjunto de sensibilização no plano moral (HACKING, 1995). A mobilização promoveu um reconhecimento da criança como uma pessoa de direitos e consagrou a emergência de políticas públicas que deram ao Estado o poder de se ocupar da intimidade familiar (FASSIN; RECHTMAN, 2011, p. 123).

Há diferenças importantes entre os conceitos de crueldade e abuso de crianças. Em primeiro lugar, a crueldade era vista como um problema que afetava apenas as classes mais pobres, enquanto o conceito de abuso sexual, que surgiu posteriormente, ignoraria distinções sociais e geralmente tinha caráter incestuoso. Além disso, a crueldade contra crianças constituía algo negativo, mas não era tida como nefasto, como foi o caso do abuso sexual. “A crueldade contra crianças era um mal, o abuso de crianças é o mal absoluto” (HACKING, 1995, p. 95).

Outro elemento diferencia os dois conceitos. Aqueles que abusam sexualmente de crianças serão classificados pelo discurso médico como doentes, o que não acontecia com aqueles que perpetravam maus tratos contra crianças. Esse é um traço distintivo entre as duas categorias, além do fato de o abuso sexual ser entendido como causador de patologias psíquicas, como foi o caso do transtorno da personalidade múltipla analisado por Hacking.

Até a década de 1960, o abuso sexual de crianças não era um problema social com grande potencial de mobilização. Um exemplo da área médica deixa evidente a diferença em relação à nossa compreensão atual sobre a pedofilia. O biólogo norte-americano Alfred Kinsey, que publicou seus trabalhos sobre a sexualidade humana nos anos 1950, acreditava que experiências sexuais entre crianças e adultos não era necessariamente danosas para os primeiros, podendo ser inclusive benéficas em certos casos. Em um de seus relatórios, ele afirma: “É difícil de entender porque uma criança, exceto por seu condicionamento cultural, devesse se perturbar por ter suas genitálias tocadas, ou se perturbar ao ver a genitália de outras pessoas, ou se perturbar até com contatos sexuais mais específicos (KINSEY apud HACKING, 2013, p. 38-39).

No entanto, é curioso notar que a preocupação contemporânea com os casos de abuso infantil não é acompanhada da atenção social a casos de crianças atingidas pela miséria ou pobreza extrema, o que demonstra a valorização de questões ligadas à individualidade e uma certa negligência a respeito de casos de cunho social e coletivo. Não se trata de comparar duas situações terríveis, mas de tentar compreender o porquê da visibilidade dos casos de abuso.

[...] apesar de todo seu horror, o abuso sexual de crianças (ou o espancamento físico) machuca, ou mata, muito menos crianças, seja [na Grã Bretanha] ou nos Estados Unidos, do que a simples, miserável e persistente pobreza. Por que, então, quando a pobreza aumentou e os programas sociais diminuíram, nossa atenção foi chamada para abusos sexuais ou outros? (BEARD apud HACKING, 2013, p. 20).

O horror causado pelo abuso de crianças é paradigmático do regime sexual contemporâneo. Pela ausência do consentimento e também por seu potencial traumático, ele promove medo e mesmo pânico moral. Algo similar se dá no caso da violência sexual contra mulheres. Por isso, compreender de que maneira esse tipo de violência ganhou importância no debate público é essencial para discutirmos os testemunhos de mulheres vítimas de assédio sexual que se difundem hoje nas redes sociais. Veremos a seguir os resultados de nossa pesquisa empírica, que são exemplares no sentido de demonstrar as linhas de força do regime contemporâneo da sexualidade e o modo como a vítima é uma figura essencial nos processos de subjetivação feminina.



## 4 TESTEMUNHOS FEMININOS NAS REDES SOCIAIS

A palavra testemunho aponta para dois significados diferentes. Já em sua origem no latim, o conceito era definido pelas palavras *testis* e *superstes*, que diziam respeito ao depoimento de uma terceira pessoa sobre uma cena e, no segundo caso, à fala daquele que experimentou diretamente determinada situação (SELIGMANN-SILVA, 2003). No que se refere aos relatos investigados nesta tese, o narrador é o protagonista da cena, isto é, as mulheres (e alguns homens) contam casos que aconteceram com si mesmos e não situações que presenciaram.

Esses relatos pessoais e íntimos, que particularizam uma experiência de sofrimento, colaboram com a promoção da empatia. Além disso, contribuem para a criação do efeito de realidade das narrativas (ARFUCH, 2010), já que a intimidade é compreendida como espaço de verdade ou autenticidade do sujeito. Ao tratarem de vivências ligadas à sexualidade, campo ainda cercado de diversos silenciamentos, buscam construir efeitos de verdade, muitas vezes baseados na autoridade da experiência, afinal ninguém conheceria melhor a verdade do que aquele que a vivenciou diretamente.

Investigamos a seguir como são construídas as campanhas compostas por narrativas de vítimas, de que modo o sofrimento é exposto, quais são suas semelhanças, a quem se endereçam e com base em que argumentos morais se estruturam, tendo em mente que as narrativas são reflexo e simultaneamente constituem um novo padrão de moralidade sexual.

### 4.1 ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA

Desde Aristóteles, três crenças são entendidas como decisivas para a instauração da compaixão em relação àquele que sofre. A primeira delas é o juízo de gravidade do sofrimento, isto é, o sofrimento deve ser significativo para que gere indignação e empatia. Em segundo lugar, temos o juízo sobre a inocência daquele que sofre. Se houver suspeita de que o sofrido contribuiu para seu estado, a atitude compassiva será negada. Por último, a terceira crença está ligada ao juízo de possibilidades similares. Quanto maiores as chances daquilo ocorrer comigo, maior será meu sentimento de compaixão (VAZ, 2014).

Estabelecer uma relação de empatia com os interlocutores é uma das condições da escuta dos testemunhos. Ela possibilita a existência da compaixão que é essencial para a

comunicabilidade dos relatos autobiográficos, como afirma Seligmann-Silva (2008, p. 72): “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho”.

As campanhas analisadas nesta tese e os relatos<sup>105</sup> que as compõem dialogam com essas três crenças: demonstram a relevância do assédio enquanto “problema social”, caracterizam as mulheres vítimas como sendo completamente inocentes e alheias ao que motivou o assédio ou a violência e, por fim, também criam um efeito de generalização, fazendo que com toda e qualquer mulher se sinta atingida pela temática.

O estabelecimento da gravidade do sofrimento é o primeiro elemento que comparece nas seis campanhas analisadas. Isso se relaciona a um dos argumentos elencados por Luc Boltanski (1984) como essenciais para que o sofrimento promova empatia e sua denúncia obtenha escuta social: o sofrimento deve ser “uma causa socialmente reconhecida” (BOLTANSKI, 1984, p. 22), ou seja, ele deve ter sua gravidade reconhecida pelo público; caso contrário, são pequenas as chances de que o problema gere indignação e tenha repercussão.

No caso das campanhas que tratam do assédio sexual no espaço público, muitos relatos tratam dessa modificação na compreensão do que seria o “fiu fiu” ou a cantada, construindo a noção de que essas práticas são nocivas e fazem parte de um conjunto de outras ações de violência. Em resumo, a partir dos relatos apreende-se que cantada é assédio. Elas não são meras tentativas de flerte ou elogios; elas são signo da dominação patriarcal, além de serem violentas e potencialmente traumáticas.

O trecho disponível no site da campanha *Stop Harcèlement de Rue* é bastante elucidativo ao estabelecer os limites entre aquilo que deve ser entendido como assédio e o que são tentativas de aproximação aceitáveis. Como vimos no terceiro capítulo, o

---

<sup>105</sup> Todos os relatos da campanha Chega de Fiu Fiu estão disponíveis no link <http://thinkolga.com/cheга-de-fiu-fiu/depoimentos/> e foram reunidos no Anexo A desta tese. Os testemunhos da campanha Primeiro Assédio constam no Anexo B. Já os testemunhos da campanha *First Harassed* podem ser encontrados nos links <https://twitter.com/search?f=tweets&q=%23FirstHarassed&src=typed> e <https://twitter.com/hashtag/firstharassment?src=hash>, bem como no Anexo C. As narrativas da campanha *Stop Harcèlement de Rue* podem ser consultadas nos links <https://twitter.com/search?q=%23stophdr&src=typed&lang=fr> e <https://twitter.com/hashtag/StopHarcèlementDeRue?src=hash&lang=fr>, além de também estarem disponíveis no Anexo D. Para a seleção dos relatos dessas quatro campanhas, o acesso aconteceu no dia 19 de maio de 2017. Consultas posteriores foram realizadas nos arquivos gerados em formato PDF. Já os depoimentos da campanha *Me Too* ao jornal *The New York Times* estão disponíveis no link <https://www.nytimes.com/interactive/2018/06/28/arts/metoo-movement-stories.html> e no Anexo E. O acesso ao link aconteceu em 05 de novembro de 2018. Por fim, os depoimentos de *Balance ton Porc* foram retirados da página da campanha (<https://www.balancetonporc.com/>) em 04 de novembro de 2018 e salvos em arquivo PDF para consultas posteriores. Os testemunhos estão disponíveis no Anexo F deste trabalho.

consentimento é apontado como o elemento que estabelece a fronteira entre o flerte e o assédio:

[...] **Não é piada, não é elogio e certamente não é flerte!** Muitas mulheres aprendem a abaixar a cabeça, a não responder, trocar de calçada ou se vestir de maneira diferente. Enfim, elas se sentem menos em segurança e menos autônomas. Por medo, elas se tornam menos abertas aos verdadeiros encontros, menos inclinadas a paquerar e se deixarem paquerar. E é uma pena. **O flerte e o assédio de rua não são a mesma coisa e não é normal confundi-los.** O flerte se contrói a dois, enquanto o assédio é responsabilidade de um indivíduo que ignora voluntariamente a **ausência de consentimento** de seu interlocutor [...] <sup>106</sup>.

Já o trecho da campanha Chega de Fiu Fiu é claro a respeito das práticas que devem ser enquadradas como assédio sexual:

[...] Mas o que é esse assédio? Todos os dias, mulheres são obrigadas a lidar com comentários de teor obsceno, olhares, intimidações, toques indesejados e importunações de teor sexual afins que se apresentam de várias formas e **são entendidas pelo senso comum como elogios, brincadeiras ou características imutáveis da vida em sociedade** (o famoso “é assim mesmo...”) quando, na verdade, **nada disso é normal ou aceitável** [...] <sup>107</sup>.

O trecho destacado, presente no site do coletivo Think Olga, idealizador da campanha, demonstra que a palavra assédio é apresentada como um conceito amplo que reúne experiências de gravidade muito distintas, tais como olhares e comentários, mas também toques e intimidações. O assédio seria, portanto, apenas mais um elemento numa cadeia de ações violentas, além de ser um exemplo do machismo instaurado na sociedade, como lemos no relato a seguir, da campanha *Stop Harcèlement de Rue*: “todas as mulheres, mesmo as ‘feias’, são assediadas. Não é uma questão de flerte **mas de dominação** #stophdr <sup>108</sup>”.

O filósofo Ian Hacking (2013, p. 38) explica a lógica que é estabelecida ao afirmar: “[...] se você acredita que o abuso sexual de crianças é a violência masculina

<sup>106</sup> « Ce n'est pas de l'humour, ce ne sont pas des compliments, et ce n'est certainement pas de la drague ! Nombre de femmes apprennent à baisser la tête, ne pas répondre, changer de trottoir ou s'habiller différemment. Bref, elles se sentent moins en sécurité, moins autonomes. Par crainte, elles deviennent moins ouvertes aux vraies rencontres, moins enclines à aller draguer ou à se laisser draguer. Et c'est bien dommage. La drague et le harcèlement de rue ne sont pas la même chose et il est anormal de les confondre. La drague se construit à deux, là où le harcèlement est la responsabilité d'un individu qui ignore volontairement l'absence de consentement de son interlocuteur ». Disponível em: [http://www.stopharcelementderue.org/?page\\_id=717](http://www.stopharcelementderue.org/?page_id=717). Acesso em 30 mai. 2017.

<sup>107</sup> Disponível em: <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em 18 mai. 2017.

<sup>108</sup> Mikasa @johanna\_\_plt (7 abr. 2017): « Toutes les femmes meme les "moches" se font harceler c'est pas une question de drague mais de domination #stophdr ».

contra os imaturos, então exibicionismo e incesto em qualquer idade são parte do mesmo *continuum*”. Essa compreensão a respeito do que seria um *continuum* de violência teve repercussão na mídia tradicional. Em uma coluna intitulada “#primeiroassedio”, publicada no jornal *Folha de São Paulo* logo após o início da campanha (e que foi divulgada no Twitter do Think Olga), o escritor Antonio Prata afirma:

É evidente que quem assovia para uma mulher não comete ato equiparável ao estupro, mas **é o caldo de cultura do "fiu-fiu" que arruma a cama para o abuso** do titio — e do padrasto, do pai, do chefe, do serial-encoxador de transporte público, do covarde anônimo num terreno baldio. **O estupro é apenas o ato mais extremado** nascido da convicção de que qualquer manifestação do desejo masculino deve prevalecer sobre o incômodo (ou horror) que ele possa causar às mulheres<sup>109</sup>.

Essa amplitude referencial da expressão “assédio sexual” faz parte da própria expansão da presença da palavra assédio no imaginário contemporâneo, na mídia e em variados campos do saber (BIRMAN, 2005). Sarti (2011, p. 58) também aponta para a generalização da violência como fenômeno social, o que significa que um rol cada vez maior de práticas podem ser intituladas de violentas, ao provocarem efeitos negativos tanto em termos físicos como psíquicos. Isso fica claro nos dois relatos abaixo, que relacionam omissão, silenciamento das vítimas e violência.

Quantas vezes tiraram sarro da minha cara e até me chamaram de gay por não chamar uma garota de gostosa, não curto ficar fazendo essas brincadeiras de mau gosto, não fui educado dessa maneira, graças a Deus meu pai me ensinou que toda mulher merece respeito, pois se eu falto com respeito, outros faltarão com sua mulher. Mas também não é só não chamar um garota ou mulher de gostosa, mas **também se omitir em meio a isso é mais uma agressão** (Cristiano) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

**Silenciar os sobreviventes é um tipo de violência.** Parem de reclamar dos sobreviventes quando eles criam um espaço online para curar, informar e reconstruir. #firstharassed<sup>110</sup>.

No entanto, a amplitude do uso da expressão “assédio sexual”, designando práticas antes valorizadas de modo distinto, vem acompanhada de uma imprecisão a respeito de seus significados, da mesma forma que acontece com o termo assédio, como diz Birman (2005, p. 30): “[...]o sentido em pauta torna-se quase evanescente e sem fronteiras bem-traçadas. Se quase tudo pode ser denominado de assédio, com efeito, fica

<sup>109</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2015/11/1701048-primeiroassedio.shtml>. Acesso em 01 jun. 2017.

<sup>110</sup> Lance acérée @gersandelf (28 mai. 2015): “Silencing survivors is a kind of violence. Stop whining about survivors creating a space online to heal, to warn, to rebuild. #firstharassed”.

bastante difícil dizer que sentido e que conceito estão em causa no uso ostensivo deste significante”.

Essa imprecisão conceitual e a aplicação do termo assédio a casos de menor gravidade também podem promover a desvalorização ou a banalização de experiências mais graves de violência sexual. “Se não há diferença qualitativa entre um assédio a uma passante e a imposição ao ato por violência e ameaça, talvez se reduza a repulsa social ao estupro e, pior, a generalização das vítimas pode limitar a solidariedade com aquelas que sofreram a violência efetiva do machismo” (VAZ et al., 2014, p. 30).

A construção do assédio como “problema social”, primeiro passo para a existência do compadecimento diante das vítimas, também se dá por meio da discussão de seus efeitos psíquicos. O dano psicológico, muitas vezes associado literalmente ao termo trauma e seus variantes, surge em diversos testemunhos, exemplificando a afirmação de Fassin e Rechtman (2011, p. 18): “O trauma não pertence somente ao léxico psiquiátrico, ele se inscreve no senso comum e constitui uma nova linguagem para os eventos de sofrimento”.

Muitos relatos demonstram a universalidade do trauma como chave de leitura de experiências de sofrimento e sua adoção em múltiplos contextos culturais. Algumas postagens são bastante representativas:

[...] Eu estava sozinha, mas não me preocupei muito com a rua vazia porque era de tarde e não estava longe de casa. Nas duas quadras que atravesssei, um cara de bicicleta começou a me seguir: toda vez que eu mudava de calçada, ele ia atrás. Um tempinho depois, ele se adiantou e quando me aproximei, ele me mostrou o pênis, enquanto o acariciava. Lembro dele dizer alguma coisa que não entendi. **Foi tão traumatizante** que saí correndo pra casa – tomando o caminho mais longo, apavorada (Claire P.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

[...] enquanto falava no telefone e saía do prédio dela, o vizinho se masturbava na janela e me chamava. Comentei isso com minha amiga a qual conversava e coloquei o guarda-chuva de lado, para que não visse o rosto dele de novo. Alguns meses depois, eu estava esperando essa mesma amiga e quando saí da portaria para esperar ela descer, esse mesmo homem estava nu na escada fazendo a mesma coisa. [...] Meus amigos que moravam naquele prédio e nos vizinhos ficaram preocupados porque passei dias sem descer, porque **fiquei traumatizada**. Algumas pessoas me perguntam porque mesmo de brincadeira, não gosto quando amigos(as) me tocam.” (D. L.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

Talvez se mais de vocês entendessem que esse tipo de tratamento começa, para muitas de nós, antes da puberdade, vocês entenderiam porque **é traumático** #FirstHarassed<sup>111</sup>.

Outros depoimentos não utilizam o termo “trauma”, porém abordam o potencial nocivo do assédio e da agressão sexual. Esse foi um dos pontos de crítica do manifesto francês assinado pela atriz Catherine Deneuve e outras personalidades. Nele, lemos: “[Uma mulher] pode não se sentir traumatizada para o resto da vida por que alguém se esfregou nela no metrô, embora isso seja considerado crime. Ela pode até considerar isso como expressão de uma grande miséria sexual, ou como um não-acontecimento” (COLETIVO, 2018). Nos depoimentos que encontramos em nosso material empírico, contudo, a compreensão é diametralmente oposta: o assédio ou a violência causam transtornos psicológicos graves, como depressão e tendências ao suicídio, e são a origem de outros problemas na vida das vítimas que narram suas experiências, como dificuldade em se relacionar com outros homens.

Os testemunhos analisados se constituem como narrativas terapêuticas que dão ênfase ao sofrimento e ao trauma, associando-os aos problemas do presente. “O relato terapêutico da realização do eu só pode funcionar quando identificamos um obstáculo – aquilo que impede de ser feliz, de amar a intimidade, de ter sucesso – e explica esse obstáculo fazendo referência a um evento passado” (ILLOUZ, 2006, p. 100). Vemos a seguir como isso se manifesta discursivamente:

Catarina @Binahire (21 out. 2015): Posso garantir a vocês que isso deixa **marcas profundas na psiquê** de uma menina #PrimeiroAssédio.

É difícil resistir à tentação de responder aos *trolls*. **Mas o abuso sexual leva à depressão, auto-mutilação, e/ou suicídio anos depois** #firstharassed<sup>112</sup>.

@GeorgeH63731887 vá olhar a tag #Firstharassed. Mulheres com menos de 10 anos tendo experiências que **afetam toda sua vida**<sup>113</sup>.

Não só o assédio nas ruas existe como **ele é a origem de mortes**. #stopHDR<sup>114</sup>.

<sup>111</sup> TheDevil's Sidechick @FeministaJones (28 mai. 2015): “Perhaps if more of you understood that this treatment began, for many of us, before puberty, you'd get why it's traumatic #FirstHarassed”.

<sup>112</sup> Carol Jean Gallo @DaNzigi (28 mai. 2015): “Hard to resist temptation to respond to trolls. But sexual abuse leads to depression, selfharm, and/or suicide later in life #firstharassed”.

<sup>113</sup> Po' Boy Dameron @RemingtonWild (4 jul. 2015): “@GeorgeH63731887 go and look in the #Firstharassed tag. Women younger than 10 having experience that affect their whole lives”.

<sup>114</sup> Mlle C @Cepomc (6 abr. 2017): « Non seulement le harcèlement de rue existe mais il est à l'origine de meurtres. #stopHDR ».

As **implicações psicológicas** para aquelas entre nós que foram abusadas por homens poderosos são tanto para processar, porque nós construímos nossas identidades, nossos sistemas de defesa e nossa força justamente dessa proteção contra esse tipo de sistema<sup>115</sup> (Gwyneth Paltrow) – Campanha *Me Too*.

[...] nunca ousei falar sobre isso, mas **ele estragou minha vida...** Eu me senti suja durante toda a minha adolescência (Mulher abusada sexualmente aos 9 anos por um primo de 15 anos) - Depoimento da campanha *Balance ton Porc*<sup>116</sup>.

Mesmo os relatos que não citam explicitamente os danos psíquicos permitem entrever que a lembrança negativa é algo indelével, o que se relaciona com o conceito corrente de trauma como uma cicatriz não no corpo, mas na alma:

[...] Ele se voltou subitamente contra mim e enfiou a mão entre minhas pernas – eu estava com uma saia até o joelho. Eu gritei desesperadamente e comecei a bater nele sem nenhum critério. Ele saiu correndo. Eu continuei chorando e gritando, desesperada, acordando a vizinhança; e continuei o caminho até o ponto de ônibus. Agradei mil vezes por estar usando um absorvente externo na hora, mas mesmo assim, **até hoje eu me lembro daquela sensação nojenta** da mão dele em mim (Carina M.) – Depoimento da campanha *Chega de Fiu Fiu*

[...] Depois do acontecido, fiquei relembrando a situação por semanas e nunca mais fui em nenhuma balada e festas do tipo. **Me sinto humilhada até hoje**, e consigo lembrar com clareza do sentimento de inferioridade que me invadiu na hora (Débora B.) – Depoimento da campanha *Chega de Fiu Fiu*

@Karnythia isso realmente fica grudado em você, 15 anos e eu **ainda lembro exatamente** o que ele disse, como eu fiquei enojada #firstharassed<sup>117</sup>.

O dia em que um cara colocou a mão entre as minhas coxas enquanto eu passeava com minha mãe. **12 anos depois eu me lembro do seu olhar** #stophdr<sup>118</sup>.

Só que isso aconteceu há 26 anos e **eu não paro de pensar** (Mulher abusada sexualmente aos 7 anos pelo tio) - Depoimento da campanha *Balance ton Porc*<sup>119</sup>.

Eu sei que, mesmo que esse indivíduo (se ele ainda está vivo) não se lembre de mim, **ele me marcou para sempre**. Se isso faz hoje parte de

<sup>115</sup> “The psychological implications for those of us who have been exploited by men in power are so much to process, because we’ve built our identities and defense systems and strength out of protecting ourselves against this kind of system”.

<sup>116</sup> « [...] je n’ai jamais osé en parler mais il m’a gâché la vie... Je me suis sentie sale pendant toute mon adolescence ».

<sup>117</sup> Shannon R @Hokuboku (28 mai. 2015): “@Karnythia It really sticks with you. Fifteen years for me yet I remember exactly what he said, how sick I felt #firstharassed”.

<sup>118</sup> Chokodoc @chokodoc (6 abr. 2017): « Ce jour où un mec a mis sa main entre mes cuisses alors que je me baladais avec ma mère. 12 ans après je me souviens de son regard #stophdr ».

<sup>119</sup> « Seulement, c’est arrivé il y a 26 ans et je n’arrête pas d’y penser ».

mim, de minha história, eu não posso me impedir de pensar que minha vida seria diferente se eu não tivesse cruzado o caminho de “Jean” (Mulher abusada sexualmente pelo padastro) - Depoimento da campanha *Balance ton Porc*<sup>120</sup>.

Os relatos estão em consonância com a tese de Vigarello (1998) de que o assédio e a violência sexuais têm hoje sua gravidade medida não pelo atentado às regras sociais e coletivas, mas sim pelo mal psicológico causado à vítima. Isso demonstra que existe uma estrutura de sentido referente ao assédio que já é socialmente partilhada: a violência de teor sexual causa danos psíquicos, muitas vezes impossíveis de serem superados.

A referência ao trauma interior, alusão psicológica mencionada por alguns eruditos no começo do século, por muito tempo ausente das declarações feitas pelas vítimas e pelos defensores ou peritos, se torna umas das referências maiores para qualificar a gravidade do crime. Não mais o peso moral ou social do drama, não mais a injúria ou o aviltamento, mas a desestabilização de uma consciência, um sofrimento psicológico cuja intensidade é medida por sua duração, ou até por sua irreversibilidade (VIGARELLO, 1998, p. 213).

A partir dos trechos de apresentação das campanhas e dos relatos selecionados, fica claro que ainda existe outra compreensão a respeito da cantada ou de práticas similares, e é contra ela que as campanhas que se posicionam. Essa compreensão pode ser inclusive a de pessoas bem próximas à vítima como aparece no depoimento de Natália, que integra a campanha Chega de Fiu Fiu:

A primeira vez que fui chamada de ‘gostosa’ na rua foi aos 11 anos, assim que menstruei. Eu voltava da escola, quando passei em frente a uma vidraçaria e cerca de cinco meninos de bicicleta começaram a gritar ‘gostosa’. Aquilo foi como um caco de vidro sendo enfiado nos meus ouvidos. Eu tinha deixado de ser uma criança, passei a ser uma ‘gostosa’. Comecei a chorar muito e continuei chorando até chegar em casa. Quando entrei, minha mãe perguntou, desesperada, o que havia acontecido. Eu contei e seu desespero passou. **Ela disse: ‘por que você está chorando, então? Isso é bom. Quer dizer que te acharam bonita’** (Natália).

No caso relatado, a descrição atual da “cantada” como assédio ou como uma prática que comporta certa violência simbólica não fazia parte do repertório conceitual da mãe da jovem. Também no trecho abaixo, que faz parte de um depoimento da campanha *Balance ton Porc*, vemos que pode haver uma compreensão distinta a respeito do que é abuso sexual. Esse seria o caso da expressão “brincar de médico”, usado por uma pessoa

<sup>120</sup> « Je sais que si cet individu (s’il est encore vivant) ne se souvient pas de moi, il m’a marquée à jamais. Si cela fait maintenant parti de moi, de mon histoire, je ne peux m’empêcher de penser que ma vie aurait été différente si je n’avais pas croisé le chemin de ‘Jean’... »



da família da vítima para se referir às práticas de caráter sexual que ocorreram durante sua infância.

Por muito tempo eu pensei que tinha vivido situações banais, que todo mundo vive e então é normal. Eu até ouvia os adultos dizendo em tom de brincadeira “Ah, **é a prima com quem eu brinquei de médico**”. Bom, então não havia nada de anormal, o que eu vivi não era grave, eu me sentia tranquilizada (Mulher abusada durante a infância por um primo mais velho) – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*<sup>121</sup>.

O depoimento demonstra que os sentimentos dependem de conceitos prévios e de “condições de comunicabilidade” (POLLAK, 1989), isto é, “tanto o corpo quanto as emoções são também construções sociais e frutos de uma cultura (ou várias delas), elementos de uma época, reflexos de *l’air du temps*” (SIQUEIRA, 2015, p. 16). A experiência não era entendida como algo gerador de sofrimento, logo, nenhuma emoção negativa foi acionada.

Outros relatos demonstram que o entendimento da experiência vivida como uma violência pode ser tardio, fazendo com que a mulher reelabore subjetivamente suas lembranças anos depois do fato. Na campanha *Balance ton Porc*, temos um exemplo significativo: “Ele manchou meu pequeno corpo de criança e meu corpo nascente de mulher. Ele estragou tudo. **Eu me dou conta da amplitude das consequências muito depois, aos 40 anos**<sup>122</sup>”.

Na mesma campanha, outra mulher fala que só compreendeu tardiamente que havia sido estuprada pelo marido: “Não tive consciência que foi um estupro mas tive todos os sintomas de uma vítima de estupro. **Eu escondi isso no fundo de mim mesma durante 15 anos**. Até o dia em que compreendi que tinha sido um abuso mesmo com um marido<sup>123</sup>”. Já na mobilização *First Harassed* temos depoimentos similares, em que mulheres sugerem que a compreensão de determinado evento como violento só aconteceu muito tempo depois, como lemos a seguir: “**Levei 26 anos para ter consciência** de tudo que vivi em ‘inocentes reuniões de família’ #firstharassed<sup>124</sup>”.

<sup>121</sup> « J’ai longtemps cru que j’avais juste vécu des situations banales, que tout le monde vit et donc c’est normal. J’entendais même les adultes en parler en rigolant. ‘Ha, c’est la cousine avec qui j’ai joué au docteur’. Bon, donc rien d’anormal, ce que je vis est sans conséquence, me voilà rassurée ».

<sup>122</sup> « Il a souillé mon petit corps d’enfant et souillée mon corps de femme naissant. Il a tout abimé. Je me rends compte de l’ampleur des conséquences après coup à 40 ans ».

<sup>123</sup> « Je n’ai pas eu conscience que c’était un viol mais j’ai eu tous les symptômes de la victime de viol. J’ai enfoui cela au fond de moi pendant 15 ans. Jusqu’au jour où j’ai compris que c’était un abus même avec un mari ».

<sup>124</sup> Mana @auntymana (28 mai. 2015): “It still took me 26 years after that to realize the full extent of what I’d been put through in “innocent family gatherings” #firstharassed”.

De modo similar, a cantada pode ser entendida como uma forma de assédio sexual a partir do contato com vivências alheias. Isso é perceptível nos exemplos a seguir:

[...] antes eu lidava com mais calma, mais serenidade talvez. Mas hoje isso afeta o meu equilíbrio. Tenho cada vez mais raiva. **Isso reascende velhos fantasmas** (Nadja F.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

Naquele momento isso só parecia nojento e estranho. Olhar para trás e **ver essas experiências como uma adulta é super enfurecedor** #FirstHarassed<sup>125</sup>.

**Nunca tinha pensado sobre isso**, mas agora que pensei é realmente triste. Eu tinha provavelmente 8 anos quando eu fui assediada pela primeira vez (#firstharassed)<sup>126</sup>.

Os diversos depoimentos constituem um relato coletivo que ajuda a reelaborar e ressignificar uma experiência anterior, conferindo sentido a dores do presente. Eles são breves narrativas terapêuticas que possuem uma “estrutura cultural contagiosa” (ILLOUZ, 2006) oferecendo aos indivíduos um quadro simbólico a partir do qual formar suas identidades. A ação é a de “perceber retrospectivamente como abusivos fenômenos que não foram direta ou conscientemente vividos como tais na época” (HACKING, 2013, p. 60).

Certamente um dos fatores que possibilitou a existência dessa narrativa coletiva foi a atuação do movimento feminista de segunda onda, nos anos 1960 e 1970, que criou um terreno fértil para o aumento no número de testemunhos e relatos públicos, como afirma Joseph Davis (2005, p. 28):

Antes da década de 1970, a compreensão sobre crimes sexuais e suas vítimas não incitava ou justificava relatos públicos (isto é, contados a desconhecidos). Também não se fornecia uma estrutura narrativa por meio da qual as vítimas podiam formular relatos públicos sobre molestações sexuais ou incesto que elas e sua audiência acreditassem ser inteligíveis, críveis e relevantes. Não havia histórias públicas de vítimas, em suma, pois não havia uma história coletiva de vitimização.

As narrativas que reconfiguram o passado e dão sentido ao presente estão ligadas aos próprios modos possíveis de existência que são oferecidos por nossa cultura, como diz Sibilía (2008, p. 16): “Assim como toda subjetividade é necessariamente *embodied*, encarnada em um corpo, ela também é sempre *embedded*, embebida em uma cultura intersubjetiva”. A não compreensão de algumas situações como assédio ou violência é

<sup>125</sup> StaceFace @hellostaceyjean (1 jun. 2015): “At the time it just seemed gross and weird. Looking back on these experiences as an adult is super infuriating. #FirstHarassed”.

<sup>126</sup> justheresomewhere @Switchblades\_13 (30 mai. 2015): “I’ve never thought of it but now that I do, it is pretty sad. I was probably 8 when I was #firstharassed”.

creditada à sociedade de uma maneira geral e mesmo aos meios de comunicação, como demonstram os relatos a seguir:

Não contei para os meus pais porque eu **já estava condicionada a acreditar** que eu tinha que lidar com a atenção agressiva e indesejada por parte dos homens #firstharassed<sup>127</sup>.

Não lembro quando fui assediada pela primeira vez (#FirstHarassed). **Eu internalizei que o assédio era elogioso, graças à mídia e à sociedade em geral**<sup>128</sup>.

**Você é condicionada** a não reclamar. Você é condicionada a aceitar um certo tipo de comunicação e uma certa maneira de ser tratada<sup>129</sup> (Vanessa Carlton) – Campanha *Me Too*.

Eu deveria ter aberto minha boca mas **eu sempre acreditei** que, como não sou bonita, eu deveria ficar contente com essas atenções! Que idiota!<sup>130</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Em muitos relatos, o movimento parece ser o de conscientização ou esclarecimento, o fim da mistificação machista, como sugere a fala de Kim Rubinstein ao *The New York Times*: **“Parece que foi o momento em que um grande véu foi retirado.** Sou realmente grata por isso. É difícil, mas é assim que nós evoluímos<sup>131</sup>”.

Depreende-se dos relatos que antes as mulheres estavam enganadas por considerarem o assédio como atitudes elogiosas ou positivas. Houve uma mudança cultural: pensa-se agora que as mulheres do passado estavam enganadas. A redescritção do passado individual de cada mulher coexiste e é dependente de uma mudança no sentido até então atribuído a uma prática.

Outros exemplos encontrados em nosso material empírico são bastante ilustrativos de como a memória, tanto individual como coletiva, está em constante diálogo com as representações do presente, ou seja, com o contexto atual daquele ou daqueles que rememoram algo do passado. Duas mulheres relatam terem sido violentadas por seus maridos, algo que seria inconcebível ou incompreensível há algumas décadas.

<sup>127</sup> Brianti Downing @brianti (2 jun. 2015): “Didn't tell my parents b/c I was ALREADY conditioned to believe I'd just have to "deal" w/ aggressive unwanted attn from men. #firstharassed”.

<sup>128</sup> Clara Masters @claramasters (1 jun. 2015): “I don't remember the #FirstHarassed moment I had: I internalized that harassment as complimentary, thanks to the media & society at large”.

<sup>129</sup> “You're conditioned to not complain. You're conditioned to accept a certain style of communication and a certain way of being treated”.

<sup>130</sup> « J'aurai dû ouvrir ma gueule mais j'ai toujours cru que, comme je ne suis pas jolie, je devais en plus être reconnaissante de ses attentions! Quelle conne! »

<sup>131</sup> “It feels like this was a moment where a huge veil came off, and when we have been able to see what we could not see before. I'm really grateful for that. It's hard, but it's the way we evolve”.

Durante anos de namoro e depois casada. Geralmente por cansaço eu cedia e aceitava uma felação. **Eu entendi mais tarde que eu estava errada e que esse tipo de comportamento é uma agressão.** Agressão que teve consequências físicas e psicológicas em mim<sup>132</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Se eu recusava apesar de tudo, depois de bons 15 minutos de súplicas, **ele não era fisicamente violento, ele fazia com que eu me sentisse culpada**, me dizendo que eu tinha um problema, fazia “cara feia”, reclamava por mais uns 15 minutos... Não consigo contar o número de vezes que aceitei fazer uma felação não porque queria agradá-lo, mas apenas para ficar “tranquila”<sup>133</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

O reconhecimento promovido por narrativas alheias já foi salientado por Vaz et al. ao analisar testemunhos de estupro reunidos no site francês *Je connais un violeur* (“Eu conheço um estuprador”, em tradução literal): “O testemunho exposto no espaço público, por conter essa nova forma de compreender o estupro e um nexos preciso entre evento passado e sofrimento presente, pode ser usado por outras pessoas para pensar suas vidas (...)” (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014, p. 16).

É esse movimento que parece ocorrer quando as denúncias de assédio e violência sexual se tornam públicas. A narrativa de Toni Sallie, umas das mulheres que participou das reportagens do *The New York Times*, contempla esse aspecto de nossa discussão: “Estou aqui sentada com lágrimas nos olhos. Uma conhecida acabou de entrar em contato comigo. Ela me contou que foi estuprada há seis meses. **Por ter lido minha história, ela teve forças de denunciá-lo à polícia.** Pelo resto da minha vida... Obrigada! ♥<sup>134</sup>”.

Essa nova forma de compreensão do passado faz com que muitos eventos sejam reavaliados e reclassificados como experiências de sofrimento. Porém esse trabalho de rememoração não é apenas um novo olhar lançado em direção ao passado, já que a memória é mediada pelo mundo presente. Diz Seligmann-Silva (2005, p. 79): “ao invés de uma representação do passado, a literatura do testemunho tem em mira a sua *construção* a partir de um momento presente” [grifo no original].

<sup>132</sup> « Pendant des années en couple puis mariée. Souvent par lassitude je céda et acceptais une fellation. J’ai compris plus tard que j’ai eu tort et que ce genre de comportement est une agression. Agression qui a eu des conséquences sur psychiques et psychologiques sur moi ».

<sup>133</sup> « Si je refusais malgré tout, après un bon quart d’heure de supplication, il n’était pas violent physiquement, il me culpabilisait simplement, me disant que j’avais un problème, me ‘boudait’ râlait pendant encore un bon quart d’heure... Je ne peux compter le nombre de fois où j’ai accepté de pratiquer une fellation pas par envie de lui faire plaisir, mais juste pour être ‘tranquille’ ».

<sup>134</sup> “I’m sitting here with tears in my eyes. I was just contacted by a lady that I know. She told me she was raped 6 months ago. Because of her reading my story, she had the strength to report him to the police. For the rest of my life ... Thank you! ♥”

Se nossa concepção a respeito do evento muda, é como se ele fosse vivenciado mais uma vez, como explica Hacking, ao analisar o aumento exponencial de casos de transtorno de múltipla personalidade nos Estados Unidos dos anos 1980. Para ele, esse olhar retrospectivo voltado ao passado não é apenas uma nova interpretação ou compreensão. Na rememoração haveria também reconstituição e produção de sentido, além de efeitos subjetivos, isto é, mudanças na própria imagem que as pessoas têm de si.

Novos significados transformam então o passado. Certamente, o passado é de algum modo reinterpretado, mas mais ainda, ele se encontra também reorganizado e repovoado. Ele se enche de novas ações, de novas intenções, de novos eventos que nos produzem do modo como somos. Não devo discutir apenas a fabricação de pessoas, mas também nossa própria construção pelo retrabalho de nossas lembranças (HACKING, 1995, p. 16).

Seria assim impossível recuperar a lembrança do evento tal qual ele aconteceu. Essa perspectiva é compartilhada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs ao trabalhar o conceito de “memória coletiva”. Além do caráter construído e atualizado de nossas lembranças localizadas no presente, ele trata da dimensão social existente em cada relato individual sobre o passado. A reconstrução do que se deu acontece a partir dos quadros sociais nos quais estamos inseridos, o que leva Halbwachs a afirmar que a memória nunca é completamente individual. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

A partir da leitura de Halbwachs, Sarti também aponta para a negociação que se dá entre as memórias individual e coletiva “[...] já que não basta o testemunho para a inteligibilidade do discurso sobre a violência, mas é necessária uma base comum para que haja suficientes pontos de contato entre nossa memória e a dos outros” (SARTI, 2014, p. 81).

Obviamente, certos eventos aconteceram e outros não. Reconhecer esse dado é essencial para não cairmos em um relativismo simplista. O que discutimos aqui, no entanto, é que experiências passadas são sempre mediadas pelo presente e pelo ambiente social que habitamos, fazendo de nossas memórias zonas de cinza a serem coloridas com as atuais cores e tonalidades disponíveis, como diz Michael Pollak (1989, p. 8-9):

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma

permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.

Nossa dificuldade em compreender a indeterminação do passado (HACKING, 1995), ou seja, o fato de as memórias não serem um registro fiel daquilo que foi experimentado, vem justamente do engano de tomarmos o passado como algo fixo e definitivo. É o presente que influencia o passado e não o contrário, como poderíamos supor. Lerner e Vaz (2017, p. 157) afirmam: “Como qualquer ato memorialista, envolve sempre um processo seletivo, implicando o ordenamento que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Enquanto ato mnemônico, essa composição tem, como ponto de partida, o presente, e é sempre contextual e dialógica”.

Entretanto, quando novas intenções, descrições e conceitos nos são disponibilizados, passamos a viver em um novo mundo de possibilidades e nossas lembranças e emoções são radicalmente modificadas. Uma experiência pode passar de positiva à negativa ou vice-versa, como a cantada que passa de elogio a assédio – potencialmente causador de trauma - porque a experimentamos novamente com os sentidos disponíveis no presente. Le Breton (2009, p. 118) nos explica esse processo:

Existe um trabalho do tempo e da memória sobre as emoções, um trabalho de significado, que leva, por vezes, à modificação da forma como um acontecimento é experimentado. Isso pode ocorrer quando, por exemplo, o sujeito se depara com novo testemunho dos eventos, o que o faz tomar repentinamente consciência de um fato inicialmente despercebido e traçar, graças a uma conjunção de fatores, um elo entre acontecimento inicialmente apartados. A emoção não é fixa, ela é diluída nas malhas do tempo, as quais a acentuam ou amenizam, alterando seu significado de acordo com as vicissitudes da vida pessoal.

Isso demonstra que ações e condutas não possuem valor intrínseco, o que pode ser relacionado à “teoria da rotulação”, chamada posteriormente de “teoria interacionista do desvio”, desenvolvida por sociólogo Howard Becker. De acordo com o sociólogo, a rotulação é fruto de uma interação, ou seja, “não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que reagem a ele” (BECKER, 2008, p. 27). Sua abordagem não naturaliza valores e normas sociais, mas antes propõe uma investigação justamente dos processos culturais e históricos que fazem com que determinadas práticas e pessoas sejam consideradas “desviantes”.

Isso é sugerido nos relatos que já destacamos. Alguns comportamentos que não eram considerados ofensivos, ou ao menos não eram classificados como assédio ou agressão sexual, passam a ser definidos como tal, o que demonstra que há sempre um embate no estabelecimento das verdades de nosso tempo. “As regras criadas e mantidas

por essa rotulação não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade” (BECKER, 2008, p. 30).

Apesar da aparente obviedade daquilo que compreendemos como agressão sexual, podemos refletir acerca do aumento do número de práticas que são enquadradas hoje no rol das violências sexuais. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma forma comum de classificação de assédio é o *visual harassment* (assédio visual), o olhar muito insistente que causa algum tipo de constrangimento à vítima (BADINTER, 2015, p. 29). Vigarello (1998, p. 221) aponta para essa questão ao discutir o que ele chamou de “paranóia norte-americana”: “Temos então uma vertigem possível, da qual a sociedade americana se torna um exemplo extremo [...] a ponto de punir, algumas vezes, a mera ‘intenção sexual’ ou até o simples *visual harassment* (o olhar excessivamente insistente dirigido a alguém)”.

Os relatos abaixo exemplificam atitudes que as testemunhas caracterizaram como assédio, mas que muito provavelmente não seriam entendidas até pouco tempo atrás como tendo o mesmo potencial ofensivo do assédio sexual.

Eu tinha 12 anos (#firstharassed) e **o cara não soltou minha mão enquanto me dava o troco**. Ele queria me olhar de cima abaixo por um pouco mais de tempo<sup>135</sup>.

Teve esse cara **que me parou na rua para me falar que eu tinha peitos grandes** e foi embora calmamente, como se isso fosse normal #stophdr<sup>136</sup>.

A partir de conceitos e repertórios emocionais compartilhados, as mulheres que testemunham dão sentido (nesses casos, negativo) ao que existiu. Acontece o chamado “contágio semântico” (HACKING, 1995), ou seja, uma certa narrativa se difunde oferecendo novas maneiras de concebermos as experiências sociais, classificando-as como dolorosas ou não, mudando ainda nossa concepção subjetiva. Essa compreensão é reforçada por Davis (2005, p. 16), que afirma: “O modo como compreendemos a nós mesmos e narramos nossas experiências é um processo interacional e habilidoso, moldado não apenas pelas narrativas-modelo disponíveis, mas também por nossas experiências, contexto social e objetivos pessoais”.

<sup>135</sup> Whisperer @the3jsmom (28 mai. 2015): “I was 12 #firstharassed the guy wouldn't let go of my hand when giving me my change back,he wanted to look me up and down for a lil longer”.

<sup>136</sup> Morgane @MorganeBaron (5 abr. 2017): « Il y avait ce gars qui m'a arrêté ds la rue pr me dire que j'avais "des gros seins" & qui est reparti calmement, comme si ct normal #stophdr ».

#### 4.2 A INOCÊNCIA DA VÍTIMA COMO FATOR DE CREDIBILIDADE

Outro elemento reconhecido como decisivo para a existência da compaixão em relação àqueles que sofrem é a crença na completa inocência da vítima. Mesmo sendo uma experiência que recebe crescente reconhecimento social, o sofrimento ainda gera certa desconfiança. Para que ela seja superada, devem existir alguns requisitos, sobretudo morais, como a própria “credibilidade” daquele que sofre (BOLTANSKI apud ILLOUZ, 2003, p. 123).

A imagem que se faz da vítima e de seu comportamento são bastante relevantes para a identificação da violência, o que mostra que a identificação desse papel social também parte de construções sociais e políticas. Desse modo, um mesmo ato pode ser tido ou não como violência a depender da representação que se tem da vítima. “Não é o ato em si que configura a violência, mas a definição prévia de quem é a vítima” (SARTI, 2009, p. 96).

No caso do assédio sexual, essa desconfiança pode tomar grandes proporções, já que, de acordo com a compreensão de uma sociedade patriarcal, o desejo masculino é incontrolável e cabe à mulher se proteger dele, evitando instigá-lo, provocá-lo. É isso que explica Carla Rodrigues ao afirmar: “Assim como acontece no estupro, no assédio sexual há implícita uma suposição de que a mulher participou, contribuiu, se ofereceu ao desejo masculino de alguma forma, mais ou menos explícita, que teria levado ao abuso e ao descontrole”<sup>137</sup>.

Além da ausência do desejo feminino, também não pode haver falta moral por parte da vítima, como em outras estruturas narrativas do tipo terapêutico. Para Illouz (2006, p. 104), “esse relato faz de nós os responsáveis por nosso bem-estar psicológico, mas ele o faz eliminando toda noção de falta moral”. Esse movimento de demonstrar que a vítima não tinha nenhuma intenção de provocar o assédio, que não havia nenhuma tentativa de sedução, é constante nas narrativas, o que dialoga com a dimensão moral da compaixão, como diz Vaz (2014, p. 12): “a compaixão é orientada pela moralidade, na medida em que será negada a compaixão para aqueles que, por seu comportamento imoral, são tidos como responsáveis pelo seu sofrimento”. Nos relatos abaixo vemos como se dá a construção da inocência:

---

<sup>137</sup> “Sobre a recusa do lugar de vítima”. Disponível em: <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/05/07/sobre-a-recusa-do-lugar-de-vitima/>. Acesso em 31 mai. 2017.



Eu tinha 10/11 anos e **vestia uma blusinha branca de malha do tipo baby look, nada de especial: nem muito larga, nem justa (quanto menos provocante!).** Meus seios estavam começando a crescer, mas eu ainda não usava sutiã. Foi quando um taxista já bem mais velho disse que eu tinha uns “limõezinhos” lindos. Quis chorar, bater naquele pedófilo asqueroso, sumir do mundo... (Carolina C.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

[...] Tudo estava tranquilo, eu ia sempre de transporte escolar com as outras crianças para a escola, até que aos 15 anos comecei a estudar longe e tive que ir de ônibus coletivo à escola e estranhava os olhares de alguns homens para mim. Até pensava se talvez houvesse algo errado com a minha roupa, mas não estavam sujas e **nunca usei roupas consideradas “indecentes” para a sociedade** [...] (N. L.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

Aos 18 anos, me explicaram que o sexismo não existia mais nas sociedades modernas. Que o assédio não era mais tão horrível como diziam as mulheres. Que eu deveria prestar atenção à maneira como eu me vestia. **Mesmo se eu tinha 7 anos e usava um pijama rosa** – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*<sup>138</sup>.

Outras postagens demonstram que não houve nenhuma tentativa de sedução ou de desejo por “chamar atenção”, já que muitas mulheres sequer haviam desenvolvidos caracteres sexuais secundários, como crescimento dos seios e desenvolvimento de formas corporais adultas: “Quando aos 12 anos, um cinquentão dá um jeito de **encostar nos seus seios (inexistentes)** quando o metrô anda #stophdr<sup>139</sup>”.

O mesmo se dá em relatos como os que compõem a campanha Chega de Fiu Fiu, cujos trechos reproduzimos a seguir: “Acompanhada da minha melhor amiga, atravessamos a cidadezinha para curtir a piscina do clube. Era verão, usávamos saias, mas **mal tínhamos corpos formados...**” (Camila B.); “Meu corpo nunca foi lá essas coisas, não que eu não goste dele, **sou magra, pequena e tenho corpo de 16 anos...**” (Barbara G.).

Muitos relatos reivindicam a liberdade de as mulheres se vestirem da maneira que quiserem, como no exemplo da campanha *Balance ton Porc*: “Quer uma mulher esteja usando jeans e tênis ou minissaia com salto agulha: **as mulheres não são um ‘self service’!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!**”<sup>140</sup>.

<sup>138</sup> « À 18 ans, on m’a expliqué que le sexisme n’existait plus dans les sociétés modernes. Que le harcèlement n’était pas aussi terrible que les femmes le disaient. Que je devais faire attention à la façon dont je m’habillais. Même si j’avais sept ans et que je portais un pyjama rose ».

<sup>139</sup> Alycia @Mellyflue (5 abr. 2017): « Quand à 12 ans, un cinquagénaire s’arrange pour te toucher les seins (inexistants) quand la rame de métro bouge #stophdr ».

<sup>140</sup> « Qu’une femme soit habillée en jeansbaskets ou mini jupe/talons aiguilles: Les femmes ne sont pas en libre- service !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!! »

Contudo, no caso dos testemunhos analisados, a mulher é normalmente caracterizada como um indivíduo passivo, cuja única ação é denunciar a violência da qual foi vítima. Percebemos que “[...] o sujeito do enunciado não é o indivíduo como agente – alguém que faz ou deseja – mas, sim, como vítima, com o relato demorando-se na descrição de sua experiência de sofrimento” (VAZ, 2014, p. 35).

A análise de Vaz dialoga com o trabalho de Caterina Koltai (2002, p. 4) quando esta afirma:

[...] cada vez mais nossa sociedade parece levar profundamente em conta as vítimas, sejam elas de dramas pessoais ou coletivos, presentes ou passados, como também, e é isso que é preocupante, o sujeito contemporâneo vem se instalando nessa condição de “vítima”, nessa posição de puro gozo, cada vez mais longe do que poderíamos chamar de sujeito desejante.

Apesar de ter sido problematizado pela segunda onda feminista, o desejo feminino ainda é algo negado e reprimido. Com receio de receberem críticas e serem alvo de julgamentos morais, as mulheres evitam qualquer menção ao desejo de atrair a atenção masculina, como se isso fosse algo necessariamente ruim e que seria o causador de aproximações agressivas e violentas. Para evitar a estigmatização e “provar” sua inocência, as mulheres buscam demonstrar que não houve qualquer tipo de exibição ou desejo por atenção, mesmo que essas intenções sejam absolutamente razoáveis e comuns à condição humana e obviamente não justifiquem nenhum tipo de agressão posterior.

Esse é um dos motivos pelos quais a feminista Elisabeth Badinter questionou a eficácia da estratégia política de apropriação do lugar da vítima. Em seu livro *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*, ela afirma que enfatizar a vitimização, tática inspirada no modelo político norte-americano, impede que mulheres sejam consideradas sujeito plenos, com desejos e anseios correspondentes, além de instaurar um moralismo ou puritanismo no que tange as interações afetivas e sexuais entre homens e mulheres. “Não está longe o tempo no qual, como em Princeton, será considerado como assédio sexual 'toda atenção sexual não desejada que engendre um sentimento de mal-estar ou cause problemas na escola, no trabalho ou nas relações sociais'” (BADINTER, 2005, p. 32).

O antropólogo Sérgio Carrara (2015, p. 332) também trata desse ponto ao abordar a nova moralidade que rege as práticas sexuais contemporâneas:

A esse regime secular da sexualidade corresponderia, portanto, uma nova sensibilidade social, cujo foco gira em torno de outros pontos. De um lado, em torno do sexo entre pessoas desigualmente investidas de poder (sobre o qual passa a pairar a sombra da violência presumida).

De outro, em torno daqueles e daquelas que parecem exercer pouco ou nenhum controle sobre seus próprios impulsos e paixões. Desse modo, aumenta a inquietação (que às vezes assume a dimensão de pânico moral) em relação a fenômenos como a pedofilia, o assédio sexual, o abuso sexual, o turismo sexual, a exploração sexual, a compulsão sexual etc.

Ainda como argumento que valida a inocência da vítima, muitos relatos tratam da diferença de idade entre a vítima e seu agressor. Haveria uma “incapacidade natural de discernimento” (LOWENKRON, 2016, p. 11) por parte da vítima por razões etárias. Ao enfatizar a distância de idade entre ambos, o que se busca é demonstrar a associação entre assédio e pedofilia, uma prática que causa rejeição social extrema, como vimos no capítulo 3, em certa medida superior ao assédio de mulheres adultas em nosso sistema de valores.

**Quando eu era pequena**, tinha no máximo uns 7 anos, fui brincar com uma amiga minha na casa dos avós dela. Fomos até um quartinho que ficava no fundo da casa para pegar umas panelas antigas para brincar, e **o avô dela** foi até lá para nos ajudar a achar o que procurávamos. Bom, isso foi o que ele disse à avó dela, não é? Enquanto a minha amiga se pendurava numa cadeira e tentava pegar uma caixa em cima do armário, ele, sem desviar os olhos da janela do quartinho que dava para o quintal e para a porta da cozinha, onde a mulher dele estava, se abaixou e começou a apalpar minha bunda [...] (Natasha) - Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

Catarina @Binahire (21 out. 2015): Eu tinha nove anos e **o vizinho que devia ter uns 50 na época me agarrou por trás** e começou a esfregar o pau em mim #PrimeiroAssédio

Clara Averbuck @claraaverbuck (21 out. 2015): Meu #PrimeiroAssédio foi aos 10 anos. **Um velho colou em mim** e perguntou se eu já tinha pelinhos “lá”. Chutei a canela dele e corri.

Eu fui assediada pela primeira vez (#firstharassed) com 11 anos **por um homem velho o bastante para ser meu avô**, voltando da escola. Eu estava com minha mochila<sup>141</sup>.

**Um vovô de mais de 60 anos** que acariciou minha coxa no ônibus quando eu devia ter no máximo 13 anos, ou nem isso #stophdr<sup>142</sup>.

Como já discutimos, os “anormais” de hoje são aqueles que, em sua busca por prazer, desconsideram regras sociais como a da proximidade etária entre os sujeitos

<sup>141</sup> TheDevil's Sidechick @FeministaJones (28 mai. 2015): “I was #firstharassed at age 11 by a man old enough to be my grandfather, walking home from school. Bookbag on”.

<sup>142</sup> Sinclair @angrylokum (6 abr. 2017): «Un papy de plus de 60 ans qui me caresse la cuisse dans le bus quand je devais avoir maximum 13 ans même pas #stophdr ».

engajados no ato sexual. Não é possível haver consentimento nesse tipo de relação, o que desautoriza socialmente práticas dessa natureza, como diz Lowenkron (2016, p. 11):

[...] a menoridade é um elemento importante para invalidar o “consentimento sexual”, sendo atualmente representada como uma forma de “vulnerabilidade” que serve de base para desconstruir a autonomia da vontade em decorrência de uma imaturidade biológica e social (ou cognitiva e moral) e de uma condição (ainda que transitória) de desigualdade social.

Essa compreensão surge em diversos relatos que associam a figura do assediador à do pedófilo: “Gabriela Ventura @venturieta (21 out. 2015): A tag #primeiroassedio mostra o quanto nossas histórias são iguais. **E como sexualizar uma criança NÃO É PIADA, mas assédio. E pedofilia**”. Alguns relatos também tratam do que seria um desenvolvimento sexual desejável por parte das crianças, como: “A exploração sexual na infância que se desenvolve de maneira apropriada não é assustadora. É mútua e **acontece com uma criança de idade próxima. #FirstHarassment**”<sup>143</sup>.

Esse depoimento está em completa consonância com a própria ampliação da categoria “abuso sexual”, como diz Hacking (2013, p. 30): “Brincadeiras sexuais entre crianças, especialmente com uma diferença significativa de idade, foi crescentemente vista como uma espécie de abuso infantil [...]”.

Conforme já discutimos, contemporaneamente, a pedofilia é tida como um “problema social”, como a violência sexual que atinge mulheres adultas. Ambas as categorias são frutos de construção social apesar de a repulsa causada por elas nos parecer algo patente. “Existe um sentimento generalizado de verdadeiro horror a qualquer coisa que conecte sexualmente o adulto à criança. Trata-se de uma repulsa entendida como “natural”, portanto, inquestionável” (LOWENKRON, 2016, p. 9).

Davis, no entanto, nos alerta para os mal-entendidos que podem surgir daí. A respeito da construção social de categorias como a pedofilia, ele diz:

É difícil imaginá-las como conceitos novos, e tomá-la como algo construído parece errado. Discutir mudanças em conceitos e categorias pode ser facilmente lido de maneira equivocada, como se duvidássemos ou diminuíssemos a realidade de adultos tendo relações sexuais com crianças, questionando o sofrimento pessoal das vítimas, ou introduzindo um relativismo moral diante da prática (DAVIS, 2005, p. 7).

<sup>143</sup> leah mcelrath @leahmcelrath (28 mai. 2015): “Developmentally appropriate childhood sexual exploration isn't scary. It's mutual and happens w a child close to one's age. #FirstHarassment”

As mudanças nos limites para maioria penal demonstram o caráter socialmente construído da pedofilia. No Brasil, até a instituição do Código Penal de 1940, a maioria penal ou “idade do consentimento” era de 16 anos. Hoje, esse limite está fixado nos 14 anos, o que demonstra certa arbitrariedade naquilo que classificamos como práticas pedófilas (LOWENKRON, 2016).

O caráter social de certas categorias também fica claro quando investigamos a história. Hacking (2003) nos oferece o exemplo de Alexander Mackenzie, explorador escocês do século XVIII que se casou aos 48 anos com uma menina de 14. Hoje essa prática seria considerada ilegítima e reprovável, sendo objeto de sanções morais e também penais. Naquele momento histórico, contudo, não configurava nenhum crime ou prática imoral. Pelo contrário, era algo absolutamente comum. “Podemos hoje achar repugnante que a idade inglesa de consentimento só tivesse passado dos 12 para os 13 anos no final do século 19, mas isso não torna molestadores os homens que se casaram com meninas de 14 anos cem anos antes” (HACKING, 2003, p. 52).

Classificar tal caso como pedofilia, aplicando a ele uma “descrição retroativa” é, segundo Hacking, um anacronismo, já que estaríamos utilizando regras e conceitos que não existiam então, como os de “infância” e de “abuso”.

Claramente, há duas opções extremas, cada uma delas atraente para uma ou outra ideologia. Uma diz que se agora temos consciência para perceber um evento como abusivo, então esse evento foi sempre abusivo, mesmo se ninguém pretendesse que fosse ou tivesse a experiência dele como tal quando ocorreu. Isso é do que se trata quando se trata de grupos de conscientização. A outra opção resiste a isso e afirma que tais eventos não eram o mal na época, ainda que fosse errado repetir tais atos hoje (HACKING, 2013, p. 60).

#### 4.3 O JUÍZO DE POSSIBILIDADES SIMILARES

Os relatos analisados em nosso trabalho também dialogam com o terceiro juízo necessário à instauração da compaixão: o juízo de possibilidades similares. Uma estratégia discursiva bastante utilizada é caracterizar o assédio como algo que acontece com frequência, ou seja, algo que não é acidental ou raro. Se o assédio é recorrente nas culturas ocidentais, isso sugere que ele pode atingir a todas as mulheres, indistintamente.

A última vez que lembro de ter sofrido assédio na rua (**foram incontáveis vezes**, desde mais ou menos 8 anos de idade – hoje tenho 23), ocorreu num bar [...] (Camile F. E.) - Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

Luiza @LuizaDiniz1 (21 out. 2015): Pior é quando vc não lembra do seu #PrimeiroAssédio porque **acontece todo dia**, inclusive lembro do último que foi hoje mesmo.

Ms Who? @trgondar\_etal (22 out. 2015): Posso contar não só a história do #PrimeiroAssédio que sofri aos 11 anos. **Mas do segundo, do terceiro...** Quem tem estômago?<sup>144</sup>

Quando você não consegue nem lembrar quando você foi assediada pela primeira vez (#firstharassed ) porque **isso faz parte da sua vida** há tanto tempo :(<sup>145</sup>

**NÃO** à recuperação: **o assédio nas ruas acontece em todo lugar o tempo todo**, não importa a hora, o lugar e a roupa. #stophdr<sup>146</sup>.

**Aos 6 anos**, um homem no cinema... **Aos 11, 20, 25 anos...** exibicionistas. **Aos 30 anos**, saindo do trem: “Chupa meu pau”. **Aos 40 anos**, às 23h, no centro da cidade, um cara de carro: “Sobe no carro”. Eu: “Não”. Ele: “Putá”. E nem falei dos apalpadores, dos que te olham insistentemente, dos que se masturbam e outros...<sup>147</sup> Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

O assédio sexual também aparece como algo compartilhado por todas as mulheres, sem distinção de classe, raça, orientação sexual ou mesmo nacionalidade. Nesse sentido, as mulheres são chamadas à mobilização já que o problema atinge todas elas. Esse elemento de generalização da vítima também colabora na construção da relevância social do assédio e da violência sexual, já que eles são apresentados como algo que diz respeito a muitas pessoas, isto é, não estão restritos a grupos específicos, como percebemos nos trechos selecionados:

Renata Gomes @renatagames (21 out. 2017): Leiam a tag #PrimeiroAssédio e venham me dizer que o feminismo não é urgente. **TODA MULHER tem uma história como essas**, isso parece normal???

#firstharassment mostra **um problema que afeta o mundo inteiro**. Quando mulheres são mortas todos os dias, qualquer tipo de assédio não é elogio. É uma ameaça<sup>148</sup>.

<sup>144</sup> Na época da campanha #PrimeiroAssédio, o perfil da usuária Ms Who? era @thaisgondar. Apesar da mudança no perfil, o Twitter manteve disponíveis suas postagens anteriores, possibilitando a coleta dos relatos.

<sup>145</sup> Closed Singleton @EsEnOh (28 mai. 2015): “When you can't even remember when you were #firstharassed because it has been a part of your life for so long :( “

<sup>146</sup> Stop HDR Toulouse @stophdrtoulouse (15 abr. 2017): « NON à la récupération : le harcèlement de rue, c'est partout et tout le temps ; quels que soient l'heure, le lieu & la tenue. #stophdr ».

<sup>147</sup> J'ai 6 ans, un homme au cinéma... J'ai 11, 20, 25 ans... exhibitionnistes. J'ai 30 ans, en sortant du RER: « Suce ma bite ». J'ai 40 ans, 23h, en ville, un type en voiture : » tu montes ». Moi : « non ». Lui : « salope ». Et je passe les tripoteurs, les mateurs, les « branleurs » et autres...

<sup>148</sup> Joannna @joannathebug (11 nov. 2015): “#firstharassment shows a worldwide problem. When women are killed every day, whatever type of harassment isn't a compliment. It's a threat”.

Acontece com todas as mulheres, pouco importa sua aparência ou sua roupa. **Se você tem uma vagina é o suficiente** para que alguns caras te encham o saco #stophdr<sup>149</sup>.

Qualquer pessoa pode ser estuprada<sup>150</sup> (Tina Baker, cantora, após afirmar ter sido estuprada por seu ex-agente) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Moro na Grécia e tenho pelo menos uma dúzia de histórias de caras nojentos que se masturbam abertamente na minha frente na praia... tô de saco cheio... **a “estupidez” não tem fronteiras!**<sup>151</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Essa estratégia de universalização ou “des-singularização” (BOLTANSKI, 2000) faz com que a dor pessoal seja entendida como uma causa coletiva e obtenha maior repercussão pública. O juízo de possibilidades similares também é aumentado pela humanização dos relatos autobiográficos, que personalizam as estatísticas, como é apontado pelas postagens a seguir:

Sinto muito (ou não) por compartilhar tantas histórias de #firstharassed. As estatísticas sobre o assédio são suficientemente assustadoras, mas **quando isso fica humanizado** só tenho vontade de chorar...<sup>152</sup>

Ler os *tweets* de #stophdr e ficar deprimida... É inacreditável ler tudo isso, **mesmo se a gente conhece, todos os testemunhos dão frio na espinha**<sup>153</sup>.

Isso facilita a identificação e a proximidade psicológica, elementos fundamentais para a mobilização política hoje, como vimos a partir de Jimeno (2010). Todos nós poderíamos viver algo semelhante e, nesse sentido, somos todos vítimas potenciais. Segundo Vaz e Rolny (2010), houve uma mudança nos sentidos atribuídos ao sofrimento e nos modos de interpretá-lo, e a ascensão de uma política da compaixão ou da “vítima virtual” que “só compreende particulares, só é afetada por sofrendores concretos” (VAZ; ROLNY, 2010, p. 4).

A política da compaixão ocupa o que Hannah Arendt (1965) chamou de política da piedade, forma moderna da política como reconhecimento do outro, iniciada a partir da Revolução Francesa. O sofrimento de estranhos movia aqueles que não partilhavam

<sup>149</sup> Tiffany is bae @\_velvetears (10 abr. 2017): « Ça arrive à tt les femmes qu'importe leur physique ou habit. Tant que t'as un vagin certains mec ça leur suffit pour te faire chier #stophdr ».

<sup>150</sup> Anyone can get raped.

<sup>151</sup> « J’habite en Grèce et j’ai eu au moins une dizaine d’histoires de mecs déguelasses qui se masturbent ouvertement devant moi à la plage... y en a marre... la connerie n’a pas de frontière! »

<sup>152</sup> Jessica Goodenough @JLGoodenough (30 mai. 2015): “Sorry not sorry for sharing many #firstharassed stories. #Harassment stats are scary enough, but when it is humanised I just want to cry...”

<sup>153</sup> T. Julian @HG\_TJ619 (6 abr. 2017): « Lire les tweet de #stophdr et déprimer.... C'est incroyable de lire tout ça, même si on connaît tout les témoignages font froid dans le dos ».

da condição de sofredores ou marginalizados, o que sugere que esse tipo de política se baseava na assimetria entre sofredor e espectador. As narrativas de sofrimento ligadas à política da piedade despersonalizavam o sofredor. Sua experiência de dor só era válida na medida em que representava um problema mais amplo, que afetava um grupo maior de pessoas. “O grupo por excelência são os trabalhadores; cabe notar que não eram denominados de vítimas, mas sim de miseráveis, pobres, explorados, oprimidos” (VAZ; ROLNY, 2010, p. 5).

Já na política da compaixão, emergente a partir dos anos 1960, com a atuação dos movimentos identitários, o sofrimento é valorizado em sua dimensão “pessoalizada”. Isso não significa que haja uma substituição completa das políticas de sofrimento, já que, como todo processo social, as mudanças se dão em meio a continuidades:

A Modernidade, com a invenção da política da piedade, adicionou como objeto da política o reconhecimento do sofrimento do outro. A política da vítima virtual tende a substituir a política da piedade, sendo, portanto, uma mudança no interior dessa continuidade maior: a necessidade de reconhecer o sofrimento do outro (VAZ; ROLNY, 2010, p. 3).

A compaixão é acionada pois nos sentimos passíveis do mesmo sofrimento, isto é, a audiência ocupa o lugar de vítima virtual. Pensamos “isso poderia ter acontecido comigo”. Por outro lado, além de mostrar “pessoas reais”, os testemunhos também pode se direcionar aos possíveis agressores, como vemos a seguir:

O testemunho, por sua vez, supõe um duplo endereçamento. De um lado, é endereçado ao indivíduo qualquer. Ao invés de pressupor a diferença na capacidade de se conduzir na vida, o testemunho pressupõe a igualdade entre os interlocutores e posiciona o indivíduo qualquer como tolerante e compassivo. De outro lado, o testemunho se apresenta como desafio endereçado àquele que fez o indivíduo sofrer (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014, p. 3).

Apesar de o testemunho pressupor igualdade entre os interlocutores, há certa hierarquia no sentido do direito à fala, de sua legitimidade enquanto narrativa. Afinal, quem tem o direito de falar? Qual é o lugar enunciativo legítimo? A autoridade da experiência faz parte da cultura de valorização dos testemunhos, na qual só devem ter voz aqueles que viveram diretamente a experiência. Os relatos a seguir são elucidativos a respeito da autoridade da experiência feminina: “Os caras pensam que podem dar lição às mulheres sobre o assédio nas ruas, enquanto **elas têm pós-graduação em**



**sobrevivência urbana... #StopHdR**<sup>154</sup>; “Quando eu penso que tem gente que diz que as histórias do #stophdr são falsas... **com que direito vocês se permitem dizer isso?**<sup>155</sup>”

Vejam os a seguir dois relatos, um da campanha *Balance ton Porc* e outro da mobilização *First Harassed* para continuarmos discutindo a autoridade da experiência e a noção de “lugar de fala”:

Eu tinha 10 anos em 1973 e tive muita vergonha de falar sobre isso com meus pais e meus amigos. Fiquei em silêncio por todos esses anos. Hoje as lembranças mórbidas ainda estão comigo [...] **Talvez não publiquem meu relato porque eu sou um homem** e na época nós não podíamos denunciar sem que zombassem de nós e nos apontassem o dedo<sup>156</sup>.

**Não vou roubar o foco das mulheres** na #firstharassed mas eu tinha 12 anos e foi uma experiência apavorante<sup>157</sup>.

Esses depoimentos demonstram que o lugar da vítima é comumente ocupado por mulheres. Mesmo homens violentados sabem que eles não são as vítimas “por excelência”, por isso a dúvida se o relato seria ou não publicado na página da campanha e a ressalva “não vou roubar o foco” que dá início à segunda narrativa, o que equivaleria a furtar o “lugar de fala” das mulheres vítimas.

O que podemos encontrar nos relatos é uma noção de “lugar de fala” muito baseada no indivíduo, naquele que viveu determinada experiência. No entanto, a expressão conceitual “lugar de fala” pode ser compreendida de modo distinto. Ela representaria experiências compartilhadas por determinado grupo que ocupa o mesmo lugar social e está, portanto, exposto a constrangimentos e problemas semelhantes. Seu intuito seria o de dar voz e visibilidade pública a grupos historicamente silenciados, mediante a autoexpressão e autorrepresentação. Mas isso não significa o silenciamento dos demais, isto é, que apenas ocupantes desse espaço social possam se manifestar, como diz Ribeiro (2017, posição 525): “Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de

<sup>154</sup> Lou @\_louisemoore\_ (6 abr. 2017): « Les mecs qui pensent pouvoir donner des leçons aux femmes sur le HdR alors qu’elles ont bac +10 en survie extérieur... #StopHdR »

<sup>155</sup> hexia @apocyn\_ (6 abr. 2017): « Quand je pense que y’a des gens qui affirment que les histoires sur #stophdr sont fausses... de quel droit vous vous permettez de dire ça? »

<sup>156</sup> « J’avais 10 ans en 1973 et j’avais trop honte pour parler à mes parents, à mes amis et je suis resté dans le silence toutes ces années. Aujourd’hui les souvenirs morbides me reste encore et resteront toujours [...] Peut être que je ne serais publié car je suis un homme et à l’époque on ne pouvait porté plainte sans être moqué et montré du doigt ».

<sup>157</sup> Popplio Hipster @dreveillark (28 mai. 2015): “Not gonna steal focus from women in #firstharassed but I was 12, and it was a horrifying experience”.

transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo”.

Inicialmente, a proposta seria justamente o diálogo, a inclusão. Apesar de a expressão “lugar de fala” ter origem imprecisa, ela está ligada às discussões do *feminism stand point* (ponto de vista feminista, em tradução literal) e sua apropriação pelos movimentos sociais. “Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, posição 584).

Contudo, a partir da leitura dos testemunhos, as mulheres teriam mais autoridade para falar sobre assédio e violência sexual pois constituem o grupo mais vitimado por esses problemas. O processo de “liberação da fala” por parte dos homens seria bem mais lento, mas também estaria em curso, como lemos em um dos relatos feitos pelo músico Chris Brown, que afirmou ter sido sexualmente abusado por outro homem aos 17 anos.

Alguns que me escreveram disseram que foram abusados em casa ou outros lugares, **o artigo os motivou a compartilhar suas experiências**. Eu fiquei muito satisfeito pelos homens adultos que vieram falar comigo, ecoando, porque **os homens precisam tanto fazer isso** – “reverberar” juntos, para expressar seus sentimentos<sup>158</sup> (Chris Brown) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Retomando Boltanski (1984), a produção da escuta social também é aumentada quando o “denunciador” não tem nenhuma relação ou interesse diante das partes envolvidas. Nesse sentido, uma suposta neutralidade (um possível sinal de altruísmo) facilitaria a escuta social.

As chances de uma denúncia ser percebida como normal ou anormal parecem depender também do grau de engajamento dos indivíduos no assunto, se eles são próximos ou não [...] A desconfiança aumenta se aquele que denuncia age sozinho e se ele intervém em sua própria defesa em função de algo que parece ser um interesse puramente pessoal. A duplicação da vítima e daquele que faz a acusação pública por ele [...] garante que os interesses envolvidos não são puramente individuais (BOLTANSKI, 1984, p. 15).

Entretanto, Boltanski analisou outro momento histórico, quando ainda não havia as possibilidades oferecidas pelos meios virtuais para que cada um contasse sua própria

---

<sup>158</sup> “Some who wrote me said they had been abused at home orlsewhere, the article motivating them to want to share their own experiences. I have gained a lot of satisfaction from the grown men that have come up to me, resonating, because men need so badly to do just that — resonate together, to express their feelings”.

narrativa. Com a Internet e as redes sociais, elas podem contar em primeira pessoa suas experiências, o que promove um aumento significativo no número de testemunhos de violência, como afirma Vaz (2014, p. 9): “Desde quando surgiu a Internet, esse dispositivo técnico que permite a qualquer um tornar-se emissor, a recusa da distância entre representante e representado, entre, no caso, observador e sofredor, permitiu a explosão dos relatos autobiográficos na forma testemunhal”.

No caso das campanhas aqui analisadas, acreditamos que se dá o oposto do que foi descrito por Boltanski, já que é valorizada a fala justamente daquele que viveu e, por isso, conhece e tem autoridade e legitimidade para narrar. Hoje, nenhum representante ou porta-voz é mais legítimo ou crível do que aquele que vivenciou diretamente a experiência. Por outro lado, aqueles que eventualmente criticam ou põem em questão a eficácia política da estratégia de testemunhar são classificados como intolerantes, preconceituosos, agressores. Em muitos casos é usado contra eles um argumento *ad hominem*, isto é, desqualifica-se não a proposta, mas seu autor. Se o sujeito não pertence ao grupo identitário, se não “sentiu na própria pele”, então não tem a legitimidade necessária para expor sua opinião (BOSCO, 2017). Os relatos a seguir nos ajudam a compreender essa questão:

Tem gente que leva o assédio de rua numa boa e que faz piada, percebe-se que **vocês nunca vivenciaram isso**. #stophdr de verdade<sup>159</sup>.

#firstharassment é um marcador tão importante. Nós devemos aumentar a conscientização sobre um tema que as mulheres vivenciam todos os dias e **lutar contra aqueles que negam sua relevância**<sup>160</sup>.

Isso demonstra um elemento importante nos modos contemporâneos de produção de subjetividade. Conforme explica Vaz (2014), já não nos definimos na distância do anormal, como acontecia na Modernidade. Hoje, a normalidade se baseia menos em regras morais que ditam o comportamento e sim no direito individual à felicidade e ao prazer. Desse modo, a rejeição social recai justamente sobre os preconceituosos, isto é, aqueles que impedem, dificultam ou não reconhecem as escolhas alheias. “Agora o indivíduo deve se libertar do preconceito, e não se ajustar a ele [...] A distância do preconceituoso não ensina a limitação e, sim, o direito a ter prazer, a ser feliz, a realizar seu desejo (VAZ, 2014, p. 34).

<sup>159</sup> Butterscotch Queen @\_GunShottt (5 abr. 2017): « Y en a qui prennent le harcèlement de rue à la légère et qui tournent ça à la rigolade, ça se voit vs avez jamais vécu ça. #stophdr vrmt »

<sup>160</sup> Ellen Danielle @EllenDaniellen (14 nov. 2015): “#firstharassment such an important tag, we must raise awareness for an issue women face every day & counteract those who deny its prevalence”.

Há também a fabricação discursiva de polos antagônicos às vítimas. Os inimigos não são apenas os agressores, mas também os “machistas”, os “misóginos”, os “trolls” ou simplesmente os “homens”. Essas figuras às quais se endereçam muitas postagens são interlocutores imaginados que sintetizam o preconceito e a intolerância.

Nesse sentido, o preconceituoso se torna um significante vazio, conforme apontou Vaz (2014), que será referenciado oportunamente por cada relato. “Pode ser o machista, o racista, o homofóbico, o elitista ou, para recuar um pouco mais no tempo, o racionalista e o ‘quadrado’; mas pode ser também todo aquele com quem estamos em conflito ou que nos critica” (VAZ, 2014, p. 43).

Catarina @Binahire (22 out. 2015): **Os piadistas** são uns merdas e sabem muito bem o que estão fazendo: defendendo seus pares, defendendo abusadores #PrimeiroAssédio.

Renata Gomes @renatagames (22 out. 2015): Fico transtornada com o que **essa escória masculina** faz de piada com o #PrimeiroAssédio. São capazes disso, são capazes de muito pior!

**Homens**, leiam as postagens do #FirstHarassment para entender porque meninas e mulheres não gostam de suas cantadas ou aproximações #NãoApenasNoBrasil<sup>161</sup>.

**Queridos homens hetero**: as mulheres não são objetos sexuais ambulantes à sua disposição, e elas não pertencem a vocês. #stophdr<sup>162</sup>.

Renata Gomes @renatagames (22 out. 2015): Como se não fosse pouco ver pedofilia contra menina de 12 anos, relatar #PrimeiroAssédio, ainda tenho que ficar bloqueando **troll fedelho**.

Os relatos selecionados também nos possibilitam entrever uma característica marcante das redes sociais e dos debates que se instauram nesses ambientes virtuais: todos se sentem livres para se manifestar, opinar e julgar. Formam-se verdadeiros “tribunais virtuais”, como caracterizou Freire Filho (2017). O autor explica:

Todos os participantes se consideram autorizados a arbitrar a legitimidade da reação emocional de outrem, a patrulhar as fronteiras dos afetos, disciplinando condutas dentro e fora do ciberespaço. Revelações e demonstrações públicas de afeição, tristeza, felicidade, nojo, pena ou rancor costumam suscitar, prontamente, mensagens solidárias, entusiásticos comentários aprovativos e veementes opiniões desfavoráveis (FREIRE FILHO, 2017, p. 75).

<sup>161</sup> Megan @miss\_megankelly (10 nov. 2015): “Men, read the #FirstHarassment feed to figure out why girls and women don't like it when you catcall or approach them #NotJustInBrazil”.

<sup>162</sup> Audrey Penven @penven\_audrey (5 abr. 2017): « Chers hommes hétéros : Les femmes ne sont pas des objets sexuels ambulants à votre disposition, & elles ne vous appartiennent pas. #stophdr ».

Outro pólo antagônico construído discursivamente em oposição às vítimas são aqueles que foram coniventes, negaram ajuda ou se omitiram diante dos abusos.

Estava no 2º ano, tinha 15 anos, andando com uma amiga de mãos dadas, um cara no carro parou, bem perto. Ficou gritando ‘Vocês precisam é ser bem comidas, vem aqui que eu como vocês’ e **ninguém na rua fez nada** (Barbara G.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

Ms Who? @trgondar\_etal (22 out. 2015): Pois então... Aos 11 anos, um sujeito enfiou a mão embaixo da minha saia na fila de uma padaria. **NINGUÉM se manifestou!** #PrimeiroAssedio.

Cerca de 12 anos, quando os meninos começaram a puxar as alças dos sutiãs das meninas na sala de aula. **Nossos professores nunca os puniram** ou disseram para parar. #firstharassment<sup>163</sup>.

Mais tarde na escola, um cozinheiro me deu um beijo na boca na frente de outros alunos. Nenhuma vigilância naquela escola de freiras. Ele vai ser finalmente mandado embora depois de tentar estuprar uma menina de 13 anos, na mesma instituição. Uma das minhas amigas era tocada à força nessa mesma escola, e na frente de todo mundo – alunos e professores – **sem que ninguém jamais interviesse**<sup>164</sup> - Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

E, pouco a pouco, compreendemos que não sofremos apenas pelo que nós vivemos no momento dos fatos; nós sofremos igualmente do que vivemos depois, porque **as pessoas próximas nunca estão prontas para nos escutar!!!**<sup>165</sup> - Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Algumas postagens mostram inclusive o que devem fazer aqueles que veem cenas de assédio nas ruas, como a seguir: “Se você testemunhar um assédio na rua, por favor, INTERVENHA. E depois pergunte à vítima como ela está. Obrigada. #stopHDR<sup>166</sup>”.

Por conta da brevidade das postagens, nem sempre fica claro o que impulsionou as mulheres a darem seus testemunhos. Alguns elementos, entretanto, podem ser apreendidos nas entrelinhas e mostram que existem fatores individuais (psicológicos) e coletivos (políticos). Contar o sofrimento é terapêutico (DAVIS, 2005; NOVICK, 2000) - o simples fato de testemunhar é uma experiências catártica e empoderadora. Como nos

<sup>163</sup> Project Consent @consentproject (13 nov. 2015): “Around 12, when boys started pulling on girls bra straps in class. Our teachers never punished them or told them to stop. #firstharassment.”

<sup>164</sup> « Plus tard à l'école, in cuisinier m'embrasse sur la bouche devant tous les autres élèves. Aucune surveillance dans cette école de bonnes sœurs. Il sera finalement mis a la porte après avoir essayé de violer une fille de 13 ans, dans le même établissement. Une de mes amies se faisait tripoter de forces dans cette même école, et ce aux yeux de tous – élèves et profs – sans que personne jamais n'intervienne ».

<sup>165</sup> Et petit à petit, nous comprenons que nous ne souffrons pas seulement de ce que nous avons subi au moment des faits, mais nous souffrons également de ce que nous vivons après, parce que notre entourage n'est jamais prêt à nous écouter !!!

<sup>166</sup> Anna @aexvi (6 abr. 2017): « Si vous êtes témoin d'harcèlement de rue, s'il vous plaît, INTERVENEZ. Et après, demandez à la victime comment elle va. Merci. #stopHDR ».

diz Sacramento (2018, p. 134), o testemunho “instaura-se como tendo poderes de cura, de autorrenovação e de autorregeneração”. Isso pode ser notado no relato de Helen Donahue ao *The New York Times*: “**Fui algumas vezes nas redes sociais, o que foi catártico**, assim, *finalmente* as pessoas estão prestando atenção<sup>167</sup>” [grifo em itálico no original].

A importância de “colocar para fora” é sugerida no relato adiante, da campanha *Stop Harcèlement de Rue*: “#stophdr. **Nós não vamos nos calar**, caras. Suas técnicas de silenciamento, a gente não está nem aí. Comam areia”<sup>168</sup>. Sobre essa função libertadora do testemunho, Seligmann-Silva (2010, p. 11) afirma: “A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida”.

Ademais, como vimos no capítulo 2, o silêncio opera efeitos nefastos nas vítimas. “O pior é que nós nos contruímos assim e enquanto não conseguirmos **expressar de uma vez por todas nosso sofrimento**, os eventos que nós vivemos, vamos transmitir esse modo de funcionamento a nossos filhos!!!!<sup>169</sup>” (Depoimento da campanha *Balance ton Porc*). A mesma pessoa continua seu relato, demonstrando como a escuta sem julgamentos é relevante para as mulheres que testemunham: “Nós vítimas, nós pedimos aos que são próximos de nós que **ouçam o que nós sofremos**, eu disse bem ‘ouçam’, e **não analisem do seu jeito os acontecimentos!!!**<sup>170</sup>”.

Na campanha *Me Too*, a importância da escuta social também é sugerida em vários relatos. Em um deles, podemos perceber a associação entre a escuta e o fim do sentimento de culpabilização, tema que aprofundamos no próximo capítulo: “Você tem sua própria voz e pode usá-la como quiser. **Ouvir as experiências das pessoas para que elas não tenham que se envergonhar**, esse é um dos mais poderosos efeitos<sup>171</sup>” (Abby Schachner).

<sup>167</sup> I went off a few times on social media, which was cathartic, like, *finally* people are paying attention.

<sup>168</sup> Castor Ninja @Lia\_Kafka (5 abr. 2017): « #stophdr On se taira pas, les gars. Vos techniques de silenciation, on s'en carre. Mangez du sable. »

<sup>169</sup> « Le pire, c'est qu'on se construit comme ça et tant qu'on ne parvient pas à exprimer une bonne fois pour toute notre souffrance les événements que nous avons vécus, et bien nous transmettons notre manière de fonctionner à nos enfants!!!! »

<sup>170</sup> « Nous victimes, nous demandons à ce que notre entourage écoute ce que nous avons subi, je dis bien écoute, et n'analyse pas à sa sauce les événements!!! »

<sup>171</sup> “You have your own voice and you can use it as you see fit. Hearing people’s experiences so they don’t have to sit with shame, that’s one of the most powerful aftereffects”.

Veremos adiante como a mobilização acarreta um projeto de subjetivação, posterior a um evento disruptivo de violência, produzindo ainda o sentimento de coletividade e pertencimento a uma comunidade imaginada de sofredores, com grande potencial de reconhecimento. Por meio da análise das emoções acionadas nos relatos, como culpa, vergonha e medo, percebe-se que as vítimas passam da culpa à afirmação de si, em um processo de empoderamento por meio da vitimização.

## 5 A DIMENSÃO MICROPOLÍTICA DAS EMOÇÕES

As emoções vêm ganhando progressivo protagonismo social em especial no âmbito dos movimentos sociais e demais ações políticas reivindicativas. Conforme já assinalado brevemente na Introdução deste trabalho, as narrativas utilizam uma linguagem emocional como recurso estratégico que, juntamente com outros elementos discursivos, promove identificação e empatia, estimulando o engajamento e a participação na causa defendida.

Neste quinto e último capítulo, propomos uma reflexão sobre como esse discursivo emotivo é organizado de forma a criar condições de comoção e apoio por parte daqueles que leem os relatos. Analisamos também os processos de subjetivação feminina, que articulam as noções de vitimização e empoderamento. Como já notamos, as emoções não são apenas expressão de uma individualidade, elas também nos informam a respeito de aspectos macrossociais e do papel das mulheres nesse contexto. Por isso, “dão inteligibilidade a processos sociais, a produção de coletividades e subjetividades que são posicionadas e posicionam-se política e subjetivamente a partir de experiência de sofrimento e violência” (MAIA, 2017b, p. 58).

As narrativas autobiográficas de mulheres vítimas de assédio ou violência sexual nos parecem, antes de tudo, pequenas histórias de superação do sofrimento e da dor, que contribuem com a formação de uma subjetividade forte e vencedora, como discutimos adiante. Para tal empreitada, dialogamos com trabalhos do campo da Antropologia das Emoções. Inicialmente, seus objetos de pesquisa estavam ligados às esferas do íntimo e do privado, que tinham seu caráter natural ou instintivo problematizado. Na última década, porém, o campo tem se voltado à análise das emoções na vida pública – em movimentos políticos identitários, por exemplo – investigando a associação entre emoção e moralidade (DURÃO; COELHO, 2012).

### 5.1 A LINGUAGEM EMOCIONAL DAS CAMPANHAS

Acionar emoções como raiva, medo, vergonha e humilhação vem sendo usado como estratégia política de mobilização por parte de diversos movimentos sociais (CASTELLS, 2013). Essa politização das emoções se liga a marcadores como raça, gênero e sexualidade, promovendo tanto empatia quanto diferenciação, isto é, elas marcam o espaço social do grupo defendido, ao mesmo tempo em que buscam apoio à



sua causa. Nesse sentido, as emoções deixam de ser apenas sentimentos íntimos para se tornarem ferramenta política na luta por transformação social (JIMENO, 2010). Nas palavras de Gomes (2017, p. 234):

As mensagens produzidas pelos movimentos têm componentes emocionais que lhes dão sentido e capacidade de apelo público. Seus *slogans* e palavras de ordem expressam/incitam certas emoções e afetos, como indignação, orgulho e ironia, enquanto inibem outros. Isto fica evidente nas ruas quando ativistas incorporam emoções que se articulam ao teor das suas mensagens políticas: são corpos enlutados, potentes, vulneráveis, estóicos, transgressores, ameaçadores, que riem ou que expressam dor. Assim como os discursos e as práticas corporais, a chave emocional de um protesto não é casual, mas resultado de um trabalho de seleção e modulação de um repertório afetivo.

Um dos elementos mais relevantes desse discurso emocional, que busca promover empatia, é sua dimensão simultaneamente singular e coletiva. Nesse contexto, os testemunhos pessoais – mesmo aqueles anônimos – são mediadores simbólicos entre o subjetivo e o social e têm força inigualável pois facilitam a identificação emocional e psicológica do grupo e de eventuais apoiadores.

A pesquisadora Gabriela Maia (2017b) identificou essa passagem do individual ao coletivo em sua pesquisa a respeito da mobilização emocional realizada por ativistas transexuais nas redes sociais. Sobre um dos testemunhos analisados, ela afirma que “[...] o conteúdo e a escolha das palavras constitui não apenas uma vivência pessoal, mas também de outras pessoas. Esse vai e vem entre o “eu” e “nós” presente em sua fala compõe simultaneamente a dor pessoal e a experiência coletiva de uma população” (MAIA, 2017b, p. 67).

A mediação que a categoria de vítima estabelece entre a experiência privada, individual e o coletivo social “é feita através da convocação de uma comunidade emocional e não por meio da invocação de princípios abstratos de direitos violentados. Nesse contexto, o discurso emocional é inclusivo e não particularista, é político e não privado” (JIMENO, 2010, p. 113-114). Ademais existe uma estrutura narrativa compartilhada, que usa linguagem simples e de fácil compreensão, bem como uma lógica interna que permeia todas as falas, como nos explica Jimeno (2010, p. 104):

[...] os movimentos de *vítimas* transcendem a ideia estabelecida sobre sua passividade e agenciam a sua própria participação em uma tentativa de romper as barreiras — legais, institucionais, de interesses criados — a respeito do seu reconhecimento e reparação. Seu mecanismo central é o uso de uma linguagem emocional, que relata histórias pessoais, narra com detalhes acontecimentos, assinala agentes do crime, distingue quem é a vítima e quem é o algoz, demanda direitos, tudo cerzido pela identificação emocional com a vítima.

Para terem eficácia emocional, isto é, para produzirem efeitos de empatia e compaixão, os relatos exploram determinadas emoções enquanto outras são obliteradas durante as narrativas de histórias de vida. Nos relatos analisados são recorrentes sentimentos como raiva, ódio, dor, indignação, humilhação, que compõem um universo social de valores bastante específico. Algumas das emoções mais presentes nas narrativas são a culpa e a vergonha, usadas intercambiavelmente. Apesar de terem significados diferentes, os termos possuem valor sinonímico nos relatos, ou seja, são utilizados sem grande distinção conceitual.

No entanto, podemos perceber que essas emoções são evocadas como algo do passado. As mulheres se sentiam culpadas ou envergonhadas pelo assédio ou pela violência sexual, o que as levava em muitos casos a silenciar os eventos. Como exemplos, temos os seguintes relatos:

É estranho ler a #firstharassed. Um estranho na rua passou a mão na minha bunda quando eu tinha 11 anos. Me senti enjoada, **inexplicavelmente culpada** depois. Não contei para ninguém<sup>172</sup>

Eu tinha 10 ou 11 anos quando fui assediada pela primeira vez e não entendi o que estava acontecendo, **só me senti mal e com vergonha**<sup>173</sup>.

Tive vontade de empurrá-lo, gritar, mas apenas tentei me afastar um pouco, estava presa lá e **me sentia tão envergonhada e suja**, que não consegui reagir (Cibele) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

A construção da inocência da vítima também se dá nas postagens de apoio, como nos exemplos: “Não esqueça jamais você que lê esse *tweet*, se você é vítima de assédio, **a culpa não é sua**. O culpado é aquele que te ataca #stophdr<sup>174</sup>” e “A todas as minhas irmãs, saibam que **não é culpa sua**, ninguém pede para ser assediada ou agredida, jamais #stophdr<sup>175</sup>”.

O que surge nos relatos, porém, é o processo de conscientização, como vimos no quarto capítulo, e a afirmação do fim da culpa ou da vergonha. Os relatos que compõem as campanhas deixam claro que aqueles que passaram por situações traumáticas sabem hoje que não devem se envergonhar. A postagem do grupo Think Olga no Twitter é

<sup>172</sup> Huge Shark @huges shark (28 mai. 2015): “Weird to read #firstharassed. A stranger on the street grabbed my ass when I was 11. Felt sick, unaccountably guilty after. Told no one”.

<sup>173</sup> melinda minch @nein09 (28 mai. 2015): “I was ten or eleven years old when I was #firstharassed and I didn't understand what was happening, just felt bad and ashamed”.

<sup>174</sup> Aloïs David @them4itre (5 abr. 2017): « N'oublie jamais toi qui lis ce tweet si tu es victime d'harcèlement tu n'es pas le fauteur c'est celui qui t'attaque le fauteur #stophdr ».

<sup>175</sup> elena @drkfmn (6 abr. 2017): « À toutes mes soeurs, sachez que ce n'est pas de votre faute, personne ne cherche à se faire harceler/agresser, jamais #stophdr ».

bastante elucidativa a esse respeito: “Think Olga @ThinkOlga (22 out. 2015): Não vamos mais esconder nossas histórias. **Quem tem que ter vergonha do #PrimeiroAssedio são os criminosos que nos violentaram**”. A análise de Sacramento (2015) também nos ajuda a compreender essa problemática e o modo como ir ao espaço público é importante para a superação da dor e do sofrimento pelas mulheres. Para Sacramento (2015, p. 116):

[...] a pessoa que sofre é compelida a fazer da sua dor uma narrativa convincente de identidade, transformando em projeto de vida afastar os sofrimentos pelo autogoverno das emoções e do “eu”. O *ethos* terapêutico parece ser um recurso cultural que ajuda os indivíduos a alcançarem formas de bem-estar.

Muitos testemunhos demonstram que as mulheres se envergonham por um dia terem se sentido responsáveis pelo episódio e por terem mantido em segredo a experiência de violência, algo muito próximo do conceito de “vergonha reflexiva”, como conceituado por Vaz (2014, p. 41): “A vergonha reflexiva implica, sim, um observador no presente questionando e se distanciando do observador que foi no passado, ou ainda, o indivíduo experimenta atualmente vergonha por ter um dia sentido vergonha de quem era e do que fazia”.

Qualquer tipo de culpa ou vergonha sentida pela vítima passa a ser associado à “falsa consciência” provocada pelo machismo, conforme podemos notar nos relatos abaixo:

[...] Nunca havia sido tão invadida na minha vida, fui ao médico tremendo, voltei para casa a pé na chuva de medo de pegar outro táxi e chorei até não poder mais no colo do meu namorado, perguntando se não seria a roupa (nada mais que uma camiseta e um shorts no joelho), se eu que não cortei a conversa cedo, se não deveria ter sentado atrás no carro: **a culpa às avessas que nada mais é que a prova de como o machismo é forte em nossa sociedade** (Andrea H.) - Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

Ms Who? @trgondar\_etal (22 out. 2015): Uma das coisas mais cruéis dessa sociedade doente é **fazer uma menina se sentir culpada por ter sido invadida**. Dá nojo! #PrimeiroAssedio.

A vergonha reflexiva está diretamente ligada ao princípio da autenticidade, um valor chave na cultura contemporânea (TAYLOR, 2011). Desde meados da década de 1960, momento de grandes transformações políticas e comportamentais no mundo ocidental, somos convocados a sermos nós mesmos, a agirmos conforme nosso próprio desejo. Essa onda de reivindicações por reconhecimento identitário sugere que não há porque termos vergonha daquilo que somos. O que devemos é, ao contrário, afirmar nossa própria identidade (VAZ, 2014).

Há, porém, um movimento paradoxal em voga. Devemos ser fiéis a nossa “essência”, sabendo, contudo, que o princípio da autenticidade não exclui completamente o julgamento alheio ou a necessidade por aprovação por parte do outro, como diz Vaz (2014, p. 43):

Nessa cultura onde a exigência de autenticidade se generalizou, dois lemas, aparentemente opostos, são incessantemente repetidos: o juízo dos outros não importa (quando estes se colocam no lugar daqueles que julgam e querem restringir as práticas de um indivíduo); só importa o juízo do outro (agora, no sentido de o indivíduo ser capaz de seduzir e atrair os outros).

Além disso, se o princípio da autenticidade rege a sociedade como um todo, percebemos aí um paradoxo. Como ser diferente e autêntico se todos são estimulados a serem eles também diferentes e autênticos? A mesma questão é levantada por Sibilia (2008, p. 9): “Não é fácil compreender para onde aponta essa estranha conjuntura, que, mediante uma incitação permanente à criatividade pessoal, à excentricidade e à procura constante da diferença, não cessa de produzir cópias e mais cópias descartáveis do mesmo”.

Também podemos perceber nos relatos que o manejo das emoções leva em conta as expectativas sociais relativas a nosso comportamento afetivo, que serão distintas conforme marcadores sociais como o de gênero, por exemplo. “No seio do mesmo grupo, um repertório de sentimentos e de condutas é tido por apropriado a uma situação em função do *status* social, da idade e do sexo daqueles que são efetivamente atingidos, bem como de seu público” (LE BRETON, 2009, p. 127).

Não é à toa que as campanhas de mulheres utilizam essa linguagem emocional. A mulher é tida como o sujeito emocional por excelência. Uma das oposições clássicas entre emoção e pensamento se refere justamente à contraposição entre os domínios feminino e masculino, respectivamente. Enquanto a emoção, um atributo que seria naturalmente ligado ao feminino, se traduz em falta de controle de si, comportamentos passionais, instabilidade ou mesmo loucura, o masculino é associado ao pensamento racional e à estabilidade (LUTZ, 1988).

Jimeno (2010, p. 115) nos oferece uma das razões para que as emoções e o discurso emocional sejam acionados como ferramentas políticas por mulheres em suas mobilizações:

Do ponto de vista cultural, as mulheres tiveram maior liberdade para expressar suas emoções e conhecem bem a linguagem emocional. Isto foi fonte de juízos pejorativos, que se sustentam sobre a também cultural dualidade entre emoção e razão. Contudo, nesta circunstância

do país, elas abriram para todos o caminho do testemunho pessoal como terreno comum, compartilhado, com o qual fechar a brecha entre sujeito, subjetividade e acontecimentos socioculturais.

Em seu trabalho antropológico com vítimas da violência na Colômbia, Jimeno também identificou que as narrativas emocionais são evocadas, em sua maioria, por mulheres. Isso significa que os indivíduos se apropriam diferentemente do repertório cultural conforme o lugar que ocupam dentro do seio da sociedade e, por outro lado, as expectativas referentes a eles também mudam. É socialmente esperado que mulheres – “naturalmente” mais emotivas – recorram a um discurso emocional com mais frequência que os homens.

Sentimentos e emoções são papéis que desempenhamos cotidianamente conforme a “plateia” com a qual nos deparamos, como demonstrou o sociólogo canadense Erving Goffman ao trabalhar a metáfora da encenação teatral. No livro *A representação do eu na vida cotidiana*, cuja primeira edição data de 1959, ele discute como os indivíduos representam papéis sociais, performatizando suas atuações diante de outros sujeitos. Essas encenações levam sempre em consideração o público e a situação social da qual os atores fazem parte, isto é, as pessoas buscam antecipar expectativas alheias, ajustando com isso seu comportamento e suas demonstrações afetivas.

Essa representação social, no entanto, não significa que as interações sociais sejam falsas ou menos espontâneas. Muitas vezes, atores sociais agem calculadamente mas não se dão conta disso, ou seja, sua representação é algo tão corriqueiro que os indivíduos não possuem plena consciência de sua atuação durante a interação com outros sujeitos. Isso comparece nos depoimentos analisados nesta tese. Em muitos casos, eles demonstram que, de uma certa maneira, introjetamos o olhar alheio, adiantamos possíveis julgamentos externos, já que “aprendida, a expressão de emoção se coaduna com o que o grupo social entende e espera de cada um para, enfim, garantir sua continuidade” (SIQUEIRA, 2015, p. 29).

Um dos depoimentos da campanha Chega de Fiu Fiu nos ajuda a refletir sobre como a insegurança e o temor da agressão podem fazer com que mulheres procurem chamar menos atenção. Após narrar uma situação de assédio, a mulher diz: “não tenho me maquiado muito. Não sou um avião, um mulherão, nunca fui, mas inconscientemente estava buscando ser cada vez menos atraente para evitar esse tipo de situação ao qual estamos todas acostumadas”. A continuação de seu depoimento, no entanto, dá a dimensão de que a expressão da emoção deve seguir uma espécie de roteiro, que não pode

ser exagerado: “**Não quero parecer dramática**, sei que pode ser mais leve, e por isso mesmo quis desabafar, pra transformar esse desconforto em energia, em ação, em mudança [...]” (Nadja F.) (Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu).

As mulheres certamente pensam em possíveis julgamentos, temem ser associadas ao descontrole e ao exagero, serem apontadas como “temperamentais”, herança de uma visão que associa o emocional feminino à fragilidade e ao desequilíbrio. O medo da opinião alheia sugere que não atender às expectativas sociais em relação a como devemos exprimir estados afetivos opera efeitos negativos, tanto em termos materiais como simbólicos, conforme nos explica Freire Filho (2017, p. 68):

Qualquer desvio significativo no que tange às orientações emocionais pode ser identificado como transtorno que exige vigilância, castigo, psicoterapia ou outra modalidade de tratamento médico. Para aqueles que se alinham às diretrizes afetivas, são anunciadas variadas recompensas no âmbito subjetivo, doméstico, profissional ou celestial.

Mesmo diante da necessidade de demonstrar o potencial nocivo do assédio e da violência, essencial para que haja compaixão, os relatos devem guardar certo “equilíbrio emocional”, ou seja, devem saber dosar a carga emocional, segundo os constrangimentos da própria estrutura social. Isso acontece porque a expressão das emoções também segue um determinado esquema, ela não pode ser excessiva ou “exagerada”, como vimos no terceiro capítulo a partir dos trabalhos de Le Breton (2006), Jimeno (2010) e Hochschild (1979).

Outros relatos, dessa vez da campanha norte-americana *First Harassed*, deixam isso bastante claro: “Alguém cansado dos meus *tweets*? Talvez devam dar uma olhada na *#firstharassed* e me dizer se eu “**estou sendo sensível**”<sup>176</sup>; “É verdade. E quando você reage eles sempre falam ‘Ei, calma! Garota, você precisa RELAXAR!’ *#firstharassed*”<sup>177</sup> [caixa alta no original].

Já na campanha *Balance ton Porc*, uma vítima demonstra ter completa consciência de que existem expectativas sociais a respeito de como ela deve expressar suas emoções. Em sua narrativa, a mulher diz: “[*Me ensinaram*] que eu tinha que me fazer ser ouvida.

<sup>176</sup> “dangerous girl @judecomputer (28 mai. 2015): Anyone tired of \*my\* tweets about things? maybe go look at #firstharassed and tell me if I'm ‘just being sensitive’”. (Tradução livre)

<sup>177</sup> (((Susan))) @shoshido (28 mai. 2015): “@phunky\_brewster So true. And when you react with alarm they're always, “Hey, calm down! Girl, you need to RELAX!” #firstharassed.

Mas não muito, porque uma menina deve ser bem educada. Que eu não deveria hesitar antes de pedir ajuda. **Mas sem exagerar** também<sup>178</sup>”.

Segundo as formações discursivas analisadas, percebemos que os testemunhos têm algumas funções importantes. Além de possuir caráter terapêutico, como vimos no capítulo anterior, ele teria a capacidade de ajudar outras pessoas. Aqueles que sofrem saberão que não estão sozinhos em sua pena, como podemos perceber nos relatos a seguir, que evocam uma diminuição no sentimento de solidão:

Como muitas mulheres no #firstharassed isso começou muito cedo quando entrei na puberdade. **Por anos achei que eu era a única**<sup>179</sup>.

Eu fiquei satisfeita de ter aqueles papéis [*mensagens de apoio*] porque eles me fizeram perceber, olhando para trás, que **o que passei não estava só na minha cabeça**<sup>180</sup> (Lindsay Meyer) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Nesse sentido, o propósito dos relatos seria “ajudar a todos aqueles que ainda sofrem em silêncio por dependerem afetivamente de preconceituosos” (VAZ, 2014, p. 42). Um dos depoimentos da campanha *Me Too* deixa isso bastante claro: “Eu não queria que fosse só sobre mim, minha validação e minha vingança. **Eu queria que outros tivessem um “senso de resolução” e alívio do trauma**, do assédio, do medo e da culpa e da vergonha de si mesmo<sup>181</sup>” (Natalie Saibel, garçonne que denunciou seu ex-chefe por assédio sexual e foi, em seguida, demitida).

Em segundo lugar, além da alegada ajuda a outras vítimas, os relatos serviriam para alertar e colaborar com a sensibilização a respeito do problema social que é o assédio. Esse projeto moral embasa a narrativa coletiva e dá respaldo aos relatos. Seu objetivo estaria ligado, sobretudo, à conscientização e à educação da sociedade, em especial dos homens, potenciais agressores.

Inicialmente desenvolvido por Jennifer Cole (2003), o conceito de “projeto moral” demonstra como a moralidade orienta narrativas a respeito de experiências vividas no passado. Os projetos morais estão ligados “às visões locais que fazem uma pessoa boa,

<sup>178</sup> [...] que je devais faire entendre ma voix. Mais pas trop, car une fille doit être bien élevée. Que je ne devais pas hésiter à demander de l’aide. Mais sans exagérer non plus.

<sup>179</sup> Justine Larbalestier @JustineLavaworm (28 mai. 2015): “Like many of the women on #firstharassed it started for me at a very young age when I hit puberty. Fir years I thought I was the only one”.

<sup>180</sup> “I was sure glad that I had that paper trail because it made me realize as I looked back to see that yeah, what I had gone through was not just in my head”.

<sup>181</sup> “I didn’t want it to be just about me and my validation and my revenge. I wanted others to have a sense of resolution and relief from the trauma, the harassment, the fear and the blame and the self-shaming”.

uma comunidade justa, e o modo como estas concepções de comunidade reciprocamente envolvem noções pessoais do que significa ter uma boa vida, e os esforços para obter tal vida” (COLE apud ZIGON, 2008, p. 149).

Esse aspecto pedagógico - de mudança de mentalidades e atitudes - está claro no léxico e em marcas textuais de muitas postagens. Verbos como “ensinar”, “aprender”, “prestar atenção” e termos como “educação” e “conscientização” são recorrentes, como podemos perceber abaixo:

@04h57: Não ensinar as meninas a temer, **ensinar os homens a respeitar** #PrimeiroAssédio

@cassiusmedauara: Homens, leiam a tag #PrimeiroAssédio e por favor, nunca mais façam nada parecido! E **ensinem seus filhos!**

Por favor (especialmente os homens) leiam a tag #firstharassed. Não cheguem e se oponham. Não deturpem. **Leiam e prestem atenção**<sup>182</sup>.

O assédio nas ruas começa tão cedo na vida das mulheres que se torna esperado. Compartilhe suas histórias na #FirstHarassed para **aumentar a conscientização!**<sup>183</sup>

Um sorriso não é assédio, justamente. Não é levantar um exército contra os gentis. Mas **educar os babacas** #stophdr<sup>184</sup>.

Contei para um grande amigo o que tinha acontecido e ele me olhou entristecido. Ele disse: “Eu preciso te fazer uma pergunta: não entendo como uma mulher forte como você, como isso pode ter acontecido com você? Assim, como você deixou isso acontecer?” Então eu acho que **ainda precisamos de muita educação**. Essa pessoa me ama e precisava entender. Qualquer pessoa pode ser estuprada<sup>185</sup> (Tina Baker, cantora, após afirmar ter sido estuprada por seu ex-agente) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Isso é de alguma maneira um bom exercício **de lutar por aquilo que você acredita** ou denunciar coisas que você não tolera<sup>186</sup> (Karin Bruckner, artista que denunciou o arquiteto Richard Meier por assédio sexual) - Depoimento da campanha *Me Too*.

Abram bem seus olhos cheios de purpurina que borram a realidade, porque **é hora de vocês aprenderem** que no planeta Terra acontecem

<sup>182</sup> [kie.ran] @danblackroyd (28 mai. 2015): “Please (especially men) read the #firstharassed tag. Don't jump in and object. Don't derail. Read and pay attention”.

<sup>183</sup> NCCoalitionAgainstSA @NCCASA (28 mai. 2015): Street harassment begins so early in young women's lives that it becomes expected. Share your stories on #FirstHarassed to raise awareness!

<sup>184</sup> Abracaleskia @abracaleskia (7 abr. 2017): « Un sourire n'est pas du #harcèlement, justement. Pas question de lever une armée contre les gentils. Mais d'éduquer les gros nases #stophdr ».

<sup>185</sup> “A very good friend, a man, I told him about it and he looked upset. He said: ‘I need to ask you this question: I don't understand how such a strong woman like you, how this could have happened to you? Like, how did you let this happen to you?’ So I think that there is a lot of education that still needs to be done. This person loves me, and he needed to understand. Anyone can get raped”.

<sup>186</sup> This is somehow a good exercise in standing up for what you believe in or speaking up against things you don't condone.



fenômenos não muito legais<sup>187</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Então **senhores aprendam a se controlar** porque nós não somos obrigadas a nos esconder debaixo de camadas de roupas ou véus. **Vocês devem aprender a olhar para uma mulher sem babar**<sup>188</sup> - Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

É curioso notar que a tentativa de “esclarecimento” adota um tom muitas vezes pedagógico. Na página da campanha *Stop Harcèlement de Rue* isso é facilmente perceptível. Em uma das abas, intitulada “Como saber se estou assediando alguém”, os limites estão estabelecidos de forma clara.

Existe uma diferença entre a paquera e o assédio. Essa diferença reside no CONSENTIMENTO. Se você aborda uma pessoa no espaço público, na rua, em um bar etc., fique atento a seu comportamento. Se ele responde “não”, “não estou interessado (a)”, “estou com pressa”, “tenho namorado (a)”... é porque ela não deseja conversar, respeite sua escolha e não insista! [...] Coloque-se no lugar dessa pessoas antes de abordá-la, se pergunte “eu gostaria que alguém se comportasse assim comigo? Ou com meu companheiro (a)? Meu (minha) namorado (a)? Minha irmã ou irmão?”<sup>189</sup>

Essa “conscientização” ou “educação” seria possível mediante a promoção do debate público. Para que o tema do assédio e da violência deixe de ser um interdito social, a tomada da fala pelas vítimas é essencial. Alguns relatos fazem referência, mesmo que indireta, a esse “fim do tabu”, como percebemos a seguir: “Existe **um véu da vergonha que foi levantado** dessa coisa toda<sup>190</sup>” (Gwyneth Paltrow) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Também faz parte desse projeto moral de conscientização a constituição de si mesmo como uma “pessoa moral”, ou seja, a mobilização proposta pelas campanhas é uma ação política que se efetua também num sentido micropolítico, como diz Cole: “As pessoas engajam-se em projetos para fazerem de si próprios um certo tipo de pessoas

<sup>187</sup> « Écarquillez bien grand vos yeux pleins de paillettes qui vous floutent la réalité, car c’est l’heure pour nous d’apprendre que sur la planète Terre, y’a des phénomènes pas sympas qui se produisent !!! »

<sup>188</sup> « Alors messieurs apprenez à vous contrôler car ça n’est pas à nous de nous cacher derrière des couches de vêtements ou des voiles mais à vous d’apprendre à regarder une femme sans avoir la bave au coin des lèvres... »

<sup>189</sup> « Il y a une grande différence entre la drague et l’harcèlement. Cette différence réside dans le CONSENTEMENT. Si vous abordez une personne dans un espace public, dans la rue, dans un bar etc., soyez attentif-ve à son comportement. Si elle vous répond « Non », « Je ne suis pas intéressé-e », « Je suis pressé-e », « J’ai un copain-une copine »... c’est qu’elle ne souhaite pas entamer la discussion, respectez son choix et n’insistez pas ! [...] Mettez-vous simplement à sa place et avant de l’aborder, posez-vous la question : aimeriez-vous que quelqu’un se comporte ainsi envers vous ? Ou envers votre conjoint-e ? Votre ami-e ? Votre soeur ou votre frère ? » Disponível em: <http://www.stopharcelementderue.org/aide-et-conseils/comment-savoir-si-jharcele/>. Acesso em 19 nov. 2018.

<sup>190</sup> “There’s a veil of shame that’s been lifted off this whole thing”.

morais” (COLE apud ZIGON, 2008, p. 150). Aquelas que testemunham o fazem por um bem maior e isso é um recurso simbólico bastante expressivo que possui grande eficácia política. Isso se aproxima da noção de “empreendedores morais” (BECKER, 2008), isto é, agentes sociais engajados que atuam para que determinada prática ou norma social seja ressignificada.

Nesse caso, tanto as mulheres que participaram das mobilizações como suas criadoras e a mídia que ofereceu visibilidade a elas são empreendedores morais ou “reformadores cruzados” contra a violência sexual. Está em jogo aqui uma certa superioridade moral, já que aqueles que testemunham são movidos por um sentimento de justiça, como fica claro adiante:

O jeito é enfrentar isso, **fazer a diferença**, entender que é algo muito mais frequente do que parece ser e que não podemos ficar passivas diante de atos de tantas pessoas covardes e doentes (N.L.) – Depoimento da campanha *Chega de Fiu Fiu*.

[...] **se não enfrentarmos** juntos esse mesmo tipo de gente vai continuar a fazer o que estão fazendo repetidamente<sup>191</sup> (Kenny Sale) - Depoimento da campanha *Me Too*.

Eu fiz o que fiz porque **era a coisa certa a se fazer**<sup>192</sup> (Ashley Judd) - Depoimento da campanha *Me Too*.

Um dos relatos da campanha *Me Too* nos ajuda a pensar como existem outros elementos em jogo, distintas formas de pertencimento, que extrapolam o gênero propriamente dito, quando tratamos da relação entre homens e mulheres. Segundo a produtora musical negra Drew Dixon, o que a impediu de revelar que havia sido estuprada por seu então chefe Russell Simmons foi o fato de que ele era um homem negro. Ela afirma ter sido assediada por outro chefe, L.A. Reid, também um homem negro. Nesses dois casos, ela manteve as agressões em segredo pois não queria contribuir para o mito do negro “predador sexual”. No entanto, ela mudou de ideia porque, pensando em termos morais, “o que eles fizeram foi errado”. Vejamos seu relato:

É muito difícil para uma mulher negra denunciar homens negros poderosos porque nós não temos heróis para “poupar”. Estamos sempre lutando essa batalha árdua, sempre tentando superar este mito do homem negro predador. Então a última coisa que você quer fazer é contribuir para isso de alguma forma [...] Isso foi muito difícil para mim e foi literalmente porque eu mantive segredo por todos esses anos. Eu

---

<sup>191</sup> [...] if we’re not standing together these same kind of people are going to keep doing what they are doing over and over.

<sup>192</sup> “I did what I did because it was the right thing to do”.

não queria destruir um homem negro, imagine dois. **Mas o que eles fizeram foi errado**<sup>193</sup>.

O caso de Sandra Muller, criadora da campanha francesa *Balance ton Porc*, também pode nos ajudar a compreender como é construída uma espécie de projeto moral que norteia muitas mobilizações. Alguns meses após postar sua denúncia no Twitter contra o também jornalista Eric Brion, Muller foi acionada judicialmente por difamação. Em sua nota pública, postada no perfil da campanha no Facebook, podemos perceber que ela se apresenta como uma espécie de mártir, alguém que deseja que sua vida pessoal sirva a um propósito maior, a uma causa, a de lutar contra as agressões sexuais. Nesse sentido, seu sofrimento serviria para o bem comum ao incitar uma mudança nas relações entre homens e mulheres.

Diante do modo como ela expõe a situação, não se trataria apenas de uma questão singular, uma disputa judicial entre dois indivíduos comuns, mas sim uma perseguição a alguém que tentou lutar contra o tabu do assédio sexual no meio profissional e representa outras tantas mulheres.

[...] Eu irei até o fim desse combate com a ajuda de meu advogado e **espero que esse processo seja a ocasião de lançar um verdadeiro debate sobre os meios de lutar contra o assédio sexual**. A #balancetonporc serviu para liberar a fala de vítimas e jogar luz em um verdadeiro problema social que ainda é um tabu. Fui recompensada junto com outras mulheres e homens no dia 6 de dezembro como personalidade do ano pela revista *Time* por permitir quebrar esse pesado silêncio. **Com essa intimação, querem me forçar a me calar**<sup>194</sup>.

Fazer da questão individual um problema coletivo é algo recorrente na construção da “pessoa moral”. Apesar de narrarem experiências pessoais e íntimas, as mulheres vítimas não agem em benefício próprio, mas sim em prol do grupo social. Em sua pesquisa sobre o combate à pedofilia empreendido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal brasileiro, Lowenkron (2015) identifica como os políticos envolvidos na ação se apresentam como indivíduos altruístas, cujo engajamento é motivado apenas pelo interesse da coletividade e não pelo lucro político em defender causas desse tipo. Obviamente existem distinções entre os agentes políticos e as mulheres

---

<sup>193</sup> “It’s very hard as a black woman to call out powerful black men because we have no heroes to spare. We are always, still, fighting this uphill battle, always trying to overcome this myth of the predatory black man. So the last thing you want to do is contribute to that in any way [...] That was very hard for me and it’s literally why I kept the secret for all these years. I didn’t want to tear down a black man, let alone two. But what they did was wrong”.

<sup>194</sup> Disponível em:

[https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=143263746360073&id=130401124313002](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=143263746360073&id=130401124313002).

Acesso em 06 nov. 2018.

que dão seus testemunhos, já que no primeiro caso há uma distância na representação. No entanto, podemos perceber uma estratégia retórica interessante, como nos mostra a antropóloga:

Não se pode ignorar (e é claro que nenhum político ignora) que a infância e, principalmente, as injustiças cometidas contra as crianças constituem um território moral politicamente muito lucrativo para aqueles que conseguem se legitimar como representantes da luta contra essas injustiças. Contudo, a exibição convincente do desinteresse e do altruísmo é condição de possibilidade para obtenção desse lucro simbólico (LOWENKRON, 2015, p. 143-144).

Já o coletivo feminista Think Olga, responsável pelas mobilizações Chega de Fiu Fiu e Primeiro Assédio, também se apresenta como tendo uma missão, a de “empoderar mulheres por meio da informação”. Em sua página na internet, lemos:

INFORMAÇÃO É PODER. O problema: detentores e criadores de informação são poucos e homogêneos. Nossa proposta: quebrar a hegemonia/homogeneidade. **Queremos oferecer espaço de fala para quem antes não tinha onde ecoar sua voz. Um hub de mulheres, sobre mulheres, para mulheres.** Conscientização, representatividade, educação, acolhimento, “know your rights”, conhecimento dos direitos. Acreditamos que a informação é o ponto de partida para a criação de um mundo mais igualitário. E é essa nossa missão<sup>195</sup>.

Oferecer um espaço de fala, como é a proposta do grupo Think Olga, seria essencial para o fim do silêncio de diversas mulheres que sofreram abuso ou violência sexual. Discutimos adiante quais emoções motivam esse silenciamento e como as mobilizações são apresentadas como um meio de dar voz às vítimas.

## 5.2 O MEDO E AS EXPECTATIVAS DA CULTURA AFETIVA

Além da culpa e da vergonha, outras emoções são facilmente identificáveis nos relatos, como tristeza, angústia, raiva, indignação e humilhação. No entanto, um dos sentimentos mais recorrentes nas narrativas analisadas é o medo, que aparece sob diversas facetas. Muitas mulheres falam, por exemplo, do temor que sentem em relação a uma possível agressão. Nesse caso, apesar de a violência ainda não ter ocorrido, a possibilidade de que ela aconteça já seria algo danoso e eventualmente traumático.

Evito sair depois que anoitece, evito passar por ruas desertas, desvio o caminho quando preciso pegar uma rua mais deserta e me visto com roupas que escondam o meu corpo quando estou a pé, só uso vestidos, shorts ou decotes quando estou acompanhada ou de carro. É revoltante

<sup>195</sup> Disponível em: <https://www.thinkolga.com/sobre/>. Acesso em 19 nov. 2018.

não podermos ter nenhuma liberdade, **é exaustivo viver com medo** (Elisa C.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

Sandy Quintans @sandyquintans (21 out. 2015): Não faço ideia de qual foi o meu #PrimeiroAssédio. Mas uma coisa eu sei: **ser mulher é viver com medo constante** de todos os assédios.

Maria Fernanda @mf\_cotrim (11 nov. 2015): Incrível como nunca dividimos essas coisas com nossas amigas, mães, irmãs... **Por que temos tanto medo?** #firstharassment #primeiroassedio

Esse sentimento de **insegurança**, de **humilhação constante**, esses olhares que nós sentimos sobre nós e que vimos sobre outras, esses assovios #stophdr<sup>196</sup>.

Isso pode se relacionar com o conceito de “trauma insidioso”, desenvolvido pela terapeuta feminista Maria Root (1989). Ele atingiria todas as mulheres que vivem em culturas misóginas, em que o assédio e a violência sexuais são tidos como algo banal ou mesmo erótico. Essas mulheres começariam a apresentar sintomas de pessoas traumatizadas, como a hipervigilância, o que dialoga com a compreensão do trauma como um evento que pode ser vivido indiretamente, conforme vimos com Fassin e Rechtman (2011) no segundo capítulo desta tese.

A teórica feminista Laura Brown (1995, p. 107) avança no tema afirmar:

A maioria das mulheres na América do Norte hoje sabem que podem ser estupradas **a qualquer momento por qualquer pessoa**. Todas nós conhecemos alguém como nós que foi estuprada, muitas vezes em sua própria casa por um homem conhecido. Assim, muitas mulheres que nunca foram estupradas apresentam sintomas do trauma do estupro [grifos nossos].

Para Brown (1995), a teoria do trauma já reconhece a existência do “trauma intergeracional” que atinge filhos de sobreviventes do Holocausto, o que demonstra o potencial “contagioso” da experiência traumática. Já no caso de mulheres, viver em uma cultura sexista e violenta e estar exposta a um medo constante poderia operar efeitos negativos no psiquismo das mulheres. Se a agressão pode acontecer a qualquer momento, as mulheres devem estar em constante “estado de alerta”. Os relatos a seguir se relacionam com essa discussão ao apontarem para o medo e emoções correlatas, como insegurança e apreensão:

[...] **Me sinto desconfortável e desprotegida** em saber que não posso andar tranquila pelas ruas, simplesmente pelo fato de ser mulher (Veridiana) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

<sup>196</sup> Audrey R @AudreyRnu (6 abr. 2017): « Ce sentiment d'insécurité, d'humiliation constante, ces regards qu'on a senti sur nous, qu'on a vus sur d'autres, ces sifflements #stophdr ».

Bulletproof Tiger @TGRbass (15 nov. 2015): #firstharassment Felizmente eu nunca fui atacada, mas **a ameaça estava em cada assovio e palavra**. Eu era pré-adolescente e já era um pedaço de carne<sup>197</sup>.

Nunca me aconteceu nada #stophdr mas **só de ver um homem me olhar fixamente no transporte público me dá medo** e não deveria ser assim<sup>198</sup>.

Não é normal ter que **ficar atenta o tempo todo** se preparando sempre para o caso de alguém encostar em você sem que você deseje #stophdr<sup>199</sup>.

Outro elemento trazido por Brown (1995) é importante para nossa discussão. Quando ela afirma que as mulheres sabem que podem ser estupradas “a qualquer momento por qualquer pessoa”, ela opera uma generalização da figura do agressor. Como vimos no quarto capítulo, a universalização da figura da vítima é importante para construir a gravidade do problema e ainda colabora no sentido da formação da empatia. Paralelamente a esse movimento, porém, acontece também a generalização do polo oposto, o do algoz. A masculinidade é apresentada como essencialmente violenta e agressiva.

Se todas as mulheres são vítimas em potencial, todos os homens podem vir a ser agressores. Esse mecanismo retórico é sugerido no relato a seguir: [...] Não tive coragem nem de olhar para o rosto do homem, e depois que saí do ônibus fiquei com a sensação de que **o cara poderia ser qualquer um na rua**, ou que **os homens na rua poderiam ser iguais a ele** [...] (N. L.) (Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu).

O medo identificado em muitos relatos também pode estar relacionado a outras questões, que não o temor de uma agressão propriamente dita. Nos depoimentos reunidos pelo *The New York Times*, que tinha como foco o assédio no trabalho, muitas mulheres expressaram seu receio em relação a uma possível retaliação ou outro efeito negativo posterior à denúncia. Isso é perceptível nos dois relatos a seguir:

Mas vamos dizer que você está na casa dos 30 anos, ainda está nesse meio profissional e **você não quer sofrer com o ostracismo, tem aquele estigma**. A pior coisa para mim foi que eu tive apoio de outras

<sup>197</sup> “#firstharassment Thankfully I was never attacked, but the threat was in every whistle & word. I was prepubescent & already a piece of meat”.

<sup>198</sup> bitch @ISCDKJ (5 abr. 2017): « J'ai jamais rien eu #stophdr mais juste de voir un homme me fixer sans relâche dans les transports me fait peur alors qu'on devait pas ».

<sup>199</sup> jug @ghostofahs (8 abr. 2017): « c'est pas normal de rester sur ses gardes constamment en se préparant toujours à un éventuel accostement non désiré #stophdr ».

mulheres no escritório, mesmo que muitas tivessem reclamado comigo. Elas não queriam perder o emprego. Eu entendo<sup>200</sup> (Deborah Harris).

Embora eu me preocupasse que isso fosse **trazer danos ao meu negócio** (eu trabalho no rádio e anunciantes são tudo) de alguma maneira **isso aumentou minha credibilidade**. De uma hora para outra, **todos os tipos de empresas éticas queriam que eu representasse suas marcas**<sup>201</sup> (Wendy Walsh, comentarista de rádio e televisão, que denunciou o conhecido apresentador de televisão Bill O'Reilly por assédio sexual).

Apesar do medo relatado, para algumas mulheres, a midiaticização das denúncias operou efeitos positivos, e não apenas simbolicamente. O relato de Wendy Walsh deixa isso claro. Ela temia que a denúncia lhe trouxesse problemas, mas o resultado foi contrário. Sua credibilidade foi aumentada e seu negócio, beneficiado com mais anunciantes e marcas patrocinadoras. Outra mulher, Drew Dixon, também afirma ter se reinserido no mercado da música graças à visibilidade que obteve ao ser entrevistada pelo *The New York Times* e denunciar seu ex-chefe por violência sexual.

**Graças à reportagem eu fui contatada por artistas aspirantes [...]** isso não teria acontecido se eu não tivesse voltado à tona e lembrado a mim mesma – e aos outros – o que eu faço<sup>202</sup> (Drew Dixon, produtora musical que denunciou o executivo Russell Simmons, seu então chefe, por estupro).

Em alguns casos, a denúncia deixa de ser uma missão desinteressada e se torna uma verdadeira “possibilidade de profissionalização” (CUNHA, 2000, p. 361). Outro caso da mesma campanha pode nos ajudar a pensar essa questão. O jornal descreve da seguinte maneira a situação de Trish Nelson, que denunciou seu ex-chefe por assédio sexual:

Depois de server mesas por 26 anos, a senhora Nelson está focando em sua outra carreira, produzir espetáculos e atuar. Inspirada nos movimentos #MeToo e #TimesUp, ela criou “A sociedade secreta da irmandade”, um espetáculo que ela apresentou em Los Angeles e Nova Iorque, com famosas escritoras, atrizes e comediantes<sup>203</sup>.

<sup>200</sup> “But let’s say you’re in your 30s, you’re still in the business and you don’t want to be ostracized, there is that stigma. The worst thing for me was I didn’t get the support from other women in the office, even though they had come and complained to me. They didn’t want to lose their jobs. I get it”.

<sup>201</sup> “Although I worried that this would hurt my business (I work in radio and sponsors are everything), somehow this increased my credibility. Suddenly all kinds of ethical companies wanted me to represent their brands”.

<sup>202</sup> “Because of the article I’ve been contacted by aspiring artists [...] That would not have happened if I hadn’t resurfaced and reminded myself — and have others reminded of — what I do”.

<sup>203</sup> “After waiting tables for 26 years, Ms. Nelson is now focusing on her other career, producing shows and performing. Inspired by the #MeToo and #TimesUp movements, she created “The Secret Society of the Sisterhood,” a storytelling show, which she has staged in Los Angeles and New York, with notable female writers, actors and comedians”.

Em muitos depoimentos analisados, a sensação de impotência, a culpa, a vergonha ou o simples medo de que algo pior acontecesse, fez com que muitas mulheres sofressem caladas. Com isso, percebemos que não apenas a demonstração, mas também o silenciamento de determinado sentimento ou emoção, dependem de um sistema simbólico prévio e do manejo de certos códigos culturais, como diz Le Breton (2009, p. 142): “Um estado afetivo experimentado pode ser expresso de maneira adequada, mas também dissimulada, variada, diminuída ou exacerbada etc”.

Nesses casos, a emoção acionada está relacionada a eventuais sanções ou experiências futuras negativas que podem acontecer caso a pessoa conte o que viveu. Já trabalhamos o modo como as emoções se associam a experiências passadas, porém também existe uma ligação entre emoções e expectativas futuras, como diz David Le Breton (2009, p. 118-119):

A afetividade relaciona-se com o sentido, ela não finca suas raízes apenas na concretude presente de uma situação; ela pode antecipar um acontecimento e assim misturar-se ao imaginário ou fantasias, os quais igualmente produzem emoções reais [...] A projeção no tempo é, para o melhor ou o pior, um laboratório de emoções. O imaginário projeta significado sobre o acontecimento futuro e fabrica antecipadamente uma emoção que repercute fortemente sobre o momento presente.

Muitas mulheres relatam a incompreensão, o sentimento de solidão pois ninguém oferece uma escuta atenta e solidária. O medo do julgamento alheio aparece nas narrativas abaixo:

Resolvi desabafar aqui pois pra qualquer pessoa que eu disser, até mesmo a minha mãe ou alguns amigos mais próximos (não por maldade, por ignorância mesmo, por costume, sei lá) vão me perguntar: “Ah, **mas você tava com roupa decotada?**” (Nadja F.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

[...] Há mais ou menos um ano atrás um professor começou a me assediar [...] eu ficava super constrangida, e **tinha medo que ninguém acreditasse em mim**, ou de contar pra alguém porque eu não tinha como provar que ele fazia isso [...] Ainda tenho vontade de denunciá-lo porque se ele fez isso comigo, fará com outras alunas também, mas **infelizmente sou tomada pelo medo** (J.C.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu.

Ficava paralisada e tinha muito medo dele, do que ele dizia que ia fazer comigo, mas também do que ele poderia fazer sem me dizer... **Mas também tinha muito medo de contar para minha mãe e que ela não**



**acreditasse em mim...**<sup>204</sup> (Menina que afirma ter sido abusada pelo padrasto) – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Algumas reações, no entanto, surpreendem positivamente as vítimas que relataram suas experiências. Foi o caso de duas mulheres que foram entrevistadas pelo *The New York Times*:

**Uma das coisas que me trouxeram mais satisfação foi ver a reação da minha filha**, porque ela disse: ‘Wow, mãe, isso é tão maneiro, tão ‘foda’. Você fez a coisa certa e mais poder para você’. Ela tem 23 anos e acabou de começar a trabalhar<sup>205</sup> (Karin Bruckner) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Depois do artigo, minha filha postou no Facebook: “Minha mãe, guerreira da justiça social”. **Eu realmente subi no conceito dela**. Estou orgulhosa de mim<sup>206</sup> (Deborah Harris) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Um depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu demonstra como a liberdade, inclusive para escolha de roupas, pode ser tolhida pelo medo de ser responsabilizada pela agressão sexual: “Senti como se eu tivesse provocado usando uma roupa inconveniente e **mudei muito minha maneira de vestir**” (Carolina C.). Por conta do temor e do medo, o corpo adota uma postura defensiva. O depoimento a seguir demonstra como o corpo é agenciado culturalmente e de que modo a atitude corporal é modificada dependendo do contexto social: “Já **costumo andar com cara brava e os olhos voltados para o chão** para evitar contatos visuais, o que é um saco” (Andrea C.) (Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu).

O medo vem muitas vezes acompanhado do sentimento de inadequação ou inconformidade com o lugar ocupado, como se o espaço público, o mundo da rua, ainda não pertencessem efetivamente às mulheres. “Esta sensação de incômodo é efeito do modo como os corpos são interpelados nos espaços que habitam, considerando as intersecções de diferentes marcadores sociais que produzem modos de vidas e experiências diversos em diferentes contextos” (MAIA, 2017b, p. 67). Isso é perceptível em diversos relatos:

<sup>204</sup> « J’étais tétanisée et avais très peur de lui, de ce qu’il disait vouloir me faire, mais aussi de ce qu’il pourrait me faire et ne me disait pas... Mais j’avais aussi très peur de le dire à ma mère et qu’elle ne me croit pas... »

<sup>205</sup> “One of the most satisfying things was to see my daughter’s reaction, because she was just like, ‘Wow, Mom, this is so cool, this is so badass, you did the right thing and more power to you.’ She is 23 now and she just started to work”.

<sup>206</sup> After the article, my daughter posted on Facebook: ‘My mother, social justice warrior.’ I really kind of got elevated in her eyes. I’m proud of myself.

Com uns 12 anos homens buzinavam para mim quando eu estava na calçada. Desde então eu **tenho medo de andar na rua sozinha** #firstharassment<sup>207</sup>.

Ao longo de toda a minha vida houve essas pequenas coisas que fazem com que, hoje, **andar sozinha na rua provoque apreensão**<sup>208</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Em determinados momentos, as atitudes corporais parecem mesmo funcionar como um certo automatismo diante da violência cotidiana, como diz Siqueira (2015, p. 31): “[...] atitudes tão naturalizadas são, na verdade, construções históricas, culturais que marcam o corpo”. O trecho a seguir ilustra: “Você sozinha na rua escura e vem um cara na sua direção, **é até involuntário ficar alerta**” (Marcella G.) (Depoimento da campanha *Chega de Fiu Fiu*).

Por meio desses relatos, vemos que as emoções são corporificadas. Elas “também são enquadradas na maior parte dos contextos como experiências que envolvem toda a pessoa, inclusive seu corpo” (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990, p. 2). É também nesse mesmo corpo que manifesta a desigualdade de gênero, pois ele é lócus privilegiado de investimento das estruturas de poder como já mostrou Foucault (1979).

O corpo com suas reações e afetações tem muito a nos dizer sobre a gramática emocional na qual estamos envolvidos. É com a superfície da pele que tocamos o mundo e somos tocados por ele, por isso, sua análise é primordial para a compreensão das emoções, como afirma Sara Ahmed (2015, p. 259): “Considerar que as emoções são mediadas e não imediatas nos recorda que o conhecimento não pode se separar do mundo corporal dos sentimentos e das sensações”.

O medo que aparece nos relatos que analisamos, porém, não significa fragilidade ou falta de potência feminina. Veremos adiante como emoções como orgulho são profusamente evocadas nas narrativas autobiográficas, indicando um movimento no sentido do empoderamento feminino.

### 5.3 DA CULPA À AFIRMAÇÃO DE SI: O EMPODERAMENTO DA “MULHER VÍTIMA”

Como adiantamos na introdução deste trabalho, as redes sociais virtuais instauram novas práticas de interação e também são um relevante espaço de produção subjetiva na

<sup>207</sup> ashley @Girlwithcurls12 (13 nov. 2015): “Around 12 men would honk there horns at me while I was on walks. Since then I've had a fear of walking by myself #firstharassment”.

<sup>208</sup> « Tout au long de ma vie il y a eu ces petits trucs qui font qu'aujourd'hui, marcher seule dans la rue provoque une appréhension... »

sociedade contemporânea. Sacramento (2016, p. 165) resume o argumento ao dizer que “a visibilidade na cultura do espetáculo é um vetor produtor de formas de subjetivação, sociabilidade e identidade”.

É nesse espaço público e visível das redes sociais virtuais que se dá a elaboração subjetiva de mulheres que sofreram com o assédio ou a violência sexual, de gravidades variadas como pudemos perceber ao longo da tese, e testemunham suas experiências. Suas narrativas não são mero reflexo do *self*, mas antes a própria forma de construção de sua subjetividade, isto é, ao narrarem suas experiências, as mulheres constroem a si mesmas. “Pelos elementos que as compõem e pelos modos específicos com que são ordenadas e enunciadas, cada uma dessas narrativas autobiográficas produz diferentes modos de ser” (VAZ et al ., 2014, p. 2).

O discurso emocional é uma das principais ferramentas dessa elaboração subjetiva. Por meio dos relatos e da atualização discursiva dos eventos, as mulheres se apresentam tanto como vítimas de uma opressão machista quanto como mulheres corajosas que superaram a culpa, a solidão ou mesmo uma “falsa consciência”, que pareciam agravadas pelo silêncio.

As emoções evocadas são absolutamente relevantes para a compreensão desse processo de empoderamento. Como discutimos no terceiro capítulo, o caráter micropolítico das emoções está ligado ao fato de as emoções nos oferecerem indícios de aspectos mais amplos da estrutura social em que vivemos. Como afirma Maia (2017b, p. 59), elas “expressam não apenas o que o indivíduo sente, mas também comunicam algo sobre as relações sociais e nos fazem compreender a sociedade em interação, tensionando essas relações sociais e a partir dessas tensões também modificam-nas”.

Além disso, elas têm muito a nos dizer sobre as mudanças no modo como nos compreendemos e nos apresentamos ao mundo. À primeira vista, poderíamos imaginar que os relatos analisados aqui são mais um exemplo da apropriação da identidade da vítima que caracterizou o feminismo, ao menos a partir das últimas décadas (GOMES, 2017).

Seria o que Soares (1999) chamou de “vitimização afirmativa”, isto é, o uso da identidade da vítima como estratégia para se obter legitimidade e visibilidade. A ênfase nessa categoria, no entanto, não possui apenas caráter instrumental. Ela também opera efeitos subjetivos, promovendo a formação de “um sujeito coletivo, um ‘nós, as mulheres vítimas’, de um compartilhamento de significados e experiências que é indispensável à formação e consolidação de atores sociais” (GOMES, 2010, p. 36).

A “mulher vítima” é uma das identidades sociais mais expressivas quando falamos de ativismo político feminista. No entanto, como qualquer outra formação identitária, ela oblitera particularidades, contradições e ambiguidades, em suma, a própria complexidade da experiência subjetiva humana. Para Gregori (1993), em muitos casos, o caráter relacional do gênero também é apagado em prol de denúncias que tenham mais legitimidade e maior potencial de produzir engajamento.

Em sua pesquisa sobre violência conjugal, Gregori (1993) pôde identificar que as mulheres possuíam papel ativo nas interações com seus companheiros. Isso não significa que não fossem vitimadas pela violência ou que fossem as responsáveis por ela. O que a pesquisadora tenta demonstrar é que, apesar de ocuparem posição de subalternidade, as mulheres não são seres completamente passivos, ou seja, elas atuam na dinâmica violenta instaurada no interior do relacionamento afetivo.

Contudo, ao analisar trabalhos sobre o tema da violência conjugal, Gregori (1993) percebeu que, na maior parte das vezes, a violência sexual é apresentada como mais uma evidência de um problema estrutural: a dominação masculina. Mesmo nos casos em que a mulher agredia os filhos, seu papel era de mera vítima que infligia a mesma violência que vivia, em um ciclo de reprodução da opressão, como diz Gregori (1993, p. 145): “Se bate em seus filhos, é devido ao fato de a violência ser ‘contagiosa’: a lei do mais forte vai se estabelecendo como uma ‘regra admitida’”.

Esses mesmos trabalhos discutidos por Gregori investiam ainda na dualidade entre algoz e vítima, ignorando aspectos mais complexos do relacionamento entre homem e mulher e deixando de lado pontos relevantes dessa temática que poderiam colaborar com o enfrentamento do problema. Seria necessário, por essa razão, abandonar esquemas reducionistas e buscar compreender quais significados a violência pode assumir, sem obviamente justificar os atos de agressão. Para Gregori, essa seria uma perspectiva bastante produtiva em termos de apreensão do fenômeno da violência:

A incorporação dessa perspectiva permite entender que os padrões distintos de comportamento instituídos para homens e mulheres são atualizados em relações interpessoais, ou melhor, entram em uma operação combinatória particular em cada relação de violência considerada. Nessa medida, é importante mostrar como esse movimento de combinação é feito, o que ajuda a compreender, sob uma ótica mais rica, as diferenças entre os vários significados que assume a violência nos diversos relacionamentos: o sado-masiquismo na sexualidade de alguns casais, a briga lúdica entre crianças, a briga passional entre mulheres na disputa de um homem, o espancamento com caráter punitivo etc (GREGORI, 1993, p. 146).

Existem, entretanto, exceções em termos de luta política, ou seja, há outras propostas de estratégia de combate à violência sexual. Isso nos remete ao trabalho de Gomes (2017) que investiga o ativismo político performatizado na Marcha das Vadias e seu manejo na expressão das emoções. Segundo a pesquisadora, há um trabalho emocional por parte dos ativistas políticos, que leva em conta o contexto social e político, além do repertório de emoções disponíveis na cultura.

Aplicada ao estudo dos movimentos sociais, a noção de trabalho emocional supõe que ativistas são conhecedores dos constrangimentos e das virtudes atribuídos aos diferentes registros emocionais em um determinado léxico cultural. Assim, antecipando as expectativas da mídia, do público, dos poderes públicos e de movimentos sociais concorrentes sobre um protesto, ativistas buscam modular a expressão pública de emoções (GOMES, 2017, p. 241).

Muitas ativistas feministas criticam a estratégia da Marcha das Vadias de exibição de corpos e utilização da ironia e do deboche como armas políticas, em especial quando se trata da luta contra o assédio e a violência<sup>209</sup>. Esses elementos não são comumente evocados quando tratamos de ativismo político contra a violência sexual, problema normalmente enquadrado no *frame* da vitimização. “O esforço de criar mecanismos institucionais para administração deste tipo de violência, como as delegacias, os centros de atendimento e os juizados especializados, tem sido politicamente inseparável da afirmação de uma imagem de vítima” (GOMES, 2017, p. 244).

Inicialmente o conceito de *frame* ou *framing* (quadro ou enquadramento) foi trabalhado por Goffman (2012). Ele seria um quadro interpretativo que nos ajudaria a dar sentido à realidade social, isto é, uma estrutura cognitiva que orientaria a representação do mundo. O conceito foi, em seguida, desenvolvido por Snow e Benford (1988) na análise de mobilizações sociais e políticas para designar um esquema interpretativo que condensa a realidade em uma perspectiva específica. Nesse sentido, um grupo se articula e organiza sua estratégia política tendo como base um *frame* ou enquadramento particular da realidade, potencialmente gerador de participação e engajamento.

---

<sup>209</sup> Outras críticas direcionadas à Marcha das Vadias se referem à participação de homens e mulheres trans nas manifestações e em seus espaços de deliberação, bem como à defesa da prostituição como prática social legítima. Por último, a estratégia da Marcha também é rejeitada por segmentos do feminismo negro, pois, para esses grupos, o termo “vadia” reforça o estigma da hiperssexualização associado a mulheres negras. “Para os grupos que sustentam esta posição, a Marcha das Vadias expressa as experiências de mulheres brancas de classe média, e não atenta para o modo como a interação de gênero, raça e classe marca negativamente os corpos de mulheres negras” (GOMES, 2017, p. 249).

A Marcha das Vadias adotaria por sua vez um *frame* transgressor, apostando no humor, na provocação e na paródia para combater a violência sexual contra a mulher, como explica Gomes (2017, p. 244):

[...] o elemento mais distintivo da Marcha das Vadias, enquanto um protesto feminista contra o estupro, é o seu reenquadramento (*reframing*) da abordagem pública da violência sexual. Em suas performatividades corporais e emocionais, as ativistas da MdV apostam em um *frame de transgressão*, relegando a segundo plano o *frame vítima* que costuma dar o tom das ações feministas contra o estupro e a violência contra a mulher no Brasil e no mundo nas últimas décadas.

A disputa política entre diferentes “empreendedores morais” (BECKER, 2008) faz parte do próprio processo de mobilização política. Isso dialoga com o trabalho de MacRae (1990) sobre o ativismo homossexual no Brasil dos anos 1970. Sobre essa pesquisa, Gomes (2017, p. 241) afirma:

[...] havia uma disputa entre militantes que consideravam necessário transparecer “seriedade e dignidade” para difundir uma imagem “normal” dos homossexuais e outros que apostavam na “fechação” – performances de “desmunhecação” ou “bichice” marcadas por deboche, sátira e humor – como forma de contestação da naturalidade dos padrões de gênero e da própria “sisudez”.

Quando se trata de violência sexual, a ressignificação das estratégias políticas de enfrentamento do problema, no entanto, é minoritária. A aposta na vitimização ainda dá o tom do feminismo contemporâneo e isso também se manifesta nos relatos que analisamos aqui. No entanto, parece existir um movimento mais complexo do que a simples identificação como vítima. O que percebemos nas narrativas é uma vitimização que conduz a uma afirmação vitoriosa de si, um processo de “empoderamento” que se baseia na exposição da experiência de sofrimento. A dor dá lugar a emoções como bravura, coragem e orgulho. A escolha lexical de alguns relatos deixa isso explícito, como nos testemunhos a seguir:

A vez que eu era ainda uma adolescente, passei na esquina de casa e um grupo de meninos mencionou palavras baixas pra mim. Abri a porta de casa e entrei chorando e com raiva. Então, quando eu vi a matéria hoje, pensei ‘nossa, tudo o que eu sempre penso e não sei expressar’. **Resolvi tomar coragem** e compartilhar uma de suas imagens da campanha em apoio [...] (M. A.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

**Algumas palavras corajosas sendo compartilhadas.** A objetificação era algo tão frequente que eu aceitava sem questionar quando era criança #firstharassment<sup>210</sup>.

<sup>210</sup> Nadia Stone @GatherNoMoss (14 nov. 2015): “Some brave words being shared. Objectification was so frequent I accepted it without question as a child. #firstharassment”.

**Orgulhosa de mim por resistir**, mas eu me ensinei a viver com medo e pensar muito nas circunstâncias em que me coloco. Com 6. #firstharassed<sup>211</sup>.

Os temas são parecidos: muito obrigada, eu também vivi experiências de assédio e violência sexual, **você foi tão corajosa**, você tornou isso mais fácil para mim<sup>212</sup> (Ashley Judd contando das mensagens que recebeu de outras mulheres após sua denúncia de assédio sexual se tornar pública) – Depoimento da campanha *Me Too*.

A maioria das pessoas disse que **fui muito corajosa**<sup>213</sup> [...] (Karin Bruckner) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Muitas postagens também parabenizam a coragem ou a bravura das mulheres que testemunharam, além de associar o testemunho à luta política de enfrentamento à violência sexual, como nos exemplos: “Meninas que testemunham **vocês são rainhas** e não merecem que babacas venham acrescentar assédio digital #stopHDR”<sup>214</sup> ou então “É a prova de que **devemos continuar a testemunhar e a lutar**. Parabéns a todas! #StopHDR”<sup>215</sup>.

À primeira vista, isso parece um paradoxo. Como alguém que se apresenta enquanto vitimado pode também ser vencedor? Além disso, como explicar a ênfase na vitimização dentro de um cenário individualista em que todos são incentivados a buscar seu bem-estar e a conquistar sua felicidade? Illouz (2006, p. 107) resume a problemática ao afirmar:

A parte do sofrimento nas definições de identidade individual, da mais simples a mais complexa, é incontestavelmente um dos fenômenos mais paradoxais dos anos 1980: ao mesmo tempo que o discurso do individualismo triunfante se tornava mais invasivo e hegemônico do que nunca, a exigência de expressar e representar seu sofrimento, quer seja em grupos de apoio, em emissões televisivas ou em relações íntimas, chegou a seu paroxismo. Como essa narrativa se tornou para nós uma maneira fundamental de nos expressarmos, de termos um eu e expressar nossos sentimentos?

Birman (2010) nos oferece uma chave de leitura para esse aparente paradoxo. A generalização da vitimização e do ressentimento que representa o mal-estar na atualidade

<sup>211</sup> Valerie at Hotland @the\_valerie (28 mai. 2015): Proud of myself for resisting, but it taught me to live in fear & think hard about the circumstances I put myself in. At 6. #firstharassed.

<sup>212</sup> “The themes are similar: thank you so much, I’ve had my own experiences with harassment and sexual assault, you’ve been so brave, you made it easier for me”.

<sup>213</sup> “Most people expressed that I was very brave in coming out and saying what I did”.

<sup>214</sup> Bitchface Joul @Joulmusic (6 abr. 2017): « Les filles qui témoignez vous êtes des reines et ne méritez pas les connards qui viennent vous rajouter du harcèlement en ligne #stopHDR ».

<sup>215</sup> Juliette Lancel @Oniromanie (6 abr. 2017): « C’est juste la preuve qu’il faut continuer à témoigner et à lutter. Bravo à toutes ! #StopHDR ».

seria o outro lado do imperativo à felicidade: “[...] todos aqueles que não puderam e não conseguiram realizar tal aspiração, supostamente prometida, à felicidade, passaram a sentir-se como vítimas de uma injustiça social” (BIRMAN, 2010, p. 28).

Porém existe ainda uma outra lógica que une vitimização e individualismo triunfante e é essa relação que tentamos esclarecer aqui<sup>216</sup>. Compreender que se foi vítima, conscientizar-se, é o primeiro passo no sentido da superação. Ir a público testemunhar algo extremamente doloroso serve muitas vezes de fundamento ou justificativa para as construções identitárias vencedoras. O sujeito se torna um vencedor porque teve coragem de ir a público contar que foi vítima.

Quanto mais difícil for falar, mais “vitoriosa” é a vítima, já que o obstáculo a ser vencido foi significativo. “[...] o primeiro critério de verdade é a dimensão de desafio implícito no próprio fato de ter tido a coragem de dar testemunho de sua vitimização. Um critério adicional seria o acúmulo de detalhes da narrativa, de preferência banais, para dar uma dimensão realista à narrativa” (VAZ; SANTOS, 2017, p. 15).

A ideia de sofrimento relevante, que colabora na instauração da empatia e da compaixão, é essencial para a afirmação triunfante de si, como é sugerido pelo relato a seguir: “> Ser assediada na rua > Ficar paralisada > Chorar > **Encontrar força para falar** > Ser chamada de mentirosa #stophdr”<sup>217</sup>. Isso também fica claro no site da campanha *Me Too*. Nele, podemos ler: “Muitos de nós também somos sobreviventes, então sabemos que **empoderar outras pessoas por meio de empatia** costuma fazer parte do processo de cura<sup>218</sup>”.

Além disso, a dificuldade da revelação também colabora com a construção do efeito de veracidade dos relatos. Afinal quem iria a público para contar algo tão doloroso se o evento nem sequer existiu? Isso acontece porque “(...) um critério adicional de verdade é a dimensão de desafio implícito no próprio fato de ter tido a coragem de dar testemunho de sua vitimização” (VAZ et al., 2014, p. 4).

A identidade se constrói a partir do acionamento e da reapropriação de uma memória traumática, por meio da exposição pública que promove um efeito catártico e libertador. Ao analisar narrativas de celebridades que sofreram *bullying* na infância,

<sup>216</sup> Parte dessa discussão integra o artigo “*Project Unbreakable: o segredo tóxico e a cura por meio da visibilidade*”, escrito pela autora desta tese e publicado na revista *Z Cultural* (PACC/UFRJ), ano XII, n.1, 1º semestre de 2017.

<sup>217</sup> antifachiste @antifachiste (6 abr. 2017): « > Se faire harceler dans la rue > Etre tétaniser > Pleurer > Trouver la force d'en parler > Se faire traiter de mythomane #stophdr ».

<sup>218</sup> “Many of us are survivors, too; so we know that empowering others through empathy is often a part of our own healing journeys”. Disponível em: <https://metoomvmt.org/>. Acesso em 20 nov. 2018.



Sacramento (2016, p. 170) aponta para uma “transmutação do indivíduo de sujeito do sofrimento para sujeito da superação”.

Portanto, após a “tomada de consciência” individual, a fala pública é essencial para que o sujeito mude sua compreensão a respeito de si, como diz Jimeno (2010, p. 114): “O processo que permite superar a condição de vítima passa pela recomposição do sujeito mediante a expressão manifesta e compartilhada da sua vivência”. Os indivíduos se constroem diante dos outros e também para si mesmos como sujeitos que venceram em alguma medida a experiência de dor.

Em muitos outros relatos, encontramos o sentimento de gratidão; as vítimas agradecem por terem sido “ouvidas”, o que também sugere a importância da escuta no processo terapêutico, que já discutimos no quarto capítulo.

**Obrigado a vocês por essa possibilidade de falar sobre isso.** Faz mais de 15 anos, mas eu tenho tanta vergonha que não consigo falar com as pessoas próximas a mim, nem com minha companheira [...] Obrigado mais uma vez<sup>219</sup> (Homem assediado sexualmente por seu chefe) – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Não façam como eu, reajam e não se deixem que façam isso com você! E partam o mais rápido possível! **Obrigada a esse site!**<sup>220</sup> (Mulher vítima de violência doméstica) – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Apresentar-se como alguém vitorioso em relação à experiência de dor, não significa que o evento seja esquecido ou que perca sua importância após o relato sobre ele. O testemunho funciona como uma elaboração simbólica do passado traumático (SELIGMANN-SILVA, 2010) que colabora com a superação da dor; contudo, isso não equivale ao esquecimento. Como vimos em vários testemunhos já discutidos, a “cicatriz” continua existindo.

Muitas vítimas afirmam que nunca irão esquecer o que lhes aconteceu e emoções como raiva e ódio são constantes nomeadas nos depoimentos. Um deles, da campanha *Balance ton Porc*, é ilustrativo a esse respeito: “Ódio eu tenho pra dar e vender, e **acho que ele não partirá nunca**. Mas mesmo assim eu consegui me construir. Nós podemos fazer isso, nós devemos fazer isso<sup>221</sup>”.

<sup>219</sup> « Merci à vous pour cette possibilité d’en parler. C’était il y a plus de 15 ans, mais je reste encore tellement honteux que je ne peux en parler à mes proches, à ma compagne Il faut rappeler que ‘balance ton porc’ est important car cela n’aide pas les femmes. Cela aide les victimes. Toutes les victimes. Merci encore ».

<sup>220</sup> « Ne faites pas comme moi, réagissez, ne vous laissez pas faire! Et partez très vite! Merci à ce site! »

<sup>221</sup> « De la haine, j’en ai a revendre, et je crois qu’elle ne partira jamais. Mais j’ai tout de même réussi a me construire. On peut le faire, on doit le faire ».

Ao analisar a mobilização política de familiares de vítimas de violência, a antropóloga Paula Lacerda (2014) também identifica a marca do sofrimento que não será esquecido. Segundo ela:

As falas causadoras de dores e sofrimentos, que poderiam ser percebidas como um empecilho rumo à ‘superação’ do trauma, funcionam como uma estratégia de comunicação (para si mesmo e para os outros) de que, de fato, a ferida jamais será ‘cicatrizada’: ela está ali, aberta, exposta, nunca fechará e assim será apresentada. Comunicando que suas próprias vidas não voltaram ao normal (nem tampouco voltarão), os familiares esperam impedir que o “caso” ao qual dedicam suas vidas seja esquecido. Através de suas ações políticas, os familiares prolongam seu luto como parte de seu protesto (LACERDA, 2014, p. 69).

Se a ida ao espaço público possui dimensão terapêutica, livrar-se do segredo e falar sobre a experiência traumática também oferece a possibilidade de ajudar outras pessoas que tenham vivenciado a mesma experiência em um espaço de amparo e solidariedade (ILLOUZ, 2003). A ajuda a outras vítimas é um forte argumento moral em favor das narrativas autobiográficas, como já discutimos. A subjetividade vitoriosa performatizada nas redes sociais virtuais se relaciona à instauração de uma comunidade emocional, baseada numa ética da afetividade e do reconhecimento, que tem como ponto central a categoria de vítima (JIMENO, 2010).

O fundamento dessas comunidades é o sofrimento e, nesse sentido, o agir ético é motivado pelo sensível, pelas emoções. “No lugar, portanto, de uma comunidade argumentativa e consensual, produtora de normas e sentido num contexto intersubjetivo de livre discussão, emerge uma comunidade afetiva, de base estética, onde a paixão dos sujeitos mobiliza a discursividades das interações” (SODRÉ, 2006, p. 66).

Essas comunidades, sempre particularizadas, criam um sentimento de unidade diante do sofrimento e da violência, oferecendo apoio e solidariedade a seus membros, como diz Maia (2017, p. 711): “A linguagem emocional dessas narrativas de experiências pessoais cria laços em uma comunidade emocional porque compartilha a dor e a solidão com outros/as”. Como adiantamos no subcapítulo 2.2, a cumplicidade e a partilha que se estabelecem nessas comunidades afetivas ajudariam a fortalecer a autoestima do sujeito, como explica Sacramento (2016, p. 163):

É muito marcante em nossa cultura a importância dada ao testemunho público da vítima, identificada e celebrada como “sobrevivente” aos sofrimentos e tormentas por que passou. O testemunho da vítima conta, então, com uma forte tonalidade exemplar, fazendo com a experiência traumática transmute-se sob o *ethos* motivacional e capitalize sobre a tendência atual de autoajuda [...].

Esse apoio faz parte de várias narrativas, que contrariam a ideia estereotipada de que existiria uma rivalidade constituinte das relações entre mulheres, como vemos a seguir:

Renata gomes @renatagames (22 out. 2015): **a quantidade de apoio que rola em torno do #PrimeiroAssédio é MUITO MAIOR** que a de ataques. Coisa de centenas x meia dúzia de pirralho misógino.

A tag #firstharassed é TÃO IMPORTANTE. Ela dá aos sobreviventes **um espaço seguro para falar sobre suas experiências**, precisamos trazê-las à tona<sup>222</sup>!

De modo semelhante, outros relatos vão tratar de como a visibilidade do problema do assédio diminuiu o sentimento de solidão e isolamento das vítimas:

Eu leio os *tweets* de #stophdr e me dou conta que eu realmente **não sou a única**<sup>223</sup>.

Todos têm que tomar suas próprias decisões, mas acho que podemos dizer que seguramente **milhões de outras pessoas estão aqui para oferecer ajuda e esperança**. Ninguém pode fazer por mim, **mas eu não preciso fazer isso sozinha**<sup>224</sup> (Ashley Judd) – Campanha *Me Too*.

A vocês mulheres que hesitam ainda, liberem sua fala, retomem seu verdadeiro poder de mulher, sejam “atrizes” de sua liberação. **Nós não estamos sozinhas**, isso pode parecer amedrontador e ao mesmo tempo **nós precisamos de sororidade**, mais do que nunca<sup>225</sup> – Depoimento da campanha *Balance ton Porc*.

Diversas postagens permitem entrever a criação de uma comunidade de mulheres vítimas. A formação dessas comunidades imaginárias estaria relacionada ao empoderamento individual, por meio da “tomada de consciência” a respeito de estruturas de opressão que constroem os indivíduos, seguido do compartilhamento das experiências no espaço público representado pelas redes sociais.

Ms Who? @trgondar\_etal (22 out. 2015): Parabéns @ThinkOlga por encorajar tantas mulheres a falarem abertamente sobre seu #PrimeiroAssedio. **Unidas somos mais fortes**.

<sup>222</sup> crush bigotry @activistpals (13 jun. 2015): “The #firstharassed tag is SO IMPORTANT, it gives survivors a safe place to talk about their experiences we need to bring it back!”

<sup>223</sup> Aurélie @Auflamant (6 abr. 2017): « Je lis les tweets de #stophdr et je me rends compte que je ne suis tellement pas la seule ».

<sup>224</sup> “Everyone has to make their decisions, but I think we can safely say millions of others are here to offer support and hope. Nobody can do it for me, but I don’t have to do it alone”.

<sup>225</sup> « Voilà, à vous mesdames qui hésitez encore, libérez la parole, reprenez votre véritable pouvoir de femme, soyez ‘actrice’ de votre libération. On est pas seules, ça peut paraître effrayant et en même temps on a besoin de sororité, plus que jamais ».

Meninas de todos os lugares, obrigada por **se unirem a nós nessa batalha** #firstharassment #primeiroassedio<sup>226</sup>.

Todo meu pensamento por aquelas que sofrem com o sexismo, o racismo, a homofobia e assim por diante, **eu luto por vocês** ♡ #stophdr<sup>227</sup>.

Existe um sentimento maravilhoso de **união na comunidade feminina**<sup>228</sup> (Gwyneth Paltrow) – Depoimento da campanha *Me Too*.

Eu também acho que **criei um laço muito especial com as outras mulheres que denunciaram**. Esse círculo só cresceu para mim [...] <sup>229</sup>  
(Rachel Renock) - Depoimento da campanha *Me Too*.

De fato, grande parte dos relatos sugerem um movimento agonístico de afirmação da identidade, por meio do conflito e da superação da moralidade tradicional. As identidades são conformadas nesse movimento de embate, em consonância com o princípio da autenticidade já mencionado. Isso nos remete a um dos testemunhos da campanha *Balance ton Porc*, que começa da seguinte maneira: “**A você que abusou de mim**, sim, você meu próprio progenitor, dos meus 15 aos meus 18 anos, você me destruiu<sup>230</sup>. Já na campanha *Stop Harcèlement de Rue*, lemos: “Caras que ‘trolam’ a hashtag #StopHDR como vocês se sentem? Poderosos? Inteligentes? O pau de vocês cresceu 15 centímetros?<sup>231</sup>”

Esses elementos também dialogam com o conceito de vergonha reflexiva, que já tratamos. “O questionamento do observador que se envergonhava promove e supõe um orgulho atual de ser o que se é e uma atitude de desafio e sedução em relação a todos aqueles que podem julgar seu desejo e comportamento” (VAZ, 2014, p. 41). Essa dimensão acusatória ou “atitude de desafio” a que faz referência Vaz (2014) é uma estratégia discursiva recorrente que surge em diversos relatos, nas seis campanhas investigadas. Ela pressupõe a identificação do culpado, do agressor, que será confrontado pelos relatos autobiográficos.

<sup>226</sup> Evelyn Martins @ladynisaa (15 nov. 2015): “Girls everywhere, thank you for joining us in this battle. #firstharassment #primeiroassedio”.

<sup>227</sup> elena @drkfmn (6 abr. 2017): « Grosse pensée a toute celles qui en plus de subir le sexisme, se coltine le racisme, l'homophobie et j'en passe, I stand for you ♡ #stophdr ».

<sup>228</sup> “There’s this amazing feeling of knit-togetherness in the female community”.

<sup>229</sup> “I think also I had a very special bond with the other women who have come forward. That circle has only gotten bigger for me [...]”

<sup>230</sup> « À toi qui a abusé de moi, oui toi mon propre géniteur, de mes 15 ans à mes 18 ans, tu m’as détruite au néant ».

<sup>231</sup> Billy (Alanqo'a) @Curwen\_s\_Legacy (6 abr. 2017): « Les mecs qui trollent sur le hashtag #StopHDR vs vs sentez comment ? Puissants ? Intelligents ? Votre bite a grandi de 15cm ? »

Conforme aponta Davis (2005, p. 200), o confronto (mesmo que encenado) com o agressor reforça a identidade vitimada, além de demonstrar coragem e força emocional por parte da vítima, contribuindo portanto com a formação de uma autoimagem empoderada. No caso dos relatos que analisamos aqui, o confronto se dá em relação ao agressor, mas também contra eventuais críticos das campanhas, aqueles que não se solidarizam com elas.

[...] Digo e repito: **seu** elogio é um insulto, uma agressão e um desrespeito (Jucileide F.) – Depoimento da campanha Chega de Fiu Fiu

Todos aqueles que estão respondendo às vítimas de assédio na tag #firstharassed com “respondam”, “poderiam ter evitado isso”, **VOCÊS SÃO O PROBLEMA**<sup>232</sup>.

Se vocês diferenciam assédio de cantada de rua, se vocês reclamam “a gente não pode mais abordar as meninas”, etc.: **Vocês fazem parte do problema** #stophdr<sup>233</sup>.

Já nos exemplos adiante a lógica é a seguinte: se você não se solidarizar com os relatos da campanha *First Harassed*, você não deve fazer parte da rede de contatos da usuária: “Quer odiar tudo? Leia a #firstharassed. Você realmente deve, mas isso vai deixá-lo com raiva. **Se isso não acontecer, pare de me seguir**”<sup>234</sup>.

Outros relatos são significativos:

Os caras que tweetam com #stophdr: **calem a boca**. Não precisamos da opinião de quem julga + de quem não vive/compreende/acredita<sup>235</sup>.

Nós **NÃO** estamos à sua disposição. Vivam com isso. No Twitter e na rua, **guardem seus comentários e julgamentos para vocês**. #stophdr<sup>236</sup>.

Tantos na #Firstharassed dizendo que não é assédio ser ‘elogiada’, que isso é um problema de primeiro mundo. Ugh. **Apenas vão embora**<sup>237</sup>.

Nos trechos destacados é perceptível a impossibilidade de diálogo com aqueles que não manifestam apoio ou empatia em relação aos relatos de sofrimento. Eles devem

<sup>232</sup> baby spice @kattwalkk (5 jun. 2015): “All of whom are responding to each victim of harassment on the #firstharassed tag w "speak up" "could've avoided this", YOU'RE THE PROBLEM”.

<sup>233</sup> Reine Alien @Chapoulpe (6 abr. 2017): « Si vous distinguez harcèlement/drague de rue, que vous chouinez "on peut plus aborder les filles", etc.: vous faites partie du pb #stophdr ».

<sup>234</sup> Vajennda Manocide @jennmartinelli (28 mai. 2015): “Want to hate everything? Read #firstharassed. You really should but it will make you angry. If it doesn't, stop following me”.

<sup>235</sup> Marion @SmallMarion (6 abr. 2017): « Les mecs qui tweetent sur le #stophdr : fermez la. Pas besoin d'avis de personnes qui jugent + qui ne le vivent/comprennent/croient pas ». Tradução livre)

<sup>236</sup> Stop HDR Toulouse @stophdrtoulouse (15 abr. 2017): « Nous ne sommes PAS à votre disposition. Deal with it. Sur twitter comme dans la rue, gardez vos commentaires & jugements pour vous. #stophdr ».

<sup>237</sup> Lance acérée @gersandelf (28 mai. 2015): So many in #firstharassed saying it's not harassment to be "complimented", that this is a first world problem. Ugh. Just go away.

simplesmente parar de seguir ou não estabelecer mais nenhum contato, o que interdita o debate. “Qualquer tentativa de diálogo será automaticamente recusada mediante o argumento de que apenas a vítima conhece o seu sofrimento, e deste modo, qualquer opinião que a contrarie será tida como preconceituosa e descartada” (SANTOS; VAZ, 2015, p. 8).

Esse seria um dos aspectos mais controversos das atuais manifestações de vítimas no espaço público. Quem não compartilha a identidade vitimada e, sobretudo, quem não manifesta solidariedade em relação à causa, não teria legitimidade para realizar nenhum tipo de crítica. Nesses casos, a proposta libertária ou progressista de debate de um problema social (assédio ou violência sexual) é limitada pela negação de um verdadeiro diálogo entre variados membros da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2015, momento em que iniciamos nossa investigação, o feminismo possuía grande visibilidade na cena pública. Isso se manteve constante durante os anos subsequentes até a defesa desta tese, em fevereiro de 2019. Demandas feministas continuaram sendo uma questão central no debate público ao longo dos quatro anos de duração desta pesquisa. Inicialmente, havíamos selecionado quatro mobilizações de mulheres vítimas de assédio e violência sexual: *Chega de Fiu Fiu* (2013), *Primeiro Assédio* (2015), *First Harassed* (2015) e *Stop Harcèlement de Rue* (2017). No entanto, a expressividade dos movimentos *Me Too* (2017) e *Balance ton Porc* (2017), nos Estados Unidos e na França, respectivamente, nos fizeram expandir nosso *corpus* empírico e adotar um recorte temporal mais amplo, que se iniciou em 2013 e terminou no fim de 2017.

Diante das mobilizações escolhidas, o objetivo deste trabalho foi investigar o surgimento dessas narrativas de sofrimento, suas condições de possibilidade e os processos de subjetivação feminina por elas propostos, tentando compreender ainda se esses relatos apontavam para o surgimento de códigos e convenções de uma nova moralidade no que tange às práticas erótico-sexuais. Essas indagações se traduziram em três hipóteses. A primeira delas foi que as mobilizações produziram uma subjetividade feminina empoderada e vencedora, baseada na apropriação do lugar da vítima. Vimos que, apesar de dialogarem com o *frame* de vitimização que continua marcando fortemente o feminismo, as campanhas promovem processos subjetivos ligados ao empoderamento e à superação do sofrimento. Portanto, diante do material discursivo, pudemos confirmar essa primeira hipótese.

Termos como “coragem”, “luta”, “força”, “sobrevivente”, abundantes em todas as campanhas, são indicativos de que a feminilidade proposta pelos testemunhos analisados não é simplesmente vitimada, mas também forte e corajosa. Por outro lado, a formação de comunidades emocionais de vítimas também sugere um processo de empoderamento. Longe das representações frequentes de mulheres que rivalizam entre si, percebemos nas narrativas autobiográficas a formação de comunidades de apoio e cumplicidade, compostas por indivíduos unidos pela experiência do sofrimento. Encontramos um léxico bastante significativo: palavras como “apoio”, “sororidade”, “ajuda”, “esperança”, “união”, “laço”, além de expressões como “espaço seguro para falar” e “comunidade feminina”.

Isso nos leva à nossa segunda hipótese: os relatos de sofrimento não contradizem o imperativo de vida feliz, bastante recorrente no ambiente virtual. Essa hipótese também foi confirmada. Não obstante parecerem elementos contraditórios ou paradoxais, é possível compreender a recorrência de testemunhos de dor mesmo em uma cultura que valoriza emoções positivas e nos incita a demonstrar nosso bem-estar e sucesso a todo momento. Apesar de serem relatos de dor, muitas vezes bastante dramáticos e incisivos, as mulheres se apropriam do papel da vítima para aceder ao lugar social daquele que superou o sofrimento. Podemos depreender dos relatos que elas se apresentam como sujeitos que denunciam, vão a público, acabam com o tabu do assédio e da violência sexual. Elas não são vítimas passivas que sofrem caladas e, no processo de denúncia de um problema social, apresentam-se como sujeitos vencedores.

Reconhecimento público e elaboração subjetiva caminham lado a lado. Existe, portanto, uma dimensão terapêutica na visibilidade, como pudemos perceber nas seis campanhas analisadas. A exposição de experiências de sofrimento que antes eram um segredo mesmo para pessoas muito próximas das vítimas ajuda a constituir esse *self* empoderado. Os testemunhos terapêuticos oferecem uma narrativa exemplar que atualizam as noções de feminilidade ao promoverem uma nova subjetividade dessa mulher vítima e, com isso, a experiência de muitas mulheres se transforma, já que sua autoimagem depende, em grande medida, de crenças disponíveis na cultura. Diante da profusão dos relatos de vítimas, elas reinterpretam seus passados e passam a se pensar e a se apresentar ao mundo como sobreviventes que venceram o sofrimento.

Nossa terceira e última hipótese estava ligada aos efeitos controversos dessa apropriação do lugar social da vítima. De fato, por se basearem na autoridade da experiência, os relatos não se abrem ao diálogo e a posicionamentos contrários. Só têm legitimidade para falar aqueles que viveram e isso dificulta a troca entre distintas visões e perspectivas. Essa limitação ao diálogo pôde ser identificada nos testemunhos que associam críticas a supostas tentativas de silenciamento por parte dos agressores ou de indivíduos coniventes com a violência.

A reivindicação do direito à autorrepresentação (não deve haver mediação entre aquele que conta e aquele que viveu) possui aspectos contraproducentes. Podemos perceber que a “liberação da fala” das mulheres vítimas não é acompanhada de uma verdadeira abertura a um debate amplo e construtivo. Opiniões contrárias são muitas vezes desqualificadas com o argumento de que os críticos não sabem o que dizem pois não compartilham a identidade de vítima, não “sentiram na própria pele”. Esse argumento



*ad hominem* acaba por dificultar a discussão e, conseqüentemente, o combate efetivo ao assédio e à violência sexual.

A impossibilidade de diálogo também é sugerida no aspecto pedagógico de muitas postagens, principalmente das organizações que idealizaram as mobilizações que compõem nosso *corpus* empírico. Os espectadores, em especial os homens, mas não apenas eles, devem ouvir calados, prestar atenção para conseguirem aprender e mudar suas atitudes. Até a participação masculina nas campanhas é vista com certa ressalva. Os homens podem ser apoiadores, contanto que não usurpem o lugar de fala das mulheres, essas sim as verdadeiras protagonistas. No entanto, dessa maneira, como podemos promover empatia e coesão social?

Para responder às três hipóteses apresentadas, adotamos uma perspectiva multidisciplinar e buscamos estabelecer diálogo com distintos campos de conhecimento, como Antropologia, História e Filosofia. Nossa trajetória de pesquisa partiu do histórico do movimento feminista no Brasil, trabalhado no primeiro capítulo, em que também apresentamos as seis campanhas de mulheres vítimas de assédio e violência sexual que compõem nosso material empírico.

Em seguida, no capítulo 2, tratamos da emergência da vítima como figura valorizada, papel social que, nos dias de hoje, inspira muito menos desconfiança do que há algumas décadas e vem sendo objeto de disputa entre variados grupos minoritários. Essa vitimização generalizada está relacionada a uma cultura terapêutica ou psicológica e à difusão de conceitos como trauma e assédio, que invadiram o espaço moral contemporâneo. Podemos perceber isso nos relatos analisados, já que muitos deles recorrem a essas escolhas lexicais.

Também é possível entrever elementos da cultura terapêutica em alguns testemunhos, como é o caso da fala de Suzette Wright, que acionou judicialmente a empresa em que trabalhava, acusando um de seus funcionários de assédio sexual. Em seu relato, a busca por ajuda psicológica é apresentada como uma evidência, algo absolutamente natural. Em entrevista concedida ao jornal *The New York Times*, ela diz que sua denúncia gerou uma “montanha-russa emocional” e muitas outras vítimas vieram até ela pedindo ajuda para lidar com seus próprios sofrimentos. Ela afirma: “Eu busquei apoio para minha saúde mental. Sabia que precisava disso para continuar<sup>238</sup>”.

---

<sup>238</sup> “I sought out mental health support. I knew I needed it in order to continue”.

Os testemunhos são como “relatos terapêuticos” de caráter autobiográfico usados como ferramenta política por diversos movimentos identitários. Eles buscam dar visibilidade a determinados problemas sociais, apostando no potencial terapêutico da exposição da dor e do sofrimento, como pudemos notar em todas as seis campanhas analisadas. Ainda no âmbito da trajetória de nossa investigação, propusemos uma discussão a respeito do caráter convencional e histórico das emoções. A expressão das emoções também não pode parecer excessiva, isto é, deve haver uma demonstração apropriada dos sentimentos, o que comparece nos relatos analisados. Pudemos perceber que as vítimas temem ser tidas como “exageradas” ou “sentimentais”. Além disso, as emoções acionadas pelos testemunhos nos mostram que a culpa e a vergonha dão lugar à uma “vergonha reflexiva” e à afirmação vitoriosa de si.

As mudanças na moralidade sexual, que foram abordadas no capítulo 3, puderam ser identificadas em nosso material discursivo. Aliado à valorização social da vítima, o novo regime da sexualidade colabora com a comunicabilidade dos relatos autobiográficos que analisamos neste trabalho e pode explicar, em certa medida, a difusão impressionante de campanhas de mulheres vítimas de violência sexual. Já o termo “consentimento” é usado com bastante frequência como elemento que separa o sexo “normal” de práticas violentas. Dentro desse novo universo moral de valores, a violência sexual contra mulheres, e também conta crianças e adolescentes, se tornou um verdadeiro problema social, como pudemos identificar nas campanhas.

Tendo como base o método genealógico foucaultiano, os três capítulos iniciais nos ajudaram a compreender as condições de possibilidade e de emergência das campanhas de mulheres vítimas. Em seguida, ao longo dos capítulos 4 e 5 pudemos verificar, após analisar campanhas de três países distintos, que existe um novo modo de fazer política que não está restrito ao cenário nacional. As campanhas compartilham uma certa narrativa, que tem como fundamento os mesmos argumentos morais e como ferramentas estratégias discursivas semelhantes, como o uso da linguagem emocional e o tom autobiográfico.

Para promover indignação diante da violência e compaixão em relação às vítimas, os testemunhos formam uma espécie de relato coletivo em que buscam demonstrar a gravidade do problema do assédio e da violência sexual. Para isso, muitos relatos tratam de seu potencial traumático e de como ele pode causar problemas psicológicos como depressão e mesmo tendências ao suicídio. Outra forma de demonstrar a seriedade do problema é localizá-lo dentro de um rol maior de violências, como um elemento da

chamada “cultura do estupro”. Práticas antes tidas como toleráveis ou mesmo elogiosas são agora classificadas como violência ou agressão, como foi possível identificar nos testemunhos.

Além disso, as narrativas autobiográficas analisadas defendem a inocência das mulheres vítimas. Podemos notar que a imagem e o comportamento da vítima são bastante relevantes para a identificação da violência, isto é, elas devem cumprir certos requisitos morais para que sejam realmente ouvidas. Apesar de defenderem a autonomia corporal feminina, nenhum relato, dentre as seis campanhas analisadas, sugeriu que a mulher tinha a intenção de atrair atenção ou ser desejada. A lógica que percebemos é a seguinte: as mulheres podem se vestir como quiserem, isso não justifica as agressões; contudo, nenhuma vítima disse que efetivamente usava roupa curta ou provocadora. A liberdade é defendida como uma máxima geral, mas quando tratamos dos casos particulares, vemos mulheres que buscam atestar sua inocência.

Por último, os testemunhos procuram demonstrar que isso poderia acontecer com qualquer um, acionando o “juízo de possibilidades similares”. A generalização da figura da vítima (toda e qualquer mulher) promove, além da compaixão, identificação e proximidade psicológica. Por outro lado, também se dá a produção de polos antagônicos às vítimas, constituídos por agressores, preconceituosos, intolerantes, indivíduos coniventes com a violência etc.

A análise da linguagem emocional utilizada pelas campanhas nos permitiu identificar a superação da culpa e da vergonha, que acontece a partir de um processo de “conscientização” a respeito do machismo e dos efeitos que a sociedade patriarcal provoca nas mulheres. Se as vítimas se sentiam culpadas ou envergonhas pelo assédio ou violência é porque haviam introjetado crenças machistas sobre o papel da mulher na sociedade. Um dos argumentos morais que sustentam as narrativas autobiográficas é que elas podem ajudar outras vítimas, isto é, não é apenas uma questão de superação individual, mas sim um projeto moral de combate à violência sexual.

O medo, outra emoção bastante evocada nos relatos, ao lado de sentimentos como insegurança e apreensão, serve como chave de leitura para diversas situações. As mulheres sentem medo de possíveis agressões, medo de contarem o que sofreram, medo da estigmatização e do isolamento caso outras pessoas não acreditem nelas. Apesar de tudo isso, vão a público, o que colabora com a promoção de uma feminilidade corajosa e vencedora.

Os testemunhos são aqui compreendidos como fenômenos culturalmente significantes, isto é, formam um rico material analítico que tem muito a nos dizer a respeito da moralidade sexual contemporânea. Esperamos que, ao propor uma investigação das campanhas de mulheres vítimas de assédio e violência sexual, este trabalho possa contribuir com a reflexão acerca da desigualdade de gênero e desestabilizar verdades ou crenças estabelecidas. Acreditamos que esse debate é absolutamente essencial, sobretudo quando levamos em conta o aumento do conservadorismo na sociedade, que faz oposição a muitas demandas feministas. Como apontou Birman (2010), vivemos um momento de afirmação de liberdades, mas ao mesmo tempo de forte rejeição contra essas mesmas liberdades.

No cenário internacional, é possível notar efeitos de uma onda conservadora neoliberal, cujo exemplo mais claro foi a eleição do republicano Donald Trump, nos Estados Unidos. Já no Brasil, a vitória do militar da reserva Jair Bolsonaro nas eleições para a Presidência da República em 2018 (com início de mandato em 2019) mostrou que valores da extrema direita política continuam bastante presentes em nossa sociedade e que falar de mudanças na moralidade significa obrigatoriamente lidar com embates políticos e disputas entre visões de mundo e lógicas muito distintas.

Por último, gostaríamos de lembrar o caráter provisório de nossos resultados. Como qualquer outra pesquisa científica, este trabalho de investigação só tem valor se é capaz de promover o debate. Eventuais discordâncias e dissonâncias são uma possibilidade de enriquecimento do trabalho intelectual empreendido por nós. Colocamos ao lado de Rodrigues (2018) em sua defesa de um feminismo agonístico que se enriquece e cresce diante das divergências e faz delas sua potência. Desejamos que esta tese possa ser o ponto de partida de diálogos profícuos sobre a desigualdade de gênero e as relações assimétricas de poder entre mulheres e homens.

Durante a preparação deste trabalho, diversos outros caminhos de pesquisa foram abandonados pela impossibilidade de serem aqui trabalhados com a devida profundidade. Acreditamos que esta pesquisa poderia ser enriquecida com trabalhos etnográficos com mulheres que participaram das campanhas, bem como pela análise mais detida no modo como essas campanhas foram midiaticizadas pelo veículos tradicionais de comunicação. Também deixamos de lado a repercussão que essas campanhas causaram nas redes sociais. As polêmicas e os debates gerados poderiam constituir um rico material analítico. Esperamos que esses aspectos da problemática possam ser tratados em futuros trabalhos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey. On the social construction of moral universals. In: **European Journal of Social Theory**, vol. 5, n. 1, pp. 5-85, fev. 2002.
- ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, pp. 5-13, jan./abr. 2000.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Novos feminismos e a luta pelos direitos das mulheres. **Nexo**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/Novos-feminismos-e-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres>. Acesso em 27 jul. 2016.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ARENDDT, Hannah. **On revolution**. Londres: Penguin Books, 1965.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARD, Christine. **Les filles de Marianne: histoire des féminismes (1914-1940)**. Paris: Fayard, 1995.
- BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: GERMAIN, Adrienne (et al.) (Org.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press, 1994.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, pp. 79-110, 2011.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento? (Feminismos plurais)**. Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.
- BIRMAN, Joel. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, João (Org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- \_\_\_\_\_. O assédio na atualidade e seus jogos de verdade. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v. 17, n. 1, pp. 29-44, jan./jul., 2005.
- BIROLI, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 21, nº 48, dez. 2013, pp.127-142.
- BLANDIN, Claire (Org.). **Féminisme en ligne**. Paris : Éditions La Découverte, 2017.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias**: tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 2000.

\_\_\_\_\_. La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique. Paris: Editions Métailié, 1993.

\_\_\_\_\_. La dénonciation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 51, pp. 3-40, 1984.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia Livros, 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), pp. 329-365, 2006.

BROWN, Laura. Not outside the range: one feminist perspective on psychic trauma. In: CARUTH, Cathy (Org.). **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, 21 (2), Rio de Janeiro, pp. 323-345, 2015.

CARUTH, Cathy. **Unclaimed experience**: trauma, narrative and history. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COELHO, Maria Claudia. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 10, abr. 2012, pp. 10-36.

\_\_\_\_\_. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Mana**, 16 (2), Rio de Janeiro, pp. 265-285, 2010.

COLETIVO. “**Nós defendemos uma liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual**”. Manifesto publicado em *Le Monde*, 09 jan. 2018.

COLETIVO NÃO ME KAHLO. **# Meu amigo secreto**: feminismo além das redes. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

CORRÊA, Sonia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. In: **Revista Bagoas**, v. 3, n. 4, jan./jul., 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 10 (1), pp. 171-188, 2002.

CUNHA, Olívia. Depois da festa: movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ (et al.) (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAVIS, Joseph. **Accounts of innocence: sexual abuse, trauma, and the self**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteneles. A escrita feminista de Carmen da Silva. In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

DUARTE, Luiz Fernando. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI; GREGORI; CARRARA (orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, pp. 899-935, 2012.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **La société du malaise**. Paris: Odile Jacob, 2010.

ELIACHEFF, Caroline; LARIVIÈRE, Daniel. **Le temps des victimes**. Paris: Albin Michel, 2007.

ERNER, Guillaume. **La société des victimes**. Paris : La Découverte, 2006.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

FASSIN, Didier. La cause des victimes. **Les temps modernes**, Paris, v. 59, n. 627, pp. 73-91, 2004.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. O gênero do amor: cultura terapêutica e feminismos. **Cadernos Pagu** (47), pp. 1-44, 2016.

\_\_\_\_\_. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu** (44), pp. 233-263, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. **MATRIZES**, v. 11, n. 1, pp. 61-81, jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. O poder em si mesmo: o jornalismo de autoajuda e a construção da autoestima. **Revista Famecos**, vol. 18, n. 3, pp. 717-745, 2011.

\_\_\_\_\_. Em cartaz, as garotas superpoderosas: a construção discursiva da adolescência feminina na revista *Capricho*. **Fronteiras**: vol. 8, n. 3, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FUREDÍ, Frank. **Therapy culture**: cultivating vulnerability in an uncertain age. London: Routledge, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 25, pp. 231-255, 2017.

\_\_\_\_\_. Nossos corpos, nossos manifestos. Dossiê “A quarta onda do feminismo”. **Revista Cult**, nº 219, ano 19, dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **A Lei Maria da Penha e as práticas de construção social da violência contra a mulher em um Juizado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 29, nº 2, maio/agosto, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. **Cadernos Pagu** (42), pp. 47-74, 2014.

\_\_\_\_\_. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. In: PISCITELLI; GREGORI; CARRARA (orgs.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. As desventuras do feminismo. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n.1, 1993, pp. 143-150.

HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. **Cadernos Pagu** (40), pp. 7-66, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ontologia histórica**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2009.

\_\_\_\_\_. **L'âme réécrite**: étude sur la personnalité multiple et les sciences de la mémoire. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.



- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 7-41, 1995.
- HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 17 (1): 296, jan.-abr., 2009.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero, sexualidade e saúde. In: **Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 101-110, 1997.
- \_\_\_\_\_. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.
- HEINICH, Nathalie. **De la visibilité: excellence et singularité en régime médiatique**. Paris: Éditions Gallimard, 2012.
- HERMAN, Judith. **Trauma and recovery: the aftermath of violence – from domestic abuse to political terror**. New York: Basic Books, 1992.
- HERZOG, Dagmar. **Sexuality in Europe: a twentieth-century history**. Cambridge University Press, 2011.
- HEWITT, John P. **The myth of self-esteem: finding happiness and solving problems in America**. New York: St. Martin's Press, 1998.
- HOCHSCHILD, Arlie. Emotion work, feeling rules, and social structure. **American Journal of Sociology**. Vol. 85, n. 3, pp. 551-575, 1979.
- ILLOUZ, Eva. **Les sentiments du capitalisme**. Paris: Seuil, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Oprah Winfrey and the glamour of misery: an essay on popular culture**. New York: Columbia University Press, 2003.
- JAGGAR, Alison. Love and knowledge: emotion in feminist epistemology. **Inquiry**, Chicago, v. 32, n. 2, pp. 151-176, 1989.
- JIMENO, Myriam. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, pp. 99-121, 2010.
- JOUËT, Josiane; NIEMEYER, Katharina; PAVARD, Bibia. Faire des vagues. In: BLANDIN, Claire (Org.). **Féminisme en ligne**. Paris : Éditions La Découverte, 2017.
- JOUËT, Josiane. Retour critique sur la sociologie des usages. **Réseaux**, vol. 18, n. 100, pp. 487-521, 2000.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. In: **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1996.

- KELLER, Jessalynn; MENDES, Kaitlynn; RINGROSE, Jessica. Speaking ‘unspeakable things:’ documenting digital feminist responses to rape culture. **Journal of Gender Studies**, publicado online, julho de 2016.
- KOLTAI, Caterina. Uma questão tão delicada. **Psicologia Clínica**, v. 14, n. 2, 2002.
- LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, pp. 49-75, jul./dez. 2014.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia e pornografia infantil – algumas notas. In: PISCITELLI; GREGORI; CARRARA (orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.
- LATTÉ, Stéphane. Des “mouvements émotionnels” à la mobilisation des émotions. Les associations de victimes comme objet électif de la sociologie des émotions protestataires. **Terrains/Théories**. Vol. 2, 2015. Disponível em: <https://teth.revues.org/244?lang=en>. Acesso em 07 out. 2018.
- LATTÉ, Stéphane; RECHTMAN, Richard. Enquête sur les usages sociaux du traumatisme à la suite de l’accident 1 de l’usine AZF à Toulouse. **Politix**, vol. 10, n. 73, pp. 159-184, 2006.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Anthropologie de la douleur**. Paris: Editions Metailié, 2006.
- \_\_\_\_\_. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas: Papirus, 2003.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LE MOS, Flavia; CARDOSO JR., Hélio. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, 21(3), pp. 353-357, 2009.
- LERNER, Kátia; VAZ, Paulo. “Minha história de superação”: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. **Interface** (Botucatu), 21(61), 2017, pp. 153-163.
- LERNER, Kátia. **Memórias da dor: coleções e narrativas sobre o Holocausto**. Brasília: MinC/IBRAM, 2013.
- \_\_\_\_\_. Doença, mídia e subjetividade: algumas aproximações teóricas. In: XXXVI Congresso de Ciências da Comunicação, 2013, Manaus. **Anais do XXXVI Congresso de Ciências da Comunicação**. Manaus: Intercom, pp. 1-12, 2013.
- LEYS, Ruth. **Trauma: a genealogy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. **From guilt to shame: Auschwitz and after**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, 2007, pp. 235-245.

\_\_\_\_\_. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, 2001.

LOWENKRON, Laura. Menina ou moça? Menoridade e consentimento sexual. **Desidades**, n. 10, ano 4, mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **O monstro contemporâneo**: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

\_\_\_\_\_. (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia (USP)*, São Paulo, v. 50, n. 2, pp. 713-745, dez. 2007.

LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. **Language and the politics of emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.

LUTZ, Catherine. **Unnatural emotions**: everyday sentiments on a Micronesian atoll & their challenge to Western theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

MAIA, Gabriela Felten da. As narrativas emocionais nos processos de subjetivação de mulheres trans. In: **XII Reunión de Antropología del Mercosur**, Posadas. Reunión de Antropología del Mercosur, 2017a, v. 1, pp. 708-718.

\_\_\_\_\_. A gramática das emoções no processo de reconhecimento de demandas da população trans. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, dez. 2017b, pp. 57-71.

MARQUES, Vera Lucia. A psiquiatrização do sexo não normativo: BDSM e a 5ª revisão do manual diagnóstico e estatístico de doenças mentais. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 48, pp. 25-37, 2017.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória de sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

MCRORBIE, Angela. **The aftermath of feminism**: gender, culture and social change. London: Sage, 2009.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phénoménologie de l'expression**. Paris: Gallimard, 1945.

MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, vol. 12, n.2, 2011, pp. 9-22.

MORAES, Aparecida Fonseca. Universal e local nas expressões da “violência conjugal”. **Revista de Ciências Sociais** (Universidade Federal do Ceará), Vol. 37, n. 2, pp. 60 – 78, 2006.

- MOSKOWITZ, Eva. **In therapy we trust: America's obsession with self-fulfillment.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- NOVICK, Peter. **The Holocaust in american life.** Boston/New York: Mariner Books, 2000.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, pp. 395-418, jul.-dez., 2012.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Mulheres públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERSEU ABRAMO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. **Pesquisa de opinião pública.** Agosto de 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/pesquisa-mulheres-brasileiras-e-genero-nos-espacos-publico-e-privado-2010/>. Acesso em 26 jun. 2017.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, pp. 15-23, jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, pp. 7-42.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual.** São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- RADSTONE, Susannah. Cultures of confession/cultures of testimony. In: GILL, Jo. **Modern confessional writing: new critical essays.** New York: Routledge, 2006.
- RAGO, Margareth. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Verve**, n. 6, 2004, pp. 279-296.
- REBS, Rebeca. Reflexão epistemológica da pesquisa netnográfica. **Comunicologia**, Universidade Católica de Brasília, n. 8, 2011.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- RIBEIRO, Ana Paula; LERNER, Kátia. Memória e identidade em relatos biográficos. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). **Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contexto de alta visibilidade.** Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (Feminismos plurais). Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2017.

\_\_\_\_\_. Feminismo negro: para além de um discurso identitário. Dossiê “A quarta onda do feminismo”. **Revista Cult**, nº 219, ano 19, dez. 2016.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, 12(26), 2006, pp. 71-100.

RODRIGUES, Bruna. Project Unbreakable: o segredo tóxico e a cura por meio da visibilidade. **Revista Z Cultural** (PACC/UFRJ), ano XII, n.1, 1º semestre de 2017.

RODRIGUES, Carla. Erguer, acumular, quebrar, varrer, erguer... **Revista Serrote** (24). Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2017/01/erguer-acumular-quebrar-varrer-erguer-por-carla-rodrigues/>. Acesso em 15 abr. 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of politics of sexuality. In: VANCE, Carol (Org.). **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Nova York: Routledge, 1984.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

RUSSO, Jane. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, pp. 97-109.

SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM), v. 7, pp. 125 - 140, 2018.

\_\_\_\_\_. O espetáculo do trauma: narrativas testemunhais de celebridades sobre o bullying num programa de TV. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 2, pp. 157-182, ago./nov., 2016.

\_\_\_\_\_. Tornando a dor visível: o *ethos* terapêutico em narrativas testemunhais de celebridades sobre o câncer. **Ciberlegenda**, v. 32, pp. 109-122, 2015.

SANTOS, Amanda; VAZ, Paulo. A generalização da vítima de preconceito e a construção de narrativas de sofrimento. In: **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. Os feminismos e suas ondas. Dossiê “A quarta onda do feminismo”. **Revista Cult**, nº 219, ano 19, dez. 2016.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**.

Transcrição da comunicação oral apresentada no I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador/Bahia. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em 07 dez. 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Cia. das Letras, 2007.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, pp. 51-61, jan./abr. 2011.

\_\_\_\_\_. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, pp. 77-105, jul.-dez. 2014

\_\_\_\_\_. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 1, pp. 89-103, 2009.

\_\_\_\_\_. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, pp. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.16, n.2, jul./dez. 1990, pp. 5-22.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento** - Revista do Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, v. 2, n.1, pp. 3-20, jan/jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica** (PUC-Rio), Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, pp. 65-82, 2008.

\_\_\_\_\_. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SIBILIA, Paula. “Madame Bovary sou eu”: A ficção acuada sob a ilusão da transparência, da correção política e da autenticidade. In: **Anais COMPOS 2018 - XXVII Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2018, Belo Horizonte: PUC-Minas, 2018. v. 1. pp. 1-15.

\_\_\_\_\_. O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet. **Revista ECO-Pós**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, nº1, 2015, pp. 132-147.

\_\_\_\_\_. A técnica contra o acaso: os corpos inter-hiperativos da contemporaneidade. **Famecos** (Porto Alegre), v. 18, n. 3, pp. 638-656, set./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (org.). **A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

\_\_\_\_\_. **O corpo representado: arte, mídia e produção de sentidos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. **International Social Movement Research**, n. 1, pp. 197-217, 1988.

SOARES, Bárbara. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, 25 (1), jan.-abr., 2017.

STOLLER, Robert. A contribution to the study of gender identity. **International Journal of Psychoanalysis**, 45, 1964.

STROMQUIST, Nelly. Education as a means for empowering women. In: PARPART, Jane (et al.) (Org.). **Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world**. London: Routledge, 2002.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TIBURI, Marcia. **Campanhas feministas nas redes sociais evidenciam a face jovem do movimento**. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/campanhas-feministas-nas-redes-sociais-evidenciam-a-face-jovem-do-movimento-4923721.html>. Acesso em 06 jul. 2016.

TOMAZ, Renata. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galáxia** (São Paulo), n. 29, pp. 155-166, jun. 2015.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, vol. 5, n. 1, 1995.

VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso: narrativas de *bullying* por celebridades e a subjetividade contemporânea. **Galáxia** (São Paulo), n. 28, pp. 32-44, dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Compaixão, moderna e atual**. In: FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto (Org.). **Jornalismo, cultura e sociedade: visões do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2014, pp. 73-98.

\_\_\_\_\_. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João. (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VAZ, Paulo; SANTOS, Amanda; ANDRADE, Pedro Henrique. Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. **Lumina** (Juiz de Fora), v. 8, n. 2, dez. 2014.

VAZ, Paulo; ROLNY, Gaele. Políticas do sofrimento e as narrativa midiáticas de catástrofes naturais. In: **Anais do XIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Rio de Janeiro: Compós, pp. 1-14, 2010.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: \_\_\_\_\_. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu** (37), pp. 79-116, 2011.

VIANNA, Adriana; CORRÊA, Sonia. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trajetos, ganhos, perdas, limites... pontos cegos. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006.

VIGARELLO, Georges. **As metamorfoses do gordo: história da obesidade no Ocidente**. Da Idade Média ao século XX. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Violence sexuelle et mutations culturelles, **Esprit**, vol. julho, n. 7, 2011, pp. 6-12.

\_\_\_\_\_. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o 'boom da memória' nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem**: memória e escritura. Chapecó: Argos, 2006.

ZANETTI, Julia. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **Cadernos Pagu** (36), pp. 47-75, 2011.

ZIGON, Jarrett. **Morality**: an anthropological perspective. Oxford: Berg Publishers, 2008.

ZILLI, Bruno. As representações de consentimento no discurso de legitimação do BDSM: atividade sexual, risco e o uso de ideais românticos. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. **Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, pp. 1-25, 2008.

YOUNG, Allan. The self-traumatized perpetrator as a transient mental illness. *L'évolution psychiatrique*, v. 67, n. 4, pp. 630-650, oct-dec 2002.

\_\_\_\_\_. **The harmony of illusions**: inventing post-traumatic stress disorder. Princeton: Princeton University Press, 1995.